

Universidade Federal de Minas Gerais

Escola de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

A “reinvenção” da favela

Urbanização de favelas na era do *marketing* urbano: o caso do Rio de Janeiro

Francielle Mendes-Gomes

Orientador: Prof. Dr. Roberto Eustaáquio dos Santos

Belo Horizonte

2014

FRANCIELLE MENDES-GOMES

A “reinvenção” da favela

Urbanização de favelas na era do *marketing* urbano: o caso do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Roberto Eustáquio dos Santos

Belo Horizonte

2014

AGRADECIMENTOS

A minha mãe pelo apoio pleno e por me ensinar que os limites existem para serem transpostos.

Ao meu pai pelos sorrisos, pelos abraços e por me ensinar o melhor conceito de força.

Ao Flávio pelo amor.

À tia Fátima (*in memoriam*) que sempre será sinônimo de apoio incondicional.

Ao meu orientador Prof. Dr. Roberto Eustaáquio dos Santos pela disponibilidade, apoio e atenção durante todo o processo.

À Prof^a. Dr^a. Silke Kapp pela inspiração e sábias críticas.

À Priscilla Nogueira pela valiosa ajuda com as entrevistas.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos. À coordenação e secretaria do NPGAU e aos funcionários da biblioteca da Escola de Arquitetura pela enorme disponibilidade e atenção.

Ao MOM pelo acolhimento.

Ao Prof. Dr. Gerônimo Leitão pela disponibilidade e pelas informações tão válidas.

Aos guias das favelas visitadas por me apresentarem um pouco de suas realidades.

À vida, pelos diversos caminhos oferecidos.

Explorar a miséria como atração turística deve ser, no mínimo, perigoso. Assim, a miséria, ao invés de ser um problema, passa a ser desejável, lucrativa. Se a criança não tem educação, você dá uma lata para ela bater, melhor do que deixá-las na rua para serem exterminadas. Estamos progredindo da seleção natural da rua para a seleção do mercado.

(Trecho do filme “Cronicamente Inviável”, de Sérgio Bianchi, 2000)

RESUMO

A crise do fordismo, ocorrida na segunda metade do século XX, impulsionou a atual fase do capitalismo financeiro baseada na disseminação da ideia de globalização, justificada por avanços tecnológicos e científicos, e no fortalecimento do paradigma neoliberal. Essas transformações geram impactos no sistema de planejamento urbano das grandes cidades, fazendo despontar o novo modelo de planejamento estratégico apoiado na competitividade global entre cidades por investimentos e recursos através da consolidação de uma imagem forte e atrativa. Esse capitalismo contemporâneo, ao encarar elementos culturais como potenciais produtos autênticos e exclusivos vinculados a um determinado lugar, cria formas de renda de monopólio exploradas como possibilidades estratégicas pelo novo modelo de planejamento. A cidade do Rio de Janeiro, para se tornar competitiva, investe no fortalecimento de uma identidade distinta. As favelas cariocas sempre fizeram parte de um imaginário, antes relacionado ao sujo, feio, pobre e, portanto, indesejável. Hoje elas são “aceitas” como parte do patrimônio carioca e são representadas como guetos de uma cultura própria e, portanto, valorizada, além de abrigarem a pobreza urbana, o tráfico de drogas e a violência, elementos recorrentes na concepção de um cenário do Terceiro Mundo. Portanto, a favela é autêntica e original. Logo, é passível de ser mercantilizada. O objetivo deste trabalho é analisar o impacto dos grandes equipamentos de mobilidade urbana instalados em três favelas cariocas na consolidação de um mercado turístico alternativo e adequado à transformação da favela em elemento cultural e à concepção de uma imagem globalmente robusta da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Globalização, Planejamento Urbano Estratégico, Rio de Janeiro, Favela, Produto Cultural.

ABSTRACT

The crisis of Fordism, in the second half of the twentieth century, boosted the current phase of financial capitalism based on the dissemination of the idea of globalization, supported by scientific and technological advances, and the strengthening of the neoliberal paradigm. These transformations generate impacts in urban planning system of large cities, making emerge the new strategic planning model supported the global competition between cities for investment and resources by consolidating a strong and attractive image. This contemporary capitalism, when faced with cultural elements as potential authentic and special products related to a particular place, creates forms of monopoly rent as strategic possibilities explored by the new planning model. The city of Rio de Janeiro, to become competitive, investing in strengthening a distinct identity. The Rio slums have always been part of an imaginary, before related to dirty, ugly, poor and therefore undesirable. Today they are “accepted” as part of patrimony of Rio and are represented as ghetto of their own culture and therefore valued, in addition to contain urban poverty, drug traffic and violence, recurrent elements in the conception of a Third World scenario. Therefore, the Rio slums are authentic and original. So, they are commodities. The objective of this work is to analyze the role of large urban mobility equipment installed in three Rio slums in the consolidation of an alternative and suitable tourism market for the transformation of the slums at cultural element and the conception of a global robust image of the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Globalization, Urban Strategic Planning, Rio de Janeiro, Slums, Cultural Product.

LISTA DE FIGURAS

	Página
01 – Teleférico do Complexo do Alemão, Rio de Janeiro	5
02 – Teleférico do Morro da Providência, Rio de Janeiro	6
03 – Elevador do Cantagalo, no Rio de Janeiro.....	7
04 – Evidência de uso do teleférico implantado em Medellín, na Colômbia, como referência para as favelas do Rio de Janeiro.....	55
05 – Exemplo de proposta que se utiliza do conceito de arquitetura inovadora e esquema arquitetônico semelhante ao projeto do elevador do Cantagalo	55
06 – Proposta de uso de teleférico como solução de mobilidade para complexo de favelas (caso do Complexo do Alemão) e favelas em morros (caso do Morro da Providência)	56
07 – Proposta para uso de elevadores como solução de transporte vertical conectados com edifícios verticais para habitação. Destaque para o fato de que as edificações estão implantadas de forma que a visão das favelas a partir das vias do bairro formal fica comprometida (caso semelhante ao elevador no Morro do Cantagalo)....	56
08 – Proposta de teleférico para o Morro da Providência (1).....	57
09 – Proposta de implantação de estrutura de teleférico para o Morro da Providência (2)	57
10 – Proposta de elevador multiuso com mirante para favelas implantadas em morros (caso semelhante ao Morro do Cantagalo) e proposta de equipamentos conjugados com unidades de polícia pacificadora – UPPs (caso semelhante ao Complexo do Alemão, onde para cada estação do teleférico está prevista uma edificação exclusiva para abrigar uma UPP)	58
11 – Parque-Biblioteca España, em Medellín	62
12 – Colegio La Independencia, em Medellín	62
13 – Colegio Ramon Giraldo Ceballos após reforma, em Medellín	63
14 – Complexo urbano Parque de la Ciencia y Tecnología Explora, em Medellín	63
15 – Centro de Desarrollo Empresarial Zonal - CEDEZO, na Comuna 13, em Medellín....	64
16 – Escadas rolantes públicas, na Comuna 13, em Medellín.....	64

	Página
17 – Teleférico na Comuna 13, em Medellín.....	65
18 – Metrô de Medellín.....	65
19 – Museu Guggenheim em Bilbao, Espanha	75
20 – Museu de Arte do Rio – MAR, no Rio de Janeiro.....	77
21 – Imagem promocional do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro.....	78
22 – Modelo do Museu Guggenheim, projeto de Jean Nouvel para o Rio de Janeiro	78
23 – Teleférico do Alemão, no Rio de Janeiro	80
24 – Teleférico da Providência, no Rio de Janeiro.....	81
25 – Complexo Rubem Braga ou Elevador do Cantagalo, no Rio de Janeiro	82
26 – Indícios da nova dinâmica do mercado imobiliário no Complexo do Alemão após a “pacificação”	92
27 – Obras de demolição no Morro do Castelo, no centro do Rio de Janeiro, em 1921.....	103
28 – Obras de demolição no Morro do Castelo, no centro do Rio de Janeiro, em 1921.....	103
29 – Capa da Revista Careta, de setembro de 1937, ilustrando a “subida dos políticos ao morro” como o caráter clientelista da política vigente	105
30 – Estudo sobre a favela carioca encomendado pelo jornal O Estado de São Paulo, elaborado pelo SAGMACS e publicado em 13 e 15 de abril de 1960	107
31 – Manchete do Jornal do Brasil sobre massacre ocorrido em Vigário Geral, em 1993 .	108
32 – Manchete do jornal Meia Hora de 2006	108
33 – Manchete do jornal Meia Hora de 2008	109
34 – Conjunto de imagens resultantes da pesquisa sobre “favelas no Rio de Janeiro” no Google Imagens	111
35 – Página de abertura do site em inglês “Favela Painting”	111
36 – Imagens do filme “Orfeu Negro” (1959) e as fantasias de nobres no carnaval.....	116
37 – “O garoto e sua Pipa”, 2006. Obra do projeto “Favela Painting” na Vila Cruzeiro	119
38 – “Rio Cruzeiro”, 2008. Obra do projeto “Favela Painting” na Vila Cruzeiro	119

	Página
39 – “Praça Cantão”, 2010. Obra do projeto “Favela Painting” no Morro Santa Marta	119
40 – “28 Milímetros – Women Are Heroes”, 2008. Obra do artista de rua francês JR no Morro da Providência, Rio de Janeiro	121
41 – “Descascando a Superfície”, 2008. Obras do artista português Vhils no Morro da Providência, Rio de Janeiro	121
42 – Museu de Favela, no Morro do Cantagalo, Rio de Janeiro	122
43 – Mapa do trajeto do passeio pelo Museu de Favela, no Morro do Cantagalo. Destaque para a presença do Elevador do Cantagalo como marco de referência e ponto de encontro	123
44 – Antes e depois da fachada da casa reformada no Morro Santa Marta pela série “Lar Doce Lar”, da Rede Globo	126
45 – Cenas da novela “Salve Jorge” onde o teleférico aparece como pano de fundo	128
46 – Cenários da novela “Lado a Lado” que contou a história da consolidação da primeira favela do Rio de Janeiro	129
47 – Imagens da participação do secretário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame no programa “Esquentar!”, da Rede Globo	131
48 – Site de empresa de turismo do Alemão criada após a construção do Teleférico	135
49 – Imagens de cartões-postais do Rio de Janeiro utilizando o Teleférico do Alemão	136
50 – Biblioteca-Parque localizada na estação Palmeiras, no Teleférico do Alemão	138
51 – Caixas d’água construídas pela comunidade para abastecimento das casas do morro e reservatório de água destinado exclusivamente ao abastecimento da sede da UPP Fazendinha	139
52 – Área de descarte de lixo aos pés dos pilares do Teleférico	140
53 – A “laje do Pescoço”, cenário da novela “Salve Jorge”, da Rede Globo	141
54 – Praça do Conhecimento, no Complexo do Alemão	142
55 – Cartão de visitas da guia Marta	143
56 – Tentativas de resistência da população da Providência contra a demolição da Praça Américo Brum e o local cercado após a demolição da prefeitura	146
57 – O Teleférico da Providência nunca funcionou	148

	Página
58 – As estações estão abandonadas e servem como depósito de entulhos.....	148
59 – Antiga praça de esportes transformada pelo programa Favela-Bairro.....	150
60 – Mirante do Morro da Providência com equipamentos implantados pelo programa Favela-Bairro.....	151
61 – Vista do “mirante” na estação do Teleférico da Providência	153
62 – Detalhe do cabo danificado no Teleférico da Providência	153
63 – Interior vazio da estação do Teleférico da Providência.....	153
64 – Espaço do “Mirante da Paz” e parte da vista que se tem dele.....	156
65 – Vista da rua Teixeira de Melo antes e depois do Elevador do Cantagalo.....	157
66 – Espaço Criança Esperança no Morro do Cantagalo	158
67 – Site do Museu de Favela, criado no Morro do Cantagalo	159
68 – Sede do “Favela Surf Clube”, no Morro do Cantagalo, reformado pelo “Lar Doce Lar”, da Rede Globo.....	162
69 – Vista da Lagoa Rodrigo de Freitas desde o Morro do Cantagalo	163
70 – Vista do bairro de Copacabana desde o Morro do Cantagalo	163

LISTA DE TABELAS

	Página
01 – Histórico das receitas de direitos de transmissão dos Jogos Olímpicos	94

LISTA DE MAPAS

	Página
01 – Localização dos equipamentos estudados no mapa da cidade do Rio de Janeiro	4
02 – Área de intervenção do “Porto Maravilha”, no Rio de Janeiro.....	76
03 – Localização das UPPs na cidade do Rio de Janeiro.....	88
04 – Localização das UPPs na cidade do Rio de Janeiro (em azul) e dos locais onde serão realizadas atividades da Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 (em rosa).	90
05 – Trajeto do passeio no Complexo do Alemão.....	144
06 – Trajeto do passeio no Morro da Providência.....	154
07 – Trajeto do passeio no Morro do Cantagalo	164

LISTA DE ABREVIações

ACRJ – Associação Comercial do Rio de Janeiro

ADA – Amigos dos Amigos

AEIS – Áreas de Especial Interesse Social

AHT – Associação de Hotéis de Turismo

ANF – Agência de Notícias das Favelas

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BOPE – Batalhão de Operações Policiais Especiais

BRT – *Bus Rapid Transit*

CAIC – Centro de Aprendizagem e Integração de Cursos

CBPI – Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga

CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré

CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular

CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos

CEDEZO – *Centros de Desarrollo Empresarial Zonal*

CEPAC – Certificado de Potencial Adicional de Construção

CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável

CIEP – Centro Integrado de Educação Profissional

CNO – Construtora Norberto Odebrecht

COI – Comitê Olímpico Internacional

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CUF – Central Única das Favelas

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e Desenvolvimento de 1992

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

GAPE – Grupamento de Aplicação Prático-Escolar

IAB-RJ – Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Rio de Janeiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPP – Instituto Pereira Passos

MAR – Museu de Arte do Rio

MEC – Ministério da Educação

MPB – Música Popular Brasileira

MUF – Museu de Favela

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RIO+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012

ROC – *Red de Organizaciones Comunitarias*

SAGMACS – Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SETRANSPARJ – Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Município do Rio de Janeiro

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO	1
Teleférico do Complexo do Alemão	5
Teleférico do Morro da Providência.....	5
Elevador do Cantagalo	6
Estrutura da dissertação.....	7
CAPÍTULO 1	
A GLOBALIZAÇÃO E A BUSCA PELO PROTAGONISMO DAS GRANDES CIDADES	10
1.1. Globalização como pano de fundo da contemporaneidade	12
1.2. O espaço urbano globalizado.....	17
1.3. Novas propostas de gestão do espaço urbano globalizado: ciência ou retórica?.....	19
CAPÍTULO 2	
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	31
2.1. A candidatura do Rio a cidade global.....	31
2.2. O plano de Barcelona.....	35
2.3. O plano do Rio.....	40
2.4. Um plano para as favelas.....	46
2.5. Medellín, a Barcelona das favelas cariocas	58
CAPÍTULO 3	
A “REINVENÇÃO” DA FAVELA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	68
3.1. A transformação da favela carioca em produto cultural	69
3.2. Arquitetura contemporânea como fábrica de sentidos	73
3.3. A nova política de segurança pública do Rio de Janeiro – as UPPs.....	84
3.4. Megaeventos como motor do planejamento urbano	93
3.5. A “reinvenção” da favela como produto cultural carioca	100
3.6. O novo produto turístico do Rio de Janeiro: o que se vende?	112

CAPÍTULO 4**TRÊS CASOS DE CONSTRUÇÃO DA FAVELA CARIOCA COMO PRODUTO**

CULTURAL	132
4.1. Teleférico do Alemão: protagonismo na paisagem da favela.....	133
4.2. Teleférico da Providência: o bonde da controvérsia	145
4.3. Elevador do Cantagalo: fortalecendo o turismo e as fronteiras da paisagem	155
CONCLUSÃO	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172
APÊNDICE	178
Visita ao Complexo o Alemão	179
Visita ao Morro da Providência.....	212
Visita ao Cantagalo	228
Diagrama – Cronologia do planejamento estratégico no Rio de Janeiro e influências	239

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho são três equipamentos públicos para mobilidade instalados em três favelas na cidade do Rio de Janeiro a partir de 2010: o Teleférico do Complexo do Alemão, o Teleférico da Providência e o Elevador do Cantagalo. Essas iniciativas estão conectadas a um novo modelo de planejamento urbano, adotado desde a década de 1990 na capital carioca, adequado ao paradigma globalizante, transformando a cidade numa espécie de produto a ser comercializado, protagonista, portanto, de estratégias de publicidade e marketing que tentam consolidar um rol de atrativos que a converta em um bom lugar para atrair grandes investimentos e para se desfrutar de uma alta qualidade de vida.

A crise do fordismo, ocorrida na segunda metade do século XX, gerou a necessidade de alternativas para impulsionar o capitalismo e o mercado mundial. O paradigma da produção em massa e do Estado de bem-estar social já havia se esgotado. A ideia de globalização, surgida como estratégia de readequação dos mercados, justificada pelos discursos apoiados nos avanços tecnológicos e científicos, principalmente a partir da década de 1980, faz parecer inelutável a crescente integração dos mercados em nível planetário, funcionando dentro de um espaço de fluxos, onde as trocas comerciais e financeiras são a cada dia mais dinâmicas e instantâneas, possibilitadas por uma complexa rede de informações e comunicações.

A difusão dessas ideias e das novas tecnologias gera consequências na organização do espaço urbano das grandes cidades, uma vez que as infraestruturas de comunicação estão concentradas nesses centros globalizados, onde as sedes de grandes empresas transnacionais tendem a se instalar, ampliando, cada vez mais, o setor terciário qualificado e modificando, assim, as relações socioeconômicas globais e, principalmente, locais (SASSEN, 1998). A proposta é de que as cidades seriam as novas protagonistas do cenário econômico global e o modelo de planejamento urbano estratégico, defendido por alguns teóricos como o modelo ideal para o novo contexto construído, tem por meta potencializar esse suposto protagonismo, possibilitando uma maior flexibilidade em termos de controle econômico e, conseqüentemente, maior liberdade ao mercado, superando a rigidez tradicional dos planos diretores municipais e atendendo aos anseios neoliberais. O discurso que legitima essa condição é o de que as cidades precisam ampliar seus recursos para se manterem cada vez mais competitivas mundialmente.

Os governos municipais do Rio de Janeiro, desde de 1992, estão voltados ao objetivo de inserir a cidade nessa rede mundial de cidades competitivas e a disputa para sediar grandes eventos esportivos globais acaba sendo vista como um trampolim nesse processo, ainda mais no contexto de uma cidade periférica. Em 2014, a capital carioca sediará alguns jogos além do espetáculo de encerramento da Copa do Mundo de 2014 e, em 2016, será sede dos Jogos Olímpicos mundiais. Sediar um megaevento funciona, portanto, como um catalisador para megaprojetos e o espetáculo esportivo em si torna-se algo secundário. Porém, o fato de haver uma intensa transmissão de informações e imagens, tanto durante o tempo de preparação quanto durante o mês de realização, torna-se uma ocasião simbólica muito forte, quando aquela determinada cidade se torna protagonista da mídia global, acompanhada de atributos que irão construir seu imaginário mundo afora.

Criar e consolidar esses atributos como símbolos culturais do lugar são práticas inteiramente convenientes à era de dominação do capital financeiro, afinal, faz tempo que a cultura se tornou mercadoria. É com esta afirmação que David Harvey inicia o capítulo “A arte da renda”, que finaliza sua obra *A produção capitalista do espaço* (2006). Em outras palavras, significa que as mudanças globalizadoras, ocorridas nas últimas décadas, potencializam a transformação (ou exploração) da cultura em mercadoria, constatação teorizada, pioneiramente, por Adorno e Horkheimer em seus escritos sobre a indústria cultural na obra *Dialética do Esclarecimento*, publicada em 1944.

Cultura pode ser entendida como os processos de produção, circulação e consumo da significação na vida social, definição estabelecida por diversos campos de estudo sócio-semióticos entre os anos 1960 e 1980. Uma definição alternativa considera que cultura, antes de ser processo em si, exclusivo a uma determinada sociedade, é antes um fenômeno relativo, uma representação derivada de uma relação entre dois grupos distintos, em suma, uma maneira de ver o outro. A partir dessas noções de cultura, as quais serão tomadas como base neste trabalho, deduzimos que, como processo de geração de significados e como produto de um imaginário intercultural, a representação da cultura ou dos objetos culturais de um determinado local pode ser vista como flexível e moldável ao que se deseja figurar, permanecendo ainda como produto singular e autêntico, já que original, relativo a origem, não copiado e não imitado.

Mas se a cultura é algo, originariamente, irreprodutível, como ela pode se tornar mercadoria? A noção de renda monopolista, trabalhada por Harvey (2006), a qual se baseia na comercialização dos atributos exclusivos provenientes da propriedade de determinado objeto ou lugar existente

no planeta, ajuda-nos a responder a essa pergunta. O proprietário de renda monopolista tem a capacidade de aumentar seu fluxo de rendimento por um longo tempo somente em virtude da exploração de seu controle exclusivo sobre um item único, o qual pode ser uma obra de arte, um vinho de elevada qualidade, uma marca conceituada ou, até mesmo, uma localidade distinta (HARVEY, 2006). O contexto capitalista contemporâneo, marcado pela globalização, ou mundialização do capital, como define o economista François Chesnais (*apud* LOPYDA, 2011), caracteriza-se pelo fortalecimento do capital financeiro, portanto, existe uma intensa formação de capital fictício, ou seja, sem base material, naturalmente condicionado à produção futura de valor. É o momento em que o capital fictício comanda as forças produtivas reais, como já previra Marx em *O Capital*, ou seja, a produção e o consumo de mercadoria respondem aos desejos do capital financeiro, e não o contrário. Dessa forma, segundo Hal Foster, o produto não é somente um objeto, mas um dado a ser manipulado (FOSTER, 2003) ou valor a ser criado. A modalidade da renda de monopólio possibilita a comercialização, não só de um produto, mas especialmente de um conceito, de uma experiência, de um signo. Portanto, Harvey questiona:

Se as alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade sustentam a capacidade de conquistar rendas monopolistas, então sobre que melhor terreno é possível fazer tais alegações do que no campo dos artefatos e das práticas culturais historicamente constituídas, assim como no das características ambientais especiais (incluindo, é claro, os ambientes sociais e culturais constituídos)? (HARVEY, 2006)

Portanto, a questão retórica levantada por Harvey nos indica a potencial relação existente entre cultura e a nova dinâmica globalizante do capitalismo. Essa globalização, além de possibilitar relações efetivas entre diversas sociedades, permite ainda que seus indivíduos depositem suas fantasias em múltiplos cenários ao mesmo tempo. Como coloca Canclini, “com a expansão global dos imaginários, incorporam-se ao nosso horizonte culturas que, até há poucas décadas, sentíamos estranhas à nossa existência” (CANCLINI, 2003, p.31).

O campo do turismo contemporâneo concentra muitas possibilidades de se explorar o poder do capital simbólico coletivo ou, em outras palavras, o poder dos marcos especiais de distinção (BOURDIEU, 2007) vinculados a algum lugar específico, através da criação de alternativas para transformar, circular e consumir localidades (FREIRE-MEDEIROS, 2006), desenvolvendo nelas uma capacidade destacada de atração de pessoas e capitais. Trata-se do processo de produção de espaço urbano orquestrado pelo modo de produção capitalista cuja fase atual, marcada pela acumulação flexível de capital, gerou um processo de reestruturação urbana conhecido como gentrificação (SMITH, 1988). Este processo, guiado por um discurso de regeneração urbana e valorização desse suposto capital simbólico, consiste em resgatar regiões centrais da cidade,

descritas como degradadas, através de intervenções públicas que provocam sua valorização imobiliária, desencadeando mecanismos de expulsão da população residente.

Portanto, partimos da hipótese de que a instalação de equipamentos públicos de alto custo relativo de implantação e grande visibilidade em favelas importantes da cidade do Rio de Janeiro, como teleféricos e elevador, acompanhada de intenso trabalho de divulgação e publicidade, fortalece a concepção de um novo imaginário sobre a “cultura” das favelas através do aumento de seu potencial turístico, possibilitando a criação de uma “mercadoria singular, autêntica, particular e especial” vinculada à cidade, associando significados ambivalentes que a colocam, ao mesmo tempo, como território violento e local de autenticidades preservadas, além de representarem o imaginário de desigualdade urbana própria dos países periféricos. Esses investimentos seriam parte das estratégias relacionadas ao projeto de “requalificação”¹ urbana da zona portuária do Rio e da preparação da cidade para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, dentre outros megaeventos. Os equipamentos selecionados para análise estão caracterizados a seguir e indicados no mapa abaixo.



MAPA 01 – Localização dos equipamentos estudados no mapa da cidade do Rio de Janeiro

FONTE: elaborado pela autora, 2014.

¹ Neste contexto, utilizo o termo entre aspas no sentido de destacar e questionar seu sentido literal de retomada da qualidade, partindo do pressuposto de que o espaço anterior à intervenção não possui qualidade a partir do ponto de vista dos agentes interessados.

Teleférico do Complexo do Alemão

Inaugurado em julho de 2011 pela presidenta Dilma Rousseff em parceria com o governador do Estado Sérgio Cabral Filho e o prefeito Eduardo Paes. A iniciativa contou com recursos no valor de R\$210 milhões, provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O Teleférico tem sido intensamente divulgado em diversas mídias, além de ter fortalecido o mercado de turismo no Complexo do Alemão, superando, recentemente, pontos turísticos tradicionais da cidade do Rio de Janeiro em número de visitantes. A ideia foi inspirada em iniciativas públicas da cidade de Medellín.



FIGURA 01 – Teleférico do Complexo do Alemão, Rio de Janeiro

FONTE: Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/rbpdesigner/6857870686/>>. Acesso em: jun. 2013.

Teleférico do Morro da Providência

O Morro da Providência é a favela mais antiga da cidade do Rio de Janeiro, localiza-se na área central da cidade, inserida na porção que irá receber as obras do “Porto Maravilha” para “requalificação” da região portuária da cidade. A construção do Teleférico foi justificada como uma solução de mobilidade para os moradores da Providência que têm que se deslocar através de uma grande e longa escadaria, porém, contraditoriamente ao discurso de melhoria, 832 casas

foram marcadas para remoção devido à obra, o que representa 1/3 da comunidade. No topo do morro, 60% das casas estão marcadas para remoção, exatamente a área que, supostamente, seria a mais beneficiada com o empreendimento. O custo total da obra foi de R\$75 milhões e os recursos foram vinculados ao programa Morar Carioca, lançado em 2010 pelo prefeito Eduardo Paes sob o ambicioso objetivo de urbanizar todas as favelas da cidade do Rio de Janeiro até o ano de 2020, sendo este o maior legado das Olimpíadas de 2016. Esses recursos são financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.



FIGURA 02 – Teleférico do Morro da Providência, Rio de Janeiro.

FONTE: Disponível em: <<http://www.jb.com.br/fotos-e-videos/galeria/2012/12/21/eduardo-paes-testa-o-teleférico-do-morro-da-providencia/>>. Acesso em: mar. 2014.

Elevador do Cantagalo

Inaugurado em junho de 2010, também conhecido como Complexo Rubem Braga. Está situado ao fim da rua Teixeira de Melo, em Ipanema, aos pés do Morro do Cantagalo. A iniciativa também foi divulgada como solução de mobilidade aos moradores do Morro que antes tinham que subir um grande número de degraus devido ao relevo bastante acentuado. O Complexo é composto por duas torres de elevadores, uma de 64 metros de altura e outra de 31 metros de altura. No topo da torre mais alta, foi construído o Mirante da Paz, um local pequeno, vedado com vidros blindados, com pé-direito baixo e que proporciona uma vista para a praia de Ipanema

e para a favela. Qualquer visitante pode acessar gratuitamente o elevador, que possui conexão com a estação General Osório, do metrô. O elevador recebe diariamente um grande número de turistas e teve um custo de cerca de R\$89 milhões, financiados pelo governo estadual.



FIGURA 03 – Elevador do Cantagalo, no Rio de Janeiro.

FONTE: Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/12.051/4153>>. Acesso jun. 2013.

Estrutura da dissertação

A pesquisa se apoia em revisão bibliográfica sobre temas que envolvem questões sobre globalização, planejamento urbano estratégico, plano estratégico da capital carioca, os modelos de Barcelona e de Medellín, os novos programas de reurbanização de favelas no Rio, megaeventos esportivos, política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro, pesquisa documental embasada em leitura de todos os planos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro

desde o primeiro, de 1996; de documentos que deram origem aos planos, como o Diagnóstico Preliminar da Cidade do Rio de Janeiro, de 1994; além da análise de mídias diversas que envolvem a construção da favela como produto cultural e das visitas guiadas às favelas estudadas.

O texto está estruturado em quatro capítulos, sendo que o Capítulo 1 apresenta a revisão da literatura em torno do paradigma da globalização e seu consequente modelo de planejamento urbano. Observaremos a dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro segundo os conceitos de planejamento urbano estratégico, a qual vem sendo influenciada, pelo menos nos últimos vinte anos, por um padrão de organização dos discursos pautado na noção de globalização. Analisaremos os esforços para a construção de novas infraestruturas capazes de responder à nova lógica, a participação em megaeventos de grande repercussão e a frequente aparição midiática em escala global, indícios do processo de transformação da cidade do Rio de Janeiro em uma espécie de símbolo vigoroso, abstração fortemente estratégica num contexto de intensa predominância do capital financeiro. Observaremos o papel do projeto “Porto Maravilha” dentro dessa dinâmica neoliberal e como as favelas são integradas à nova lógica.

No Capítulo 2, delinearemos uma maior aproximação entre a ideologia do novo modelo de planejamento urbano e o contexto político da cidade do Rio desde a década de 1990. Analisaremos os modelos de Barcelona e Medellín os quais serviram de inspiração à consolidação do protótipo carioca. Todo o histórico que culminou no contexto atual, objeto desta análise, está sistematizado em um diagrama anexado ao final deste documento na seção Apêndice.

Já no Capítulo 3, levantaremos as abordagens culturais relacionadas à favela carioca, desde o início do século XX, analisando os efeitos ideológicos das recentes ações de urbanização no processo de transformação da favela em produto cultural. Examinaremos a relação entre a arquitetura contemporânea e a publicidade no sentido de compreender seu papel, nas últimas décadas, ao se associar à geração da renda de monopólio. Com a prevalência do capital fictício, parte do campo da arquitetura se associou ao universo publicitário, midiático, passando a servir à nova indústria do entretenimento. As grandes obras de arquitetura começaram a dominar a paisagem das cidades mundiais, incrementando as novas imagens que irão predominar nos circuitos de “venda” dessas cidades, ou seja, parte da arquitetura contemporânea se converteu em um grande sustentáculo para o planejamento urbano estratégico. As administrações municipais da cidade do Rio de Janeiro se mostram cada vez mais de acordo com essa nova

ideologia arquitetônica, investindo em monumentos como o Museu de Arte do Rio – MAR, o Museu do Amanhã e o próprio “Porto Maravilha”, não excluindo dessa lógica os novos teleféricos e outros equipamentos que adquirem grande caráter simbólico quando aplicados em favelas.

Estudaremos aí como esses equipamentos, somados à política das UPPs, configuram uma espécie de “abertura de portões” às favelas cariocas, território, antes, obscuro e inacessível, e como essas ações estão integradas à construção de uma imagem de cidade adequada a um padrão exigido pelas grandes empresas de megaeventos mundiais. Analisaremos, ainda, como a atuação da Rede Globo, no papel da maior indústria de entretenimento brasileira, se faz fundamental no processo de consolidação da favela como mercadoria cultural e na popularização e, até, internacionalização do seu consumo.

Por fim, no Capítulo 4, observaremos, separadamente, os três casos caracterizados acima com o objetivo de apreciar neles os aspectos traçados na construção teórica, além de supostos fatores específicos que fazem de cada caso um complexo universo de estudo.

Por fim, delinearemos a Conclusão, a qual trará elementos que sintetizam todo o raciocínio construído ao longo do texto, além de confrontá-los com a hipótese elaborada inicialmente. Além disso, construiremos deduções elaboradas a partir da observação das visitas às favelas, levantando aspectos específicos de cada caso.

CAPÍTULO 1

A GLOBALIZAÇÃO E A BUSCA PELO PROTAGONISMO DAS GRANDES CIDADES

A dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro tem sido influenciada, pelo menos nos últimos vinte anos, por um pensamento ou um modo de organização dos discursos reconhecido mundialmente pelo nome de globalização. Dentre as mudanças atribuídas a esse novo paradigma, ocorreu uma maior descentralização dos poderes políticos e econômicos, tanto em escala mundial quanto em escala nacional, ou seja, as potências nacionais periféricas assim como suas grandes cidades passaram a representar maior autonomia política e econômica frente à concorrência capitalista. Isso significa que essas unidades políticas têm se preocupado mais com sua competitividade num cenário de grande concorrência em nível global. Os esforços para a construção de novas infraestruturas capazes de responder à nova lógica, a participação em megaeventos de grande repercussão e a frequente veiculação midiática em escala global são indícios do esforço de transformação da cidade do Rio de Janeiro em uma espécie de símbolo vigoroso, abstração fortemente estratégica num contexto de intensa predominância do capital financeiro.

O conceito de globalização é frequentemente acompanhado por outro termo que tem sido bastante reproduzido no campo do planejamento urbano: cidade global. O conceito de cidade global foi introduzido nos discursos sobre globalização com a ideia de transformar as cidades em suportes físicos para responder às forças globalizantes, sendo que, para isso, elas precisariam se preparar estruturalmente. Há fortes indícios de que a cidade do Rio de Janeiro se tornou palco de um tipo de projeto político totalmente voltado a esse objetivo, o de transformá-la em uma cidade global. O Rio de Janeiro se tornou uma espécie de tábula rasa para as manifestações ideológicas da nova fase do capitalismo contemporâneo, sendo inscritas sobre a cidade existente (e ignorada) as “novas” leis correspondentes às “novas” forças da economia global. Na realidade, as cidades sempre foram o *locus* privilegiado do sistema capitalista (FERREIRA, 2003), portanto, torna-se fundamental compreender quais são as mudanças reais (e discursivas) que foram empreendidas nessa nova fase do capitalismo e o caminho que tem

sido trilhado por vários governos municipais no Rio de Janeiro no sentido de adaptar a cidade a essas mudanças. E, essencialmente, compreender como as favelas que, aparentemente, se contrapõem a esse novo ideal de cidade global, se tornaram símbolo cultural eloquente do Rio de Janeiro e, portanto, estratégicas na construção da nova imagem da cidade.

Nesse sentido, será apresentado neste capítulo o delineamento do conceito de globalização e de outros termos derivados a fim de se elaborar uma análise das transformações políticas, econômicas e sociais empreendidas. Será discutido, também, o novo modelo de planejamento urbano desenvolvido para atender às novas demandas de adaptação das grandes cidades às novidades do sistema, sendo traçado um histórico demonstrando a forma como essas ideias foram se infiltrando e se consolidando no processo de planejamento da cidade do Rio de Janeiro, assim como em outros casos emblemáticos, como Barcelona, na Espanha, nos anos 1990, e Medellín, na Colômbia, mais recentemente. Nosso estudo sobre globalização e seus desdobramentos foi baseado nas obras de Saskia Sassen (1998) a qual apresenta um panorama das novas cidade globais e a definição desse novo conceito, sendo a pioneira em sistematizar essas ideias; de Manuel Castells (1983, 2006, 2008 e 2009) que desenvolve intensa análise sobre as novas dinâmicas sociais e econômicas da era da informação e suas consequências; de Jordi Borja e Manuel Castells (1996 e 1997) que descrevem as novas relações entre o global e o local e elaboram uma espécie de “guia” para assimilar e desenvolver os novos atributos das cidades globais; e de Edward Soja (2008) e David Harvey (1992 e 2009) que desenvolvem visões críticas sobre a globalização como nova fase do capitalismo e suas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, incluindo-se arquitetura e desenho urbano.

Na abordagem dos efeitos da globalização no modelo de planejamento urbano no contexto nacional e na cidade do Rio de Janeiro foram utilizadas as obras de Rodrigo Lopes (1998) o qual utiliza como referência obras de Borja e Castells para impingir os conceitos de cidade global no contexto nacional; de Otilia Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato (2000) que descrevem de maneira crítica a aplicação do modelo de planejamento estratégico nas grandes cidades brasileiras sob a forma de “ideias fora do lugar”; de João Sette Whitaker Ferreira (2003 e 2007) que tece uma crítica sobre o ajuste dos conceitos de cidade global na realidade economicamente desigual dos países periféricos, com destaque para a cidade de São Paulo; e de Glauco Bienenstein (2000), Rose Compans (2005), Pedro Novais de Lima Júnior (2010) e Mônica Amêndola (2011) os quais desenvolvem críticas sobre o uso do modelo de planejamento urbano estratégico na cidade do Rio de Janeiro.

1.1. Globalização como pano de fundo da contemporaneidade

O novo paradigma que tem determinado a estrutura econômica e influenciado as relações políticas, sociais e culturais de vários países no mundo, desde as últimas décadas do século XX, é o chamado fenômeno da globalização. A definição mais aceita e reproduzida do termo se refere a uma interdependência entre as economias em nível planetário, atualmente apoiada na intensificação das relações sociais para muito além das fronteiras geográficas, o que acaba não influenciando somente a economia, mas também os hábitos, costumes e culturas dos diversos povos. Porém, é necessário destacar que relações sociais que ultrapassam fronteiras distantes existem há milhares de anos (SOJA, 2008), desde quando se conformaram as primeiras cidades. Um dos argumentos que diferencia tal fenômeno nos dias de hoje é justamente seu aprofundamento e intensificação, uma vez que ele deixa de ter, exclusivamente, um caráter espacial e passa a ocorrer, de forma determinante, em caráter temporal. Isso significa que as trocas ocorrem de maneira instantânea e em escala mundial ou, colocando de outra forma, significa que os fluxos de informações interligam locais através de um sistema de redes de uma forma dinâmica e simultânea (CASTELLS, 2008). Outro argumento que torna ainda mais específico esse fenômeno contemporâneo é o aumento do percentual de pessoas no mundo que possuem a consciência de que fazem parte de um conjunto de relações em escala globalizada e que, portanto, compreendem que grande parte da “vida cotidiana de todas as pessoas é afetada pelos circuitos da atividade humana que operam especificamente nesta escala global” (SOJA, 2008, p. 278). Vale destacar que as inovações tecnológicas crescentes nas áreas de comunicação, transportes rápidos e informação, principalmente a partir do início da década de 1980, e a circulação quase sem barreiras do capital financeiro são colocadas como fundamentais para a aceleração desse processo.

A importância de iniciar este estudo a partir do conceito de globalização está no fato de que, de acordo com argumentos de diversos estudiosos², os quais têm sido, sistematicamente, reproduzidos em diversos discursos e teorias da organização social, pela primeira vez na história, a escala global da vida humana tem sido mais determinante e influente do que todas as outras escalas espaciais relevantes, em termos materiais, ocupadas pelo corpo humano. Isso quer dizer que compreender essa globalidade é fundamental para se compreender quase tudo o que se passa no mundo contemporâneo (SOJA, 2008).

² BORJA & CASTELLS, 1996-1997; CASTELLS, 1983-2008-2009; LOPES, 1998; SASSEN, 1998; SOJA, 2008.

Em termos econômicos, coloca-se que a intensificação do fenômeno da globalização causou uma transformação estrutural no sistema de produção industrial capitalista, caracterizada por uma nova divisão internacional do trabalho, uma vez que a produção industrial se expandiu e se distribuiu, de forma que regiões cuja estrutura industrial nunca havia se destacado internacionalmente, se tornaram novos espaços industriais relevantes no circuito mundial (como diversos países asiáticos e a região chamada de Vale do Silício, na Califórnia), ao mesmo tempo que antigas regiões manufatureiras passaram por um processo de desindustrialização e ascensão no setor de serviços (SOJA, 2008). Essa transformação também foi impulsionada pelo que é definido como uma crise do sistema fordista de acumulação, no final dos anos 1960 e início de 1970, devido à rigidez inerente ao equilíbrio entre produção e consumo em massa e à regulação estatal da relação salarial. Outra crise, a do Estado de bem-estar social, ocorreu devido à pressão dos programas de assistência social que buscavam responder por essa crise econômica. Dessa forma, o processo de produção se vê obrigado a se reestruturar através de um processo de flexibilização, desarticulando tudo o que existia até então, visando corrigir a queda da produtividade e da lucratividade. De acordo com Harvey (1992),

A acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, novos mercados de trabalho, dos produtos e padrões. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...). (HARVEY, 1992, p.140)

Esta flexibilização envolve, ainda, a compressão espaço-temporal, já citada, em que os horizontes temporais de tomadas de decisões, sejam públicas ou privadas, se estreitam; e as novas tecnologias de transportes e comunicações possibilitam o encurtamento radical das distâncias globais. Nestas condições, o capital financeiro ganha um papel fundamental, substituindo o capital industrial em importância, uma vez que esta forma de capital pode "viajar" longas distâncias de forma instantânea, diferentemente das mercadorias. Dessa forma, o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo (HARVEY, 1992).

O capital financeiro desregulamentado e apoiado nas novas tecnologias de comunicações e transporte possibilita uma maior flexibilidade em relação à escolha do local do globo em que será investido. Dessa forma, a localização dos novos centros industriais e aglomerações terciárias irá

se definir em função da disponibilidade de mão de obra, tanto desqualificada, no primeiro caso, e qualificada, no segundo, e também pela fragilização das organizações sindicais, condições que interferem na conformação dos espaços urbanos globalizados.

Contudo, deve-se ter claro que a ideia de globalização e suas conseqüentes transformações, descritas anteriormente, apesar de reproduzida de maneira sistemática, tanto no âmbito econômico, quanto político, cultural e intelectual, não conforma um consenso. David Harvey (2009) coloca, de maneira crítica, que o termo globalização trata antes de um processo do que de uma condição inelutável. Vendo dessa forma, é possível manter mais clara a noção de que, como processo, ele não é natural ou espontâneo, no sentido de acontecer segundo a ordem regular das coisas, como se não houvesse agentes discerníveis trabalhando intencionalmente para promovê-lo. Harvey enxerga como mais um evento do processo cíclico do capitalismo o que é muitas vezes colocado como um fenômeno pioneiro na história econômica mundial.

O que vemos então é que algo assemelhado a 'globalização' tem uma longa presença na história do capitalismo. Não há dúvida de que desde 1492, e mesmo antes disso, a internacionalização das trocas e do comércio estava em pleno florescimento. O capitalismo não pode sobreviver sem seus 'ajustes espaciais'. O capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica (tanto em termos de expansão como de intensificação) como solução parcial para suas crises e seus impasses. Assim, ele constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem e semelhança. Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infraestrutura e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital numa dada fase de sua história, apenas para ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para uma maior acumulação num estágio ulterior. Se, portanto, a palavra 'globalização' significa alguma coisa relativa à nossa geografia histórica recente, é bem provável que designe uma nova fase de exatamente esse mesmo processo intrínseco da produção capitalista do espaço. (HARVEY, 2009, p.81)

É intrínseco ao capitalismo o desejo de apressar, cada vez mais, o ritmo de circulação do capital e esse caráter gera conseqüências no próprio ritmo do desenvolvimento econômico do mundo. Além disso, são históricas as contradições entre o capital monetário e financeiro (o qual circula hoje de maneira quase instantânea) e os capitais produtivos, frutos da manufatura, da agricultura, da construção, dos serviços etc. Dessa maneira, o que temos atualmente não se configura como exceção, em termos históricos, uma vez que os dilemas econômicos se baseiam na mesma origem. No entanto, mesmo se tratando de um processo conhecido, algumas conseqüências são, inegavelmente, distintas, uma vez que a dinâmica financeira, possibilitada pelas novas tecnologias, é incompatível, em escala temporal, com a dinâmica dos processos de reprodução social, e os ônus, frutos dessa incompatibilidade, são enfrentados primordialmente pelos trabalhadores no que tange à segurança no emprego, às negociações salariais, à formação profissional etc. O capitalismo deseja eliminar todas as barreiras espaciais, deseja "aniquilar o

espaço por meio do tempo”, porém, só pode fazê-lo através do espaço material (HARVEY, 2009, p.86).

Harvey (2009) coloca que a redução dos custos e do tempo de deslocamento no espaço são os principais aspectos discerníveis do processo atual de globalização, os quais empreenderam quatro alterações principais a essa dinâmica: a desregulamentação financeira, uma adaptação forçada à realidade de colapso da rigidez econômica anterior, comandada pelos Estados Unidos³; as ondas de mudanças e inovações tecnológicas intensas desde os anos 1960; a chamada revolução da informação propiciada pela desmaterialização do espaço da mídia e das comunicações; e a transformação nos custos e no tempo do transporte de pessoas e mercadorias, permitindo rápidos ajustes de localização da produção, do consumo e das populações. Algumas consequências (e contradições), apontadas por Harvey, dessas quatro alterações, nos interessam fundamentalmente para compreender como o discurso elaborado a partir do processo da globalização afeta diretamente a dinâmica da cidade do Rio de Janeiro. Antes, contudo, deve-se ressaltar que o estabelecimento de uma relação direta entre os efeitos do processo da globalização e o contexto das cidades de países periféricos, assim como sua classificação, sem ressalvas, como cidades globais, é algo, no mínimo, arriscado. Como bem demonstrou Ferreira (2003 e 2007), o uso do termo cidade global em casos como o do Rio de Janeiro e o de São Paulo se relaciona mais com uma construção ideológica, com a fabricação de um mito convenientemente traçado no sentido de fortalecer investimentos de grupos de elite, do que com a produção do espaço em si.

Em primeiro plano, ocorrem alterações nas formas de produção e de organização no eixo do sistema econômico, seguidas pela dispersão e fragmentação geográficas dos processos de produção, das divisões do trabalho e das especializações de tarefas. Nessa lógica, algumas grandes cidades tendem a concentrar em seus centros urbanos grandes complexos terciários e financeiros, como é o caso dos exemplares setores de negócios de Wall Street, em Nova York, La Défense, em Paris, ou as Docklands, em Londres (SASSEN, 1998). Embora em uma diferente ordem de magnitude, em 2009, foi aprovado pelas três esferas de governo o projeto “Porto Maravilha”, na cidade do Rio de Janeiro, o qual pretende “requalificar” o centro antigo da cidade e construir um ambiente favorável ao capital financeiro e imobiliário, substituindo antigos casarões e a infraestrutura existente do porto por edifícios modernos com fachadas de vidro e,

³ Harvey ainda supõe que a retórica que acompanhou a desregulamentação financeira e todo aquele contexto de mudanças estava voltada para a promoção do termo “globalização” como um conceito virtuoso, ou seja, havia um artifício publicitário destinado a tirar um maior proveito do ajuste necessário do sistema financeiro internacional (HARVEY, 2009, p.89).

alguns deles, com mais de cinquenta pavimentos. Ou seja, o “Porto Maravilha” é um projeto urbano de grande escala que pretende inaugurar na cidade uma infraestrutura atrativa a padrões empresariais internacionais que possibilitará a instalação de sedes de diversas empresas de caráter multinacional, transformando a região numa espécie de novo centro financeiro do Rio de Janeiro. Evidentemente, apesar de ser um empreendimento apoiado num discurso de adaptação da cidade às novas demandas econômicas, trata-se de um projeto mais vinculado a uma “visão de oportunidade de empresários locais do setor imobiliário face a uma nova demanda surgida graças à abertura neoliberal” (FERREIRA, 2003, p.92)

Em segundo lugar, houve uma suposta perda relativa de poderes por parte dos Estados nacionais e ampliação das dificuldades para uma determinada potência central controlar economicamente outras potências. Esse aspecto integra o discurso de que houve um aumento das possibilidades dos países periféricos se inserirem na concorrência capitalista, sendo representados por suas metrópoles economicamente mais desenvolvidas. Nesse sentido, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro ganham, nas últimas duas décadas, projetos políticos que pretendem inseri-las no cenário de competitividade mundial, disputando com outras cidades globais a concorrência por diversos tipos de investimentos, apoiando-se no argumento de que, assim, atrairão recursos que poderão ser reinvestidos localmente. Mais uma vez, trata-se de uma estratégia política de forte perfil neoliberal, não diretamente relacionado a ajustes necessários aos novos rumos econômicos.

Por fim, e não menos importante, surge uma preocupação com a preservação e a produção de diversidades culturais mediante o receio da homogeneidade na cultura global devido à ampliação do mercado de consumo. A rapidez inédita dos fluxos de mercadorias, tecnologias e pessoas sugere uma nova fase de interpenetração cultural, porém, por outro lado, intensifica as reações culturais à influência homogeneizadora dos mercados globais através das afirmações da vontade de ser diferente ou especial. Aí identificamos um paradoxo, já que, para o capitalismo, aquilo que é diferente ou especial significa a possibilidade de um mercado diferente e especial, transformando aquela manifestação cultural excêntrica em mercadoria turística. É, portanto, esse ponto que caracteriza a configuração das favelas cariocas em um potencial produto turístico global, devido ao seu caráter de manifestação cultural relacionada ao samba, ao carnaval e à mulata, clichês de fácil aceitação e consumo, e à sua forma excêntrica frente ao padrão urbano globalizado.

1.2. O espaço urbano globalizado

Entender a dinâmica da globalização no espaço urbano é o primeiro passo para delinear e compreender seus efeitos sobre o contexto urbano do Rio de Janeiro e, principalmente, sobre a complexidade urbana e social das favelas cariocas. A importância das cidades nesse novo contexto mundial é justificada pelo crescente aumento da população e das áreas urbanizadas em nível global, o que se deu através de um processo de concentração, devido à migração da população rural, e de expansão, devido ao crescimento da população já urbanizada; e pela sua enorme capacidade de acumulação e reprodução capitalista, o que fez com que a economia mundial passasse a ser organizada de acordo com as dinâmicas entre os espaços urbanos locais, regionais e mundiais (LOPES, 1998).

Saskia Sassen, socióloga e professora na Universidade de Chicago, foi uma das primeiras estudiosas a sistematizar o que seriam as novas funções das cidades de acordo com a nova ordem econômica mundial. Em seu trabalho *As cidades na economia mundial*, de 1998, ela demonstra que algumas cidades desenvolveram a capacidade de desempenhar um papel estratégico na nova economia mundial, sendo chamadas de cidades globais, as quais concentram em seu território as infraestruturas de telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais, além de abrigarem as próprias matrizes das empresas globais (SASSEN, 1998). Os exemplos de cidades globais utilizados por Sassen em sua análise são, historicamente, centros do comércio mundial e da atividade bancária, pontos de comando na organização da economia mundial e, conseqüentemente, lugares e mercados fundamentais para a indústria de destaque do atual período e lugares de produção fundamentais para essas indústrias, incluindo a produção de inovações tecnológicas e mão de obra qualificada. Por outro lado, na economia global, o mercado de trabalho que ganha relevância é aquele relacionado à mão de obra qualificada, de sólida formação, deixando à margem um conjunto de atividades e tipos de trabalhadores que são tão vitais quanto as finanças internacionais e as telecomunicações globais. A globalização econômica potencializa, porém, uma nova geografia de centralidades, possibilitando a inclusão de economias periféricas (adiantadas) na dinâmica da concorrência global.

O crescimento do investimento direto, desde 1991, fortaleceu ainda mais o papel dos grandes centros comerciais latino-americanos, sobretudo a Cidade do México, São Paulo e Buenos Aires. (...) O investimento estrangeiro direto, via privatizações e outros canais, tem sido associado com a desregulamentação dos mercados financeiros e das instituições econômicas fundamentais. Assim, o considerável papel desempenhado pelo mercado de ações e outros mercados financeiros, nesses

complexos processos de investimento, aumentou a importância econômica das grandes cidades onde tais instituições estão concentradas. Devido ao peso do valor dos investimentos em empresas privatizadas e de outros investimentos muitas vezes relacionados, que ocorreram no México, Argentina e Brasil, o impacto de vastos fluxos de capital é particularmente sentido nos setores empresariais e financeiros (...). Vemos nessas cidades o surgimento de condições que reúnem padrões evidentes nas grandes cidades ocidentais: mercados financeiros altamente dinâmicos e setores de serviços especializados; supervalorização do produto, das empresas e dos trabalhadores desses setores e desvalorização do resto do sistema econômico. (SASSEN, 1998, p. 56)

Manuel Castells, em seu trabalho *Sociedade em rede*, publicado ao final da década de 1990, cria o termo espaço de fluxos referindo-se ao espaço estruturante da cidade informacional ou espaço urbano globalizado, ou seja, a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxo. Segundo o autor, esse espaço de fluxos pode ser descrito pela combinação de três camadas: a) primeira camada constituída por um circuito de impulsos eletrônicos; b) segunda camada constituída por seus nós, os quais são centros das funções estratégicas mais importantes, e pelos centros de comunicação; e c) terceira camada constituída pela organização espacial das elites gerenciais dominantes (e não pelas classes) que exercem as funções direcionais segundo as quais esse espaço é articulado.

Na cidade informacional, cada vez mais as pessoas trabalham e administram os serviços desde a sua própria casa, é a “centralidade da casa”, uma tendência importante da nova sociedade que irá refletir na configuração espacial. Esse caráter não significa, necessariamente, o fim da cidade, pois locais de trabalho, escolas, hospitais, postos de atendimento ao consumidor, áreas recreativas, ruas comerciais, shopping centers, centros esportivos, dentre outros, continuarão a existir. Porém, o avanço tecnológico e das redes informacionais permitirão com que as pessoas se desloquem entre esses lugares durante todo o tempo, uma vez que uma determinada categoria de trabalho não está mais vinculada a um espaço específico, o que irá exigir uma infraestrutura de mobilidade cada vez mais avançada e crescente, sendo considerada mobilidade em escala local e em escala global. Em decorrência dessas mudanças, o autor apresenta a tendência de criação de um estilo de vida derivado dessa nova lógica social, e de formas espaciais que unifiquem o ambiente simbólico dessas elites em qualquer ponto do mundo. É nesse contexto que surgem os espaços (segregados) ao longo das linhas conectoras do espaço de fluxos: hotéis internacionais, aeroportos, acesso móvel pessoal e on-line às redes de telecomunicações e um sistema de procedimento de viagens, serviços secretariais e hospitalidade recíproca que mantém um círculo fechado baseado em ritos similares independente do país, um estilo de vida que transcende as fronteiras culturais de todas as sociedades (CASTELLS, 2008). Em suma, essa mesma infraestrutura, com os mesmos padrões,

pode ser encontrada em cidades como Nova Iorque ou Rio de Janeiro, sendo expressivas no que tange à competitividade global por investimentos.

Vale ressaltar que o pensamento de Sassen e Castells são relevantes, acima de tudo, por representarem a base conceitual e teórica das metodologias de gestão e intervenção urbana que começaram a ser elaboradas a partir da década de 1980 e que pretendemos analisar ao longo deste trabalho. Além disso, através do conceito de espaço global de ambos os autores, é possível perceber como essa lógica está restrita à presença de um circuito econômico capitalista formal e desenvolvido, estando excluídos os contextos dos países periféricos e dos espaços urbanos subcapitalizados (DE SOTO, 2001)

As transformações no espaço urbano globalizado baseiam-se em um discurso de que são necessárias novas formas de gestão, como é defendido pelos sociólogos urbanos Jordi Borja e Manuel Castells (1996), uma vez que elas estão apoiadas na lógica de que “o global condiciona o local” (BORJA & CASTELLS, 1996, p.9) e numa dinâmica mais instantânea à qual o planejamento urbano normativo tradicional seria incapaz de responder através de suas ferramentas rígidas. Para os defensores de um novo modelo de planejamento, as cidades globais precisariam de um sistema de gestão flexível o suficiente para serem capazes de propor ações rápidas e eficazes a uma dinâmica urbana incapaz de ser “dirigida⁴” a longo prazo.

1.3. Novas propostas de gestão do espaço urbano globalizado: ciência ou retórica?

As mudanças na nova dinâmica econômica capitalista geram, como foi visto, transformações no espaço urbano. O novo formato de gestão urbana vem, portanto, com o intuito de responder aos problemas inéditos gerados pela intensa urbanização e crescente globalização, sendo que o ponto chave do discurso que irá balizar essa reformulação será o chamado protagonismo das cidades, as quais passaram a ganhar muito mais destaque dentro do contexto global, configurando-se como nós dentro do espaço de fluxos.

Os formuladores dos novos conceitos de gestão urbana argumentam que a administração de organizações grandes e complexas mostrou-se tão difícil que a tendência é a redução do

⁴ Termo faz alusão ao instrumento do Plano Diretor Municipal, principal produto do planejamento urbano normativo tradicional.

tamanho, descentralização, especialização e terceirização, tanto para empresas quanto para governos. Dessa forma, apoiando-se no argumento da deficiência de qualidade administrativa dos governos em nível nacional, estadual e municipal por abrangerem um grande e diversificado número de atribuições, a tônica principal do processo de reestruturação administrativa seria a diminuição de seu tamanho pela redução de suas funções, paralelamente a um amplo processo de privatização de suas instituições e serviços, ou seja, determinações típicas de uma linha econômica neoliberal (LOPES, 1998).

Da mesma forma que são grandes as pressões internas sobre os governos locais, são ainda maiores as pressões externas geradas pela globalização, uma vez que o intenso processo de urbanização e a expansão das cidades gera uma maior demanda da população por serviços públicos que, para se concretizarem, necessitam de uma maior mobilização de recursos. Um dos preceitos que acompanham o discurso defensor da adaptação do modelo de gestão urbana às transformações globalizadoras é que a capacidade de cobrança de impostos aumenta de acordo com um crescimento na acumulação interna de riquezas, cuja possibilidade será definida pela competitividade da cidade na produção de bens e serviços. Numa economia globalizada, a competitividade é intrínseca à integração na economia global. Essa conjuntura, portanto, exigiria um maior relacionamento entre governos locais e iniciativa privada e as empresas que desejam ser competitivas num contexto global, tendem a se concentrar em cidades que lhe ofereçam essa possibilidade, “conduzindo a um processo crescente de centralização de atividades econômicas” (LOPES, 1998, p.50)

Porém, dentro dessa lógica, além de fornecer a infraestrutura para o funcionamento competitivo dessas empresas, as cidades devem ainda oferecer um algo mais que transforme a qualidade de vida naquele local e crie condições que atraiam moradores e visitantes mais exigentes, aliadas à construção de uma identidade cultural marcante.

O espaço de fluxos é definido pela integração na sociedade em rede, enquanto o espaço local é definido pela estruturação social e cultural. É preciso não esquecer que, no mundo atual, é o primeiro que predomina na luta pela competitividade, sendo o segundo o algo mais que o diferencia. (LOPES, 1998, p.50)

Nesse sentido, determinados governos locais se revelariam mais preparados tanto para negociar as demandas globais quanto para representar a pluralidade de interesses sociais e identidades culturais da sociedade.

As ferramentas para que os governos locais consigam alcançar esses desafios deveriam se apoiar em um projeto de cidade abrangente e claro em seus objetivos, além de atrativo tanto

para a população quanto para as incorporações privadas. A atratividade é defendida como um dos aspectos mais importantes desse objeto, a qual pode ser potencializada se houver investimentos em um eficiente programa de *marketing*. A principal ferramenta desenvolvida para atender a todas essas condições expostas foi o chamado planejamento estratégico, uma técnica gerencial que migrou da utilização militar para as empresas e numa segunda etapa para o planejamento público (LOPES, 1998, p. 80).

A definição de Planejamento Estratégico abrange a coordenação dos vários níveis e funções estratégicas de uma organização vinculada a um projeto global. Considera ainda quatro pontos principais que são a *missão*, que seria onde se quer ir; as *estratégias*, que seriam as formas de se chegar; o *orçamento*, que seria o que se pode fazer; e o *controle*, que seria como medir o andamento do processo (LOPES, 1998, p.81). E, de acordo com a lógica econômica que orienta esse contexto, o estabelecimento de um efetivo arcabouço de cooperação público-privada é colocado como fundamental a fim de se alcançar uma visão mútua entre todos os agentes transformadores da cidade visando à implantação de objetivos consensuais.

O consenso é sempre colocado como a pedra fundamental do Planejamento Estratégico de Cidades, uma vez que, se existe resistência por parte de alguma parcela da sociedade, já é suficiente para que o planejamento falhe. Portanto, a comunicação e a divulgação de seus objetivos devem ser eficientes a ponto de se evitar o risco de se estabelecerem oposições, além de tentarem garantir maior participação dos atores da cidade e o aumento da difusão das informações, condição essencial para a obtenção de consensos significativos. O critério do consenso se torna um instrumento ideológico forte, uma vez que é colocado pela “teoria” do planejamento urbano estratégico como poder legitimador das políticas públicas necessárias para tornar a cidade atraente aos investidores, políticas essas direcionadas para os ganhos dos interesses capitalistas. Nesse sentido, os grandes eventos internacionais, como as Olimpíadas ou a Copa do Mundo, são extremamente cobiçados pelo potencial que representam de dinamização urbana, de acordo com os novos padrões de competitividade, e pela grande facilidade em serem aceitos como algo positivo pela opinião pública.

A natureza do plano estratégico é essencialmente política (porém, não partidária ou corporativa), já que trata de um programa de ação que envolve escolhas e direcionamento políticos, e para se garantir o sucesso deste plano, ele deve ser ativamente suportado por representantes políticos da comunidade, “aqueles indivíduos e grupos cuja cooperação é essencial para um sucesso estratégico ou cuja oposição levará a um fracasso estratégico” (LOPES, 1998, p.89). Rodrigo

Lopes (1998) defende ainda que a condução de um modelo de Planejamento Estratégico de Cidades exige uma postura completamente distinta daquela identificada na técnica convencional do planejamento normativo. Ele descreve que

A condução de um Planejamento Estratégico de Cidades exige dos planejadores uma postura completamente diversa da técnica normal de planejamento. Assim como os filósofos, os planejadores estratégicos fazem perguntas fundamentais. As virtudes principais de um bom planejador estratégico podem ser assim resumidas: - trabalha com a realidade existente, e nunca usa a falta ou o excesso de dados como uma desculpa para a inação; - apoia-se em conhecimentos amplamente difundidos e partilhados, reafirmando o uso de soluções intuitivas; - desafia questões fundamentais e procura promover o pensamento criativo e inovativo; - tem uma visão modesta e fundamentada da factibilidade de objetos, ações e projetos; - tem consciência de que a decisão de não agir é, em si mesma, uma ação; - coloca ênfase prioritária em resolver questões de maior importância; - busca sempre um maior entendimento da missão, objetivos, ações e projetos; - procura ser um veículo de crescente eficiência administrativa nos governos locais; - tem uma postura aberta, tanto a interesses políticos quanto de grupos, corporações e instituições; - visa a um plano representativo, participativo e esclarecedor, capaz de ser percebido como confiável, legítimo e justo; - preocupa-se como o plano é projetado, elaborado, difundido e implementado, tanto quanto com a sua substância; - mantém sempre uma consciência clara dos riscos e limitações do plano. (LOPES, 1998, p.91-92)

Cabe aqui indagar quais pontos, dentre esses apresentados pelo autor, seriam essencialmente divergentes da postura exigida pelo planejamento urbano tradicional, já que, dentre os requisitos elencados, não foi descrita nenhuma técnica específica ao modelo de Planejamento Estratégico de Cidades, mas sim apontadas qualidades genéricas do ato de planejar uma organização, seja esta uma cidade ou empresa. Partindo dessa indagação, portanto, apresenta-se a hipótese levantada por Rose Compans em *Empreendedorismo Urbano*, de 2005, de que o modelo de “empreendedorismo competitivo”, como ela denomina o sentido do planejamento estratégico urbano, divulgado como um instrumento técnico de gestão de cidades, na verdade, trata de uma estratégia político-argumentativa destinada a viabilizar um projeto de modernização capitalista, como foi esclarecido por David Harvey (2009). Para proceder à análise das circunstâncias que levam a autora a elaborar essa hipótese, ela parte do que ela mesma define como principal referência teórica (ou discursiva) sobre o modelo técnico do planejamento estratégico urbano, a obra *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de información*⁵, publicado em 1996 e de autoria dos sociólogos urbanos Jordi Borja e Manuel Castells.

Em suma, os governos locais assumem um papel político revitalizado em consonância com a crise estrutural de competências e de poder na qual se encontram os estados nacionais no novo sistema global. Simplificando, pode-se dizer

⁵ Esta obra trata de uma das primeiras compilações de ideias voltadas à formulação de um tratado sobre o tema em questão, além disso, como destaca Compans, “nela se expressa de forma mais bem elaborada a estratégia político-argumentativa, uma vez que todo o conjunto de concepções e postulados que convergem para sua constituição é aí sintetizado” (COMPANS, 2009, p.30)

que os estados nacionais são muito pequenos para controlar e dirigir os fluxos globais de poder, riqueza e tecnologia do novo sistema, e muito grande para representar a pluralidade de identidades culturais e os interesses sociais da sociedade, perdendo assim legitimidade como instituições representativas e como organizações eficientes. (BORJA & CASTELLS, 1996, p.13)⁶

A partir desse trecho de Borja e Castells (1996) é possível identificar o pretexto de que existe uma crise, supostamente provocada pela inadequação do sistema governamental e urbano ao enfrentamento dos novos desafios colocados pela crescente globalização e urbanização, a qual só poderia ser superada através do chamado protagonismo dos governos locais, que assumiriam o papel de dirigentes na promoção do desenvolvimento econômico. Esse desenvolvimento se implementaria pela participação crescente do setor privado na gestão de serviços e equipamentos públicos, busca do consenso social acerca dos objetivos estratégicos e a introdução da lógica empresarial na gestão pública, condições que coincidem de maneira absoluta com os interesses privados dos atores que promovem a importação do modelo de empreendedorismo competitivo nas cidades.

A ideia de cidade global surge como resposta à demanda da economia flexível ou pós-fordista baseada na aceleração dos ritmos de inovação, produção e consumo, envolvendo a segmentação e a personalização deste último. Uma cidade global, de acordo com alguns teóricos, deve oferecer uma estrutura capaz de se adaptar a essa flexibilidade de maneira rápida e fluida, o que depende do controle sobre o fluxo de informações e sobre veículos de propagação do gosto e da cultura populares – mídia, imprensa, publicidade etc. -, principais veículos que induzem ao consumo de novos produtos, além de estimular a criação de novos comportamentos e estilos de vida, mote para a economia flexível. São nas cidades que surgem a moda, os gostos, os novos estilos, além de ser onde se tem acesso aos meios de comunicação e onde são produzidos os conhecimentos científicos relevantes, que possibilitam a produção das novidades.

Porém, para se alcançar esse ritmo da economia pós-fordista, prega-se que é necessário superar a rigidez do fordismo, não só através de novas tecnologias da informação e da dinâmica cambiante da moda, mas sobretudo através da flexibilização da relação salarial, da quebra da estabilidade do emprego e do dismantelamento dos sindicatos, ou seja, através de um

⁶ Tradução da autora: "In short, local governments acquire a revitalized political role through the structural crisis of areas of authority and power that is affecting nation states in the new global system. Simplifying somewhat, it could be said that nation states are too small to control and direct the global flows of power, wealth and technology of the new system, and too big to represent the plurality of social interests and cultural identities of society, thus losing legitimacy both as representative institutions and as efficient organizations."

retrocesso nas velhas conquistas dos trabalhadores. Agora, um questionamento essencial para se definir a importância do papel das cidades como legitimadoras desse novo modelo de gestão urbana: em que medida os governos locais estão mais aptos para protagonizarem a reestruturação da economia, mesmo dispondo de menos poderes e recursos que os Estados nacionais para intervir em decisões econômicas globais? As respostas podem ser encontrada nos escritos de Borja e Castells (1996): maior adaptabilidade e flexibilidade institucional⁷ e maior capacidade de legitimação política, uma vez que a proximidade com os representados é maior.

Nestas condições, os governos locais e regionais estão emergindo, em todo o mundo, como entidades mais flexíveis, unidas ao terreno de suas identidades, potencialmente capazes de negociar uma adaptação contínua à geometria variável dos fluxos de poder. (BORJA & CASTELLS, 1996, p. 23)⁸

Parte das estratégias de legitimação política utiliza-se de um fortalecimento da identidade das cidades, vinculada a um passado de glória e a um futuro célebre do que propriamente circunscrita no tempo presente, contradizendo, de certa forma, o discurso reproduzido pelos planejadores estratégicos que dizem gerir as cidades do presente. No sentido de promover uma imagem forte e positiva da cidade, foi introduzida a estratégia do *city marketing*, a qual visa “vender a cidade” aos investidores globais, aos turistas e à mão de obra qualificada. Essa “venda” ou promoção da cidade significa, na linguagem própria do *marketing* urbano⁹, a criação e a divulgação de uma imagem positiva e sólida da cidade, como se tratasse de uma “marca” publicitária; a construção e divulgação de grandes e variadas atrações turísticas de caráter cultural, de entretenimento, monumentais etc.; a oferta de infraestrutura de qualidade tanto para os habitantes da cidade quanto para seus visitantes; e o aprimoramento e a divulgação das habilidades e hospitalidade da sua população. Entretanto, o *city marketing* da cidade global não tem como objetivo único e primordial a divulgação turística e comercial da cidade, mas também, e fundamentalmente, é concebido como um conjunto de políticas destinadas a garantir e impulsionar o crescimento econômico. É interessante destacar que as ferramentas do *city marketing* tratam a cidade da mesma forma como o *marketing* comercial trata um produto a ser vendido a um determinado público, ou seja, existe um exercício discursivo de metaforização da

⁷ Os autores entendem como “flexibilidade institucional” a capacidade interna e a autonomia externa das instituições locais para negociar a articulação da cidade com as empresas e instituições de âmbito supralocal. (BORJA & CASTELLS, 1996, p.23)

⁸ Tradução da autora: “*Under these circumstances, local and regional governments are emerging, all over the world, as more flexible bodies, keeping close to the bedrock of their identities and potentially capable of negotiating continuous adaptation to the variable geometry of the power flows.*”

⁹ A referência para o tema do *marketing* público utilizada por Rose Compans em sua obra “Empreendedorismo Urbano” (2009) é a obra dos consultores e professores de *marketing* Philip Kotler, Donald Haider e Irving Rein, autores de “*Marketing Público*”, de 1993.

cidade na tentativa de se criar símbolos fáceis de serem incorporados pelos seus possíveis “consumidores”. Por exemplo, na introdução assinada pelo prefeito Eduardo Paes do Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (2009-2012) encontra-se a seguinte afirmação:

O Rio é responsável pela criação das marcas brasileiras mais conhecidas no mundo: Maracanã, Copacabana, Ipanema, Corcovado, Pão de Açúcar, Samba, Bossa Nova. Sem mencionar a marca Rio, abrigada no imaginário de pessoas no mundo inteiro, e que fala por si só. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2009-2012)

A definição de *city marketing* para Borja e Castells inclui ainda a espetacularização espacial como estratégia de promoção urbana. Exemplos disso são a promoção dos eixos comerciais e a revitalização de áreas centrais que acabam provocando uma crescente importância da arquitetura, do *design* urbano, do monumentalismo e da realização de eventos culturais e esportivos como mecanismo de comunicação externa e interna. Segundo Harvey (1992), a “mobilização do espetáculo” é um dos aspectos mais marcantes do urbanismo pós-moderno e acaba por simbolizar todo o vigor, o poder e a dominação das empresas que fazem parte deste contexto urbano espetacular. Ele ainda afirma: “se a vida urbana deve agora ser apresentada como uma imensa acumulação de espetáculos, não haveria mais lugar para o plano de ordenamento territorial, eis que ele sucumbe diante do *design* urbano.” (HARVEY, 1992, p.132)

“(…) na lógica da máquina de crescimento, a busca ideológica de um consenso que legitime as políticas públicas de urbanismo exclusivamente direcionadas para os ganhos dos capitalistas urbanos é um dos elementos políticos centrais para seu sucesso. Nesse sentido, as teorias das cidades-globais, que defendem a inserção competitiva das cidades na economia globalizada, caem como uma luva para a construção desse consenso. Face à crise estrutural vivida nos países periféricos, vimos (...) que a promessa de ‘acesso’ ao Primeiro Mundo que representa o discurso da globalização é uma das razões da força de sua penetração no imaginário social. A essa ideia atrela-se facilmente uma outra pela qual esse acesso depende de cidades bonitas e à altura dos desafios de competitividade da modernidade global: passa a fazer sentido, quase que como uma condição para o bilhete da modernidade que as cidades se modernizem e tenham seus centros de negócios, seus ‘Sohos’ e centros culturais, e assim por diante. Um cenário de sonho para os empreendedores da máquina de crescimento, que veem aí uma oportunidade rara de bons negócios. **Se a cidade está ou não no roteiro das finanças globais é, em última instância e nesse ponto de vista, uma questão absolutamente menor, o que interessa na verdade sendo os ganhos que a produção da cidade pode propiciar, se possível em decorrência dos efeitos do discurso – apenas – da ‘inserção global’.**” (FERREIRA, 2003, p.224; grifo meu)

O Planejamento Estratégico de Cidades é fundado, portanto, como uma alternativa supostamente eficaz em relação ao agora combatido planejamento urbano normativo, é a substituição do plano pelo projeto, dado como mais adequado ao horizonte temporal da nova era informacional, devido à priorização das ações de curto prazo em detrimento às que requerem um longo período de maturação, além do aparente benefício de facilitar o engajamento do setor

privado no seu financiamento, realização e gestão, mediante parceria com o setor público ou sob a forma de concessão da exploração (COMPANS, 2005).

O principal argumento que tenta derrubar os instrumentos tradicionais de planejamento urbano é o da impossibilidade de se prever o futuro e controlá-lo face a um contexto de grande desordem e complexidade social, econômica e espacial, fruto da intensa globalização, além da vigência de uma renovada confiança no mercado, própria do processo de reestruturação capitalista. Os grandes projetos, portanto, são defendidos porque, além de facilitarem a captação de recursos privados, seriam mais eficazes ao abarcarem uma porção territorial mais concisa e fácil de administrar; possibilitariam uma maior adaptabilidade às mudanças conjunturais, além de exigirem um menor prazo de execução.

Alguns planejadores estratégicos defendem a complementariedade entre os planos estratégicos e os planos diretores, como se o plano estratégico correspondesse a um plano de ações apoiado no arcabouço legal de ordenamento urbano derivado do Plano Diretor Urbano. Porém, Borja e Castells partilham da crença da inoperância do velho plano físico-territorial, justificada pela ideia de que a inserção econômica competitiva se dá justamente pela antecipação em relação às tendências mercadológicas, e não através de seu acompanhamento. Eles colocam que “é geralmente aceita a relativa inoperância desses planos (territoriais urbanos) quando não se apoiam nas dinâmicas econômicas e sociais que permitam seu desenvolvimento em projetos” (BORJA & CASTELLS, 1996, p.207). Outras críticas se baseiam ainda na comparação entre os dois instrumentos. Enquanto o plano estratégico, supostamente, se apoia no consenso e na participação em todas as fases, utiliza uma análise qualitativa e de fatores críticos e cria compromissos e acordos entre os agentes para a ação imediata a curto prazo; o plano diretor é uma criação de responsabilidade da administração pública e inclui a participação *a posteriori*, considera primordialmente fatores físico-territoriais e trata de um plano normativo para regular a ação privada futura (BORJA & CASTELLS, 1996). Por fim, o plano estratégico é definido pelos autores como um projeto coerente de transformação econômica e urbanística que amplia a competitividade internacional da cidade ao mesmo tempo em que estimula intervenções pontuais e de curto prazo capazes de envolver tanto o investimento privado quanto construir consenso político entre os grupos populacionais internos. Porém, daí se nota um paradoxo: a subordinação das escolhas estratégicas ao que é consensual e de interesse dos empresários tende a excluir as propostas que não apresentam tais requisitos, ainda que sejam fundamentais aos interesses urbanos. Borja e Castells reconhecem o risco da seleção “incorreta” de projetos, da mesma forma que o risco da insuficiente participação e consenso e ainda o risco de “banalização”, uma

vez que se trata de um acordo de origem política e não normativa e, portanto, depende da vontade dos agentes. E para neutralizar esses riscos seriam necessários quatro requisitos de apoio: a sensação de crise trazida pelos novos efeitos da globalização; o pacto entre agentes públicos e privados; a geração de uma liderança local e a “vontade conjunta e consenso cidadão para que a cidade dê um passo adiante, tanto do ponto de vista físico, como econômico, social e cultural” (BORJA & CASTELLS, 1996, p.108)¹⁰.

“Liderança local” e “consenso cidadão” (BORJA & CASTELLS, 1996) são requisitos que se apoiam claramente no poder legitimador do discurso político-argumentativo, o qual visa justamente à eliminação de demandas e reivindicações incongruentes ou contraditórias aos interesses hegemônicos a fim de abrandar as contradições inerentes à relação do aparelho estatal com a sociedade oriunda (COMPANS, 2005). No entanto, é importante destacar que o esforço de fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço, principalmente no contexto dos países em desenvolvimento, como o Brasil, dissemina o senso comum de que o novo modelo de gestão urbana é promissor em termos da disseminação de empregos e será capaz de ampliar a capacidade de consumo da porção pobre da sociedade. Porém, a permanente e crescente desigualdade de renda, além da fragmentação do tecido socioespacial urbano, alimenta uma instabilidade que é respondida somente com soluções auxiliares, muitas vezes ignorando antigas negociações entre a administração pública e as comunidades e apostando na expressividade de tais soluções¹¹, especialmente direcionadas àqueles que são considerados inaptos para o consenso.

O que caracteriza a nova economia global é seu caráter extraordinariamente inclusivo e excludente, ao mesmo tempo. Inclusivo daquilo que cria valor e do que se valoriza, em qualquer país do mundo. Excludente do que se desvaloriza ou se subestima. É, portanto, um sistema dinâmico, expansivo e um sistema segregador e excludente de setores sociais, territórios e países. É um sistema em que a criação de valor e o consumo intensivo se concentram nos segmentos conectados à escala mundial, enquanto que em outros amplos setores da população, de dimensão variável de acordo com o país, se produz uma transição da anterior situação de exploração a uma nova irrelevância estrutural, de acordo com a lógica do sistema (...). Tais tendências não são inevitáveis. Mas para contrariá-las, utilizando o potencial criativo das novas tecnologias em benefício da maioria da população, são necessárias políticas corretoras dos desequilíbrios atuais. (BORJA & CASTELLS, 1996, p.18-19)¹²

¹⁰ Tradução da autora: “*a joint will and citizen consensus for the city to take a leap forward, from the physical, economic, social and cultural points of view.*”

¹¹ Neste caso, destacam-se as iniciativas públicas recém inauguradas nas áreas pobres e favelizadas de cidades como Medellín, Bogotá e Rio de Janeiro, sendo esta última objeto de análise deste trabalho.

¹² Tradução da autora: “*What characterizes the new global economy is its extraordinarily – and simultaneously – inclusive and exclusive nature. It includes anything that creates value and is valued, anywhere in the world. It*

Porém, mesmo com o destaque dos autores para a necessidade dessas políticas corretoras, vale lembrar que é intrínseca à economia flexível, global e competitiva pós-fordista a necessidade de desregulamentação dos mercados de trabalho com o intuito de anular o diferencial de competitividade favorável às regiões onde eles são menos regulados, tornando paradoxal essa diretriz.

Borja e Castells destacam ainda a importância atribuída às lideranças personalizadas para o alcance de respostas positivas nos processos estratégicos, reforçando a figura “decisiva” dos prefeitos em diversos casos de cidades analisadas por eles. Porém, a percepção popular dessa personificação da política e do carisma dos prefeitos se deve exclusivamente à maneira como ela é capturada e veiculada pela mídia, uma vez que é através dos meios de comunicação que, essencialmente, os processos eleitorais se decidem. Com o nível simbólico da política sendo mais importante do que nunca, as mensagens veiculadas pelos meios de comunicação acerca dos governos locais devem, portanto, “gerar símbolos capazes de receber apoio, ancorados em personalidades críveis, confiáveis e, se possível, carismáticas”¹³ (BORJA & CASTELLS, 1996, p.22). Nesse sentido, vale destacar a afirmação emblemática desses autores quando analisam o papel das lideranças políticas locais frente às autoridades políticas:

Lideranças locais, nem sempre, inicialmente, estão do lado das autoridades políticas, embora eles devam, em todo caso, estar presentes e contribuir para a construção de uma liderança compartilhada. (BORJA & CASTELLS, 1996, p.108)¹⁴

Essa noção é refletida, inclusive, na proposta dos autores em não haver partidos políticos nas eleições municipais, justificada pela ideia de que as eleições municipais não precisam ser uma cópia perfeita das eleições nacionais e que, dessa forma, haveria maior liberdade de organização política.

Os partidos políticos que concorrem nas eleições nacionais não são necessariamente os mesmos que devem concorrer nas eleições locais. A política municipal não é uma cópia reduzida de padrões políticos nacionais ou até mesmo da cultura tradicional dos partidos. Em alguns países, os partidos políticos, por lei e pelo

excludes what is devalued or undervalued. It is at once a dynamic, expansive system and a system that segregates and excludes social sectors, territories and countries. It is a system in which the creation of value and intensive consumption are concentrated in segments that are connected throughout the world, while for other broad sectors of the population, whose size varies from country to country, a transition is setting in moving from the previous situation of exploitation to a new form of structural irrelevance, from the point of view of the system's logic (...). These tendencies are not inexorable. Yet to counter them, by using the creative potential of the new technologies to benefit the majority of the population, policies acting as correctives to the present imbalances are needed.”

¹³ Tradução da autora: “(...) to generate symbols capable of winning support, and associated with credible, reliable and if possible charismatic personalities.”

¹⁴ Tradução da autora: “Local leadership does not always initially lie with the political authorities, though they must in any case be present and must contribute towards the building of shared leadership.”

costume, apenas expressam o seu apoio para um conjunto de candidatos ou para determinados candidatos individuais. Nas eleições municipais, apenas os grupos de eleitores e candidatos individuais devem concorrer, recebendo, possivelmente, o apoio de um ou mais partidos e também de organismos e grupos de todos os tipos. (BORJA & CASTELLS, 1996, p.206)¹⁵

Por fim, tem-se claro a existência de contradições inerentes à “teoria” que define o planejamento urbano estratégico e diferentes pontos de vista acerca do fenômeno da globalização, da maneira com que ela se torna justificativa para inevitáveis transformações econômicas, políticas, sociais e espaciais, do modo como é fundamentado o protagonismo das cidades no contexto da economia global e como são legitimados os novos instrumentos de gestão dessas cidades que se pretendem competitivas em nível global.

Porém, antes de partirmos para a análise do modelo de planejamento estratégico utilizado na cidade do Rio de Janeiro e suas particularidades, vale colocar aqui a observação de Marc Guillaume¹⁶ sobre o uso de “modelos” nas ciências sociais (*apud* COMPANS, 2005, p.18). Isto é relevante à medida que o planejamento estratégico tem se revelado um conjunto de diretrizes e métodos baseados em casos particulares de diversas cidades, como São Francisco, nos Estados Unidos, e Barcelona, na Espanha, sendo este último o caso mais divulgado e replicado em outras cidades. A questão é que, antes mesmo de entrarmos no mérito das diferenças entre as localidades e o nível de eficácia de um “modelo” que é reproduzido sem se preocupar muito com as origens, conquistas e singularidades de cada cidade, vale questionar o que significa e como pode ser utilizado um “modelo” como um instrumento técnico dentro das ciências sociais. Guillaume aponta que um “modelo” é construído para atender a objetivos determinados – de previsão ou controle de certas ocorrências – demandados por seus utilizadores. Dessa forma, o “modelo” técnico é indissociável da intencionalidade dos agentes que o produzem ou dos que o utilizam, uma vez que ele é elaborado e reproduzido nos moldes de um fim específico. Portanto, a discussão sobre os modelos de gestão urbana que emergem no contexto brasileiro remete, necessariamente, à reflexão sobre as razões que estariam conduzindo agentes sociais, políticos e econômicos a formulá-los e/ou aplicá-los. Cabe, então, colocar as seguintes perguntas: quem

¹⁵ Tradução da autora: “*The political parties that run in national elections are not necessarily the same ones as those that should run in local elections. City politics is not a scaled-down carbon copy of national political patterns or even of the traditional culture of parties. In some countries, political parties, by law and by custom, merely express their support for lists of candidates or for certain individual candidates. In municipal elections, only groups of electors and individual candidates should run, they possibly receiving the support of one or more parties and also of bodies and groups of all kinds.*”

¹⁶ Marc Guillaume nasceu em 1940 em Aveyron (França) e é doutor em Ciências Econômicas. É também especialista na temática das tecnologias e Sociedade da Informação. Atualmente é professor de Economia da Université Paris-Dauphine.

são esses agentes no caso do Rio de Janeiro? Quais são seus objetivos e como o plano tem sido formulado para que eles sejam alcançados?

CAPÍTULO 2

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO¹⁷

2.1. A candidatura do Rio a cidade global

A transição do modelo de gestão urbana na cidade do Rio de Janeiro se deu num contexto de consolidação do processo de redemocratização na realidade política do país, após um longo período sob um regime autoritário. No contexto econômico, verificava-se a ascensão do neoliberalismo, que vinha sendo retomado em nível global como alternativa para superar a crise fordista cujo auge ocorrera na década de 1970. Portanto, a grande maioria das capitais do país elegeram prefeitos cujos partidos apoiavam-se em ideologias conservadoras de direita¹⁸, assim como governadores e presidentes. Dessa forma, ocorre no país uma ampla abertura comercial, com a desregulamentação do mercado nacional, contenções do gasto público, privatização das empresas estatais e a sobrevalorização do câmbio, dentre outras iniciativas que visavam à estabilização econômica no contexto da crise da década de 1980.

Nesse contexto, ocorria também a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual consagrara princípios da agenda reformista proposta pela coalizão de forças políticas que ajudou a promover a transição do regime de exceção. Esses princípios baseavam-se no restabelecimento e fortalecimento da democracia e do Estado de direito, na universalização dos

¹⁷ Ao final deste documento, na seção Apêndice, encontra-se um diagrama que sistematiza os fatos, dados, contextos e documentos mais importantes abordados neste capítulo.

¹⁸ Nas eleições municipais de 1985 foram eleitos: em Aracaju (SE), Jackson Barreto (PMDB); em Belém (PA), Coutinho Jorge (PMDB); em Belo Horizonte (MG), Sérgio Ferrara (PMDB); em Boa Vista (RR), Sílvio Leite (PMDB); em Campo Grande (MS), Juvêncio Fonseca (PMDB); em Cuiabá (MT), Dante de Oliveira (PMDB); em Curitiba (PR), Roberto Requião (PMDB); em Florianópolis (SC), Edison Andrino (PMDB); em Fortaleza (CE), Maria Luiza Fontenele (PT); em Goiânia (GO), Daniel Antônio (PMDB); em João Pessoa (PB), Carneiro Arnaud (PMDB); em Macapá (AP), Raimundo Costa (PMDB); em Maceió (AL), Djalma Falcão (PMDB); em Manaus (AM), Manoel Ribeiro (PMDB); em Natal (RN), Garibaldi Alves Filho (PMDB); em Porto Alegre (RS), Alceu Collares (PDT); em Porto Velho (RO), Jerônimo Santana (PMDB); em Recife (PE), Jarbas Vasconcelos (PSB); em Rio Branco (AC), Adalberto Aragão (PMDB); em Rio de Janeiro (RJ), Saturnino Braga (PDT); em Salvador (BA), Mário Kertesz (PMDB); em São Luís (MA), Gardênia Gonçalves (PDS); em São Paulo (SP), Jânio Quadros (PTB); em Teresina (PI), Wall Ferraz (PMDB); e em Vitória (ES), Hermes Laranja (PMDB). Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_municipais_no_Brasil_em_1985. Acesso em: 28/06/2013.

direitos sociais e da redistribuição da renda nacional, e na descentralização administrativa, que veio promover uma maior independência dos governos municipais através de maiores liberdades políticas, fiscais e financeiras. Por exemplo, os municípios, além de arrecadarem seus próprios tributos, obtiveram maiores repasses estaduais e federais; passaram a ter competências exclusivas na organização e na prestação de serviços de transportes coletivos, na educação pré-escolar, no ensino fundamental e, o que mais nos interessa nesta discussão, no ordenamento territorial¹⁹ (COMPANS, 2005). Enquanto à União cabia a competência de elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, e aos Estados a de instituir as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, ficou a cargo dos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 instituía o plano diretor como o principal instrumento regulamentador da política de desenvolvimento e expansão urbana das cidades brasileiras.

O primeiro plano diretor da cidade do Rio de Janeiro foi elaborado em 1992, denominado “Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro”, em acordo com os artigos 452 e 456 da Lei Orgânica do Município²⁰, elaborada em 1990. Esses artigos dispõem que o plano diretor é o instrumento básico da política urbana, é parte integrante do processo contínuo de planejamento municipal, abrangendo a totalidade do território do município e contendo diretrizes de uso e ocupação do solo, zoneamento, índices urbanísticos e áreas de especial interesse, articuladas com os aspectos econômicos, financeiros e administrativos. O plano diretor deve estar atrelado

¹⁹ Segue transcrição do artigo 30 da Constituição Federal, referente **às novas competências atribuídas aos municípios brasileiros** vigentes a partir da promulgação da magna-carta.

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.” (BRASIL, 1988; grifos meus)

²⁰ A Lei Orgânica de um município é uma lei genérica, elaborada no âmbito do município e conforme as determinações e limites impostos pela Constituição Federal e constituição do respectivo estado, aprovada em dois turnos pela Câmara Municipal e pela maioria de dois terços de seus membros.

ao orçamento municipal e deve respeitar a fisionomia urbana tradicional da cidade, sendo sua função apresentar projeções futuras que incorporariam os ideários de construção de uma cidade plural, democrática e coerente com suas vocações e potencialidades a partir da realização de debates com os diversos representantes da sociedade organizada com o objetivo de melhor conhecer e avaliar as demandas da população. Porém, num contexto de uma administração pública municipal pautada por uma gestão empresarial susceptível aos resultados imediatos a fim de redinamizar a economia local, a visão estratégica da cidade expressa nos planos estratégicos se sobrepôs às determinações do plano diretor (AMÊNDOLA, 2011).

As eleições municipais de 1992 foram decisivas na implantação do conceito de planejamento estratégico na gestão territorial da cidade do Rio de Janeiro. Apoiado num discurso que enfatizava o agravamento de uma situação de crise urbana, provocada, especialmente, pelo aumento da violência e da insegurança na cidade, o que afastava “famílias e investidores”, César Maia foi eleito prefeito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, após derrotar no segundo turno a candidata do Partido dos Trabalhadores – PT, Benedita da Silva, sucedendo o governo de Marcello Alencar, do Partido Democrático Trabalhista - PDT.

Porém, uma outra crise, além daquela apontada por César Maia, dominava a sociedade carioca, provocada desde a década de 1960 pela perda de centralidade devido à mudança da capital da República para a recém-nascida Brasília. Além disso, a cidade já havia perdido o posto de mais avançada industrialmente para São Paulo no período de 1907 a 1919, quando o parque industrial paulista deu um salto quantitativo crescendo mais que o dobro da indústria do resto do país. Especialmente após 1950, a indústria paulista superou sua característica de industrialização restringida e passa para a fase da industrialização pesada, quando ocorreu a entrada de grandes multinacionais, desbancando de vez o parque industrial carioca (SOUZA, 2007). O intenso crescimento econômico carioca, dominante até fins da década de 1970, acabou por atenuar temporariamente essa crise que se agravou com a conjuntura econômica da década de 1980.

Algumas tentativas para a retomada do “ânimo” da cidade foram feitas, por parte do prefeito Saturnino Braga, ao tentar dar continuidade ao projeto dos militares de investimento em ciência e tecnologia e implantação de um polo petroquímico, como alternativas para se retomar o fôlego econômico, iniciativas que acabaram sendo frustradas. De acordo com Carlos Lessa, economista, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e primeiro diretor-executivo do plano estratégico da cidade, “o caráter cosmopolita do Rio de Janeiro o impedia de

pensar-se como cidade e, ao carioca, de pensar a cidade” (LIMA JÚNIOR, 2010, p.143), ou seja, permanecia na memória coletiva dessa sociedade um passado como capital do país, dessa forma, sua referência eram as questões nacionais e não locais. Enquanto metrópole, o Rio de Janeiro ainda estava atrasado em relação à disputa por recursos externos, uma vez que estava acostumado a ser o centro das atenções nacionais e via seus interesses serem atendidos em nome de uma função política maior. No entanto, a crise não se limitava somente a uma certa ignorância política, mas também, e conseqüentemente, a uma baixa autoestima da sociedade carioca. Carlos Lessa afirma que “o orgulho regional do carioca está em baixa. É preciso levantar a moral e o orgulho da cidadania, levantar o astral da cidade” (Carlos Lessa *apud* LIMA JÚNIOR, 2010, p.144).

Nesse sentido, como alternativa para se superar tanto uma crise econômica, quanto uma crise de identidade da cidade do Rio de Janeiro, o planejamento estratégico se mostrava, na opinião de seus implementadores e dirigentes, a saída mais adequada. Para tanto, as eleições de 1992 possibilitaram o encontro de três personagens cujos interesses determinariam a implantação, no Rio, do modelo de reestruturação urbana de Barcelona: César Maia, o prefeito eleito; Carlos Lessa, a diretoria do plano; e Luiz Paulo Conde, arquiteto empossado como Secretário Municipal de Urbanismo (e que, posteriormente, viria a ser eleito prefeito do Rio de Janeiro, com apoio de César Maia).

Desde sua campanha, César Maia já demonstrava interesse pelo exemplo aparentemente bem sucedido de Barcelona. No seu discurso de posse, ele deu bastante importância à necessidade do governo municipal assumir as rédeas do desenvolvimento econômico e urbano da cidade (COMPANS, 2005). Seu primeiro contato com o modelo de planejamento estratégico foi em 1991, quando a Andersen Consulting²¹ lhe apresentou o plano estratégico de Madrid e, logo que iniciou seu primeiro mandato, tomou conhecimento acerca do plano de Barcelona através de Luiz Paulo Conde. No intuito de aprofundar o conhecimento da equipe administrativa sobre o plano de Barcelona, foi realizado um seminário intitulado “Rio-Barcelona: estratégias urbanas”, ocorrido em maio de 1993, logo no início do mandato de Maia. Os convidados catalães que apresentaram o plano de estratégias utilizado em Barcelona integravam a empresa de consultoria Tubsá – Tecnologias Urbanas Barcelona S.A. -, presidida por Jordi Borja, a qual acabou sendo contratada para elaborar o plano do Rio de Janeiro alguns meses mais tarde.

²¹ Empresa americana de consultoria em contabilidade, atuou na elaboração do plano estratégico da cidade de São Francisco, na Califórnia - EUA.

2.2. O plano de Barcelona

O contexto barcelonense de implantação do modelo de planejamento estratégico, em meados da década de 1980, era, de certa forma, semelhante ao contexto do Rio de Janeiro. Após o fim da ditadura franquista, em 1976, a Espanha vivia uma crise econômica, reflexo do cenário econômico internacional em crise desde o choque do petróleo. Porém, outros dois fatores agravavam a crise em Barcelona:

Primeiramente, a reestruturação produtiva em escala planetária e a conseqüente mudança nos padrões locacionais das empresas que, de acordo com diversos autores, induziram administradores municipais à promoção econômica de sua cidades (...). Em segundo lugar, a simultânea reorganização do Estado, e os impactos financeiros e político-institucionais que, em função das mudanças na administração pública, recaíram sobre as unidades locais (...). (LIMA JÚNIOR, 2010, p.108)

Além disso, Barcelona se identificava como uma das principais áreas industriais da Espanha, setor que mais sofreu com a crise do fordismo. Dessa forma, houve um agravamento em seus problemas habitacionais e de infraestrutura, em função, sobretudo, da intensa expansão da urbanização a partir da década de 1960.

Agravada pela crise econômica, Barcelona sofria, também e especialmente, com uma crise de identidade. Durante o período franquista, após a derrota dos Republicanos na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a Catalunha perdeu a sua autonomia conquistada no ano de 1931 e sofreu uma importante e pesada repressão cultural e linguística, com a proibição do uso do catalão, por parte do Estado Nacionalista Espanhol²². Porém, após a morte de Franco e o fim da ditadura em 1975, a Catalunha recuperou sua autonomia, portanto, Barcelona, como capital, vivia um momento de luta pela retomada de direitos e reforço de sua identidade frente ao restante da nação e à Comunidade Europeia. É nesse momento que surge a definição de que Barcelona seria a cidade sede dos Jogos Olímpicos de 1992, o que se tornaria uma alternativa para um conjunto de questões acerca da inserção política e econômica, tanto da Espanha, como de Barcelona (e da Catalunha) no eixo dos países visíveis da Comunidade Europeia. Na verdade, sediar os Jogos Olímpicos significaria atravessar escalas, ou seja, articular Barcelona ao restante da Europa, sem a mediação de Madrid.

Desde o início da retomada de autonomia política, o governo de Barcelona se concentrou nas intervenções urbanísticas como principal instrumento político, apoiadas na justificativa da

²² Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Catalunha>. Acesso em: 28/06/2013.

limitada capacidade do governo municipal de intervir nas dinâmicas da economia. Num primeiro momento, as políticas urbanas estavam voltadas para produzir um efeito distributivo e para tanto caracterizavam-se por intervenções pontuais espalhadas pela cidade. A ideia era que tais intervenções provocassem um efeito de alastramento, incentivando a população a investir em sua vizinhança. Vale destacar que a decisão do Comitê Olímpico Internacional – COI sobre a escolha de Barcelona para sede dos Jogos se deu somente em 1986, após a formulação do projeto das intervenções pontuais pelos bairros da cidade. Porém, após a definição do evento, houve uma transferência de prioridades e de recursos (públicos e privados) para projetos de grande porte, na escala da cidade.

No entanto, havia dificuldades em conciliar as políticas de intervenção urbana com a participação popular, um dos pilares do governo. Além disso, devido à urgência imposta pelo calendário das atividades olímpicas, houve diversos acordos com agentes privados visando a arrecadação de fundos para serem aplicados nas obras, implicando numa ampla divisão do poder de investimento e decisão.

Após hipotecar o poder de decisão que lhe fora atribuído, tornou-se aos poucos evidente a orientação à direita do governo socialista, enquanto a prática de planejamento urbano na cidade se definia como um processo elaborado por especialistas e orientado para as elites. (LIMA JÚNIOR, 2010, p.116-117)

Nesse momento, passou a predominar o discurso de que era fundamental a construção de um consenso, o que implicou um ajustamento coletivo de forma a gerar uma sintonia entre os agentes, públicos e privados, no sentido de que todos agissem de modo sincronizado. Esse consenso se configurava como uma espécie de técnica de governo uma vez que possibilitaria maior agilidade na tomada de decisões e fluidez na implementação das mesmas (LIMA JÚNIOR, 2010). Houve, para tanto, a criação do conceito de “patriotismo de cidade” que visava à difusão do pensamento estratégico entre todos os setores da sociedade.

A construção do consenso realizou-se em Barcelona pela afirmação da crise e pela referência recorrente aos Jogos Olímpicos, que funcionaram como elemento mobilizador. De acordo com Subirós, o elevado grau de entusiasmo e consenso foi um dos principais aspectos do processo de renovação urbanística quando dos preparativos para as Olimpíadas. (LIMA JÚNIOR, 2010, p.118)

Outro fator relacionando ao suposto sucesso da construção do consenso foi a existência da figura de um líder carismático, com grande capacidade de comando e identificação com a cidade: Pasqual Maragall. Maragall foi prefeito de Barcelona pelo longo período de quinze anos, entre 1982 a 1997, “considerado por uma grande maioria como uma época de ouro na história

de Barcelona²³” (RAVENTÓS, 2000, p.9) Retomando os autores de *Local y global*, Jordi Borja afirma que:

(...) sem a liderança do prefeito Pasqual Maragall, que desde 1982 está à frente da cidade, dificilmente se teria conseguido conciliar essas forças e gerar as ilusões coletivas que tornaram possível a mudança. (Borja *apud* LIMA JÚNIOR, 2010, p.120)

E no texto de *Local y global*, Borja e Castells garantem que:

Mas, uma resposta positiva, dificilmente pode ser fornecida onde não há liderança personalizada. A figura do prefeito tem sido, muitas vezes, decisiva, (...) especialmente de Lisboa (Sampaio) e Barcelona (Maragall). (BORJA & CASTELLS, 1996, p.108)²⁴

O elemento chave relacionado à consolidação do consenso e, além dele, à mobilização dos agentes em Barcelona, foi a criação de um “sentimento”, o qual vinha acompanhado de “confiança”, “entusiasmo” e “envolvimento”, condições que remetiam a uma mesma atitude mental, a qual antecedia a própria reflexão, e que poderia ser identificada na maioria dos grupos sociais da cidade. Uma importante ferramenta que possibilitou essa “transformação psicológica” (RAVENTÓS, 2000, p.9) foi o comprometimento da mídia em reproduzir tais discursos exaustivamente e de maneira sempre entusiasmada. Dessa maneira, a participação era substituída pela “retórica da participação” (LIMA JÚNIOR, 2010, p.121), a qual se produzia por um discurso de retroalimentação, ou seja, a recorrente afirmação da existência de um consenso social produzia um efeito sobre a realidade ao transformar a representação que alguns fazem do mundo social e possibilitar práticas sociais em conformidade com a representação transformada (LIMA JÚNIOR, 2010, p.121).

Conclui-se, portanto, que, no caso de Barcelona, o conceito de consenso transforma a própria concepção de participação em pacto, ou seja, num compromisso particular, no caso dos agentes envolvidos, com o plano e suas ações, mesmo nos casos em que articular agentes econômicos e garantir a harmonia social se configurem como esforços antagônicos.

Por fim, antes de retomarmos o caso específico da cidade do Rio de Janeiro, devemos analisar a forma como o modelo de Barcelona se tornou um modelo mimético, ou seja, como aquela prática específica se transformou em normativa e, ainda, avaliar criticamente como se deu esse processo de transformação da cidade. A afirmação de Barcelona como modelo se deveu ao

²³ Tradução da autora: “*considerado por una gran mayoría como una época dorada de la historia de Barcelona*”.

²⁴ Tradução da autora: “*But a positive response can hardly be provided where there is no personalized leadership. The figure of the mayor has often been decisive, (...) especially Lisbon (Sampaio) and Barcelona (Maragall).*”

entendimento de que se tratava de um caso exemplar em que o método demonstrou sua eficácia. Essa avaliação não é feita somente por agentes políticos, mas também por técnicos e acadêmicos do planejamento urbano de várias partes do mundo. Inclusive, algumas escolas de planejamento urbano em Barcelona se tornaram referência mundial na área. Porém, transformar uma experiência de caráter político-social num exemplo mundial pressupõe um trabalho de apuração no sentido de isentá-lo de conteúdos empíricos específicos. Por exemplo, no caso de Barcelona, admitia-se que a experiência foi exemplar, portanto, deve-se compreender o que a constituiu como tal.

De um modo geral, a concepção de um modelo da prática implica a identificação de relações e elementos, num processo de sua sujeição a controles lógicos que garantam ao resultado coerência interna e correspondência com a realidade. Uma prática é, assim, liberada do particular. Sua formulação em termos de modelo a torna comunicável. (LIMA JÚNIOR, 2010, p. 136)

Dessa forma, a transformação do caso de Barcelona em modelo pressupõe que os fatores particulares envolvidos no processo são irrelevantes no caso da aplicação desse suposto modelo em outras cidades com outros contextos políticos, econômicos e, principalmente, sociais. O “modelo Barcelona”, como passou a ser conhecido, tem servido de inspiração primeira para os grandes acontecimentos esportivos que terão lugar no Rio de Janeiro, orientando as propostas de planejadores urbanos e arquitetos para sua transformação em “cidade olímpica”.

Manuel Delgado, professor titular de Antropologia da Universidade de Barcelona, elaborou um balanço crítico da experiência de preparação da capital catalã para os Jogos Olímpicos de 1992, o trabalho denominado *La Ciudad Mentirosa*, publicado em 2007. Delgado analisa a estratégia, apoiada no “modelo Barcelona”, de promoção do capital financeiro e imobiliário através da transformação das cidades em produto de consumo.

É nesse sentido que se repete que Barcelona é um modelo. Agora, um modelo do que? Oficialmente, ‘modelo de transformação urbana, melhoria da atratividade e da posição estratégica da cidade’. Na verdade, modelo de projeto visionário e alucinado de cidade, brinquedo nas mãos de planejadores que têm acreditado que seus desejos e a vontade ordenadora das instituições a que serviam foram suficientes para superar e banir conflitos, desigualdades, desconfortos... Modelo de uma vocação fanática de transparência, cujo destino tem sido constituir uma cidade legível e, portanto, obedecível e obediente. Modelo de simplificação identitária, à procura de uma personalidade coletiva padronizada e falsa, que sirva ao mesmo tempo para criar coesão cívica em torno de valores políticos hegemônicos e a esquematização própria de um produto comercial como qualquer outro. Modelo de intervencionismo tecnocrático e de um despotismo centralizador, que tem feito muito pouco para promover a democracia participativa, que tem aproveitado do

enfraquecimento do movimento local e tem sido hostil e agressivo contra os movimentos sociais cada vez mais ativos. (DELGADO, 2007, p.12-13)²⁵

Ao longo de sua análise, o autor vai revelando aspectos obscuros implicados no processo que a transformou em cidade olímpica, tornando Barcelona uma expressão do padrão atual de gestão urbana de orientação neoliberal. Delgado aponta uma relação de continuidade entre as ações políticas do período democrático com ideias concebidas ainda no período franquista. Nota, inclusive, que um dos principais ideólogos do “modelo Barcelona”, Jordi Borja, se incorpora ao gabinete de ordenação urbana municipal em 1968, ano em que ainda estava vigente a ditadura franquista. Delgado pondera dizendo que a presença desses profissionais no corpo técnico de um governo autoritário de extrema direita não necessariamente vincula suas ideias àquele sistema de governo, porém indica que não houve uma ruptura total com o modelo de planejamento vigente anteriormente, o qual havia sido bastante questionado.

Denunciando seu caráter intervencionista e tecnocrático, Delgado afirma que o modelo foi concebido exclusivamente por autoridades políticas, planejadores urbanos e arquitetos que acreditavam que seus desígnios e sua vontade ordenadora seriam suficientes para fazer desaparecer conflitos e desigualdades, intrínsecos a qualquer espaço urbano. Destaca-se sua discussão acerca dos usos e manipulações da noção de diversidade cultural como uma espécie de *slogan* publicitário, o enaltecimento de uma mistura social no sentido de promover uma determinada imagem da cidade. Mistura essa muitas vezes combatida pelo mesmo governo que muitas vezes ignorou direitos da população pobre e imigrante. Esse fator nos relembra os esforços ideológicos, no caso do Rio de Janeiro, para transformar a favela, elemento de diversidade social tipicamente carioca, em símbolo cultural da cidade.

²⁵ Tradução da autora: “Es en este sentido que se repite que Barcelona es un modelo. Ahora bien, un modelo, ¿de qué? Oficialmente, ‘modelo de transformación urbana, mejora de la atraktividad y de la posición estratégica de la ciudad’. En realidad, modelo de proyecto alucinado y visionario de ciudad, juguete en manos de planificadores que han creído que sus designios y la voluntad ordenadora de las instituciones que servían eran suficientes para superar y hacer desaparecer los conflictos, las desigualdades, los malestares... Modelo de una vocación fanática de transparencia, el destino de la cual ha sido constituir una ciudad legible y, por lo tanto, obedecible y obediente. Modelo de simplificación identitaria, en busca de una personalidad colectiva estandarizada y falsa, que sirva al mismo tiempo para crear cohesión ciudadana en torno a los valores políticos hegemónicos y la esquematización propia de un producto comercial como cualquier otro. Modelo de intervencionismo tecnocrático y de un despotismo centralizador, que ha hecho bien poco para promocionar la democracia participativa, que se ha aprovechado del debilitamiento del movimiento vecinal y que se ha mostrado hostil y agresivo contra unos movimientos sociales cada vez más activos”.

Além disso, destaca o uso de termos como “renovação”, “reabilitação” e “requalificação” urbana como eufemismos que, na verdade, mascaravam processos de gentrificação e transformação de bairros populares, muitas vezes identificados como bairros problemáticos e indesejáveis, em espaços enobrecidos e, conseqüentemente, inacessíveis à sua população de origem. Ele apresenta dados que demonstram que houve, num período de dez anos, entre 1997 e 2007, um aumento de cerca de 150% no valor dos imóveis e dos aluguéis nas áreas que sofreram intervenção. O projeto “Porto Maravilha”, divulgado como projeto urbano de “requalificação” do centro do Rio, é um exemplo típico de intervenção com grande potencial gentrificador, no sentido de beneficiar os setores financeiro e imobiliário e expulsar a população originária.

Por fim, Delgado aponta que o afastamento das populações mais pobres de áreas nobres da cidade de Barcelona, para dar lugar a projetos de “renovação”, estaria diretamente relacionado ao incremento do uso da força e da violência. A atuação do Estado e a violência contra as populações que habitam assentamentos urbanos precarizados ou áreas periféricas e sua criminalização são sempre justificadas em função dos interesses do jogo. Esse exemplo se assemelha à política das Unidades de Polícia Pacificadora – as UPPs - no município do Rio de Janeiro, a qual visa ao controle da violência e do tráfico de drogas em favelas próximas às áreas nobres da cidade, porém, muitas vezes com o uso de abordagens, paradoxalmente, violentas, desrespeitando direitos fundamentais dos cidadãos que vivem nesses locais.

Por todas essas questões, torna-se fundamental refletir sobre o processo de transformação em curso na cidade do Rio de Janeiro, o qual toma deliberadamente como modelo o caso de Barcelona.

2.3. O plano do Rio

César Maia iniciou seu governo na prefeitura do Rio, em 1993, com duas metas principais: o incentivo às atividades econômicas e o combate à “desordem urbana”. Na concepção do então prefeito, um dos motivos primordiais que desestimulava o investimento dos empresários na cidade do Rio de Janeiro era a intensa ocupação dos espaços públicos pelo comércio informal e pela população de rua, uma vez que esses aspectos “desvalorizavam” o espaço da cidade por gerar uma “imagem negativa e caótica”. Portanto, uma das primeiras ações do governo foi a implantação da Guarda Municipal, com a atribuição de remover a população moradora de rua e

reprimir os vendedores ambulantes e camelôs. Essa ação, porém, causou um intenso desgaste político para a imagem do prefeito nos dois primeiros anos de seu mandato, pois os problemas de segurança pública, principal elemento de sua campanha, ainda persistiam para grande porção da população²⁶. César Maia se viu, portanto, frente à necessidade de fortalecer sua imagem pública diante dessa parcela da população insatisfeita e ameaçada pela crescente violência urbana. Nesse sentido, uma possível alternativa seria a elaboração de um plano estratégico, com a parceria de segmentos empresariais e “ampla parcela da sociedade”, a exemplo do que supostamente havia ocorrido em Barcelona (COMPANS, 2005).

Na ocasião do seminário “Rio-Barcelona: estratégias urbanas”, em maio de 1993, os consultores catalães apresentaram o modelo de planejamento estratégico de Barcelona enfatizando o aspecto particular que incluía a “participação ativa dos agentes tanto na elaboração e definição de estratégias como no compromisso, financiamento e execução das ações” (COMPANS, 2005, p.191), sendo esta a própria definição de consenso, termo exaustivamente utilizado nas compilações metodológicas do processo. Os consultores, portanto, definiram seu “produto” como sendo uma agenda de ações e intervenções físicas capaz de orientar de forma coerente a atuação governamental, além de facilitar a captação de investimentos e o engajamento do setor empresarial na execução de ações específicas mediante a formação de parcerias público-privadas, e de construir um consenso político em torno desta agenda (COMPANS, 2005). De acordo com Borja e Castells (1996), o planejamento estratégico se tornaria um processo legitimador dos grandes projetos urbanos, uma vez que se configura como uma grande operação comunicacional e, conseqüentemente, obteria amplo consenso social.

O convênio para elaboração do plano estratégico do Rio foi firmado em novembro de 1993 e contava com a adesão, além da Prefeitura da cidade, da Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ e a Federação de Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN. O consórcio financiador

²⁶ É interessante destacar que o próprio prefeito reconheceu a sua impopularidade e a justificou através do argumento de que “mais de 50% dos trabalhadores do Rio não têm carteira assinada e um terço mora em assentamentos populares”, ou seja, de uma certa forma ele reconhece que suas principais propostas de governo vão contra os interesses de mais da metade da população.

do plano contava com a participação de 51 empresas e associações empresariais²⁷, sendo que, dentre eles, havia doze *shoppings*; oito construtoras; sete indústrias; seis bancos; quatro seguradoras; quatro associações de classe; três empresas de alimentação, duas empresas de telecomunicações; um grupo hoteleiro; um supermercado; um jornal; uma empresa pública; e uma empresa aérea. Além disso, o plano contaria ainda com a participação dos consultores catalães que estiveram no seminário de maio de 1993, vinculados à empresa Tubsa – Tecnologias Urbanas Barcelona S.A. – presidida por Jordi Borja. Fica, portanto, claro que a participação de tantos núcleos empresariais só foi possível porque, de certa forma, seus interesses estariam ali garantidos. Na “Mensagem dos Promotores”, logo nas primeiras páginas do Plano Estratégico “*Rio Sempre Rio*” (1996), assinada por César Maia, Humberto Eustáquio César Mota²⁸ e Arthur João Donato²⁹, afirma-se que a elaboração do plano contou com uma participação institucional e cidadã “sem precedentes em cidades com as dimensões e os problemas do Rio de Janeiro”, além de ter sido permitida a “elaboração de um plano que abrange os anseios de toda a sociedade”. Na “Mensagem do Conselho Diretor”, foi anunciado que “para alcançar a participação centrada nos 305 membros do Conselho da Cidade, atuaram diretamente na elaboração do plano 760 pessoas, buscando-se o máximo de representatividade cidadã” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996, p.12). Porém, vale destacar que a composição dos conselhos refletiu a adoção de critérios de “relevância econômica”, uma vez que o Conselho Diretor não contava com nenhum representante de associações

²⁷ O consórcio financiador do plano foi conformado pelas seguintes associações: A. C. Lobato Engenharia; ACRJ/Associação Comercial do Rio de Janeiro; Administradora Shopping Nova América; AHT/Associação de Hotéis de Turismo; American Bank Note Company Gráfica e Serviços; Banco Boavista; Banco Bozano Simonsen; Banco Bradesco; Banco do Brasil; Banco Icatu; Barra Shopping/Renasce/Rede Nacional de Shopping Centers; Bolsa de Valores do Rio de Janeiro; Bozano Simonsen Centros Comerciais; Bradesco Seguros; Brascan Imobiliária; Brazilian Food; Carioca Christiani-Nielsen Engenharia; Carvalho Hosken Engenharia e Construções; Casa Shopping/Marcon Empreendimentos Imobiliários; Casas Sendas Comércio e Indústria S.A.; CBPI/Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga; CNO/Construtora Norberto Odebrecht; Companhia de Cimento Portland Paraíso; CSN/Companhia Siderúrgica Nacional; CVRD/Companhia Vale do Rio Doce; Embratel/Empresa Brasileira de Telecomunicações; Encol S.A. Engenharia Comércio Indústria; Erco Engenharia S.A.; Firjan/Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro; Gafisa Imobiliária S.A.; Golden Cross Assistência Internacional de Saúde; Hotéis Othon; Ilha Plaza/Ecig Empreendimentos Comerciais Ilha do Governador; Iplanrio/Empresa Municipal de Informática e Planejamento S.A.; Lafonte Empresa de Shopping Centers; Madureira Shopping/Combracenter Shopping Centers; McDonald’s/Realco Comércio de Alimentos; Norte Shopping/Center Norte Empreendimentos e Participações; O Globo/Empresa Jornalística Brasileira; Pena Branca Fast Food; Petrobrás Distribuidora /BR; Rio Design Center/Servenpla/Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Participações; Rio Sul Shopping/Combrascan Shopping Centers; São Conrado Fashion Mall; Setransparj/Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Município do Rio de Janeiro; Smithkline Beecham Laboratórios; Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes Companhia de Seguros; Texaco Brasil S.A. Produtos de Petróleo; Unisys Eletrônica; Varig/Viação Aérea Rio-Grandense; Via Parque Shopping S.A..

²⁸ Executivo carioca, foi presidente de diversas empresas, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro, membro efetivo da diretoria da Light S.A. e presidente do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).

²⁹ Empresário carioca, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

comunitárias ou entidades sindicais e a maioria dos membros do Conselho da Cidade eram representantes de segmentos empresariais, sendo que os segmentos populares encontravam-se em grande desvantagem numérica.

A metodologia de participação proposta pelos consultores para a elaboração do plano apoiava-se numa “ausência programada de conflitos” (COMPANS, 2005, p.195) uma vez que se baseava em um caráter consultivo, ou seja, um Comitê Executivo contratado enviava para cada membro do Conselho da Cidade os documentos de trabalho que eram analisados individualmente e posteriormente devolvidos para serem incorporados aos resultados finais de cada etapa do trabalho. Portanto, não houve oportunidades para discussões com a presença de classes antagônicas, as poucas “reuniões” que ocorreram durante o processo tiveram mais um caráter de cerimônias oficiais, com presença de autoridades, o que não se configurava como uma oportunidade de troca de ideias e elaboração de propostas.

(...) em todas as etapas de elaboração do Plano – levantamento de informações, diagnóstico e análise de propostas – o procedimento adotado foi o da substituição do debate político, público e amplo, pela sistematização e filtragem de percepções e propostas encaminhadas por participantes, a cargo do Comitê Executivo auxiliado pela equipe técnica, ou, quando muito, pela discussão setorialmente fragmentada com grupos socialmente homogêneos. (COMPANS, 2005, p.195)

Em 1994, foi apresentado o “Diagnóstico Preliminar da Cidade do Rio de Janeiro”, o qual, além de capítulos relativos a “temas críticos”, elencados de acordo com entrevistas com pessoas “representativas” da cidade, contém um capítulo intitulado “O Rio de Janeiro e seu Contexto”, o qual apoia-se em assertivas referentes às tendências ditas globais da cidade, ou seja, implanta, já no início do texto, a ideia de cidade global como sendo o principal objetivo que guiaria todo o caminho a ser traçado pelo plano. Em seguida, são apresentados os pontos fortes e pontos fracos identificados no contexto do Rio de Janeiro e, dentre os nove pontos fracos elencados, nenhum deles faz referência aos intensos problemas relativos à segregação social e espacial dominantes na cidade. Porém, o segundo ponto se refere à violência urbana, “cuja percepção é aguçada pelo ‘efeito vitrine’ da cidade e por uma intensa sensação de insegurança” e o último deles destaca “a crise do sistema policial e seus reflexos sobre a segurança dos indivíduos sobre a convivência cidadã (RIO DE JANEIRO (RJ); INSTITUTO HERBERT LEVY, 1995, p.7), o que indica que o ponto de vista utilizado para elaborar essa relação é o da classe economicamente dominante, vítima da constante sensação de insegurança no meio urbano das grandes cidades. Além desses, também se destacam nessa relação “a escassa conexão entre empresas, instituições de pesquisa e universidades” e a “falta de tradição de cooperação público-privada”. Portanto, desde o Diagnóstico, é possível perceber que o modelo de cidade

que está sendo perseguido como paradigma é o de centro terciário internacional, difundido com o nome de “cidade global”, subordinada à lógica do capital transnacional.

A elaboração do “Plano Estratégico do Rio de Janeiro” se deu no período entre fevereiro e julho de 1995, sendo que o Relatório Final foi aprovado pelo Conselho da Cidade em setembro de 1995, ou seja, final do penúltimo ano de governo do prefeito César Maia, lembrando que as eleições municipais de 1996 seriam as últimas antes da adoção da reeleição para cargos executivos, o que levou, portanto, à indicação do candidato Luiz Paulo Conde como “candidato da continuidade”, com total apoio de César Maia. O objetivo central do Plano Estratégico foi apresentado no relatório como sendo:

(...) tornar o Rio de Janeiro uma metrópole com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, respeitosa da coisa pública e que confirme sua vocação para a cultura e a alegria de viver. Uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser um centro de pensamento, de geração de negócios para o país e sua conexão privilegiada com o exterior. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996, p.23)

Tal objetivo é apresentado como a diretriz maior do Plano, produto de um “amplo diagnóstico que definiu (...) a missão da cidade, manifestada pelos seus cidadãos”. Porém, basta recorrer ao mesmo objetivo geral do Plano de Barcelona e notar semelhanças na forma do discurso e em seu conteúdo:

Consolidar Barcelona como metrópole empreendedora europeia, com uma forte incidência na região em que está situada, com uma qualidade de vida moderna, socialmente equilibrada e fortemente arraigada na cultura mediterrânea. (Plan Estrategico Economico y Social Barcelona 2000 *apud* COMPANS, 2005, p.199)

Em torno do objetivo central, foram estabelecidos sete núcleos de ações estratégicas divididos em capítulos no documento: “O carioca do século XXI”; “Rio acolhedor”; “Rio competitivo”; “Rio participativo”; “Portas do Rio”; “Rio integrado”; e, por fim, “Rio 2004, polo regional, nacional e internacional”. “O carioca do século XXI” refere-se ao desenvolvimento de oportunidades e facilidade para acesso ao emprego e aos bens sociais e culturais por parte dos cidadão cariocas. O “Rio acolhedor” refere-se à melhora da cidade com seu entorno, ou seja, melhora do ambiente urbano de maneira que o Rio possa ser identificado como “uma cidade receptiva, funcional e capaz de promover e ampliar a convivência e a vizinhança”. O “Rio participativo” propõe um “incremento da participação coletiva na construção da cidade”, com destaque para o fato de que, dentre as três ações delineadas para se alcançar tais objetivos, a primeira delas se refere à descentralização da própria administração pública (que viria a se concretizar com a criação das sete subprefeituras); a segunda à criação de sistemas de “formação de cidadania”, cujos

projetos referem-se, basicamente, à criação de centros comunitários e do “curso de cidadania”; e a terceira à reforma do sistema de segurança pública, sendo esta a ação que contém maior quantidade de projetos vinculados. O “Rio integrado” refere-se à criação e fortalecimento de centralidades e sistemas de mobilidade urbana, estratégia que inclui a revitalização da zona portuária e o programa Favela-Bairro. A estratégia “Portas do Rio” refere-se ao fortalecimento da cidade do Rio como “eixo vertebrador” da região metropolitana. O “Rio competitivo” visa à recuperação da competitividade do Rio, integrando a cidade ao contexto da economia globalizada, através do fortalecimento dos setores econômicos tradicionais e criação de incentivos para o desenvolvimento de setores emergentes. Por fim, a estratégia que contém um maior número de ações explícitas e objetivas é o “Rio 2004, polo regional, nacional e internacional”, a qual propõe o desenvolvimento de “uma série de projetos com prazos definidos e efeitos sobre a sua imagem interna e externa, de modo a se tornar um polo de atratividade regional, nacional e internacional”. Tal estratégia define, ainda, o ano de 2004 como um “marco estratégico”, quando serão “colhidos resultados expressivos nos campos da atratividade cultural, do esporte e de eventos”. Os objetivos gerais são quatro: transformar o Rio em polo cultural nacional e internacional; lançar a candidatura da cidade para sede dos Jogos Olímpicos de 2004; desenvolver um plano de *marketing* para a cidade; e incrementar fortemente sua atratividade turística (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996).

De acordo com COMPANS,

Não obstante a metodologia [do plano] adotada ser inibidora do debate político, induzir à priorização da competitividade econômica em vez da distribuição social, e não apresentar salvaguardas quanto à realização das propostas, a produção do consenso em torno das propostas relacionadas no Plano Estratégico, sem dúvida, legitimou a agenda política do governo municipal, dada a enorme coincidência de projetos, muitos dos quais em execução – tais como o Favela-Bairro, o Rio-Cidade, a revitalização da Praça XV etc. -, o que proporcionava um formidável efeito-demonstração. (COMPANS, 2005, p.207)

A consagração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro como instrumento básico de gestão urbana acabou ofuscando o Plano Diretor da Cidade, instrumento estabelecido desde 1992 e apoiado em princípios distributivos, elaborados de acordo com a agenda reformista constitucional, o qual só continuou vigente por ter sido aprovado mediante uma lei, não podendo, portanto, ser revogado ou substituído. Perde-se também o resultado alcançado pelas discussões e debates que originaram e forjaram tal instrumento. Estava claro que a maior preocupação da administração pública do Rio de Janeiro era com o desenvolvimento econômico local e que não pouparia esforços para legitimar suas ações nesse sentido.

2.4. Um plano para as favelas

As favelas cariocas são um elemento fortemente presente na paisagem da cidade assim como no rol dos graves problemas sociais historicamente vigentes. Entendemos as favelas cariocas como componentes extremamente complexos e heterogêneos, decorrentes de condicionantes históricas, socioeconômicas e geográficas, formadores da estrutura urbana e social da cidade do Rio de Janeiro. Uma definição comum para as favelas associa características de assentamentos informais com redes precárias de infraestrutura urbana, no que se refere a acessibilidade, esgotamento sanitário e drenagem, e de serviços públicos básicos de educação, saúde, transporte e lazer, além da posse irregular da terra urbana. Quanto à localização, são definidas frequentemente como ocupações de áreas próximas ao mercado de trabalho e de fácil acesso aos serviços, porém, muitas vezes, atingindo áreas impróprias para a habitação, como encostas de morros, margens de lagos e rios e áreas de proteção ambiental, o que define uma condição de moradia precária. Entretanto, deve-se levar em consideração que, favelas são parte relevante da lógica de funcionamento do sistema urbano capitalista, sendo a solução de uma grande parcela da população que deseja usufruir da estrutura urbana, porém, não apresenta condições de se inserir em seu circuito formal excludente. Portanto, habitação precária, pobreza e miséria não são a regra desses assentamentos, apesar de, evidentemente e infelizmente, existirem. Em diversas favelas do Rio de Janeiro, principalmente aquelas localizadas na parte nobre da cidade, uma boa parte da população vive em habitações em boas condições, possui acesso a transporte (muitas vezes solucionado internamente, sem intervenção ou recursos públicos, e adaptados às condições morfológicas, como os moto-táxis), serviços de qualidade e a amplo mercado de consumo (muitas favelas possuem filiais de grandes lojas de varejo como Casas Bahia, Bob's, franquias de telefonia celular, além de vasto comércio local de alimentos, eletrônicos, vestuário, lazer etc.). Portanto, são extensas estruturas urbanas avançadas e diversificadas.

A relação entre favelas e Estado existe desde o surgimento das primeiras favelas na cidade, no início do século XX, ainda que não seja de nosso interesse neste trabalho traçar o caminho histórico das abordagens e intervenções públicas no espaço das favelas cariocas. Sabe-se que as primeiras abordagens baseavam-se no caráter da remoção como solução, sem a preocupação com o destino de seus moradores, vigentes até os anos 1960. Após esse período, o discurso indicava que as favelas passaram a ser compreendidas como assentamentos urbanos fora de padrão, deflagrando as políticas de remoção, porém, com o reassentamento das populações em distantes periferias da cidade. No início da década de 1980, com a abertura

política e a volta do sistema democrático, inaugura-se um discurso de transformar as favelas em bairros populares através de intervenções de urbanização.

Essa prática ganharia uma maior expressão quando, em 1992, como já foi dito, consolidou-se o “Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro”, o qual anuncia a proposta de implementação de um programa global de integração das favelas à cidade, somada à inclusão de todas as favelas cariocas nos mapas e cadastros, além de enfatizar a participação dos moradores no processo de urbanização e a manutenção da tipicidade da ocupação local. Dessa forma, o Plano Diretor criava “as bases para que fosse formulada uma política pública de urbanização dos assentamentos informais da cidade do Rio de Janeiro” (LEITÃO E DELECAVE, 2013, p.268).

O ano de 1996 foi o ano da publicação do “Plano Estratégico do Rio de Janeiro”, mas também foi um ano de campanhas eleitorais que definiriam o novo prefeito que assumiria a administração municipal a partir do ano seguinte, resultado que definiria, também, a continuidade ou o engavetamento desse Plano. Nesse contexto, o Plano Diretor acabou perdendo importância em relação ao Plano Estratégico cujo programa de metas era mais objetivo, além de favorecer parcerias mais diretas entre o poder público e o setor privado.

Apesar de sempre ter sido enfatizado, durante o processo de elaboração, que o Plano Estratégico não tratava de um plano de governo, o escopo básico gerado incluía diversos projetos de responsabilidade exclusiva da prefeitura, em todos os sete núcleos estratégicos definidos. Portanto, o comprometimento do futuro prefeito com esses projetos seria crucial para sua vigência e, de acordo com seus defensores, para sua eficácia, condição que foi, inclusive, “sugerida” a todos os candidatos dentro do próprio texto do Plano.

Durante os meses de julho e agosto de 1996, o Conselho Diretor do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro organizou um ciclo de debates com todos os candidatos à prefeitura explicando a “importância” da continuidade daquele projeto, enaltecendo seu valor técnico, analítico e propositivo, além de seu valor político. Dessa forma, foi obtida a adesão de todos os candidatos à promessa de continuidade, sendo que o comprometimento da própria oposição significou sua anuência à agenda do governo em exercício e explícita declaração à sociedade de sua aprovação àquela iniciativa.

Enquanto o candidato Luiz Paulo Conde, então secretário municipal de Urbanismo, lembrava presidir o Conselho Diretor, afirmando-se por tal razão como o ‘candidato da continuidade’, o principal candidato de oposição que o acompanhava no segundo turno das eleições municipais, Sérgio Cabral Filho, sublinhava que ‘o Plano Estratégico passou a ser importante instrumento de inspiração, referência e análise para o meu programa de governo e será a “bíblia” da minha administração’. Até

mesmo os candidatos de partidos de esquerda não pouparam elogios ao Plano Estratégico. O candidato do PT, Chico Alencar, assinalou que o Plano teve como grande virtude a incorporação de diversos segmentos da sociedade e a constituição de uma esfera pública, 'autônoma em relação ao Estado' e indutora da solidariedade. O candidato do PDT, Miro Teixeira, declarou que 'o Plano Estratégico reflete uma mudança na cara da democracia. Representa um primeiro passo para o fim conceitual de direita e esquerda'. (COMPANS, 2005, p.210)

Porém, mesmo com a adesão em massa de todos os candidatos, acabou sendo eleito o candidato governista Luiz Paulo Conde, mesmo sendo desconhecido politicamente e estreante em eleições, vencendo no segundo turno com 62,2% dos votos contra o candidato Sérgio Cabral Filho, com 37,8% dos votos. O Programa Favela-Bairro, assim como o Rio-Cidade³⁰ e a construção da Linha Amarela, foram ideias de Conde quando era secretário de Urbanismo do governo de César Maia, sendo, portanto, prioridades em seu governo.

O Programa Favela-Bairro foi implementado em 1994, dois anos antes da publicação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, sendo posteriormente anexado ao programa da estratégia de número 4, "Rio integrado", com o objetivo de "incorporar as áreas faveladas ao tecido urbanizado oferecendo condições ambientais de identificação da favela como bairro" (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996, p.41). Porém, o programa teria sido idealizado a partir de diretrizes contidas no Plano Diretor. Seu objetivo principal era viabilizar a implementação de melhorias urbanísticas, sendo compreendidas as obras de infraestrutura urbana, de acessibilidade e a criação de equipamentos urbanos sob a justificativa de tentar promover ganhos sociais, integração e transformação da favela em bairro. As propostas de intervenção do programa foram elaboradas através de um concurso público viabilizado através de uma parceria entre a prefeitura e o Instituto dos Arquitetos do Brasil no Rio de Janeiro – IAB-RJ, o qual, inclusive, chegou a ser presidido por Luiz Paulo Conde por dois mandatos. Foram 34 equipes de arquitetos inscritas, sendo que 15 dessas propostas foram selecionadas.

Através de uma análise dessas propostas, percebe-se que além das diretrizes tradicionais para intervenções em favelas, como o saneamento básico, transporte, equipamentos públicos de saúde e educação, foram identificadas diversas propostas integradas ao pensamento estratégico, como a criação de centralidades e projetos de mídia, comunicação e divulgação internas e

³⁰ O Programa Rio-Cidade consistiu em diversas intervenções urbanas pontuais nas vias mais importantes dos principais bairros cariocas. Foram realizadas obras de redimensionamento do sistema de escoamento das águas pluviais, de construção de galerias subterrâneas para a passagem de fios e cabos de telefone e energia elétrica, além da reforma de calçadas, retirada e substituição de postes, modernização da sinalização horizontal e vertical, plantio e replantio de árvores, renovação do piso asfáltico e de iluminação e remodelamento do mobiliário urbano de praças e calçadas. O programa esteve vigente no período de 1995 a 2000 e foi inspirado em políticas aplicadas em cidades dos Estados Unidos e Europa, a exemplo da cidade de Barcelona.

externas às favelas. O foco das propostas era a transformação da imagem da favela através da busca de sua leitura como cidade, inserindo elementos que as aproximassem dos padrões urbanos formais, mas ao mesmo tempo preservando suas particularidades, como a valorização das tipologias irregulares que começou a ser entendida como uma expressão cultural daquelas comunidades (MENDES, 2006). Nota-se aí, portanto, um discurso semelhante àquele utilizado para legitimar os grandes projetos propostos para a cidade formal, apoiados na justificativa de se criar um ambiente favorável aos investimentos econômicos ou à integração da cidade ao espaço de fluxos, além de ser a primeira manifestação de uma certa valorização da estética da favela, apesar da tentativa, ainda presente, de adequá-la à estética legal e formalmente aceita.

É importante atentar para a carga conceitual embutida em grande parte das ações propostas, que quase sempre atribuem aos elementos (...) funções abstratas que sugerem a tentativa de impressão de uma identidade nas áreas atendidas. Esse fato parece se firmar como uma das principais características dos projetos do Programa [Favela-Bairro], que costumam atribuir às intervenções físicas funções subjetivas de transformação da imagem das comunidades e de sua condição socioeconômica e cultural. Todos os elementos, da rede de esgoto aos equipamentos comunitários, parecem impregnados de uma carga simbólica que deve atender a diferentes anseios: representar a cidadania; representar a integração e a convivência pacífica; a presença do poder público nessas áreas; a marca de uma ação política na cidade; a visão dos técnicos envolvidos no debate sobre a cidade e arquitetura contemporânea. Devem representar ainda a transformação da postura e dos olhares dos indivíduos, tanto dos de dentro como dos de fora das favelas, do espaço físico das comunidades atendidas e da cidade como um todo. (MENDES, 2006, p.127)

Apesar de um dos termos mais aclamados do programa Favela-Bairro ser a intensa participação da comunidade, diversos relatos dos moradores das comunidades contempladas com as intervenções indicam que não houve participação pública, sendo considerada uma abordagem de cima para baixo (OSBORN, 2013). Alguns críticos do programa afirmam ainda que as ações promovidas com a alusão de participação popular se aproximavam mais de ações para legitimar as propostas através da anuência de alguns poucos moradores, porém sem efetiva discussão e elaboração das propostas por parte deles.

Para o financiamento das intervenções, foram solicitados fundos do BID, o qual forneceu 180 milhões de dólares, acompanhados de 120 milhões de dólares do Governo do Estado, quantia disponibilizada para a primeira fase (1994-2000) e repetida na segunda fase (2000-2005). Porém, entre 2005 e 2008, já na terceira fase do programa, os projetos estavam atrasados e sem fundos, com muitos empreiteiros abandonando as obras pelas dificuldades nas condições de trabalho. Porém, alguns anos mais tarde e já com um novo prefeito, após o fim do terceiro mandato de César Maia, esses projetos teriam uma nova fonte de financiamento, além de um novo nome (OSBORN, 2013).

Quanto aos resultados atribuídos ao Programa Favela-Bairro, destaca-se o pouco avanço em relação à proposta de regularização fundiária conferido ao desinteresse da própria população das favelas que relaciona a regularização à perda de liberdade para construir e ocupar o solo. Além disso, houve muitas críticas à homogeneização das favelas assumida pelo programa que encarou os assentamentos sem considerar suas diferenças, internas e em relação a outros aglomerados, e seus conflitos. Questionou-se também a escassez de ações com significativa dimensão social, que levassem em conta um levantamento sistematizado do nível de vida da população e a sua concreta participação, além das intervenções físicas promovidas nos assentamentos.

De acordo com uma série de pesquisas realizadas pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, em parceria com o Instituto Pereira Passos – IPP, denominadas “Coleção Estudos Cariocas”, iniciadas no ano de 2001, sobre temas relacionados à cidade e sua população, concluiu-se que as favelas que sofreram intervenções do programa Favela-Bairro tiveram menor crescimento de sua área de abrangência do que as favelas que não sofreram intervenções. Porém, em contrapartida houve um intenso crescimento – de quase 10 vezes – no número de domicílios nas favelas abrangidas pelo programa de urbanização, ao mesmo tempo em que houve uma diminuição no número de domicílios nas favelas que não foram contempladas, sugerindo uma possível migração da população para as favelas onde houve intervenções do programa.

O programa Morar Carioca, sucessor do Favela-Bairro, foi lançado em 2010 pelo atual prefeito Eduardo Paes, do PMDB, o qual já havia sido subprefeito da Zona Oeste I (Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá e adjacentes - principal zona de expansão imobiliária no Rio), no período de 1993 a 1996, durante o primeiro mandato do então prefeito César Maia. Esse programa foi lançado com a ousada meta de urbanizar todas as favelas da cidade do Rio de Janeiro até o ano de 2020, como legado dos Jogos Olímpicos de 2016. Ser cidade sede dos Jogos já era um intento desde o lançamento da primeira versão do Plano Estratégico, que colocava como um dos seus grandes projetos a candidatura para os Jogos de 2004, sob inspiração do “modelo de sucesso” de Barcelona nos Jogos de 1992. Porém, somente em 2009, durante a 121ª Sessão do Comitê Olímpico Internacional, foi anunciada a escolha do Rio como cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, eliminando Chicago, Tóquio e Madri. Será a primeira vez que uma cidade da América do Sul sediará os Jogos. Mais adiante, faremos uma análise mais aprofundada sobre os megaeventos que irão ocorrer na cidade, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas.

O programa Morar Carioca foi concebido como instrumento de regularização urbanística e fundiária, “articulando ações que contribuam para a integração efetiva dos assentamentos precários informais atendidos” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013, p.56), com a meta de urbanizar 584 favelas até 2020. Para viabilizar esse ambicioso programa de ação, a prefeitura firmou, novamente, uma parceria com o IAB-RJ para promover um concurso de metodologias de urbanização de favelas, no qual se inscreveram 86 escritórios com equipes multidisciplinares (o que era um requisito) obrigatoriamente lideradas por arquitetos. De acordo com o arquiteto urbanista Luiz Fernando Janot, coordenador do concurso, o programa Morar Carioca “se reveste de uma abordagem conceitual que vai além dos objetivos específicos da urbanização de favelas” (INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL, 2011, p.6) uma vez que não trata somente da elaboração de propostas pontuais, mas sim de metodologias de intervenção em assentamentos precários informais. Em janeiro de 2011, foram divulgados os 40 escritórios selecionados para conduzir os processos de urbanização e regularização fundiária das favelas cariocas. A estrutura das propostas do Morar Carioca se assemelhava às propostas do Favela-Bairro, porém, com a particularidade de abranger uma escala espacial e temporal muito mais ampla, proporcional ao orçamento disponível. Além disso, incorporou os conceitos de sustentabilidade ambiental, moradia saudável e ampliação das propostas de acessibilidade (LEITÃO & DELECAVE, 2013).

Nesse contexto de criação e elaboração de propostas para o Morar Carioca, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o Governo Federal, através do PAC, inaugurava algumas intervenções pioneiras em urbanizações de grandes favelas, as quais contemplavam os chamados complexos de favelas do Alemão, Manguinhos, Rocinha e Cantagalo. Dentre elas constavam o Teleférico do Complexo do Alemão; as bibliotecas-parque de Manguinhos e da Rocinha; o elevador com conexão com o metrô, denominado Complexo Rubem Braga, no Cantagalo, além de diversos conjuntos habitacionais. Essas intervenções ocorreram num contexto marcado por dois diferenciais significativos, quando comparadas a outros programas: a articulação entre diferentes esferas administrativas (municipal, estadual e federal), no planejamento e execução da intervenção proposta; e a perspectiva de “garantia de segurança aos cidadãos que vivem em favelas” através da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora – as UPPs que, evidentemente, ajudariam também na infiltração dos agentes públicos e empreiteiras no espaço das favelas (LEITÃO & DELECAVE, 2013, p.272).

No concurso do Morar Carioca, a maioria das equipes selecionadas propôs intervenções com significativas reestruturações na malha urbana da favela, além de apresentar propostas de

instalação de teleféricos, elevadores ou planos inclinados como alternativas para solucionar o problema da mobilidade urbana interna nas favelas. De fato, os recursos disponíveis para o Morar Carioca são muito mais copiosos do que os recursos disponíveis para o Favela-Bairro: estão previstos oito bilhões de reais dentre empréstimos do governo federal (incluindo recursos do PAC), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD – e do BID.

Essas novas propostas podem ser consideradas um dos desdobramentos da mudança no quadro econômico do país e das referências projetuais (...). O volume de recursos previstos no Programa Morar Carioca somente seria possível em um cenário, apontado por indicadores diversos, como de expansão da atividade econômica do país e de maior capacidade de investimento do Estado (...). Por outro lado, contribui, também, para a execução desse programa, a realização na cidade do Rio de Janeiro de megaeventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 – que exigirão especial atenção do poder público, diante da visibilidade expressiva da cidade do Rio de Janeiro no cenário internacional. Não pode ser ignorado, ainda, que essa mudança na abordagem projetual da urbanização de favelas vai ao encontro, também, das demandas do setor empresarial da construção civil para a ampliação de suas atividades, tendo como respaldo a geração dos empregos formais para os segmentos menos qualificados da força de trabalho, além do estímulo à atividade industrial dos setores vinculados direta e indiretamente à construção civil. (LEITÃO & DELECAVE, 2013, p.277)

De acordo com Leitão e Delecave (2013), existe uma relação direta entre as transformações econômicas do país e da cidade do Rio de Janeiro, no que tange à sua adaptação ao contexto do mercado global, e os interesses dos setores empresariais com as “inovadoras” propostas do programa Morar Carioca, e este não seria possível sem aqueles.

Alguns aspectos inovadores em termos de urbanização de favelas podem ser identificados nos projetos propostos, como o reconhecimento da moradia individual como parte integrante do ambiente atingido pela intervenção, além da preocupação com a sustentabilidade ambiental e com as possibilidades de introdução de dispositivos que assegurem uma redução no consumo de energia, captação de águas pluviais para reuso, manejo seletivo de resíduos sólidos e utilização de componentes construtivos reciclados dentre outras propostas. Porém, assim como no programa Favela-Bairro, identifica-se uma carência da participação popular organizada.

A ausência de metodologias participativas mais adequadas, a exiguidade dos prazos contratuais e a pouca representatividade de diversas associações de moradores, acabaram por transformar essa participação em elemento meramente formal de todo o processo, tornando-se, assim, um mero instrumento de legitimação dos projetos urbanísticos, desenvolvidos através de consultas de alcance limitado. (LEITÃO & DELECAVE, 2013, p.278)

No entanto, algumas questões são extremamente preocupantes no que concerne ao andamento e funcionamento do programa, e questionáveis no sentido de ir de encontro aos interesses e direitos fundamentais da população moradora das favelas alvos das intervenções. A equipe de

técnicos da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, apesar de composta por profissionais qualificados e com larga experiência em urbanização de assentamentos informais, pode ser exígua para responder adequadamente às tarefas de fiscalização e acompanhamento de um programa tão amplo e ambicioso em termos de metas. Ademais, em função do cumprimento dos prazos contratuais, os escritórios responsáveis pela elaboração e acompanhamento da execução dos projetos podem comprometer as dinâmicas de inclusão e participação popular, caindo, mais uma vez, no problema da legitimação em lugar da democratização.

Porém, a questão mais delicada que tem envolvido alguns projetos selecionados pelo concurso do Morar Carioca e outras ações públicas da prefeitura são as remoções de favelas inteiras ou em parte, apoiadas em argumentos que envolvem riscos naturais (principalmente após as tragédias causadas pelas chuvas de 2010), meio ambiente, obras para os megaeventos e obras do Morar Carioca. É, no mínimo, curioso falar que remoções de favelas têm conformado um dos grandes problemas sociais do Rio atualmente, num contexto em que as abordagens sobre as políticas de urbanização de favelas fazem questão de ressaltar que as ações de remoção fazem parte das políticas do século passado, que não se fala mais em remoção e que as favelas são parte da paisagem carioca e assim são respeitadas. Consta no Plano Estratégico da Cidade (2013-2016) a exigência de uma redução de 5% da área ocupada por favelas, sendo que o plano anterior (2009-2012) previa uma redução de 3,5%, taxa devidamente alcançada, de acordo com o governo (cf. O Globo, *Especialistas afirmam que Plano Estratégico para 2016 é ambicioso*, 17/04/2012), além da total eliminação das habitações que ocupam áreas de proteção ambiental e de risco. Em muitos casos, as remoções fazem com que os moradores percam o trabalho e o capital que investiram em suas residências, além de contribuir para a fragmentação da comunidade. Muitos movimentos sociais, de diversas favelas, se mobilizaram contra essas políticas, o que já se consagrou em inúmeros protestos nos últimos anos.

Em dezembro de 2013, ocorreu na Câmara Municipal do Rio de Janeiro uma audiência pública cujo tema era “remoções por grandes projetos no Rio de Janeiro”. Nela estava presente o professor Carlos Vainer, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, que apresentou estatísticas alarmantes: “Na ditadura militar, cerca de 35 mil pessoas foram removidas no Rio. No processo atual, cerca de 70 mil pessoas serão removidas de suas casas, isso em um regime supostamente democrático e de direito”.

Alguns dos casos de remoções estão ocorrendo na Comunidade do Horto, para a qual se prevê remoção total em favor do aumento da área de pesquisa do Instituto Jardim Botânico; no Morro da Providência, onde um terço dos moradores foram ameaçados de perder suas casas para dar lugar ao teleférico; a Vila Autódromo, foco de vários protestos em 2013, a qual será totalmente removida para dar lugar ao que se chama de Parque Olímpico; a Vila Harmonia e o Recreio II, as quais serão atingidas pelas obras do BRT Transoeste e a Favela Metrô-Mangureira, localizada nas imediações do Maracanã, sede futura da Copa do Mundo, cuja razão original da remoção seria a construção de um estacionamento para o torneio. Porém, em setembro de 2013, houve a confirmação, por um decreto municipal, de que a terra seria destinada a um polo automotivo com 96 unidades comerciais e um parque com ciclovia, rampa de skate, academia para idosos, parque infantil e 400 árvores.

Em 2010, a Organização das Nações Unidas – ONU se pronunciou criticando as remoções relacionadas a obras da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. O dossiê elaborado pela entidade relaciona denúncias de violação de direitos humanos pelas remoções no Rio e em outras sete capitais. Além da ONU, a ONG Anistia Internacional também se manifestou contra as remoções, em setembro de 2013, lançando campanha nesse sentido.

Pouco antes do início das campanhas para as eleições municipais de 2012, o prefeito Eduardo Paes, então candidato à reeleição, promoveu um evento para a inauguração da reforma do Jardim do Valongo, parte do projeto de “requalificação” da zona portuária do Rio. Nesta ocasião, o prefeito comparou sua gestão à do antigo prefeito Pereira Passos no que diz respeito às grandes intervenções públicas de “recuperação” da cidade. Vale lembrar, porém, que o legado de Pereira Passos foi, ironicamente, a destruição de cortiços no centro da cidade, remodelando os espaços públicos do Rio no estilo proposto por arquitetos franceses e estabelecendo o Rio como destino turístico global. O plano de desenvolvimento de favelas, com sua ênfase em teleféricos e estética ecológica à custa de remoções, demonstra um foco no turismo em favelas com pouca preocupação em construir infraestrutura para supostamente integrar a favela à cidade. Nesse sentido, de fato poderemos estar vivendo uma nova era Pereira Passos.

A seguir, apresentamos algumas imagens retiradas de propostas selecionadas pelo concurso Morar Carioca em que prevalecem ideias de intervenção em favelas genéricas, apoiadas na construção de equipamentos de grande visibilidade em relação ao entorno, além do uso de exemplos de cidades que se destacam globalmente em relação à implantação de objetos

arquitetônicos de impacto em áreas favelizadas, como é o caso de Medellín, como referências para elaboração dos projetos em questão.



FIGURA 04 – Evidência de uso do teleférico implantado em Medellín, na Colômbia, como referência para as favelas do Rio de Janeiro

FONTE: INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL & SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2011, p.59.

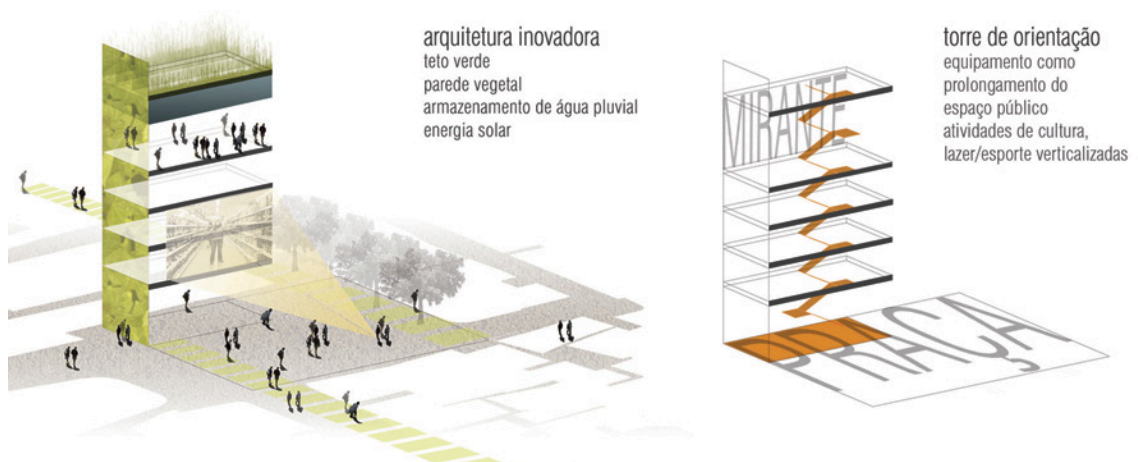


FIGURA 05 – Exemplo de proposta que se utiliza do conceito de arquitetura inovadora e esquema arquitetônico semelhante ao projeto do elevador do Cantagalo

FONTE: INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL & SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2011, p.92.

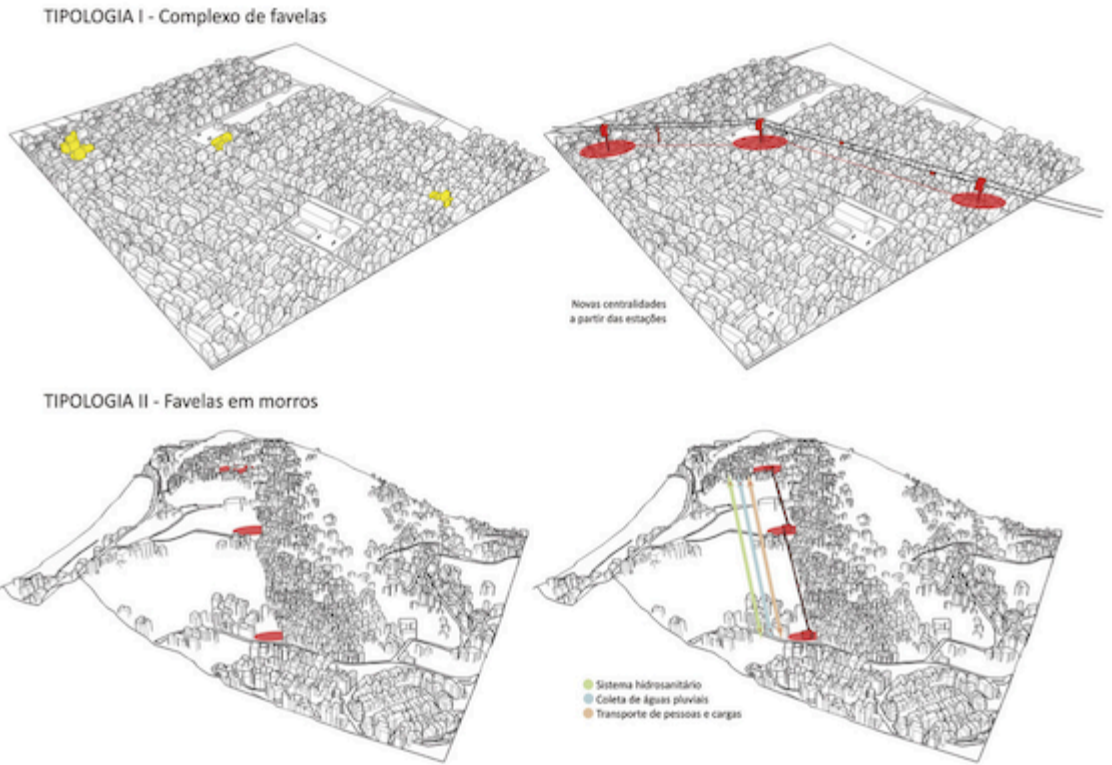


FIGURA 06 – Proposta de uso de teleférico como solução de mobilidade para complexo de favelas (caso do Complexo do Alemão) e favelas em morros (caso do Morro da Providência)
FONTE: INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL & SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2011, p.71.

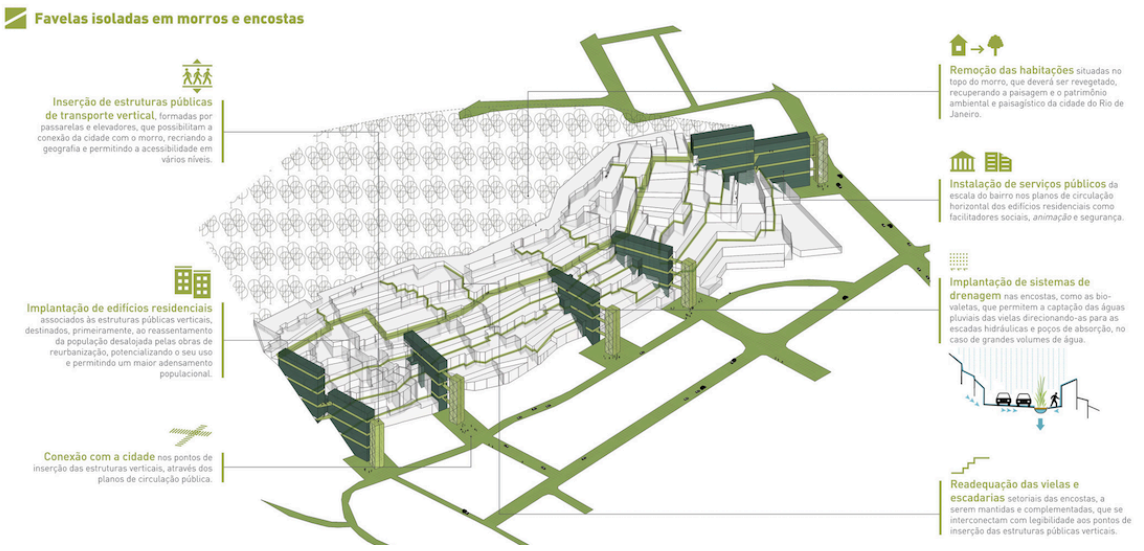


FIGURA 07 – Proposta para uso de elevadores como solução de transporte vertical conectados com edifícios verticais para habitação. Destaque para o fato de que as edificações estão implantadas de forma que a visão das favelas a partir das vias do bairro formal fica comprometida (caso semelhante ao elevador no Morro do Cantagalo)
FONTE: INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL & SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2011, p.117.



FIGURA 08 – Proposta de teleférico para o Morro da Providência (1)

FONTE: INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL & SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2011, p.166.



FIGURA 09 – Proposta de implantação de estrutura de teleférico para o Morro da Providência (2)

FONTE: INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL & SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2011, p.105.

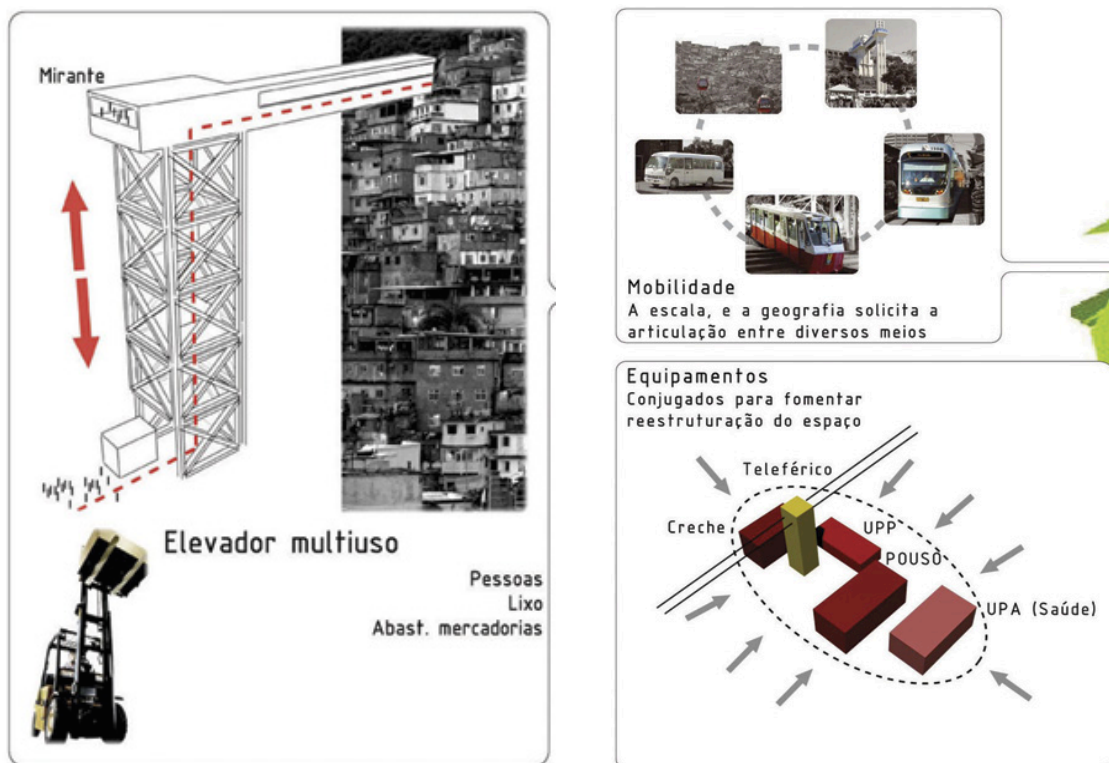


FIGURA 10 – Proposta de elevador multiuso com mirante para favelas implantadas em morros (caso semelhante ao Morro do Cantagalo) e proposta de equipamentos conjugados com unidades de polícia pacificadora – UPPs (caso semelhante ao Complexo do Alemão, onde para cada estação do teleférico está prevista uma edificação exclusiva para abrigar uma UPP)

FONTE: INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL & SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 2011, p.285 e 287.

2.5. Medellín, a Barcelona das favelas cariocas

Em janeiro de 2011, profissionais da Secretaria Municipal de Habitação – SMH e do IAB-RJ fizeram uma viagem a Medellín, na Colômbia, para conhecerem as recentes transformações pelas quais estava passando a cidade, e vivenciarem a experiência colombiana de urbanização de favelas para compartilhá-la com as equipes selecionadas pelo concurso Morar Carioca. Mesmo antes dessa viagem, o prefeito Eduardo Paes já havia feito uma visita à cidade, em 2007, repetindo o roteiro em 2012, em busca de material para desenvolver uma política de segurança pública no Rio de Janeiro. Estes fatos indicam que a trajetória recente de Medellín tem sido inspiração para as políticas destinadas às favelas cariocas, portanto, torna-se importante para esta análise entender como ocorreram as mudanças nessa cidade e avaliar a relação que tem

sido feita, de maneira recorrente pela mídia, pelos agentes públicos e academia, com as recentes ações públicas nas favelas cariocas.

Medellín é a segunda cidade mais populosa da Colômbia, contendo cerca de 2,5 milhões de habitantes, perdendo apenas para Bogotá, com mais de 7 milhões. Possui uma altitude de mais de 1.500 metros acima do nível do mar, o que a levou a ser conhecida como a “cidade da eterna primavera” devido a seu clima temperado e ameno ao longo de todo o ano, agradável para se viver, pelo menos até a cidade ser tomada pelos conflitos com o narcotráfico, o que aumentou profundamente seus níveis de violência e homicídios, passando a ser considerada a cidade mais violenta do mundo em 1991. O rápido crescimento da indústria de cocaína colombiana, nos anos 1980, fez com que o poderoso Cartel de Medellín, liderado pelo traficante Pablo Escobar, recrutasse um extenso exército de adolescentes criminosos, além de induzir a corrupção de políticos e agentes policiais e se infiltrar no congresso nacional colombiano. A estratégia do grupo criminoso era compensar a violência e o controle cada vez maior sobre a economia informal com um paternalismo dedicado aos mais pobres através da construção de habitações, espaços “públicos” em diversos bairros carentes em Medellín dentre outras ações, provocando uma intensa sensação de ausência do poder público. Em 1991, no auge da crise de segurança, os índices de homicídio eram de quase 400 a cada 100 mil habitantes.

Em dezembro de 1993, com o assassinato de Pablo Escobar, desaparece o Cartel de Medellín, porém, os índices de violência continuaram alarmantes devido à tomada do controle do narcotráfico por forças paramilitares, cercando diversos bairros pobres da cidade. Em 2001, grupos paramilitares de oposição declararam guerra entre si, transformando os bairros mais pobres de Medellín em verdadeiros campos de batalha sem nenhuma presença do poder público. Em 2002, o governo federal iniciou uma série de ações, em conjunto com o exército oficial colombiano e as forças armadas americanas, para invadir as favelas das maiores cidades da Colômbia e recobrar seu controle, além de estabelecer negociações com os grupos paramilitares que culminaram na desmobilização de mais de 30 mil membros dos grupos armados. Nas favelas, onde o poder público conseguiu retomar seu poder, foram instaladas bases permanentes da polícia que garantiriam a chegada de outros serviços sociais e jurídicos, além da realização de obras de equipamentos públicos para a comunidade.

Após essas ações do governo federal colombiano, as taxas de violência sofreram uma queda brusca, o índice de homicídios passou para 33,8 a cada 100 mil habitantes. Nesse contexto, o prefeito Sergio Fajardo assume o executivo municipal de Medellín, em 2004, iniciando uma

agenda política que culminaria na transformação das condições sociais da cidade, tornando-a modelo de urbanização social de sucesso. A Colômbia, assim como o Brasil, possui um longo histórico de corrupção na política, contribuindo para a pouca confiança da sociedade nos agentes públicos. Dentre as inovações do governo de Fajardo, houve diversas iniciativas de comunicação com o público, buscando esclarecer sobre os gastos públicos. Dentre essas iniciativas, foi elaborado um programa de televisão local, chamado “Con el Alcalde”, onde o prefeito apresentava pessoalmente as últimas realizações da prefeitura e respondia perguntas dos telespectadores ao vivo, todas as quintas-feiras. O discurso de Fajardo apoia-se na transparência como sendo uma das bases de seu governo.

Logo no início do seu mandato, o prefeito montou grupos de profissionais para cada área de interesse público, compostos por membros com pouca experiência política, porém com largo conhecimento nas respectivas áreas, para elaborar um longo diagnóstico abordando detalhadamente e estatisticamente os maiores problemas da cidade de Medellín. A partir desse diagnóstico, dois problemas fundamentais foram identificados: primeiro, a desigualdade profunda daquela sociedade (a Colômbia ocupava o segundo posto de maiores índices de desigualdade da América Latina, logo após o Brasil); e a violência com raízes muito profundas, associada ao fortalecimento histórico do narcotráfico. Como as ações de segurança pública pertenciam à alçada do governo federal, paralelamente a essas ações, a prefeitura iniciou uma política profunda de reinserção social e educativa daqueles elementos envolvidos com a criminalidade através de seu acompanhamento individualizado, baseado em assistência psicológica e social e posterior formação das capacidades desses indivíduos antes de reinseri-los na sociedade.

Conjuntamente, ocorreu uma série de investimentos e obras públicas em diversos pontos carentes da cidade de Medellín relacionados, principalmente, ao suporte à educação e à cultura. O conceito que guiava esses investimentos era a construção de espaços de qualidade que se transformassem em símbolo para o local e referência arquitetônica para a cidade. Uma das estratégias para promover a integração dos espaços urbanos, segregados pelo antigo domínio de facções rivais do crime, foi a instalação de equipamentos de relevância metropolitana, promovendo o acesso gratuito a pessoas de várias partes da cidade.

Dentre os equipamentos inaugurados e reformados destacam-se: os cinco parques-biblioteca, cada um localizado em um bairro carente de Medellín, sendo eles San Javier, León de Greiff, Tomas Carrasquilla, Bélen e España, esse último o mais conhecido, vencedor de diversos prêmios internacionais de arquitetura, identificado por três edificações semelhantes a “pedras

encrustadas no alto da colina” e localizado no ponto da cidade onde havia os menores índices de desenvolvimento humano; dez novos colégios de notável qualidade arquitetônica, também localizados em bairros pobres; a reforma de mais de cem escolas espalhadas por toda a cidade; o aquário; o jardim botânico; o *Parque de la Ciencia y Tecnología Explora*; diversos centros culturais; agências de fomento ao microcrédito em bairros carentes, ligadas aos *Centros de Desarrollo Empresarial Zonal* – CEDEZO; além das obras de mobilidade urbana, como a expansão da linha do metrô, a construção do teleférico, ou *metro-cable*, na Comuna 13 e a instalação de escadas rolantes, também na Comuna 13.

Em texto elaborado após a viagem de profissionais da SMH e do IAB-RJ para Medellín, o arquiteto Pedro da Luz Moreira, então vice-presidente do IAB-RJ e professor adjunto da Universidade Federal Fluminense – UFF, conclui que:

(...) a reversão da situação de extrema decadência da confiabilidade nas instituições públicas, nos anos 90 na Colômbia, e particularmente na cidade de Medellín está sendo obtida pela implantação de quatro premissas muito claras que norteiam os projetos de urbanização das suas áreas carentes. A primeira é a qualificação do padrão das obras nestas comunidades, o objetivo do poder público é alcançar uma obra com qualidade igual ou superior às construídas na parte formal da cidade, revertendo as discontinuidades em Medellín. A segunda premissa é garantir que o funcionamento dos diversos sistemas demonstre uma eficiência que conquiste a população para que esta se engaje na reversão da deterioração. A tarifa de transporte público e a regularidade do sistema de transportes em Medellín corroboram esta afirmativa. A terceira é uma articulação entre a micro escala de projeto e as intervenções em escala metropolitana, as intervenções em ambas as escalas são vistas como interdependentes, já que a cidade e região metropolitana são consideradas um organismo único. E a última e quarta premissa é instalar equipamentos de impacto metropolitano no interior das comunidades carentes de forma a atrair um público exterior a elas. (MOREIRA, 2011, p.9)

No entanto, apesar da ampla melhoria das condições sociais em Medellín, alguns bairros carentes apresentaram resultados muito mais estáveis em relação a outros. Por exemplo, a Comuna 1, também conhecida como Popular, que apresentava um dos piores índices de desenvolvimento humano de Medellín, foi um dos locais onde os resultados foram mais satisfatórios. Esse sucesso está relacionado, de acordo com Urán (2012), ao nível de organização política da comunidade, anterior às ações públicas.



FIGURA 11 – Parque-Biblioteca España, em Medellín

FONTE: Disponível em: <http://www.ignant.de/2013/04/17/parque-biblioteca-espana/>



FIGURA 12 – Colegio La Independencia, em Medellín

FONTE: Disponível em: <http://www.skyscraperlife.com/colombia/33866-bogot%E1-vs-medell%EDn-vs-cali-194.html>



FIGURA 13 – Colegio Ramon Giraldo Ceballos após reforma, em Medellín

FONTE: Disponível em: <http://www.skyscraperlife.com/colombia/33866-bogot%E1-vs-medell%EDn-vs-cali-194.html>



FIGURA 14 – Complexo urbano Parque de la Ciencia y Tecnología Explora, em Medellín

FONTE: Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/12.134/4263>



FIGURA 15 – Centro de Desarrollo Empresarial Zonal - CEDEZO, na Comuna 13, em Medellín

FONTE: Disponível em: http://www.panoramio.com/user/2773084/tags/Medellin?photo_page=6



FIGURA 16 – Escadas rolantes públicas, na Comuna 13, em Medellín

FONTE: Disponível em: http://www.medellin.gov.co/transito/boletines_prensa/2011/dic_26_medellin_cuenta_primeras_escaleras_electricas_urbanas_mundo.html



FIGURA 17 – Teleférico na Comuna 13, em Medellín

FONTE: Disponível em: http://www.watchboom.com/index.php/articles/colombia_the_miracle_of_medellin



FIGURA 18 – Metrô de Medellín

FONTE: Disponível em: <http://www.colombia.travel/pt/turista-internacional/multimedia/galeria-de-fotos/medellin>

O processo de auto-organização da Comuna 1 foi seriamente afetado no contexto das violentas guerrilhas nos anos 1980, porém, com as determinações da Constituição de 1991 dentre outras iniciativas que enfatizaram a participação comunitária, essa organização foi retomada. As chamadas “Juntas Cívicas” iriam constituir a base de um movimento autônomo das populações e organizações da sociedade civil que, mais tarde, com o auxílio de ONGs e instituições universitárias locais, iriam cristalizar aquelas alianças, conformando redes como a “Red de Planes Zonales de Medellín” e a “Red de Organizaciones Comunitarias – ROC”, ambas com ênfase na participação popular, na democratização dos processos de planejamento do território e na garantia dos direitos básicos da população.

Em 2006, antes da realização das “Asambleas Barriales”, promovidas pela “Secretaría de Desarrollo Social del Municipio de Medellín”, a Comuna 1 promoveu um movimento de protestos denominado “desobediência civil” como reação a uma metodologia de trabalho que, segundo as organizações comunitárias locais, era autoritária e pouco considerava as diferenças entre cada comuna, promovendo ações homogêneas entre elas. Porém, a prefeitura reconheceu as manifestações da Comuna 1 e, com a participação de membros da comunidade, redesenhou a metodologia, estabelecendo uma espécie de pacto entre o poder público e a participação popular.

O oposto ocorre na Comuna 13, também conhecida como San Javier, a qual recebeu grande parte dos investimentos públicos do programa de urbanização recente, porém apresenta longo histórico de apatia política e baixos níveis de organização autônoma. Os líderes comunitários da Comuna 13 mantêm, historicamente, uma relação clientelista com partidos políticos de cunho liberal e conservador, diferente das organizações autônomas da Comuna 1. Dessa forma, os índices de violência na Comuna 13 continuam altos e crescentes. Esse contraste nos sugere que a ausência de um tecido social e organizado prévio às ações públicas, sem a formação de identidades culturais e políticas, favorece ações clientelistas de agentes políticos tradicionais, não promovendo uma transformação sustentável em determinadas comunidades. De acordo com Urán (2012),

É de nosso interesse ressaltar que esses programas e políticas não são mero produto da imaginação e iniciativa do governo municipal mas sim, e fundamentalmente, são o resultado emergente do trabalho coletivo e da mobilização social que por mais de 10 anos (1994 – 2004) vinham realizando, em articulação organizações de bairros populares, grupos acadêmicos universitários de pesquisa e planejamento urbano, redes de ONGs de promoção política e desenvolvimento social, as quais, antes da crise de violência que vivia a cidade na década de 1990 e, aproveitando o marco jurídico e político favorável à participação cidadã inscrita na recente Carta Constitucional de 1991, conseguiram chamar a atenção do governo

nacional e comprometer politicamente a grande parte do empresariado da região na geração de programas sociais e espaços de abertura política através de grandes espaços e cenários de discussão e consulta pública (...). (URÁN, 2012, p.36)³¹

Portanto, essa breve análise do contexto de transformações na cidade de Medellín já nos deixa claro que, apesar de haver alguns pontos em comum entre os dois contextos, existem diferenças profundas entre a realidade dessa cidade com o que pode ser verificado na cidade do Rio de Janeiro. Evidentemente, é de grande valia estudar as iniciativas que tem sido promovidas em outros lugares do mundo, com o intuito de promover reflexões e inspirar as ações políticas locais. Porém, o que pode ser verificado é que algumas soluções aplicadas em Medellín foram, aparentemente, copiadas em algumas favelas do Rio, como os teleféricos, alguns parques-biblioteca, além da própria política das UPPs, sem um devido acompanhamento de ações sociais profundas e amplo investimento em serviços públicos básicos. E, principalmente, sem a inclusão dos movimentos políticos organizados de cada favela e sem a preocupação em considerar as particularidades de cada uma delas ao elaborar as metodologias de intervenção. Isso fica claro na análise de alguns dos projetos selecionados pelo concurso Morar Carioca, empreendida no item anterior, os quais se baseiam em propostas generalistas, sem a devida participação das comunidades.

Após explorar o contexto que levou à elaboração da hipótese, partiremos, no próximo capítulo, para a análise dos elementos específicos que configuram o processo de transformação da favela carioca em produto cultural. Nesse sentido, consideramos a avaliação daqueles objetos que influenciam diretamente na construção desse arranjo ideológico.

³¹ Tradução da autora: “*Es de nuestro interés resaltar que estos programas y políticas no son mero producto de la imaginación e iniciativa del gobierno municipal sino que, en lo fundamental, son el resultado emergente del trabajo colectivo y de la movilización social que por más de 10 años (1994 – 2004) venían realizando en articulación organizaciones de barrios populares, grupos académicos universitarios de investigación y diseño urbano, redes de ONGs de promoción política y desarrollo social, las cuales, ante la crisis de violencia que vivía la ciudad en la década de 1990 y, aprovechando el marco jurídico y político favorable a la participación ciudadana inscrito en la reciente Carta Constitucional de 1991, lograron llamar la atención del gobierno nacional y comprometer políticamente a gran parte del empresariado de la región en la generación de programas sociales y espacios de apertura política por medio de grandes espacios y escenarios de discusión y concertación pública (...)*”.

CAPÍTULO 3

A “REINVENÇÃO” DA FAVELA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Após entender o contexto de implantação das políticas contemporâneas de urbanização em assentamentos informais no Rio de Janeiro, seus objetivos e influências, partirei para a análise dos efeitos ideológicos dessas ações de urbanização no processo de transformação da favela em produto cultural. Nesse sentido, buscarei construir uma compreensão do conceito de cultura e como ele tem sido explorado economicamente pelo sistema capitalista, conjectura elaborada e analisada por Adorno e Horkheimer na distinção do termo indústria cultural, em *Dialética do Esclarecimento* (1944). Examinarei a relação entre essa abordagem do conceito de cultura com os imaginários recorrentes sobre a favela carioca, baseando na obra de Licia do Prado Valladares, *A invenção da favela* (2007), além do livro *Um século de favela* (1998), organizado por Alba Zaluar e Marcos Alvito,.

Em seguida, analisaremos os elementos que nos levaram a elaborar essa hipótese, dentre eles, a tendência contemporânea de fusão da arquitetura e planejamento urbano com a publicidade e a indústria do entretenimento, análise empenhada por Pedro Fiori Arantes em sua tese de doutorado intitulada *Arquitetura na era digital-financeira* (2010); o contexto dos megaeventos a serem realizados no Rio de Janeiro a partir de 2014, tema ao qual tem se dedicado o professor visitante da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF, Christopher Gaffney; o intenso crescimento no mercado do “turismo em favelas” no Rio de Janeiro, assunto de extensa pesquisa da cientista social e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas – FGV, Bianca Freire-Medeiros; a controversa trajetória das UPPs, assunto discutido por diversos autores, de diversas áreas do conhecimento; e a intensa aparição do elemento “favela” nas mídias brasileiras nos últimos anos, principalmente em produtos da Rede Globo, entendida neste trabalho como a maior indústria de entretenimento de massa no Brasil.

3.1. A transformação da favela carioca em produto cultural

Vivemos um tempo em que cultura se tornou mercadoria. É com esta afirmação que David Harvey inicia o capítulo “A arte da renda”, que finaliza sua obra *A produção capitalista do espaço*, de 2006. Em outras palavras, significa que as mudanças globalizadoras, ocorridas nas últimas décadas, potencializam a transformação (ou exploração) da cultura como mercadoria, constatação teorizada, pioneiramente, por Adorno e Horkheimer em seus escritos sobre a indústria cultural na obra *Dialética do Esclarecimento*, publicada em 1944.

As primeiras preocupações sistemáticas em relação à ideia de cultura como modo de vida se remetem à Alemanha do século XVIII, anterior, portanto, a sua unificação como estado nacional. Nesse contexto, cultura seria a expressão de uma unidade viva daquela sociedade que não era unificada politicamente, porém, se identificava através de costumes e crenças comuns. Cultura é, sobretudo, uma preocupação contemporânea de entender os caminhos que levaram os diversos grupos humanos às suas relações do presente e suas perspectivas de futuro. Diz respeito ao desenvolvimento da humanidade, o qual está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e modificá-los, de conceber a realidade e expressá-la (SANTOS, 2006). Existe, porém, um aspecto sobre a concepção de cultura que se torna mais relevante a esta análise: seu relativismo. Santos (2006) coloca que a relação entre culturas distintas é tão fundamental quanto a apreciação de uma cultura em particular, já que a sua compreensão é influenciada pelo olhar de quem a interpreta.

Ele deriva da constatação de que a avaliação de cada cultura e do conjunto das culturas existentes varia de acordo com a cultura particular da qual se efetue a observação e análise (...). Verifica-se assim que a observação de culturas alheias se faz segundo pontos de vista definidos pela cultura do observador, que os critérios que se usa para classificar uma cultura são também culturais. Ou seja, segundo essa visão, na avaliação de culturas e traços culturais tudo é relativo. (SANTOS, 2006)

Canclini (2003) também compartilha essa concepção quando afirma que cultura, antes de ser processo em si, exclusivo a uma determinada sociedade, é antes um fenômeno relativo, uma representação derivada de uma relação entre dois grupos distintos, em suma, uma maneira de ver o outro. Essas definições nos permitem deduzir que, como processo de geração de significados e como produto de um imaginário intercultural, a representação da cultura ou dos objetos culturais de um determinado local pode ser vista como flexível e moldável ao que se deseja figurar, permanecendo ainda como produto singular e autêntico, já que original, relativo a origem, não copiado e não imitado.

No início da década de 1940, os filósofos alemães Adorno e Horkheimer cunharam o termo indústria cultural para se referirem à produção e consumo em massa de bens “imateriais” ou “culturais”. Por uma tradição proveniente do Iluminismo, os termos “indústria” e “cultura” eram cirurgicamente separados, “indústria” indicava a necessidade, a coerção, a obrigatoriedade da produção; enquanto “cultura” seria seu oposto, seria a expressão maior da liberdade e criatividade humanas (DUARTE, 2009). A ideia de Adorno e Horkheimer era que, diferentemente da expressão “cultura de massa”, a qual ainda se remete a uma suposta espontaneidade das pessoas diante do bem de consumo cultural, a expressão indústria cultural possui uma acepção justamente oposta.

Tal denominação [indústria cultural] evoca a ideia, intencionalmente polêmica, de que a cultura deixou de ser uma decorrência espontânea da condição humana, na qual se expressaram tradicionalmente, em termos estéticos, seus anseios e projeções mais recônditos, para se tornar mais um campo de exploração econômica, administrado de cima para baixo e voltado apenas para os objetivos supramencionados de produzir lucros e de garantir adesão ao sistema capitalista por parte do público. (DUARTE, 2007, p. 9).

De acordo com a teoria marxista, a expansão da indústria substituiu o trabalho criativo do homem pelo trabalho alienado. No sistema capitalista, o trabalhador vende a sua força de trabalho durante parte do dia para conseguir manter sua sobrevivência e de sua família, restando outra parte do dia para se recuperar antes da próxima jornada de trabalho. De acordo com os filósofos da teoria crítica, os meios de entretenimento de massa surgiram para preencher essa quantidade de tempo livre dos trabalhadores e para manter esses mesmos trabalhadores longe de possíveis simpatias com o movimento socialista. Dessa forma, o entretenimento de massa, ou a “produção de cultura”, se tornou um promissor ramo de negócios, além de uma potencial arma ideológica, uma vez que contribuía de maneira eficaz para a manutenção do *status quo*.

Para esse ramo de negócios é interessante não apenas manter as mais amplas camadas da população num estado de ignorância, mas, tanto quanto possível, cultivar e ampliar essa ignorância, pois, além de isso (não sempre, mas frequentemente) garantir a adesão ao *status quo*, também influencia no custo total das produções. (DUARTE, 2010, p.49)

Retomando os escritos de Harvey (2006), introduzimos aqui o termo “renda monopolista”. O autor elabora uma associação entre o poder monopolista, algo intrínseco ao processo capitalista, apesar de contraditório, e a ideia de “cultura”, cada vez mais enredada com as tentativas de reassegurar tal poder. O poder monopolista se baseia na comercialização dos atributos exclusivos provenientes da propriedade de determinado objeto ou lugar existente no planeta.

Seu proprietário tem a capacidade de aumentar seu fluxo de renda por um longo tempo somente em virtude da exploração de seu controle exclusivo sobre tal item único, o qual pode ser uma obra de arte, um vinho de elevada qualidade, uma marca conceituada ou uma localidade distinta, porém devem ser marcados por critérios como especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade.

O contexto capitalista contemporâneo, marcado pela globalização, ou “mundialização do capital”, como define o economista François Chesnais (LAPYDA, 2011), caracteriza-se pela valorização do capital financeiro, portanto, existe uma intensa formação de capital fictício, sem base material, naturalmente condicionado à produção futura de valor. É o momento em que o capital fictício comanda as forças produtivas reais, como já previra Marx em *O Capital*, ou seja, a produção e o consumo de mercadoria respondem aos desejos do capital financeiro, e não o contrário. Dessa forma, o produto não é somente um objeto, mas um dado a ser manipulado (FOSTER *apud* ARANTES, 2010, p. 90) ou valor a ser criado. A modalidade da renda de monopólio possibilita a comercialização, não só de um produto, mas especialmente de um conceito, de uma experiência, de um signo. Portanto, Harvey questiona:

Se as alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade sustentam a capacidade de conquistar rendas monopolistas, então sobre que melhor terreno é possível fazer tais alegações do que no campo dos artefatos e das práticas culturais historicamente constituídas, assim como no das características ambientais especiais (incluindo, é claro, os ambientes sociais e culturais constituídos)? (HARVEY, 2006, p.232)

Portanto, a questão retórica levantada por Harvey nos indica a potencial relação existente entre a cultura e a nova dinâmica globalizante do capitalismo. A globalização, além de possibilitar relações efetivas entre diversas sociedades, permite ainda que seus indivíduos depositem suas fantasias em múltiplos cenários ao mesmo tempo. Como coloca Canclini, “com a expansão global dos imaginários, incorporam-se ao nosso horizonte culturas que, até há poucas décadas, sentíamos estranhas à nossa existência” (CANCLINI, 2003, p.31).

Harvey, então, introduz nesse raciocínio o tema do empreendedorismo urbano destacando a forte tendência atual de inovações culturais locais, a ressurreição e, até mesmo, a invenção de tradições locais que vão ao encontro do potencial desejo de se extrair e se apropriar das rendas monopolistas. O empreendedorismo urbano, como foi analisado no primeiro capítulo, é o padrão de gestão urbana que combina poderes estatais com interesses privados, compondo a chamada “máquina de crescimento” urbana, ou seja, “a orquestração da dinâmica do processo de investimentos e a provisão de investimentos públicos chave, no lugar e tempo certos, para

fomentar o êxito na competição interurbana e inter-regional” (HARVEY, 2006, p.231). O que torna esse arranjo potencialmente interessante é justamente as várias possibilidades de se extrair dele as rendas monopolistas. Trata-se do processo de produção de espaço urbano orquestrado pelo modo de produção capitalista.

O campo do turismo contemporâneo concentra muitas possibilidades de se explorar o poder do capital simbólico coletivo ou, em outras palavras, o poder dos marcos especiais de distinção (BOURDIEU, 2007) vinculados a algum lugar específico, através da criação de alternativas para transformar, circular e consumir localidades (FREIRE-MEDEIROS, 2006), desenvolvendo nelas uma capacidade destacada de atração de pessoas e capitais. Nesse sentido, Harvey cita os exemplos de Barcelona, exemplo modelo de empreendedorismo urbano criador de capital simbólico e diversos marcos de distinção, e de casos pontuais e controversos, como a reconstrução do Albert Dock e a implantação do *International Slavery Museum*, o museu internacional da escravidão, em Liverpool, e o Memorial do Holocausto, em Berlim.

O *International Slavery Museum* foi inaugurado em agosto de 2007 na região portuária de Liverpool, na Inglaterra e retrata o comércio de escravos que vigorou dos séculos XVI ao XIX. Liverpool se tornou capital do comércio de escravos no final do século XVIII e as estimativas dão conta de que pelo menos 1,5 milhão de africanos tenham sido transportados da África para a América por embarcações que partiam de seus portos. Este contingente consiste em mais de 10% do total de escravos vendidos de que se tem conhecimento. A questão que nos interessa aqui é que o museu é parte das atrações do novo porto “requalificado” de Liverpool e o tema “cultural” explorado ali, tido como autêntico ao lugar, é um fato histórico baseado na exploração e degradação humanas que constrange a história moderna de todo o mundo ocidental. No entanto, se tornou parte das estratégias de exploração econômica através do turismo. O mesmo ocorre com o Memorial do Holocausto, em Berlim, considerado uma obra de destaque arquitetônico, projetado pelo norte-americano Peter Eisenman, cujo objetivo é lembrar as vítimas judias do Holocausto, comandado pelo alemão Adolf Hitler. O monumento foi inaugurado em 2005 e é um dos locais mais visitados da cidade. Ambos os casos podem ser considerados exemplos de valorização, no sentido de criação de valor econômico, de seu capital simbólico e de seus marcos de distinção, já que retomam fatos marcantes de suas respectivas histórias que, no entanto, são fatos hostis e infelizes da trajetória humana.

É nesse princípio, portanto, ao qual se apoia a hipótese de que a instalação de equipamentos públicos de alto custo de implantação e grande visibilidade em favelas sediadas no entorno da

zona centro-sul da cidade do Rio de Janeiro, como teleféricos e elevador, acompanhada de intenso trabalho de divulgação e publicidade, fortalece a concepção de um imaginário sobre a “cultura” das favelas através do aumento de seu potencial turístico, possibilitando a criação de uma “mercadoria singular, autêntica, particular e especial” vinculada à cidade, associando significados ambivalentes que a colocam, ao mesmo tempo, como território violento e local de autenticidades preservadas, além de representarem o imaginário de desigualdade urbana própria dos países periféricos.

(...) sempre há fortes efeitos discursivos em jogo, definindo o que é ou não é muito especial sobre um produto, um lugar, uma forma cultural, uma tradição, uma herança arquitetônica. As batalhas discursivas se tornaram parte do jogo, e os patronos (na mídia, na academia, por exemplo) conquistaram sua audiência, assim como seu sustento financeiro em relação a esses processos. (HARVEY, 2006, p.237)

Esses investimentos seriam parte das estratégias relacionadas à construção da imagem do Rio de Janeiro como uma cidade global, associados, ainda, ao projeto de “requalificação” urbana da zona portuária do Rio e da preparação da cidade para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, dentre outros megaeventos. As favelas se tornariam, portanto, sob o ponto de vista econômico do empreendedorismo urbano, novas fontes de renda monopolista para a cidade. A seguir, analisaremos os elementos que, provavelmente, contribuem para essa conjectura.

3.2. Arquitetura contemporânea como fábrica de sentidos

O atual cenário da arquitetura contemporânea mundial é um elemento fundamental para nos aproximarmos da lógica vigente que rege a produção de cidade no Rio de Janeiro. Lógica que não se relaciona somente à cidade formal, mas também à produção do novo sentido de favela.

A arquitetura das últimas décadas passou a se associar à geração da renda de monopólio, além da velha renda fundiária. Com a prevalência do capital fictício, o campo da arquitetura se associou ao universo publicitário, midiático, passando a produzir para a nova indústria do entretenimento. As grandes obras de arquitetura começaram a dominar a paisagem das cidades mundiais, incrementando as novas imagens que irão predominar nos circuitos de “venda” dessa cidades, ou seja, a arquitetura contemporânea se converteu em um grande sustentáculo para o planejamento urbano estratégico. Nesse sentido, numa realidade em que o capital é fluido e sem barreiras, a ideologia do plano tradicional deu lugar à produção de efeitos espetaculares

promovidos por edifícios ou monumentos isolados supostamente capazes, por si só, de ativar economias fragilizadas, atrair turistas e investidores, além de redefinir a identidade de uma determinada sociedade, independente de todos os outros fatores históricos, políticos, econômicos e sociais ali presentes (ARANTES, 2010). O campo da arquitetura contemporânea se fortalece como produtor de símbolos.

A obra considerada mais emblemática dessa nova arquitetura é o Museu Guggenheim de Bilbao, uma cidade de médio porte na Espanha que, ao longo do século XIX e início do século XX sofreu uma grande expansão industrial, se tornando a região mais desenvolvida da Espanha nesse setor, perdendo somente para Barcelona. A implantação do Museu Guggenheim em Bilbao, projetado pelo arquiteto-estrela Frank Gehry, foi fundamental para a recuperação econômica da cidade, após a crise fordista, transformando-a em uma cidade de serviços após o recente processo de revitalização estética, social e econômica, protagonizado pela implantação do museu. O edifício que abriga o museu, assim como várias outras obras de Frank Gehry, é marcado por sua forma excêntrica, escultórica, com aspecto metalizado e futurista, definido por lâminas retorcidas cobertas de titânio.

Após o sucesso do museu em Bilbao, a marca Guggenheim se converteu em uma empresa multinacional, presente no mercado financeiro mundial, cujo principal produto era o chamado “efeito Bilbao”, ou seja, a capacidade de atrair investimentos e de transformar a economia de um local através da compra de uma marca. Como constatou David Harvey (2006), as intervenções urbanas passaram a se especializar na construção de lugares especiais, exclusivos e singulares capazes de exercer um significativo poder de atração dos fluxos de capital. De acordo com Pedro Fiori Arantes (2010), os edifícios culturais passavam a conformar a nova política econômica, social e cultural, após a falência do modelo em que o Estado se configurava como agente direto de promoção social e organizador da economia.

Os novos museus e centros culturais aparecem como fantasia compensatória diante da corrosão dos sistemas de proteção social e do trabalho. O investimento no cultural é assim uma forma de animar um corpo social combalido (daí o paradoxo, ou o cinismo). Se os aparatos de proteção social não são mais renovados nos moldes históricos, o Estado dedica-se a uma política de reciclagem do patrimônio e apropriação cultural ‘centrada na autonomia dos cidadãos (inclusive em relação à proteção social)’. (ARANTES, 2010, p.18)



FIGURA 19 – Museu Guggenheim em Bilbao, Espanha

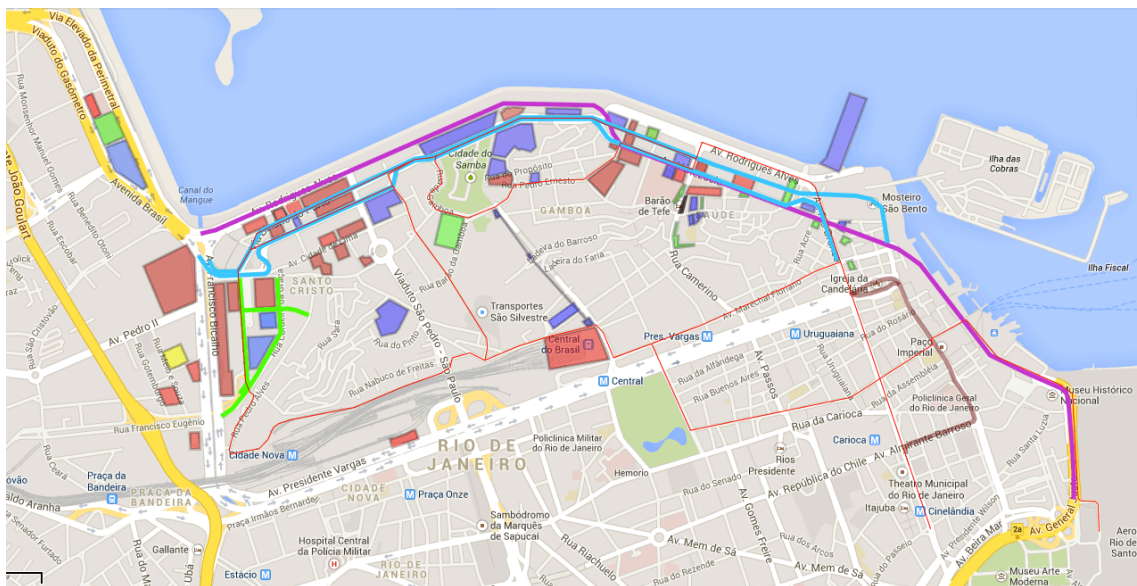
FONTE: Disponível em: <http://edificandoonline.blogspot.com.br/2011/03/museu-guggenheim-bilbao.html>

No Rio de Janeiro, essa nova estratégia de gestão política pode ser vislumbrada, principalmente, na “requalificação” da zona portuária da cidade, projeto urbano denominado “Porto Maravilha”, aprovado em junho de 2009 simultaneamente por todas as esferas de governo, numa cerimônia em que estavam presentes o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o governador Sérgio Cabral e o prefeito Eduardo Paes.

O projeto “Porto Maravilha” é ousado. O conjunto de intervenções pretende abarcar uma área de mais de 5 milhões de metros quadrados e dentre elas constam obras viárias, reforma e ampliação da rede de saneamento, a requalificação de espaços públicos, além da ampliação da capacidade de atracamento de navios transatlânticos de turismo, a construção de um sistema de Veículo Leve sobre Trilhos - VLT e a demolição total de um dos viadutos de maior movimento da cidade. O projeto carioca se inspira em exemplos paulistas no uso dos Certificados de Potencial Adicional de Construção – os CEPACs – que é um sistema de captação de recursos para obras públicas através da venda de títulos no mercado financeiro que permitem aumentar a capacidade construtiva em um determinado local. Como é um título financeiro, seu valor varia de acordo com a valorização da área a que se refere, ficando mais caro à medida que a especulação cresce. Os investidores que detiverem esses títulos poderão construir edifícios com até 50 pavimentos na área do projeto. Dessa forma, estão previstos 30 anos até a

implementação completa do projeto, com o aumento para 100 mil novos moradores (atualmente são contabilizados 30 mil) e a implantação de novos investimentos comerciais, imobiliários e turísticos.

Dentre os atrativos turísticos previstos para a região estão o MAR, já inaugurado em março de 2013, e o Museu do Amanhã. O MAR tem 15 mil metros quadrados de construção e ocupa dois prédios, sendo um deles o Palacete Dom João VI, inaugurado em 1916 e tombado em 2010, o qual foi submetido a um processo de restauro para se transformar no pavilhão de exposições, e outro moderno, recém construído, com a mesma altura do palacete. A harmonização entre os dois prédios é feita por uma cobertura fluida que se remete às ondas do mar. O projeto do museu foi do escritório de arquitetura carioca Jacobsen Arquitetura. O MAR foi iniciativa da prefeitura do Rio, com o apoio de governo estadual, federal e das Organizações Globo.



MAPA 02 – Área de intervenção do “Porto Maravilha”, no Rio de Janeiro

FONTE: Elaborado pela autora, 2014.

O Museu do Amanhã foi projetado pelo arquiteto-estrela Santiago Calatrava, famoso por sua obras escultóricas, brancas e suntuosas. O espaço será dedicado a explorar possibilidades do futuro da humanidade em diversos campos do conhecimento, sendo iniciativa da prefeitura do Rio e da Fundação Roberto Marinho, pertencente às Organizações Globo, presente em quase todos os grandes projetos públicos de caráter cultural vigentes na cidade. Essa grande âncora

do projeto “Porto Maravilha” será erguida no Píer Mauá, uma área de cerca de 30 mil metros quadrados para onde estão previstos jardins, espelhos d’água, ciclovia e área de lazer.

A edificação contará com 15 mil metros quadrados construídos apoiado em tecnologias de caráter sustentável. No entanto, o Museu do Amanhã não foi a primeira opção de aproveitamento do píer desativado. Logo após a aprovação do primeiro plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro, em 1996, Thomas Krens, diretor da Fundação Guggenheim, foi à cidade tentar vender seu museu, apoiado num discurso que prometia fazer no Rio o que tinha sido feito em Bilbao, revertendo a imagem negativa que “assombrava” a cidade. Quando César Maia reassumiu a prefeitura do Rio, em 2001, colocou o projeto de implantação do Guggenheim como prioridade do seu governo, o qual já era promessa de campanha.



FIGURA 20 – Museu de Arte do Rio – MAR, no Rio de Janeiro

FONTE: Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-108254/mar-museu-de-arte-do-rio-bernardes-jacobsen-arquitetura/516684c1b3fc4b92fe000135>

Não houve consulta pública sobre o assunto ou concurso aberto de projetos. No mesmo ano foi acertado com Krens e Nouvel [Jean Nouvel, arquiteto-estrela que faria o projeto] o início do processo, e assinado um contrato que cobrava da municipalidade 28,6 milhões de dólares pela utilização da marca Guggenheim, 9 milhões pela taxa de associação, 4 milhões para os técnicos da Fundação acompanharem as obras e 120 milhões referentes ao pagamento de déficits operacionais na gestão do museu nos anos seguintes à sua abertura. (ARANTES, 2010, p.27)

Seria o primeiro Museu Guggenheim na América Latina. O projeto foi apresentado em 2003, depois de dois anos de trabalho, pela equipe do arquiteto Jean Nouvel. A obra estava estimada em 500 milhões de reais, somada aos gastos com a compra da marca, o investimento seria em torno de 1 bilhão de reais, que sairia dos cofres públicos. A ideia inicial de Nouvel era fazer todo

o museu próximo ao nível da água, quase invisível ao horizonte, em respeito à paisagem natural da Baía de Guanabara. No entanto, Krens não aprovou essa ideia, pois não havia nenhum elemento marcante que pudesse se tornar um símbolo da presença do edifício. Dessa forma, Nouvel elaborou uma segunda ideia que incluía a construção de um enorme cilindro de aço *corten* com uma cobertura em forma de nuvem, lembrando um elemento tipicamente portuário ou industrial. Mais importante que a paisagem natural do Rio, naquele caso, era a visibilidade e imponência de um museu capaz de “transformar” o contexto econômico da cidade.



FIGURA 21 – Imagem promocional do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro

FONTE: Disponível em: <http://piniweb.pini.com.br/construcao/arquitetura/arquiteto-santiago-calatrava-divulga-projeto-do-museu-do-amanha-no-176826-1.aspx>



FIGURA 22 – Modelo do Museu Guggenheim, projeto de Jean Nouvel para o Rio de Janeiro

FONTE: Disponível em: http://www.hintmag.com/artcrawl/artcrawl_feb05.php

No entanto, após uma série de protestos populares e uma ação movida pelo então vereador Eliomar Coelho, que alegava que o contrato entre a prefeitura e a Fundação Guggenheim violava a Constituição Federal, o projeto do Museu Guggenheim na Guanabara foi suspenso. Somente em 2010 foi anunciada a construção do Museu do Amanhã, mas antes disso, César Maia ainda conseguiu emplacar o projeto de um museu para a Barra da Tijuca, a Cidade da Música, de autoria do arquiteto-estrela francês Christian de Portzamparc, vencedor do prêmio Pritzker em 1994.

Porém, a potencialidade para criação de símbolos e os efeitos espetaculares decorrentes não se restringem somente ao objeto arquitetônico em si. De acordo com Arantes (2010), a nova arquitetura, associada à nova subjetividade pós-moderna, se transmuta em arquitetura da experiência, diferente do paradigma modernista industrial da máquina de morar, da arquitetura meramente funcional.

A arquitetura que analisamos pretende obter respostas emocionais de seus usuários, procura surpreendê-los, excitá-los, mais do que solicitar uma experiência plena, como relação de conhecimento, por isso mesmo Sennett prefere falar em 'ilusão de experiência'. Trata-se, em suma, de algo como a experiência degradada na forma de mera 'vivência' numa sociedade de massa, de que fala Walter Benjamin. **Nesse aspecto, a chamada arquitetura da experiência se aproxima das instalações de arte contemporânea ou dos parques temáticos**, mobilizando múltiplas referências de um repertório estereotipado, como **uma verdadeira fábrica de sentidos**. (ARANTES, 2010, p.47, grifos meus)

Como em um parque de diversões, essa arquitetura se associa a um tema específico, incorporado às características especiais do lugar, reproduzindo um ambiente baseado em uma realidade ou irrealidade inventada, produzindo cidade para atender, primeiramente, a estímulos elementares de prazer do que a aspectos funcionais, técnicos e urbanos (ARANTES, 2010). É pela capacidade de transformar o lugar, gerar respostas emocionais dos usuários e, simultaneamente, entreter que estruturas como a *Walt Disney World*, em Orlando; o Memorial 9/11, em Nova Iorque; e o Teleférico do Alemão, no Rio de Janeiro se assemelham como soluções de transformação e consumo de localidades através da exploração de capital simbólico. A arquitetura, nesses casos, funciona como a materialização e o fortalecimento dos símbolos, possibilitando o "embarque", físico e psicológico, do usuário em suas próprias fantasias. No caso das favelas observadas neste trabalho, seus respectivos equipamentos permitem a sua experimentação (ou consumo) como produto cultural e a sua consolidação como destino turístico.

O Teleférico do Alemão começou a funcionar em julho de 2011, no Complexo do Alemão. O Alemão, como é conhecido, se situa na zona norte da cidade e possui cerca de 60 mil habitantes.

Até 2011, mesmo ano da ocupação da favela pela polícia pacificadora, era conhecida como uma das regiões mais violentas do Rio. O teleférico do Complexo do Alemão foi claramente inspirado no teleférico implantado na Comuna 13, em Medellín, de acordo com declarações do governador do estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral. A iniciativa contou com recursos no valor de 210 milhões de reais, provenientes do PAC. O sistema é o primeiro transporte de massa por cabos no Brasil, é interligado ao sistema de transporte ferroviário e composto por seis estações, 152 gôndolas, cada uma com capacidade para 10 passageiros. Assim que foi inaugurado, começaram a ser veiculadas diversas referências ao teleférico do Alemão na mídia em geral, associando o equipamento ao turismo na favela, como se pode verificar em manchetes como “Teleférico do Alemão bate ícones do Rio em número de visitantes” (O Globo, 19/05/2013); “Teleférico leva turista à favela do Alemão, diz arquiteto” (Folha de São Paulo, 22/09/2013); “Teleférico do Complexo do Alemão: um passeio para toda a família no Rio de Janeiro” (Portal de turismo Nós no Mundo, 06/06/2012); “Teleférico do Alemão atrai crianças em férias e turistas que querem conhecer favela do Rio” (UOL Notícias, 17/07/2011); “Teleférico do Complexo do Alemão é o novo ponto turístico do Rio de Janeiro” (Jornal Zero Hora, 22/01/2013), dentre outras.



FIGURA 23 – Teleférico do Alemão, no Rio de Janeiro

FONTE: Disponível em: <http://catracalivre.com.br/rio/agenda/gratis/estacao-do-teleferico-do-alemao-recebe-exposicao-sobre-raul-pompeia-e-aluisio-azevedo/>

Além do Teleférico do Alemão, foi construído outro teleférico no Morro da Providência, favela mais antiga da cidade do Rio de Janeiro. A favela se localiza na área central da cidade, exatamente na porção que irá receber as obras do “Porto Maravilha”, projeto que ainda promete outras obras, como a reforma da Capela do Cruzeiro, da Igreja da Nossa Senhora da Penha, de uma escadaria construída por escravos na segunda metade do século XIX e de um antigo reservatório de água, elementos que compõem o chamado “Museu a Céu Aberto” da Providência, um projeto com claras intenções turísticas, apoiado no fato da “Providência ser a primeira favela da história do Brasil”. Seu projeto turístico já é antigo, porém, só emplacou após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP, em abril de 2010. A obra desse teleférico tem sido divulgada como solução de mobilidade para os moradores da favela, porém, contraditoriamente ao discurso de melhoria, 832 casas foram marcadas para remoção, ou já foram demolidas, num total de 1.250 casas existentes no Morro, o que representa mais de 65% das habitações. O teleférico é um projeto vinculado ao Programa Morar Carioca e teve um custo de cerca de 131 milhões de reais.



FIGURA 24 – Teleférico da Providência, no Rio de Janeiro

FONTE: Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=111994>

O Complexo Rubem Braga, ou Elevador do Cantagalo, foi inaugurado em junho de 2010 e está situado ao fim da rua Teixeira de Melo, em Ipanema, aos pés do Morro do Cantagalo. A iniciativa

também foi divulgada como solução de mobilidade aos moradores do Morro que antes tinham que subir um grande número de degraus devido à topografia bastante acentuada. O Complexo é composto por duas torres de elevadores, uma de 64 metros de altura e outra de 31 metros de altura. No topo da torre mais alta, foi construído o chamado “Mirante da Paz”, um local pequeno, vedado com vidros blindados, com pé-direito baixo e que possui vista para toda a zona sul do Rio, de um lado, e de outro permite visualizar a favela. Qualquer cidadão pode acessar gratuitamente o elevador, que possui conexão com a estação General Osório, do metrô. O elevador recebe diariamente um grande número de turistas e custou aos cofres públicos cerca de 89 milhões de reais, financiados pelo governo estadual. A iniciativa lembra o Elevador Lacerda, em Salvador, um dos pontos turísticos mais visitados nessa cidade. Algumas notícias sobre o elevador, veiculadas após sua inauguração, também fazem referência ao incremento no potencial turístico da favela: “Elevador no Morro do Cantagalo deve virar ponto turístico” (Estadão, 01/07/2010); “Com elevador e UPP, Morro do Cantagalo vira ponto turístico” (O Globo, 01/08/2010); “Jovem do Morro do Cantagalo cria agência de turismo para mostrar comunidade” (BBC Brasil, 19/01/2012); “Elevador panorâmico integra favela e asfalto em Ipanema e dá ao Rio mais um ponto turístico” (Portal de viagens Viaje Aqui, da Abril, 03/10/2010); “Morro do Cantagalo vira ‘point’” (InfoSurHoy, 23/01/2013); “Elevador do Cantagalo ganha investimentos para atrair mais turistas” (Jornal do Brasil, 06/07/2011), dentre outras.



FIGURA 25 – Complexo Rubem Braga ou Elevador do Cantagalo, no Rio de Janeiro

FONTE: Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/elevador-em-favela-de-ipanema-vira-atracaoturistica-no-rio/n1237713131697.html>

Esses três casos, sem dúvida, representam a inauguração de três novos pontos turísticos na cidade do Rio de Janeiro através da implantação de novas obras de arquitetura (somadas à instalação das UPPs) que, mesmo não sendo autênticas e possuindo valor simbólico em si, foram essenciais na transformação das respectivas favelas em lugares especiais, visíveis na cidade, configurando o seu uso em uma experiência autêntica e original, associado ao lugar. O aspecto “atrativo” das favelas seria, supostamente, a pobreza e a curiosidade de saber e de ver como vivem os pobres do mundo.

O consumo da pobreza pela via do turismo transmuta-se, por mais paradoxal que possa parecer, em um elemento de distinção social que cria novas e complexas hierarquias (...). (...) é preciso observar que os turistas, ao consumirem os objetos e práticas associados aos pobres, não querem ser como eles, mas pretendem consumir a própria diferença socioeconômica através dos símbolos associados à pobreza. (FREIRE-MEDEIROS, 2009, p.33)

Esses equipamentos das favelas não pretendam produzir sentido sozinhos, eles se tornam, na verdade, a peça fundamental, a chave, o código, o mecanismo de acesso a uma experiência verdadeiramente autêntica. O conceito de autenticidade no modo de vida moderno, de acordo com Richard Sennett em *O declínio do homem público* (1988), se relaciona a uma superposição do imaginário privado sobre o imaginário público devido a uma derrocada da vida pública por meio de uma prática social cada vez mais intimista. É no mesmo sentido que Bauman (2009) oferece para o termo “sociedade individualizada”, onde cada indivíduo é responsável pela sua sorte, não levando em consideração as contradições externas, sociais, próprias à humanidade. Dessa forma, existe o aprofundamento de um sentimento de nostalgia diante daquilo que é autêntico e, supostamente, perdido, engolido pelo mundo artificializado das tecnologias e do mercado. No entanto, o próprio mercado se torna meio para alcançar a suposta personalidade perdida, é quando Sennett recupera criticamente o conceito de fetichismo da mercadoria de Marx, afirmando que “Marx percebia que as mercadorias estavam se tornando ‘uma aparência de coisas que expressa a personalidade do comprador’” (SENNETT, 1988, p.185). Além disso, ele estabelece uma divisão do homem público em ator e espectador, sendo que o homem moderno ocidental teria se fixado ao segundo papel, criando a disciplina do silêncio compreendido como ordem e ausência de interação social, esfacelando todo o princípio de cultura pública existente.

É nesse sentido, portanto, que a arquitetura dos teleféricos e elevadores funciona como um “portal” que, de certa forma, transportaria as pessoas a uma outra atmosfera, a um espaço de experiências sensoriais exclusivas. De acordo com Freire-Medeiros:

(...) são prometidos aos turistas encontros autênticos com comunidades exóticas, artesanais, supostamente alheias à temporalidade moderna. Sinais evidentes da inserção dessas localidades na sociedade de consumo global parecem muitas vezes invisíveis aos olhos dos turistas. Não por acaso, proliferam, na descrição dessas experiências turísticas por parte dos visitantes e dos agentes promotores, expressões como 'viagem no tempo', 'reencontro com os verdadeiros valores', 'redescoberta daquilo que realmente importa'. (FREIRE-MEDEIROS, 2009, p.45)

Nos três casos abordados, não se pode dizer que somente os equipamentos foram responsáveis pela configuração desse novo mercado turístico nas favelas, até porque, desde a ocasião da ECO-92, conferência internacional das Nações Unidas realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, as favelas já vinham sendo divulgadas como novos pontos turísticos da cidade, porém, somente pessoas com um maior grau de intelectualidade e específico interesse sociológico eram atraídas, além de serem estrangeiros em quase sua totalidade. Mas pode-se afirmar que houve uma espécie de massificação desse mercado após a nova política de segurança pública inaugurada em 2008, a Unidade de Polícia Pacificadora – as UPPs, a qual analisaremos a seguir.

3.3. A nova política de segurança pública do Rio de Janeiro – as UPPs

As Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs – configuram-se como a tentativa de uma nova política promovida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, lançada em 2008. De acordo com declaração do secretário José Mariano Beltrame³², a principal missão das UPPs seria “recuperar territórios empobrecidos dominados há décadas por traficantes e pelas milícias armadas e levar a paz às comunidades”. A primeira UPP foi instalada no Morro Santa Marta em 20 de novembro de 2008 e até agora 36 unidades foram implantadas em diferentes favelas da cidade do Rio de Janeiro. As UPPs trabalham com os princípios da polícia comunitária, um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública.

O conceito de polícia comunitária começou a ser introduzido no Brasil na década de 1980, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual inclui em seu texto a preocupação com o respeito aos direitos elementares do cidadão, fruto das intensas lutas reformistas da década de 1970. O surgimento do policiamento comunitário fez parte das mudanças na ordenação social decorrentes da crise do Estado de bem-estar social, sobretudo nos contextos da Europa e Estados Unidos. Para esse modelo anterior, a prevenção da

³² Disponível em: <<http://www.upprj.com/>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

criminalidade seria propiciada por políticas reformistas que se destinassem a diminuir as desigualdades sociais, sendo que o mais importante para o modelo penal-previdenciário seria a recuperação do autor do fato criminal. Segundo esse paradigma, o indivíduo criminoso não é somente portador de culpa, mas sobretudo de necessidades que precisam ser atendidas pelo Estado. De acordo com o modelo posterior, porém, o crime passou a ser percebido pelas instituições como sendo um problema social o qual deveria ser combatido com repressão e reclusão. Esse pensamento influenciou a adoção da polícia comunitária na Brasil no contexto de retomada do regime democrático, após anos sob um regime militar de exceção, marcado pela repressão e violência da polícia (MELO, 2009).

Uma das primeiras ações efetivas se deu no Rio de Janeiro, entre os anos 1983 e 1986 e entre 1991 e 1994, durante o governo estadual de Leonel Brizola, o qual esboçou uma ruptura com o modelo de repressão e uso de violência contra as “classes perigosas”, categoria que, neste momento histórico, referia-se aos moradores de favelas. Uma das primeiras tentativas foi a criação do Grupamento de Aplicação Prático Escolar – GAPE, com a incumbência de “prover serviços de segurança pública dentro das comunidades carentes” (MISSE & CARVALHO, 2007). Porém, a iniciativa foi marcada por diversas contradições em relação ao seu discurso de implantação, uma vez que foram registrados vários atos de violência policial dentro das comunidades.

Em 2000, foi implantada uma GAPE nas comunidade do Cantagalo/Pavão/Pavãozinho, conjunto situado em uma das áreas mais nobres da cidade, entre os bairros de Copacabana, Ipanema e Lagoa. Porém, apesar dos cuidados com o perfil e o treinamento da equipe de policiais encarregados, no primeiro ano de atuação cerca de 70% dos policiais empregados no grupamento foram transferidos por desvio de conduta. Em maio de 2000, em função da morte de cinco jovens da comunidade, acusados pela polícia de participação no tráfico, cerca de 100 moradores do Cantagalo/Pavão/Pavãozinho desceram para protestar nas ruas de Copacabana, resultando em carros e ônibus depredados.

A ação das forças de segurança nas favelas cariocas, desde a década de 80, foi marcada por uma lógica bélica crescente. A intenção era reprimir o acesso dos usuários de drogas aos produtos ilegais através da repressão aos traficante varejistas das favelas. Nesse processo, a violência letal triplicou; aumentou a corrupção policial e do sistema judiciário; o uso de armas de alto calibre se difundiu; aumentou a sensação de insegurança em toda a cidade e as situações de violência policial contra os moradores das favelas; acima de tudo, estabeleceu-se o controle territorial desses espaços por parte dos grupos criminosos. A maior expressão do equívoco: todo esse esforço e perdas derivadas não provocaram impacto algum sobre o comércio de drogas ilegais. (SOUZA E SILVA, 2010, p.8)

O fortalecimento do modelo econômico de cunho neoliberal acabou influenciando as políticas públicas de segurança em escala mundial. No lugar das causas sociais e psicológicas, que atenuavam a responsabilidade pessoal do infrator, a criminologia passou a centrar suas análises nas falhas do próprio sistema de controle. A tarefa consistia, agora, em aperfeiçoar e intensificar as técnicas de repressão. Essa transformação do pensamento se deu pela dimensão da crise do Estado de providência, no exato momento em que se inicia um enérgico encolhimento da competência estatal em prover aos indivíduos as condições para uma integração social adequada, também se renuncia às pretensões de corrigir eventuais deficiências nessa integração. Aliás, a própria ideia de recuperação do criminoso é descartada pela emergente ideologia neoliberal. As teorias de controle preferem afirmar que delinquir é uma escolha racional, baseada em avaliações e custo-benefício, inerentes à natureza individualista e egoísta do homem, apenas reprimida pela autoridade das instituições da família ou da comunidade. A assistência do Estado foi trocada pela desconfiança e intolerância em relação aos pobres e suas comunidades marginalizadas (MELO, 2009).

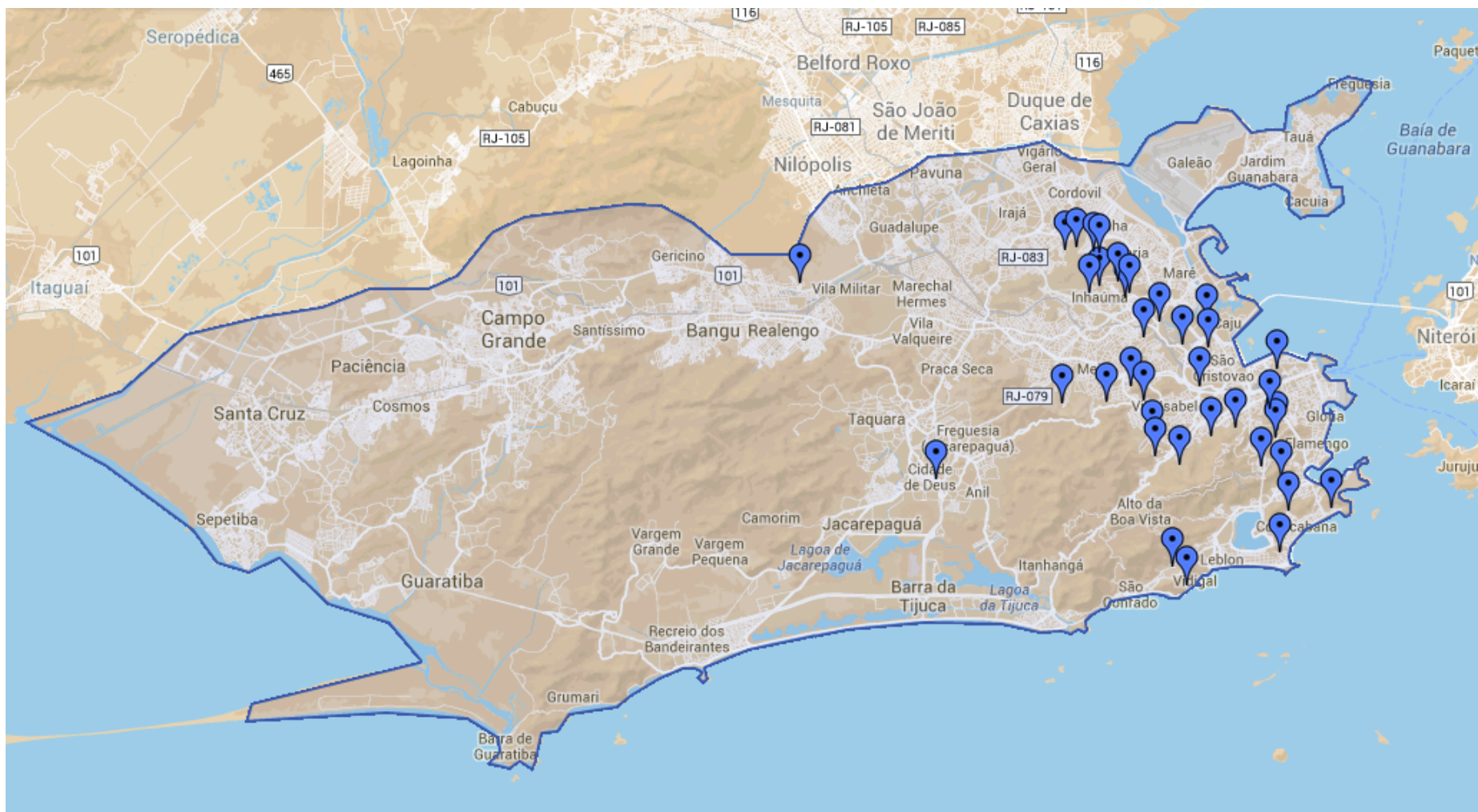
Com a legitimação da autoridade comunitária nas políticas de justiça criminal, dilataram-se também as metas do controle social. Não só os crimes devem impulsionar a rotina policial, mas também o controle do medo, a preservação da ordem, a redução de danos às vítimas e a administração dos riscos. A lei penal estaria aquém da noção ampliada de segurança pública das pessoas. É a opinião do público que deve apontar onde reside o medo e o perigo, mesmo que para isso reproduza neuroses alimentadas pela classe média e estigmas alimentados pelos meios de comunicação de massa. (MELO, 2009, p.109)

Após a falência das estratégias de ocupação das favelas cariocas, sustentadas durante décadas, baseadas em operações “surpresa” de tomada dos aglomerados pela polícia através de armamento ostensivo de guerra, ações violentas, violação de direitos e mortes de muitos cidadãos inocentes; em 2008, o estado do Rio de Janeiro introduz uma nova abordagem do conceito da polícia comunitária. Dessa vez, a ideia era fazer das instalações policiais e dos agentes parte da comunidade, constituindo, de acordo com Beltrame, uma “ambiência” a favor da segurança daquela comunidade, superando as antigas ações onde a polícia entrava num “território de guerra”, “fazia o que tinha que fazer, e depois saía”, gerando um mal estar entre polícia e a população³³. As unidades pacificadoras do Rio foram inspiradas em políticas de segurança aplicadas em Boston, nos Estados Unidos, e em Medellín e Bogotá, na Colômbia.

³³ Disponível em: < http://www.upprj.com/index.php/as_upps>. Acesso em: 28 jan. 2014.

A primeira Unidade Pacificadora, na favela de Santa Marta, marcou o processo de revisão estratégica da política de segurança pública do estado. Santa Marta se localiza entre os bairros de Botafogo e Laranjeiras, na zona sul do Rio de Janeiro. É uma comunidade relativamente pequena, com cerca de 5.000 habitantes e famosa pela implantação das construções, as quais parecem se sobrepor devido à morfologia íngreme do morro que ocupa, e pelo fato de ter sido locação para o videoclipe da música “*They don’t care about us*”, de Michael Jackson, em 1996. Após a implantação da primeira UPP, a política se expandiu rapidamente por outras favelas da zona sul da cidade, como Tabajaras/Cabritos, em Copacabana; Babilônia/Chapéu Mangueira, no Leme, e Cantagalo/Pavão/Pavãozinho, entre Copacabana e Ipanema, dentre outras.

Através do **MAPA 03** é possível visualizar a localização das UPPs implantadas na cidade até janeiro de 2014, deixando clara sua concentração na zona sul e na zona norte da cidade, onde se concentram a maior parte da riqueza da cidade e as áreas onde serão realizadas atividades dos próximos megaeventos esportivos, respectivamente. As únicas exceções são a UPP do Batan, no bairro de Realengo, na zona oeste, e a UPP Cidade de Deus, em Jacarepaguá, próxima à Linha Amarela, também na zona oeste. O interesse na favela do Batan pode ser atribuído ao sequestro e tortura de uma repórter, um fotógrafo e um motorista do jornal carioca O DIA por membros de uma milícia que comandava a região no ano de 2008, fato que se tornou notícia em todo o país. O caso da Cidade de Deus pode ser relacionado ao impacto causado pelo filme “Cidade de Deus”, lançado em 2002, o qual foi amplamente divulgado internacionalmente.



MAPA 03 – Localização das UPPs na cidade do Rio de Janeiro

FONTE: elaborado pela autora, 2014.

Tanto os grupos dominantes – a mídia, as associações empresariais, as organizações do terceiro setor e setores médios – quanto grande parte dos grupos populares têm considerado as UPPs uma iniciativa de sucesso frente a um histórico de políticas de segurança pública fracassadas. As críticas mais frequentes, atribuídas diretamente à política, se referem a problemas de relacionamento cotidiano entre policiais e moradores e ao fato de a polícia continuar o enfrentamento bélico com o tráfico em outras áreas não “pacificadas” da cidade.

A UPP é a expressão da ordem do poder estatal, do poder policial, o sentimento de que a paz se faz presente, tendo em vista a eliminação da lógica do confronto que a própria polícia alimentava e da disputa territorial por grupos inimigos. A eliminação do armamento ostensivo é outro fator que auxilia no sentimento de pacificação, do mesmo modo que a ampliação do direito de ir e vir dos moradores. De fato, a ocupação policial permite que os moradores das favelas tenham acesso a um direito básico para o seu cotidiano: a segurança de que não terão o seu cotidiano invadido pela presença da morte súbita; pela violência contra suas casas e pelo poder autoritário de um criminoso. (...) Ela [a UPP] abre caminho nas relações estabelecidas entre as forças estatais e amplos setores da cidade com os territórios favelados. (SOUZA E SILVA, 2010, p.11)

Sem dúvida, é patente a mudança de procedimento por parte dos agentes policiais nas comunidades onde as UPPs estão presentes, no sentido de haver uma tentativa de manutenção de uma relação civilizada entre esses e a população das favelas. Evidentemente, a relação entre os dois grupos ainda é de distanciamento e, muitas vezes, de hostilidade, porém, a presença constante dos policiais no cotidiano das favelas em substituição às visitas de caráter ameaçador e agressivo pode ser considerada um avanço.

No entanto, a análise dessa política de segurança deve considerar não só seus efeitos diretos e imediatamente visíveis, mas também todo o contexto que a envolve e suas causas e consequências indiretas. A relação entre os esforços de implantação dessa estratégia inovadora e o fato da cidade do Rio de Janeiro estar sendo “preparada” para sediar diversos megaeventos internacionais é notória e frequentemente proclamada por representantes do governo. Uma das prioridades na organização dos megaeventos é a segurança pública, uma vez que exposições do porte da Copa do Mundo, Olimpíadas e Rio+20 reúnem importantes autoridades e chefes de Estado de diversos países, centenas de milhares de turistas nacionais e estrangeiros, equipes de atletas multimilionários, repórteres e jornalistas de canais de comunicação de todo o mundo, dentre outros. No Rio de Janeiro, onde a segurança pública sempre foi uma questão sensível, são exigidos esforços extraordinários para garantir a segurança nessas ocasiões. A seleção de favelas onde foram instaladas as UPPs privilegia determinados espaços da cidade ligados à dinâmica do capital vinculada às instalações que abrigarão os megaeventos, como pode ser verificado no **MAPA 04**. Como consequência, alguns grupos de traficantes e milícias não são

Dessa forma, para uma desconfiança generalizada, mesmo por parte dos defensores da política, em relação à continuidade dos investimentos após o fim dos megaeventos, isso baseado em um longo histórico de inconstantes programas de segurança pública no estado do Rio de Janeiro.

Outra questão que tem sido influenciada pela implantação das UPPs é o mercado imobiliário informal das favelas. O valor dos imóveis, tanto para venda quanto para aluguéis, aumentou em até 1.000%³⁵ após as “pacificações”, causando a saída de muitas famílias que não têm condições de arcar com os novos custos de vida para outras favelas mais distantes e ainda não “pacificadas”. Nesse sentido, tem ocorrido também o comprometimento da “informalização” do espaço favelado. A chegada do Estado dentro das favelas, possibilitada pelas UPPs, significa um maior acesso desses cidadãos aos seus direitos, mas também aos seus deveres, como, por exemplo, o pagamento de impostos e pelo fornecimento de serviços urbanos, como luz, água, telefonia, televisão a cabo etc. Nesse caminho, chega também o ordenamento urbano, suas leis e fiscalizações.

A informalização se expressa na falta de ordenamento do espaço público; na ausência de normas legais para a realização de obras e para o funcionamento das atividades econômicas; na ausência de pagamento de impostos e taxas; nas ligações clandestinas de energia elétrica e das TVs por assinatura etc. Nesse caso, a ação repressiva da polícia em relação ao ‘gatonet’; a exigência da concessionária de energia de que o pagamento seja efetivado de acordo com os valores vigentes no conjunto da cidade; a cobrança de regras formais para o funcionamento do comércio e das obras e demandas análogas fazem com que o custo de vida nas favelas cresça de forma acelerada, sem o correspondente aumento de renda da população. (SOUZA E SILVA, 2010, p.12)

Evidentemente, é positivo que as favelas sejam incluídas de forma integral ao conjunto da cidade e que seja exercida uma regulação da ordem social nos mesmos termos em que é feita em outros bairros, porém, dados recentes têm demonstrado que a pobreza em outras regiões do estado têm crescido e se tornado mais alarmante do que nas favelas cariocas.

³⁵ Dado fornecido pelos moradores e pelos guias na ocasião das visitas às favelas estudadas.



FIGURA 26 – Índícios da nova dinâmica do mercado imobiliário no Complexo do Alemão após a “pacificação”

FONTE: Documentário “E agora, Alemão?”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=6Bn7xUXvXFg>. Acesso em: jan. 2014.

Portanto, apesar da constatação dos pontos positivos da nova política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, ficam explícitas questões que deixam ambíguo seu real objetivo. Como foi dito anteriormente, em diversas favelas foram conjugadas a implantação da UPP com a instalação de algum equipamento público, relacionado à mobilidade dentro das favelas e, embora tenha havido ampla divulgação na imprensa, não há registro de discussões prévias e participação efetiva da população atingida. Esses fatores levaram a um aumento do fluxo de turistas nessas favelas, impulsionados pela garantia de segurança, pela novidade do acesso facilitado e pela própria curiosidade em relação ao lugar. Os megaeventos atraem turistas e olhares do mundo inteiro em busca, sobretudo, das autenticidades do lugar em que são realizados, daí o interesse em transformar a favela em algo favorável à imagem da cidade, propício a ser propagandeado pelas mídias internacionais, ofuscando seus problemas e questões mal resolvidas (e não resolvidas).

3.4. Megaeventos como motor do planejamento urbano

O novo paradigma de planejamento vigente nas últimas décadas e adotado por diversas metrópoles globais, baseado no empresariamento urbano, tem visto nos grandes eventos internacionais; como Copa do Mundo, Olimpíadas, congressos e conferências; um motor para impulsionar agendas audaciosas de grandes projetos urbanos de caráter pontual a serem implementados em um tempo determinado e reduzido. Como já foi dito, esse novo modelo de planejamento, pautado em um ideário neoliberal, busca priorizar parcerias público-privadas visando inserir os municípios em uma disputa global por atração de capitais e consumidores. Desde o primeiro plano estratégico do Rio de Janeiro, o “Rio Sempre Rio”, de 1996, já havia a perspectiva de tornar a cidade sede dos Jogos Olímpicos, no caso, os de 2004. Houve ainda a sua candidatura para os Jogos Olímpicos de 2012, os quais foram realizados em Londres, na Inglaterra, e, finalmente, em 2009, foi anunciada a vitória do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Porém, antes disso, ainda houve a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 e a escolha da cidade como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Em entrevista à revista *E-metropolis*, em 2010, a professora de design e pesquisadora canadense Anne Marie Broudehox, que se dedica há alguns anos ao tema dos eventos internacionais e seus impactos nas cidades, fala sobre o significado desses megaeventos no contexto atual de planejamento de cidades.

Os jogos olímpicos funcionam como um selo de aprovação que marcará as cidades para sempre como pertencentes a um patamar superior na escala global. Eu vejo o interesse de mega eventos para as cidades como forma de promoção e marketing de sua imagem. As cidades passaram a acreditar que estão em competição no mundo umas com as outras. Logo, uma das ferramentas de promoção é sediar mega eventos. Uma vez que uma cidade consegue a verba para mega eventos e o título de reconhecimento para tal, então pode usar isto para aceleração de execução de outros projetos que não puderam ser realizados até então. É portanto, também um catalisador para mega projetos nas cidades. Os esportes em si (a maioria dos mega eventos hoje em dia ocorre na primavera) são secundários. São apenas um show para que a população assista. E, é claro, a presença da televisão e da mídia em geral são importantes para a imagem da cidade. Em um país como o Brasil, por exemplo, o futebol tem um poder simbólico muito forte, logo, o país sediar a Copa do Mundo é algo simplesmente incrível. Isso acarreta, posteriormente, uma quebra de resistência para realização de outros projetos, porque, no Brasil, resistir ao futebol é muito difícil. Para os Jogos Olímpicos, a mesma coisa – talvez menos no Brasil, mas no mundo inteiro as olimpíadas têm um poder simbólico muito forte. Como os mega eventos têm datas para terminar, eles também possibilitam a aceleração de transformações e a eliminação de burocracias governamentais. O governo poderá aprovar leis com mais rapidez, como nós vimos nos últimos meses. Eduardo Paes teve 3 leis especiais aprovadas em apenas alguns dias. Ninguém teve tempo de ler o projeto de lei. Portanto, é uma ferramenta com poder simbólico forte, que possibilita transformações muito grandes e rápidas na cidade. (BROUDEHOX, 2010, p.30)

O momento histórico que marcou o câmbio de interesse do esporte e da confraternização entre as nações para a potencialização do lucro e do poder financeiro, transformando o evento em uma verdadeira indústria financeira, foram os Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984. Naquela ocasião, ocorreu um crescimento agressivo nas receitas obtidas em relação às edições anteriores, como é possível constatar na **TABELA 01**, devido à adoção de um novo modelo de gestão de megaeventos, caracterizado pela diminuição da participação do Estado e pela maximização dos lucros dos agentes empresariais envolvidos, refletindo o próprio modelo neoliberal de gestão que começava a predominar globalmente (MELO & GAFFNEY, 2010). Pode-se dizer que as Olimpíadas de Los Angeles inauguraram a chamada “fase de profissionalismo” da história do evento, a qual dura até os dias atuais. O esporte passou a ser parceiro dos interesses capitalistas, os quais ditam as regras do jogo.

Receitas de direitos de transmissão dos Jogos Olímpicos (Em US\$ milhão)		
Ano	Cidade-sede	Valor
1960	Roma-Itália	1,2
1964	Tóquio-Japão	1,6
1968	Cidade do México-México	9,8
1972	Munique-Alemanha	17,8
1976	Montreal-Canadá	34,9
1980	Moscú-União Soviética	88,0
1984	Los Angeles-Estados Unidos	286,9
1988	Seul-Coreia	402,6
1992	Barcelona-Espanha	636,1
1996	Atlanta-Estados Unidos	898,3
2000	Sydney-Austrália	1.331,6
2004	Atenas-Grécia	1.494,0
2008	Beijing-China	1.737,0*

TABELA 01 – Histórico das receitas de direitos de transmissão dos Jogos Olímpicos

FONTE: IPEA, 2008 *apud* MELO & GAFFNEY, 2010, p.6.

A partir daí, as edições que se seguiram se caracterizaram pela intensificação da exploração econômica apoiada no chamado “movimento olímpico”, principalmente em áreas como a construção civil, o ramo imobiliário, os serviços especializados, os ramos de consultoria, marketing, mídia etc. Na mesma proporção, foram surgindo problemas sociais e ambientais em decorrência da corrida desenfreada das cidades para o atendimento de todas as demandas dos organizadores. Nos jogos de Seul, na Coreia do Sul, em 1988, houve forte repressão a protestos de moradores que foram removidos das áreas em que viviam em favor dos equipamentos construídos, além de falta de transparência nos processos decisórios e alterações arbitrárias nas leis para viabilizar essas obras. Nos jogos de Barcelona, em 1992, considerados modelo de sucesso em todo o mundo, houve elevação de quase 150% nos custos de moradia, causando deslocamento de milhares de habitantes; assim como em Atlanta, nos Estados Unidos, em 1996, onde cerca de 25.000 famílias foram afetadas pela alta dos preços. Também em Atlanta, houve a criminalização de sem-tetos como forma de retirá-los das ruas. Em Sidney, na Austrália, em 2000, ocorreu a expulsão de famílias residentes nos locais onde foram implantados equipamentos para os jogos. Em Atenas, na Grécia, nos jogos de 2004, centenas de famílias foram desalojadas e houve participação limitada das comunidades afetadas nos processos decisórios. Em Pequim, em 2008, 1.250.000 pessoas foram diretamente desalojadas devido às obras, sendo que não houve plano de relocação para cerca de 20% desses moradores, além de violenta repressão a protestos. Os jogos de Londres, em 2012, causaram um impacto muito menor com um aumento de aproximadamente 3% no valor dos imóveis no entorno das obras e uma queda de cerca de 0,2% no restante da cidade, além do recente processo de gentrificação na região de East End, a mais pobre da cidade.

Em relação a outros megaeventos esportivos, as consequências são bem semelhantes. Em 2010 ocorreram os Jogos da Commonwealth, os quais reúnem países que foram integrantes do Império Britânico, em Nova Delhi, na Índia. A capital indiana adotou a estratégia de cortar gastos sociais para cumprir os prazos e compromissos dos jogos. Além disso, 35 mil famílias foram expulsas das terras públicas que ocupavam para darem lugar às obras do evento³⁶.

Na Copa do Mundo de Futebol de 2010, na África do Sul, mais de 20 mil moradores foram removidos e transferidos para áreas empobrecidas da cidade. O ministro da Habitação sul-africano declarou que os planos de construir milhares de casas de baixo custo para abrigar essa população foram afetados por mudanças nas demandas do orçamento de preparação para o

³⁶ Dados disponíveis em <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2010/03/05/olimpiada-e-copa-trazem-prejuizo-social/>>. Acesso em: jan. 2014.

evento. E ainda se destaca, no caso da África do Sul, o caso emblemático do estádio de Athlone, próxima à Cidade do Cabo. As autoridades sul-africanas sugeriram aos comandantes da Fifa que a realização dos jogos da semifinal da competição fossem realizados no estádio com capacidade para 30 mil torcedores, localizado numa área pobre de Athlone. A ideia era aproveitar a ocasião para pavimentar avenidas, construir novas casas, reformar as existentes e incrementar o transporte público. Porém, após visita de uma comitiva da Fifa ao local, um dos inspetores declarou que aquela paisagem de pobreza do entorno do estádio não estava adequada aos interesses dos bilhões de espectadores do evento. Sob o argumento de que os jogos da semifinal necessitavam de um estádio maior, Athlone foi descartada. Logo, foi anunciada a construção de um novo estádio com capacidade para 68 mil torcedores na Cidade do Cabo³⁷.

Ao se analisar a agenda de planejamento para as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro, nota-se um conjunto de estratégias muito semelhante ao que foi traçado para os Jogos Pan-americanos de 2007, especialmente no que se refere à disposição territorial dos equipamentos necessários e ao modelo de gestão do evento. As zonas da cidade escolhidas para abrigar a infraestrutura específica necessária para as competições foram a Barra da Tijuca/Jacarepaguá, a zona sul (Lagoa, Copacabana, Flamengo e Glória, o Maracanã (Maracanã/São Cristóvão, Zona Portuária, Engenho de Dentro e Cidade Nova) e Deodoro, sendo que a maioria das modalidades será disputada na Barra da Tijuca, o que levou a uma priorização dos investimentos para essa área, apontando para a expansão e maior valorização do seu setor imobiliário. Na ocasião do Pan 2007, houve a reformulação ou “revitalização” da área de Engenho de Dentro, onde está situado o Estádio Olímpico João Havelange, o “Engenhão”, construído especialmente para a competição. Para os próximos eventos, está ocorrendo a “revitalização” da Zona Portuária do Rio de Janeiro, o projeto “Porto Maravilha”, já detalhado anteriormente. Os dois casos se configuram como grandes projetos urbanos que acabam gerando um processo de gentrificação na região em que são implementados, ou seja, geram a expulsão indireta da população mais pobre ocasionada pela elevação dos preços na região.

Durante as obras do Pan 2007, também houve o desalojamento de algumas comunidades. Na Vila Arroio Pavuna, próxima à Lagoa de Jacarepaguá, 67 famílias foram despejadas; a do Canal do Cortado, no Recreio dos Bandeirantes, teve pelo menos 50 residências demolidas, e a do Canal do Anil, também no Recreio, próxima à Vila Pan-americana, teve 61 casas condenadas

³⁷ Informações retiradas de <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-44/questoes-economico-ludopedicas/a-copa-do-cabo-ao-rio>>. Acesso 28 jan. 2014.

pela prefeitura. O argumento apresentado pelos representantes do governo referia-se ao risco ambiental presente naquelas habitações, porém, é patente que o principal objetivo era inserir investimentos na área em favor da especulação imobiliária. O caso mais emblemático da época foi o da Vila Autódromo, localizada nas imediações do Autódromo de Jacarepaguá. A aglomeração vinha sendo ameaçada desde os anos 1990, pelo governo do prefeito César Maia, porém, durante a governo estadual de Leonel Brizola, foram fornecidos documentos de concessão de uso daquelas terras a seus habitantes durante um período de 99 anos. Apesar das tentativas de remover a comunidade durante a preparação para o Pan 2007, a justiça reconheceu o direito daquela população em permanecer no local. No entanto, mais uma vez a Vila Autódromo corre o risco de ser removida. A prefeitura do Rio de Janeiro defende que isso seria fundamental para o projeto olímpico, mas algumas ONGs ligadas a movimentos sociais afirmam que a remoção se apoia apenas em interesses econômicos, devido à valorização imobiliária do entorno. A Vila Autódromo fica ao lado do futuro parque Olímpico, principal complexo esportivo a ser construído para 2016, que ocupará parte do terreno do Autódromo de Jacarepaguá. Além disso, parte da área está no traçado do BRT Transolímpico, o qual ligará a Barra à região de Deodoro. Desde o anúncio de desalojamento, a população tem organizado diversos protestos contra essa resolução da prefeitura. Após se organizarem e elaborarem uma alternativa de urbanização do local, denominada “Plano Popular da Vila Autódromo”, que demonstra, tanto do ponto de vista técnico como financeiro a viabilidade em se manter a comunidade onde está, sem prejuízos para as obras dos megaeventos, os moradores fizeram algumas reuniões com o prefeito Eduardo Paes que, finalmente, em agosto de 2013, se comprometeu em manter a Vila sem remoções. Ou seja, é patente a tendência do governo municipal em ignorar antigas conquistas da cidade no que tange à sua função social e a da propriedade, já que foi verificado também a exclusão de algumas favelas da lista de Áreas de Especial Interesse Social - AEIS, tornando-as mais vulneráveis (MELO & GAFFNEY, 2010).

Quanto ao orçamento previsto para toda a infraestrutura que deverá ser construída ou reformada, além dos outros custos para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, foi divulgado, na época da candidatura, o valor de 28 bilhões de reais, cerca de 12 bilhões de dólares, sendo que parte desses recursos sairá dos cofres públicos. No fim de janeiro de 2014, o portal UOL Esportes divulgou uma lista atualizada dos custos de alguns equipamentos para os Jogos em relação aos valores divulgados na ocasião da candidatura da cidade³⁸. Dentre os equipamentos específicos

³⁸ Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2014/01/29/orcamento-olimpico-mostra-que-custo-de-obras-dobrou-desde-candidatura.htm>>. Acesso em: jan. 2014.

para a realização das competições e cuja construção depende de recursos públicos, consta que o Centro de Tênis, a ser construído na Barra da Tijuca com recursos municipais e federais, foi divulgado com o custo de 125,6 milhões e atualmente, em 2014, tem seu custo estimado em 175,4 milhões, uma variação de 40%. O Velódromo, também de responsabilidade municipal e federal, estava orçado em 79,4 milhões e seu custo atualizado é de 143,1 milhões, uma variação de 80%. O Centro de Esportes Aquáticos, estrutura temporária que será desmontada após os jogos, e também de responsabilidade municipal e federal, variou de 109 milhões para 226,5 milhões, um aumento de 108%. Esses valores ainda não incluem a manutenção e desmontagem dos equipamentos. Se algo semelhante ao que ocorreu nos Jogos Pan-americanos de 2007 ocorrer nos Jogos Olímpicos de 2016, estima-se um aumento total nos gastos finais em relação ao previsto de cerca de 1.000%.

Diante do exposto, fica claro que a capacidade de mobilização financeira de um evento como os Jogos Olímpicos³⁹ é algo extraordinário e incomparável a qualquer outro projeto público em nível municipal. Porém, mais extraordinária ainda é a força ideológica de um evento desse porte. Calcula-se que a quantidade de telespectadores em todo o mundo nas Olimpíadas de 2008, em Pequim, e nas Olimpíadas de 2012, em Londres, foi de cerca de 4,5 bilhões de pessoas. Esse número demonstra a excepcional capacidade de visibilidade e mobilização de um evento como esse para uma cidade num determinado espaço de tempo. Além disso, o esporte tem a capacidade de motivar uma multidão a torcer pela vitória de uma equipe de atletas que em determinada modalidade esportiva representa a ideia da nação, como se o desempenho no esporte fosse o desempenho e o poder de seu próprio país diante dos outros países⁴⁰ e até do próprio cidadão frente aos outros indivíduos de outras nacionalidades, gerando uma falsa união ou confraternização entre pessoas de lugares, condições econômicas e ideias distintas em torno

³⁹ O maior enfoque aos dados dos Jogos Olímpicos de 2016 em relação à Copa do Mundo de 2014 é devido ao fato daquela se concentrar integralmente na cidade do Rio de Janeiro, enquanto a Copa irá se distribuir entre outras cidades brasileiras, e pelo fato de que os equipamentos que serão utilizados na Copa fazem parte da infraestrutura dos Jogos Olímpicos.

⁴⁰ Basta lembrarmos dos Jogos de Munique, em 1972, e sua final histórica de basquete masculino entre União Soviética e Estados Unidos no auge da Guerra Fria. “Antes daquela final, os Estados Unidos estavam invictos em Jogos Olímpicos, com 63 vitórias consecutivas e sete ouros seguidos. Depois de um jogo disputado, os norte-americanos viraram o placar para 50 a 49 faltando três segundos. Os soviéticos fizeram a reposição e perderam a posse de bola, mas o técnico reclamou por ter pedido tempo. Restando um segundo, a União Soviética tentou um passe de longe, mas não conseguiu. Os norte-americanos comemoraram em quadra, mas o jogo ainda não estava acabado. O secretário-geral da Fiba, William Jones, avisou que os soviéticos teriam direito a três segundos, e não apenas um. Na segunda repetição da jogada, Ivan Yedeshko lançou Alexander Belov, que ganhou dos marcadores e fez a cesta da vitória.” (Disponível em <<http://uolesporte.blogosfera.uol.com.br/2012/09/10/vitoria-polemica-da-urss-completa-40-anos-e-eua-ainda-recusam-medalha-de-prata/>>. Acesso em abril, 2014.)

de uma causa imaginária, mesmo que seja durante os poucos minutos que duram determinada competição. Não é à toa que, ao longo da história, os Impérios e Estados sempre se utilizaram de eventos que promovessem competições entre equipes como uma forma de justificar e legitimar o poder. Esses eventos eram tidos como espetáculos, acompanhados de entretenimento e festividades para controlar as massas e submetê-las ao poder.

Desde o provençal *panem et circenses* da Roma imperial até os comícios de Nuremberg da Alemanha nazista, a montagem de espetáculos para mobilização das massas serviu aos interesses da elite governante e ajudou a assegurar sua tomada do poder. Uma das principais funções do espetáculo é maximizar a visibilidade do Estado na paisagem. Na qualidade de uma entidade imaginária, intangível, o Estado depende de corporificações físicas e marcos materiais permanentes para tornar sua existência manifesta. (BROUDEHOX, 2011, p.40)

Alguns teóricos, a partir da década de 1960, passaram a analisar de maneira crítica, no sentido da alienação e da manipulação do sistema capitalista, a crescente importância do espetáculo numa sociedade que vem se tornando cada vez mais dominada pelas imagens midiáticas. Guy Debord foi quem cunhou o termo “sociedade do espetáculo” referindo-se à sociedade do capitalismo tardio que é dominada por processos de criação de sentido a serviço da produção de poder político e econômico. Para Debord, a obsessão pelo mundo superficial da imagem gerava a supressão da realidade (DEBORD, 1967). Jean Baudrillard desenvolve em seus trabalhos a análise sobre fenômenos visuais e códigos simbólicos como modalidades dominantes do poder e da alienação contemporâneos. De acordo com Baudrillard, o mundo superficial das imagens e dos signos têm o poder de seduzir espectadores, desestimulando qualquer questionamento mais profundo de sentido (BAUDRILLARD, 1991).

Eventos esportivos de grande porte são espetáculos com enorme potencial de gerar imagens e símbolos sedutores, além de mobilizar a mídia mundial, fazendo circular, instantaneamente, informações, dados e imagens que irão construir uma espécie de identidade global daqueles países participantes mas, principalmente, do país que organiza e hospeda o espetáculo. Esse país irá expor não só seus atletas e seu desempenho esportivo, mas também sua paisagem, sua cultura, sua força econômica, sua competência política e organizativa, mesmo correndo o risco de evidenciar seus problemas sociais e ambientais. Nesse sentido, torna-se razoável o empenho do Estado em tentar camuflar esses problemas.

Ao mesmo tempo, as nações se representam nas olimpíadas tentando se estabelecer como culturalmente únicas e ricas. (...) A realidade, a cultura local e urbana, os problemas etc, não são tão interessantes, não constroem uma boa imagem. Há muito o que camuflar. Vamos ver o que acontece com as favelas no Rio. Eu já vi o Dona Marta cheio de luzes, como se fosse uma vila com vista para o mar. Há muitos artifícios para embelezar a realidade local. Mas de fato, o que acontece é

que isso destrói parte da cultura do lugar, mudando-a e tornando-a turística. Eu escrevi sobre direitos da cidade, como também o direito de ser visto, de existir. Há muito esforço em tornar uma grande parte da população invisível. Muitos mega projetos, associados a mega eventos, têm o propósito de esconder a pobreza. O novo elevador do Cantagalo, lindo, da praia você vê o elevador, não mais a favela. Então, você pode ir a Ipanema e fingir que não há favela. (...) Há processo de idealização de uma certa visão da cidade. E o que é triste é que com esse dinheiro poderia se tentar, de fato, resolver os problemas da cidade. Mas isso seria muito idealista. (BROUDEHOX, 2010, p.31)

Nesse caso, o que propõe a hipótese desse trabalho é que a estratégia no caso do Rio de Janeiro vai além de se tentar esconder o que seria, supostamente, um problema. De acordo com o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os moradores de favelas correspondem a cerca de 22% da população total do Rio de Janeiro, sendo contabilizadas 763 favelas. Curiosamente, a cidade do Rio de Janeiro possui, aproximadamente, a mesma área de parques e florestas (46,87km²) e de favelas (45,91km²). Ou seja, fica evidente que as favelas ocupam uma área considerável da cidade, resultando inúteis quaisquer tentativas de escondê-las na paisagem, ainda mais pelo fato de ocuparem, tradicionalmente, as regiões mais altas e, conseqüentemente, mais visíveis do território.

Portanto, nesse caso, cabe o antigo provérbio: se não pode contra eles, junte-se a eles. As favelas cariocas estão se tornando, cada vez mais, parte do circuito turístico da cidade, e estão passando a ser encaradas e valorizadas, economicamente, por seu legado cultural na história do município. A favela abriga uma forma peculiar de ocupação do território urbano, contém soluções distintas e próprias de arquitetura e engenharia, na favela nasceram o samba, o carnaval, as mulatas e o funk, além de ser o gueto das drogas, da violência e do crime, temas frequentes no imaginário popular e nos produtos de entretenimento globais. Assim, não há melhor ocasião que os megaeventos internacionais para carimbar de vez as favelas como produto cultural do Rio de Janeiro.

3.5. A “reinvenção” da favela como produto cultural carioca

Licia Valladares inaugura o termo “invenção”, usado neste contexto, em sua obra *A invenção da favela*, de 2005, em que discute a criação de representações sociais suscitadas ao longo dos últimos cem anos acerca da favela no Rio de Janeiro. Nesse sentido, a autora argumenta que a favela existe há um século como fenômeno urbano e como imaginário coletivo. Em quais termos se daria, porém, sua suposta “reinvenção”, sugerida neste trabalho?

A maneira como a história do surgimento e expansão das favelas na cidade do Rio de Janeiro é contada traz em si inúmeros indícios de como foram sendo construídos os imaginários e como eles foram evoluindo ao longo do tempo. Não nos interessa aqui traçar uma cronologia dos fatos cruciais que ajudam a construir a história da favela carioca, ou como se deram as diferentes ações implementadas pelo poder público nesses espaços em distintos momentos político-administrativos, mas sim analisar a maneira como a favela carioca foi sendo percebida ao longo dos vários contextos e por diversos grupos sociais. Entender a evolução desse imaginário nos ajudará a compreender de que forma se deu a construção dessa imagem da favela como potencial mercadoria cultural e turística da cidade.

A gênese do processo de construção das representações sociais da favela remonta às descrições e imagens que nos foram legadas por escritores, jornalistas e reformadores sociais do início do século XX. Amplamente divulgados naquela época, seus escritos permitiram o desenvolvimento de um imaginário coletivo sobre o microcosmo da favela e seus moradores, ao mesmo tempo em que opunham favela e cidade. (VALLADARES, 2005, p.28)

Nesse sentido, podemos iniciar essa análise pela própria origem do termo “favela” relacionado ao evento histórico da Guerra de Canudos. Conta-se que soldados que batalharam em Canudos, no período de 1896 e 1897, no interior da Bahia, se estabeleceram, após retornarem da campanha, no Morro da Providência, situada no centro da cidade do Rio de Janeiro, que num determinado momento, após a chegada desses soldados, passou a se chamar Morro da Favella. São dadas duas razões para essa mudança de nome; a primeira pelo fato de que em ambas regiões, tanto no Morro da Providência como no local onde ocorreu a batalha de Canudos, era farta a presença de uma planta chamada “favella”, sendo este um diminutivo para a palavra fava; e outra por referência “à feroz resistência dos combatentes entrincheirados nesse morro baiano da Favella, durante a guerra de Canudos, ter retardado a vitória final do exército da República” (VALLADARES, 2005, p.29), ou seja, seria uma referência simbólica à luta dos oprimidos contra um adversário poderoso, no caso do morro carioca, seus moradores e o poder público que buscava removê-los, respectivamente.

Porém, o que deu visibilidade à palavra favela foi a obra “Os sertões”, de Euclides da Cunha, considerada uma epopeia dos tempos modernos e vastamente lida pelos intelectuais do período (VALLADARES, 2005).

O livro de Euclides da Cunha é posterior (1902) ao momento em que o Morro da Providência foi rebatizado como Morro da Favella (1887), mas tal acontecimento teria passado despercebido, e essa palavra não teria alcançado a posteridade que conheceu, sem as imagens fortes e marcantes transmitidas através de *Os sertões*.

Imagens capazes de permitir aos intelectuais brasileiros compreender e interpretar a favela emergente. (VALLADARES, 2005, p.30)

Tanto o Morro da Favella “original”, onde ocorreu a campanha de Canudos, quanto o Morro carioca eram encarados como reduto da miséria e dos batalhadores do sertão, ambos sofreram um processo de crescimento urbano, tinham a topografia semelhante, abrigavam moradores que não possuíam a propriedade privada da terra, além de sofrerem com a ausência do Estado e das instituições públicas. Ademais, ambos eram vistos com desconfiança pelas elites e intelectuais da época, considerados uma ameaça à ordem moral e social. Porém, para Euclides da Cunha, o arraial de Canudos representava a liberdade quanto ao uso da terra, ao trabalho, aos costumes, sendo reconhecida por ele o valor e a força daquele grupo, o que também poderia ser atribuído aos habitantes das favelas cariocas da época. Essa base determinaria, portanto, a evolução dos imaginários e o início das abordagens políticas sobre o território da favela carioca.

A partir de fins do século XIX e início do século XX, a pobreza urbana passou a ser uma preocupação para as elites; foi quando alguns campos da ciência, como a engenharia, a medicina e o direito, passaram a pensar e propor medidas de combate a essa pobreza, no intuito de evitar males como as doenças e a desordem urbana. No Brasil, isso significou a inclusão da favela no rol das habitações anti-higiênicas e, dessa forma, deveriam ser extintas em nome da saúde da população, como ocorreu com o Morro do Castelo, em 1921. Neste contexto, profissionais de distintas áreas ultrapassavam as fronteiras do conhecimento próprio às suas atribuições para atuarem junto à sociedade a fim de “esclarecer”, apoiados num discurso de caráter técnico, sobre os males físicos e morais acarretados pelo meio ambiente e prejudiciais aos seres humanos, insistindo quanto à necessidade de organizar, de maneira racional e controlada, o conjunto dos elementos urbanos, colocando as favelas como elementos que se opunham a essa racionalidade almejada.



FIGURA 27 – Obras de demolição no Morro do Castelo, no centro do Rio de Janeiro, em 1921

FONTE: Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/modernidade-no-rio-de-janeiro-750563.html>>. Acesso em: fev. 2014.



FIGURA 28 – Obras de demolição no Morro do Castelo, no centro do Rio de Janeiro, em 1921

FONTE: Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/modernidade-no-rio-de-janeiro-750563.html>. Acesso em: fev. 2014.

Sob essa conjuntura é elaborado o Plano Agache, o qual buscava “reformatar” a cidade no intuito de garantir a qualidade sanitária e estética, “recuperando a beleza” da cidade do Rio de Janeiro. Antes, houve ainda a reforma urbana do prefeito Pereira Passos, nos primeiros anos do século XX, o qual derrubou casarões e cortiços com o intuito de alargar as vias da cidade, inspirado no modelo de urbanismo francês. Neste momento, a favela representa, portanto, o que é feio, desorganizado, sujo e indesejável, além de haver uma oposição clara entre o que é cidade e o que é favela. Portanto, acabar com elas seria algo evidente e natural.

No período Vargas, iniciado em 1930, houve uma transformação na relação entre o poder público e a favela. Apesar de ainda predominar a visão higienista e o temor da propagação de doenças devido aos ambientes urbanos insalubres, pela primeira vez ocorre um reconhecimento da existência das favelas e da necessidade de melhorar as condições de vida daquela população, rompendo com a ideia da simples destruição. Vale lembrar que o governo Vargas foi marcado por seu caráter populista, com forte ênfase na criação de leis sociais e na proteção aos trabalhadores, apoiado numa imagem de “pai do pobres”. Nesse sentido, é evidente que os redutos dos pobres urbanos seria um alvo para as políticas varguistas, sendo as favelas cariocas um caso emblemático. O indício mais evidente dessa mudança de abordagem foi a inclusão do fenômeno das favelas no texto do Código de Obras de 1937, elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, o qual estabelecia a extinção das favelas e a responsabilidade do município em prover habitação para a população desalojada. Portanto, nesse período surge a preocupação em administrar o “problema” das favelas, e com essa preocupação nasce a necessidade de conhecê-las melhor para depois intervir.

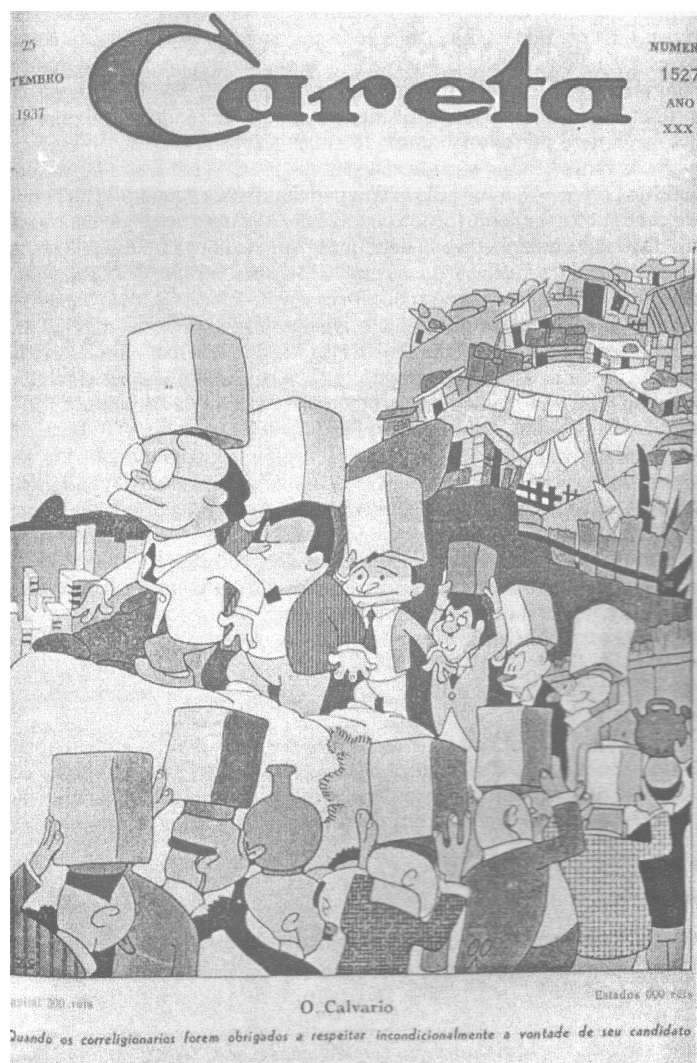


FIGURA 29 – Capa da Revista Careta, de setembro de 1937, ilustrando a “subida dos políticos ao morro” como o caráter clientelista da política vigente

FONTE: VALLADARES, 2005, p.51.

Após o fim da era Vargas, em 1947, iniciou-se o primeiro “Recenseamento das Favelas do Rio”, cuja publicação se deu em 1949. Apesar de se constituir como a primeira tentativa de se conhecer o universo das favelas de maneira mais racional, esse documento foi marcado pelo retorno de uma política mais conservadora voltada para a erradicação das favelas. O censo de 1949 contabilizou 105 favelas na cidade, com uma população de 138.837 habitantes, equivalendo a 7% da população total do município. É interessante notar que seus resultados revelam um perfil da população favelada muito diferente do que dominava o imaginário coletivo, por exemplo, os habitantes analfabetos com mais de 7 anos correspondia a 53% do total e não a

grande maioria, como se imaginava. O documento ainda, apesar de seu caráter oficial, apresentava um alto teor de preconceitos raciais e econômicos, atribuindo a maior presença de negros e mestiços nas favelas devido a seu caráter atrasado, desprovido de ambição e desajustado à ordem social (VALLADARES, 2005).

Em 1950 é realizado o primeiro recenseamento geral da cidade do Rio de Janeiro, o qual incluiu as favelas como uma categoria, definindo sua especificidade como fenômeno urbano. Logo após a realização deste censo, iniciam-se os primeiros trabalhos de pesquisa de campo em favelas, com destaque para o grupo denominado Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais - SAGMACS, coordenado pelo Padre Le Bret, os quais introduziram a ideia de valorização da participação dos seus moradores nas decisões políticas que os interessavam, fortalecendo os aspectos humanos do fenômeno, além de abordarem a favela como uma “comunidade”. Esta noção foi questionada décadas depois, uma vez que a população das favelas, muitas vezes, não compartilha do mesmo legado cultural e dos mesmos interesses, sendo marcada pela sua heterogeneidade.

Neste contexto, a universidade brasileira sofre uma intensa expansão, a qual se reflete no seu interesse pelo tema das favelas. Através das diversas pesquisas que foram surgindo a partir dos anos 1960, nas mais diversas áreas, algumas ideias começaram a ser difundidas, como o respeito ao saber-fazer popular, a capacidade ativa do povo e a valorização da participação, a polarização favela/asfalto, favela como reflexo da má distribuição de renda nas cidades brasileiras, favela como território urbano dos pobres, *locus* da violência e do tráfico de drogas. Estas noções são reproduzidas não só por acadêmicos, mas também por representantes de todas as classes econômicas, pela mídia e pelos próprios políticos.



FIGURA 30 – Estudo sobre a favela carioca encomendado pelo jornal O Estado de São Paulo, elaborado pelo SAGMACS e publicado em 13 e 15 de abril de 1960

FONTE: Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/edmundoleite/tag/sagmacs/>>. Acesso em: fev. 2014.

A partir da década de 1980, houve um fortalecimento da imagem de lugar de criminalidade e violência das favelas por parte das mídias, fator que desencadeou um imaginário coletivo, quase cinematográfico, da favela como cenário de combates cotidianos entre bandidos e policiais e do domínio de milícias e traficantes, onde é vetada a entrada do Estado e de qualquer outro cidadão de fora.

(...) a partir dos anos 1980, relatos e reportagens, mostrando a violência, o tráfico de drogas, a criminalidade nas favelas e em torno delas, passaram a ocupar as primeiras páginas das mídias brasileiras, até transformá-las em uma especificidade carioca. Fato que, sem dúvida, contribuiu para um renovado interesse por parte dos pesquisadores. A associação, quase sistemática, entre pobreza e criminalidade violenta fez da favela sinônimo de espaço fora da lei, onde bandidos e policiais estão constantemente em luta. (VALLADARES, 2005, p.20)



FIGURA 31 – Manchete do Jornal do Brasil sobre massacre ocorrido em Vigário Geral, em 1993

FONTE: Disponível em: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=9850>. Acesso em: fev. 2014.



FIGURA 32 – Manchete do jornal Meia Hora de 2006

FONTE: Disponível em: <http://direitoshumanosmt.blogspot.com.br/2012/09/os-mortos-bons-e-os-maus.html>. Acesso em: fev. 2014.



FIGURA 33 – Manchete do jornal Meia Hora de 2008

FONTE: Disponível em: <<http://direitoshumanosmt.blogspot.com.br/2012/09/os-mortos-bons-e-os-maus.html>>. Acesso em: fev. 2014.

Evidenciar a ordem e difusão dessas ideias preconcebidas sobre a favela é demonstrar a existência de um, ou vários, imaginários sobre a favela como fenômeno urbano e sobre a população que vive nelas. Isso posto, se retomarmos a definição de cultura como uma representação derivada de uma relação entre dois grupos distintos, podemos, então, definir favela como um tipo de manifestação cultural e, sendo cultura, ela pode ser, portanto, comercializada dentro do atual sistema capitalista global. Em suma, se favela é cultura, ela é, portanto, passível de ser mercantilizada.

Porém, a ideia principal que compõe esses imaginários, a de que as favelas são o habitat da população pobre do Rio de Janeiro, é vulgar e já não representa a atual realidade das favelas. É inegável que boa parte dos moradores das favelas cariocas sofrem diariamente com a falta de bens e serviços básicos, no entanto, e por outro lado, as favelas se tornaram um grande mercado, sendo para alguns atores sociais sinônimo de negócio. Existem dados recentes que

indicam que regiões da Baixada Fluminense, por exemplo, apresentam dados muito mais alarmantes relacionados à pobreza e a criminalidade que as favelas da zona sul do Rio de Janeiro.

Ao lado desse mercado imobiliário bastante ativo, tanto para a venda quanto para locação, desenvolveu-se também um enorme mercado de serviços em plena modernização para responder às demandas cada vez mais diversificadas de uma população consumidora de produtos ligados direta ou indiretamente à globalização. (VALLADARES, 2005, p.157)

O imaginário relativo à favela dos anos 2000 ainda se pauta numa memória de miséria, violência e falta de infraestrutura urbana, características que, quase exclusivamente, a definiram durante mais de um século. Porém, novos aspectos têm se agregado a essa imagem. A partir de uma rápida pesquisa no motor de buscas do Google sobre “favelas no Rio de Janeiro”, ainda é possível encontrar manchetes sobre violência entre policiais e agentes do tráfico, no entanto, os temas que predominam são páginas informativas sobre a história das favelas cariocas; notícias sobre as UPPs; informações sobre turismo nas favelas e imagens mostrando a paisagem típica do conjunto de casas ocupando a parte íngreme de um morro, muitas vezes fotos com qualidade profissional, relacionadas a algum material de publicidade ou de caráter artístico, ou ainda fotos de turistas que registram suas visitas às favelas.

Valladares (2005) já havia constatado o fato de as favelas cariocas terem passado a fazer parte de uma realidade virtual através de sites de ONGs, como a Viva Rio, o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM, Observatório das Favelas; de programas sociais ou assistenciais, como o *Favela Faces*, *Favela tem Memória*, Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável – CIEDS; de agências de notícias, como Agência de Notícias da Favela, a Central Única das Favelas – CUF e o *RioOnWatch*; de escolas de samba; de agências de turismo que operam em favelas e até de empresas de hospedagem que se localizam nas favelas. Inclusive, grande parte desses sites oferece a opção de tradução da página em outros idiomas, como inglês, espanhol, francês e alemão, existindo ainda alguns que são originalmente em inglês e não possuem tradução, como o site do movimento artístico “*Favela Painting*”.



FIGURA 34 – Conjunto de imagens resultantes da pesquisa sobre “favelas no Rio de Janeiro” no Google Imagens

FONTE: Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=favela+rio+de+janeiro&espv=210&es_sm=91&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ei=JcrzUoLdN4O_kQfJh4HQCC&ved=0CAkQ_AUoAQ&biw=1440&bih=691>. Acesso em: fev. 2014.

FAVELA PAINTING ABOUT BACK TO RIO CONTACT LOG IN SIGN UP

#FavelaPainting posts
Join in by sharing your Moby picture photos, videos and audio!
[Learn more](#)

ABOUT

Haas&Hahn
The Favela Painting project started in 2005 when dutch artists Haas&Hahn (Jeroen Koolhaas and Dre Urhahn) had the idea of creating public artworks in favelas in Rio de Janeiro. Not just to beautify, but also to create a dialogue with their surroundings. After several successful projects, the image of a square painted in a design of radiating colors yielded worldwide fame and transformed Rio into 'one of the world's 10 most colorful places', according to CNN. Haas&Hahn were invited to show their work at the New York based gallery Storefront for Art & Architecture, followed by an invitation from the Philadelphia Mural Arts program to paint several complete blocks in a dilapidated area in North Philly. The artists get invited worldwide to teach, to speak about their work, consult cities on community art projects and look at possible locations for future projects. They have recently restored their first painting in Rio and are currently planning a grand return to paint an entire favela.

FIGURA 35 – Página de abertura do site em inglês “Favela Painting”

FONTE: Disponível em: <<http://www.favelapainting.com/bio>>. Acesso em: fev. 2014.

Hoje em dia, a população moradora das favelas cariocas tem acesso a produtos e serviços como em qualquer outra parte da cidade. Através da televisão paga, seus habitantes podem se inteirar dos assuntos dominantes da mídia global, e por meio de imagens e som de qualidade fornecidos por aparelhos modernos das melhores marcas internacionais, como Phillips e Sony. Franquias de redes de alimentação como Bob's, McDonald, Habib's e Subway; franquias de serviços de telefonia celular; sucursais de loja de material fotográfico como a DePlá; diversos pontos de vendas de aparelhos celulares e outros eletroeletrônicos; além de bancos, agências dos Correios e outros serviços podem ser encontrados em favelas tradicionais do Rio de Janeiro. Microempresas; comércios que aceitam cartões de crédito – Visa, Credicard, American Express - ; serviços de internet banda larga; serviços de profissionais qualificados como médicos, dentistas, advogados; diversas imobiliárias, além de uma rede própria de transportes com linhas de ônibus privadas, vans e moto-táxis garantem não somente o funcionamento interno das favelas como a integração da população ao restante do município e até a serviços de caráter global.

Portanto, a realidade da favela carioca já não pode ser totalmente definida pelos dogmas tradicionais baseados na miséria. As próprias condições de precariedade, pobreza e exclusão devem ser relativizadas no novo contexto. Inclusive, a descoberta e o avanço do turismo profissional na favela parece ser o símbolo da transformação da sua antiga imagem e da sua integração às novas tendências e à economia de mercado. E a mercadoria que é vendida nesse mercado turístico emergente é a própria favela como símbolo cultural da cidade, como o berço de manifestações que integram o acervo cultural brasileiro, como o samba, o carnaval, o rap, o funk, a “filosofia” da malandragem, a “ética” da criminalidade, além do próprio modelo de ocupação territorial, o histórico de resistência, as soluções criativas para a ausência de serviços urbanos formais, em suma, a cultura da marginalidade, termo aqui relacionado ao binômio centro/periferia.

3.6. O novo produto turístico do Rio de Janeiro: o que se vende?

De acordo com a cientista social Bianca Freire-Medeiros, coordenadora da pesquisa “A construção da favela carioca como destino turístico”, a qual gerou o documentário “Em busca de um lugar comum” (dirigido por Felipe Musel, 2012) e o livro *Gringo na laje* (2009), o processo de construção da favela como destino turístico se insere no fenômeno de circulação e consumo,

em nível global, da “favela como *trademark*”⁴¹, como um signo a que estão associados significados ambivalentes que a colocam, a um só tempo, como território violento e local de autenticidades preservadas” (FREIRE-MEDEIROS, 2006, p.2).

Diferentes autores já mencionaram o fato de que o turismo se afirma não só como fenômeno de consumo, mas simultaneamente como fenômeno de produção. A mensagem utilizada para ‘promover’ o ‘produto turístico’ ajuda a construí-lo como tal. O produto oferecido é um ideário, um conjunto de bens simbólicos ‘fabricados’ pelos agentes promotores e pela linguagem midiática. A própria escolha de um determinado destino está baseada em uma ‘antecipação da experiência’, que se constitui em diálogo com as imagens do local veiculadas em diversos produtos culturais, imagens que criam uma moldura interpretativa e comportamental para o turista. (FREIRE-MEDEIROS, 2006, p.6)

A autora destaca o filme “Cidade de Deus”, lançado em 2003, como largamente responsável pelo crescente interesse pela favela como atração turística, tanto nacional como internacionalmente. Em diversas listas divulgadas na internet sobre os filmes brasileiros mais assistidos em todos os tempos, os primeiros lugares são sempre ocupados pelo citado “Cidade de Deus”, seguido pela dupla “Tropa de Elite” (2007) e “Tropa de Elite II” (2010). Todas as três produções foram promovidas como um testemunho sobre a vida nas favelas cariocas.

O “Cidade de Deus” se destaca pelos instigantes e pioneiros efeitos de câmera, pela trilha sonora que mescla sucessos do samba, do funk e do rock, símbolos da identidade da cidade do Rio, além de gerar uma “imagem ‘sexy’ e ‘cool’ de uma favela violenta, um território às margens do pacto civilizatório” (FREIRE-MEDEIROS, 2006, p.7).

As duas produções de “Tropa de Elite” abordam um outro ponto de vista em relação à violência nas favelas cariocas, o da polícia. O primeiro da série, lançado em 2007, curiosamente um ano antes da criação da primeira UPP, destaca a expansão do tráfico de drogas no morro como uma grande causa da violência urbana e as “investidas” policiais na tentativa de “apaziguar” as comunidades contra os traficantes através de intensas cenas de ação brutal por parte dos policiais; e ainda gerou a transformação, pelos espectadores, de um personagem complexo e vacilante, líder do Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE, em um herói obstinado. Já o segundo, de 2010, mostra a corrupção envolvendo agentes públicos da segurança pública estadual, líderes políticos e traficantes.

Tais produções constituem um material rico ao fomento da ilusão de uma experiência autêntica, exótica e arriscada, a qual pode ser proporcionada por uma visita a uma favela carioca. De acordo com essa lógica, a favela seria uma mercadoria singular e incapaz de ser reproduzida em outro lugar que não seja a cidade do Rio de Janeiro. No processo de produção dessa imagem da

⁴¹ “Marca Registrada”, em português.

favela a ser comercializada globalmente, conjugam-se esforços para resgatar aqueles elementos que a transformaram numa espécie de patrimônio cultural carioca, elementos registrados, durante quase um século, em música, cinema, literatura, folclore, danças, dentre outras manifestações.

No cinema brasileiro, dentre as produções que exploraram o tema da favela carioca, além dos já citados, constam filmes como “Rio, Zona Norte”, de 1957, de Nelson Pereira dos Santos, que retrata a favela como o subúrbio, a periferia distante da cidade, não explorando ainda a imagem das casas apinhadas no morro; e “Orfeu Negro”, de 1959, de Marcel Camus, um cineasta francês que tornou a favela e o carnaval brasileiros conhecidos mundialmente. “Orfeu Negro” retrata uma favela romantizada e um Brasil de pessoas alegres, dançantes, coloridas, além de construir a percepção de uma cultura forte intrínseca à favela carioca. Foi vencedor de renomados prêmios do cinema mundial, inclusive o Oscar de melhor filme em língua estrangeira, em 1960.

O patrimônio musical sobre a favela carioca é imenso, tendo seus registros iniciados em princípio do século XX. A Música Popular Brasileira – MPB – é tida como um dos maiores acervos documentais sobre a favela, onde ela “se afirma (...) a partir de suas características físicas, de seus aspectos visíveis, emergindo como um espaço de habitação precária e improvisada, do domínio rústico sobre o durável, da ausência de arruamento, da escassez de serviços públicos (...)” (OLIVEIRA & MARCIER, 1998, p.73). A primeira letra musical que contém o termo favela é de autoria de J. B. da Silva (Sinhô), intitulada “A Favela Vai Abaixo”, de 1928, na qual Sinhô fala da iminência da destruição do Morro da Favela, prevista pelo Plano Agache. A partir daí, foram surgindo várias outras canções falando dos “malandros do morro”, dos “batuques da favela”, dos “tiroteios” frequentes, da dor de ter que deixar a favela, das escolas de samba, da pobreza cotidiana, temas frequentes até a década de 1960. É curioso notar que a partir dos anos 1960, “a grafia da palavra [favela] com F maiúsculo e seu emprego como topônimo [referente ao Morro da Favela] praticamente desaparecem da MPB” (OLIVEIRA & MARCIER, 1998, p.69). A esse fato é atribuída a substantivação do termo favela na canção popular brasileira, ou seja, o termo passava a definir não mais um lugar específico, mas um fenômeno. Muitas canções retratam ainda a sinonímia entre favela e morro. Referências sobre o uso de materiais rústicos para a construção das casas (zinco, restos de madeira, barro) e a falta de água e luz foram bastante recorrentes em canções dos anos 1940, 1950 e 1960, tendo praticamente desaparecido após os anos 1980 e 1990, o que pode ser um indício do intenso processo de autourbanização ocorrido nas favelas nessas últimas décadas. As músicas enaltecem ainda as relações de vizinhança e a noção de comunidade dentro das favelas.

Ao mesmo tempo em que, por uma visão idealizada, as letras de música enaltecem o lugar, enaltecem também os laços de vizinhança, companheirismo e união existentes entre os moradores da favela. Em nítida oposição à 'cidade', onde predominariam as relações impessoais, a favela seria o *locus*, por excelência, das relações personalizadas: nela, todos se conhecem, todos se ajudam, 'todo vizinho é amigo da gente'. (OLIVEIRA & MARCIER, 1998, p.69)

Um grande bem cultural brasileiro cuja criação é atribuída às favelas é o samba. A música, assim como consagrou a favela como espaço da pobreza, a consagrou também como espaço do samba. Usando a sinonímia entre morro e favela, Zé Keti compôs, em 1955, o grande hino da relação entre o samba, a favela e a cidade do Rio de Janeiro, "A Voz do Morro": "eu sou o samba, a voz do morro sou eu mesmo sim senhor, quero mostrar ao mundo que tenho valor (...), eu sou o samba, sou natural aqui do Rio de Janeiro...". Entretanto, existem controvérsias sobre a origem real do samba, havendo indícios de que, na verdade, o samba tenha subido o morro e não descido à cidade. Por volta de 1905-10, houve uma explosão de bares e gafeiras no bairro da Cidade Nova, localizado na transição entre o centro do Rio de Janeiro e a zona norte, espaços livres da rigidez dos salões da elite e propícios às manifestações musicais. Havia ainda uma grande concentração de músicos residentes nesse bairro, o que leva a crer que aquele era um espaço mais favorável às transformações rítmicas que deram origem ao samba. Porém, as próprias canções do samba reforçam o forte mito de que o ritmo teria sido criado nos morros cariocas. Um exemplo disso é a letra de "Sambista da Cinelândia", composta por Custódio Mesquita e Mário Lago, em 1936, que diz: "Sambista/ Desce do morro/ Vem pra Cinelândia/ Vem samba/ A cidade já aceita o samba (...)/ O morro já foi aclamado/ Com um sucesso colossal/ E o samba foi proclamado/ Sinfonia nacional". Nesse mesmo contexto, vão surgindo as menções sobre as escolas de samba que foram surgindo ao final dos anos 1920.

A competição resultante desse processo repercute na produção musical, através da crescente especificação das favelas. Ao mesmo tempo em que se intensifica a designação genérica de favela como espaço do samba, amplia-se também o número de referências musicais que estabelecem a fusão entre as favelas e suas respectivas escolas de samba. (OLIVEIRA & MARCIER, 1998, p.69)

Com as escolas de samba, o carnaval se fortalece como um momento de visibilidade das favelas. Após meses de preparação, confecção de música, fantasias, coreografias, carros alegóricos, o carnaval seria o momento em que o morro "mostraria seu valor" através de uma espécie de "rito mágico de inversão" (OLIVEIRA & MARCIER, 1998, p.86) onde aqueles trabalhadores anônimos e desempregados se vestem com roupas pomposas e se transformam, durante três dias, em nobres, reis, rainhas, príncipes e princesas.



FIGURA 36 – Imagens do filme “Orfeu Negro” (1959) e as fantasias de nobres no carnaval

FONTE: Disponível em: <<http://theriverrevista.wordpress.com/2013/10/19/parabens-vinicius-de-moraes/>>. Acesso em: fev. 2014.

As letras dos sambas ainda indicam que havia uma dicotomia entre o que era a favela e o que era a cidade, como se fossem duas coisas distintas, dois espaços quase opostos, relacionando-se através do confronto sobre a criação do samba, ou seja, a disputa entre o samba do “morro” e o samba da “cidade”.

E também pelo samba foram sendo consolidadas as imagens típicas relacionadas à ideia de malandragem como uma espécie de alegoria da marginalidade. Favela como o lugar do samba, da música, do “bataque”, do botequim, do jogo seria o cenário ideal para tipos masculinos como o “bamba”, o “malandro” e o “sambista” que teriam como contrapartidas femininas a “mulata”, a “cabrocha” e a “morena faceira”, todos eles sabendo “gingar” e tendo o “samba no pé”. Dentro dessa representação ainda havia a noção do “malandro” como um tipo brigão, que resolve suas diferenças através da vingança e da violência física, confrontos muitas vezes representados nas letras como relacionados às mulheres.

Mas se o conjunto dessas letras, produzindo uma visão mítica da marginalidade, tende por isso mesmo a reforçar o estigma que historicamente foi lançado sobre a favela como uma espécie de território sem lei e sobre seus moradores como ‘classes perigosas’, em outras tantas letras a imagem se dá exatamente na direção contrária. Como que respondendo àquele estigma, as letras das canções são formuladas como uma reação e uma valorização positivas dos moradores da favela, as quais se constroem sobretudo pela noção do trabalho: ao estigma da malandragem se contrapõe a representação de um trabalho duro e mal remunerado; ao da criminalidade, a caracterização de uma gente decente e honesta, que socializa seus filhos por meio de uma ética que enaltece o trabalho e recusa a delinquência. (OLIVEIRA & MARCIER, 1998, p.96)

A partir dos anos 1960 e a efervescência política que marcou a década, começaram a aparecer canções envolvendo um maior engajamento, assim como foi em outras manifestações culturais como no cinema e no teatro. As chamadas “canções de protesto” abordavam temas como as desigualdades e as más condições de vida do povo, bradando sempre por uma transformação daquela sociedade. Em relação às favelas, as canções abordavam a questão da fome, das carências e da má sorte daquele povo. O próprio samba, marcado pelo seu ritmo alegre, passou a cantar a tristeza e a dor. Dessa forma, as canções passam a abordar a favela como uma questão social, refletindo, inclusive, o novo tom das discussões sobre o tema nos meios acadêmicos e intelectuais, fortalecidos a partir da década de 1970.

O Morro Não Tem Vez (1986)

C. Jobim e Vinícius de Moraes

O morro não tem vez/ E o que ele fez/ Já foi demais./ Mas olhem bem vocês/
Quando derem vez ao morro/ Toda a cidade vai cantar/ Morro pede passagem/
Morro quer se mostrar/ Abram alas pro morro/ Tamborim vai falar/ É um, é dois, é três/
É cem, é mil a batucar/ O morro não tem vez/ Mas se derem vez ao morro/ Toda cidade vai cantar.

O Meu Guri (1981)

Chico Buarque

Quando, seu moço, nasceu meu rebento/ Não era o momento dele rebentar/ Já foi nascendo com cara de fome/ E não tinha nem nome pra lhe dar/ Como fui levando, não sei lhe explicar/ Fui assim levando ele a me levar/ E na sua meninice ele um dia me disse que chegava lá/ Olha aí, olha aí, olha aí/ Olha aí, aí o meu guri, olha aí/ Chega no morro com carregamento/ Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador/ Rezo até ele chegar cá no alto/ Essa onde de assalto tá um horror/ Eu consolo ele, ele me consola/ Boto ele no colo pra ele me ninar/ De repente acordo, olho pro lado/ E o danado já foi trabalhar/ Olha aí/ Olha aí, olha aí, olha aí/ Olha aí, aí é o meu guri/ Ele chega/ Chega estampado, manchete, retrato/ Com venda nos olhos, legenda e as iniciais/ Eu não entendo essa gente, seu moço/ Fazendo alvoroço demais/ O guri no mato, acho que tá rindo/ Acho que tá lindo, de papo pro ar/ Desde o começo eu não disse, seu moço/ Ele disse que chegava lá/ Olha aí, olha aí, olha aí/ Olha aí, aí é o meu guri.

Nos Barracos Da Cidade (1985)

Liminha e Gilberto Gil

Nos barracos da cidade/ Ninguém mais tem ilusão/ No poder da autoridade/ De tomar a decisão/ E o poder da autoridade/ Se pode, não faz questão/ Se faz questão, não consegue/ Enfrentar o tubarão./ Ô, ô, ô, ô, ô/ Gente estúpida/ Ô, ô, ô, ô, ô/ Gente hipócrita/ O governador promete/ Mas o sistema diz não/ Os lucros são muito grandes/ Mas ninguém quer abrir mão/ Mesmo uma pequena parte/ Já seria a solução/ Mas a usura dessa gente/ Já virou um aleijão.

Alagados (1986)

Herbert Vianna, Bi Ribeiro e João Barone

(...) Palafitas, trapiches, farrapos/ Filhos da mesma agonia/ E a cidade de braços abertos num cartão postal/ Com os punhos fechados da vida real/ Lhe nega a oportunidade/ Mostra a face dura do mal/ Alagados, *trenchtown*, Favela da Maré/ A

esperança não vem do mar, nem das antenas de TV/ A arte de viver da fé/ Só não se sabe fé em quê.

Rap da Felicidade (1994)

Mc Cidinho e Doca

Eu só quero é ser feliz/ Andar tranquilamente na favela onde eu nasci/ E poder me orgulhar/ E ter a consciência que o pobre tem seu lugar/ Minha cara autoridade eu já não sei o que fazer/ Com tanta violência eu tenho medo de viver/ Pois moro numa favela e sou muito desrespeitado/ A tristeza e a alegria aqui caminham lado a lado/ Eu faço uma oração para uma santa protetora/ Mas sou interrompido a tiros de metralhadora/ Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela/ O pobre é humilhado e esculachado na favela/ Já não aguento mais essa onda de violência/ Só peço à autoridade um pouco mais de competência/ Diversão hoje em dia não podemos nem pensar/ Pois até lá no baile eles vêm nos humilhar/ Ficar lá na praça, que era tudo tão normal/ Agora virou moda a violência no local/ Pessoas inocentes, que não têm nada a ver/ Estão perdendo hoje o seu direito de viver/ **Nunca vi cartão postal que destaque uma favela/** Só vejo paisagem muito lindo e muito bela/ Quem vai pro exterior da favela sente saudade/ **O gringo vem aqui e não conhece a realidade/** Vai pra Zonal Sul pra conhecer água de coco/ E o pobre na favela vive passando sufoco/ Trocaram a presidência, uma nova esperança/ Sofri na tempestade, hoje eu quero a bonança/ O povo tem a força, só precisa descobrir/ Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui. (grifos meus)

A exatos 20 anos após a gravação do “Rap da Felicidade”, música que se destaca na história do funk carioca, sendo responsável pela intensa divulgação do gênero à época, em nível nacional e internacional, tornando-se um símbolo da favela brasileira, aquela realidade retratada na letra se vê transformada. Hoje a imagem da favela carioca estampa cartões postais do Rio de Janeiro e faz parte de seu circuito turístico mais badalado, onde os gringos, e os próprios brasileiros, vão com o interesse de “conhecer” aquela realidade. Algumas manifestações artísticas atuais têm se encarregado de transformar a “cara” da favela, criando marcos e símbolos que têm circulado nas mídias nacionais e internacionais revelando a “beleza” da favela.

O projeto “Favela *Painting*” foi idealizado por dois holandeses, conhecidos como Haas e Hahn, e iniciado em 2006, com o intuito de criar trabalhos de arte públicos nas favelas cariocas que fossem capazes de resgatar a beleza e criar um diálogo com seu entorno, além de chamar a atenção para o espaço de uma forma positiva. Os trabalhos mais conhecidos da dupla de artistas são “O garoto e sua pipa”, de 2006, na Vila Cruzeiro; o “Rio Cruzeiro”, de 2008, também na Vila Cruzeiro, e a “Praça Cantão” da Favela Santa Marta, de 2010, sendo este último já, de fato, presente em cartões postais da cidade, devido a suas cores vibrantes e marcantes, efeito semelhante ao que ocorre com o “Caminito”, em Buenos Aires, por exemplo.



FIGURA 37 – “O garoto e sua Pipa”, 2006. Obra do projeto “Favela Painting” na Vila Cruzeiro

FONTE: Disponível em: <<http://www.favelapainting.com/bio>>. Acesso em: fev. 2014.



FIGURA 38 – “Rio Cruzeiro”, 2008. Obra do projeto “Favela Painting” na Vila Cruzeiro

FONTE: Disponível em: <<http://www.favelapainting.com/bio>>. Acesso em: fev. 2014.



FIGURA 39 – “Praça Cantão”, 2010. Obra do projeto “Favela Painting” no Morro Santa Marta

FONTE: Disponível em: <<http://www.favelapainting.com/bio>>. Acesso em: fev. 2014.

Vale destacar que o “Favela *Painting*” ganhou uma grande repercussão por relacionar o espaço da favela, comumente entendido como algo contrário aos valores estéticos tradicionais, a uma espécie de obra de arte, além de difundir uma imagem contrária à violência e à criminalidade típicas ao imaginário de favela fabricado pela mídia e oferecer treinamento à população local que, teoricamente, “participou” do processo. Porém, trata-se de mais uma iniciativa identificada ao velho modelo hierárquico onde o portador intelectual da ideia chega de fora para implantar algo, supostamente, positivo, afastando qualquer tipo de reflexão ou questionamento por parte dos “beneficiados”.

Na verdade, trata-se de um dos exemplos mais evidentes de ganhos simbólicos às custas de uma comunidade pobre. Os artistas encontraram nas favelas a superfície de projeção dos seus sonhos que jamais lhes seria concedida num bairro de classe média. E por mais que esses artistas enalteçam a participação, os moradores se envolveram apenas no trabalho braçal, não decidiram nada e até rechaçaram partes dos projetos (reações que os autores relatam com detestável humor benevolente). Em vez de aumentar sua autoestima, o Favela Painting invalida qualquer investimento estético que tenham feito ali ao longo do tempo e lhes interdita novas mudanças se não quiserem destruir uma ‘obra de arte’ e demonstrar, de novo, a sua suposta ‘falta de cultura’. O projeto é atraente para a grande mídia porque alimenta os preconceitos da classe média e reforça a classificação dos favelados como trabalhadores manuais que precisam de orientação intelectual por portadores da cultura legítima. A imagem que se promove de fato é a dos artistas e dos patrocinadores. (KAPP et al., 2012)

Outro movimento artístico que se destacou na mídia, desta vez protagonizado pelo Morro da Providência, foi o projeto denominado “28 Milímetros – *Women Are Heroes*”, do artista de rua francês JR, considerado um dos melhores do mundo nesse gênero de arte, juntamente com o Banksy. Esse projeto já passou por diversas favelas do mundo, como nos subúrbios parisienses, no Oriente Médio, no Quênia e, em 2008, no Brasil. Na Providência, JR colou retratos de mulheres nas laterais das residências em que viviam com os rostos posicionados para que olhassem em direção ao centro da cidade. As mulheres que protagonizaram as fotos estavam relacionadas a três meninos que foram torturados e mortos injustamente em um confronto com militares que atuavam em operação no local em junho de 2008.

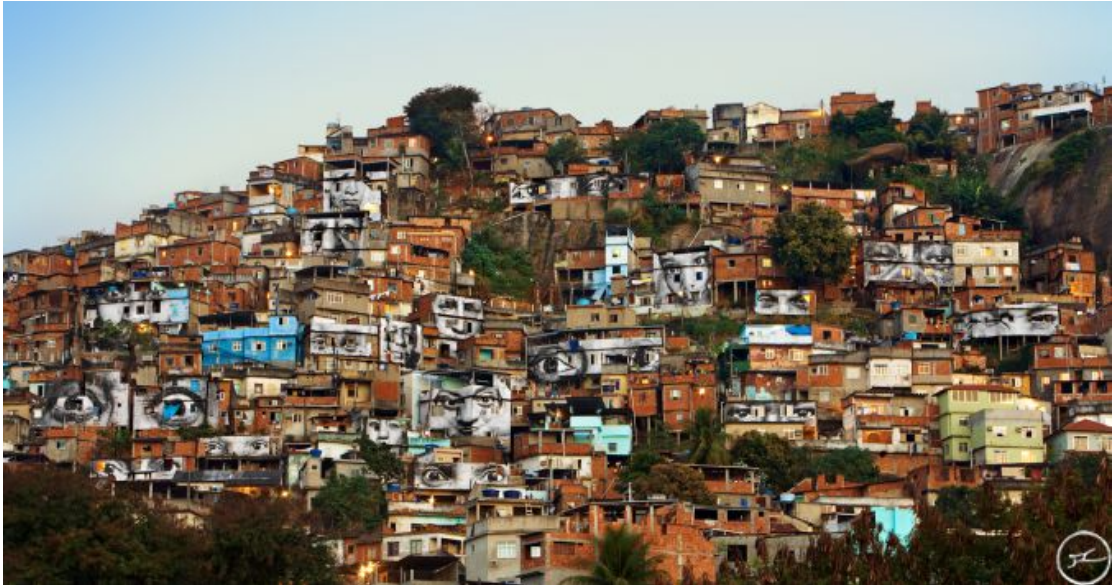


FIGURA 40 – “28 Milímetros – *Women Are Heroes*”, 2008. Obra do artista de rua francês JR no Morro da Providência, Rio de Janeiro

FONTE: Disponível em: <<http://www.jr-art.net/projects/women-are-heroes-brazil>>. Acesso em: fev. 2014.

Outro projeto, denominado “Descascando a Superfície”, também na Providência, também em 2008, é do artista português Alexandre Farto, conhecido como Vhils, o qual retratou em muros e placas metálicas da comunidade os rostos de vários moradores locais. O artista usou a técnica de esculpir os rostos em paredes de casas demolidas e os protagonistas são, em sua maioria, moradores antigos da comunidade.



FIGURA 41 – “Descascando a Superfície”, 2008. Obras do artista português Vhils no Morro da Providência, Rio de Janeiro

FONTE: Disponível em: <[http://darua.blogfolha.uol.com.br/tag/João Ribeiro/](http://darua.blogfolha.uol.com.br/tag/João%20Ribeiro/)>. Acesso em: fev. 2014.

O próprio grafite produzido pelos moradores das favelas tem começado a fazer parte dos seus atrativos turísticos como manifestação autêntica da arte local. No Morro do Cantagalo, as obras grafitadas se tornaram parte do acervo do Museu de Favela – MUF, uma ONG que desenvolve projetos que visam transformar a favela em um monumento turístico tipicamente carioca. O circuito conta com 26 casas-telas, 02 portais de acesso e 10 esculturas que funcionam como placas direcionais aos visitantes. O território do museu compreende mais de cinco mil imóveis conectados por um labirinto de becos, escadarias e vistas panorâmicas da cidade. O tour guiado se inicia no mirante do elevador do Cantagalo, o Complexo Rubem Braga, e dura em média três horas, incluindo tradutor para grupos de estrangeiros, os quais correspondem à maioria dos visitantes. No site do Museu de Favela, com informações disponíveis em três idiomas, conta que são realizados dois passeios diários, incluindo sábado e domingo, sendo que o preço varia de R\$60, para brasileiros e turistas do Mercosul, a R\$100, para turistas de outros países.



FIGURA 42 – Museu de Favela, no Morro do Cantagalo, Rio de Janeiro

FONTE: Disponível em: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/rio-de-janeiro/museu-de-favela-2/#prettyPhoto>>. Acesso em: fev. 2014.

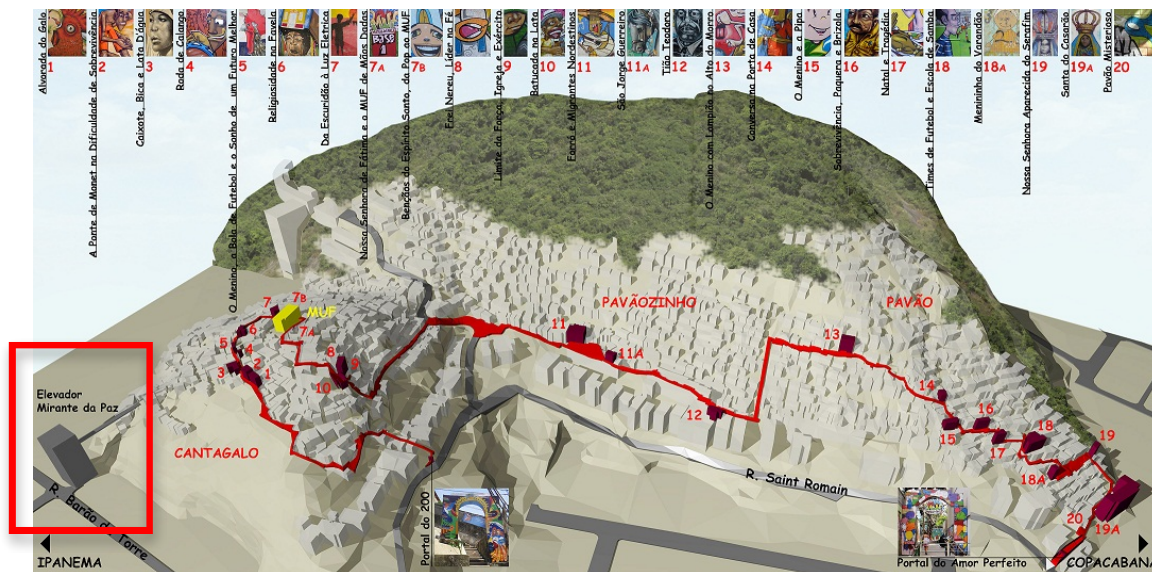


FIGURA 43 – Mapa do trajeto do passeio pelo Museu de Favela, no Morro do Cantagalo. Destaque para a presença do Elevador do Cantagalo como marco de referência e ponto de encontro

FONTE: Disponível em: <<http://www.museudefavela.org/en/participe/favela-tour-rio-de-janeiro>>. Acesso em: fev. 2014.

Todas essas iniciativas, incontestavelmente, agregam informações e símbolos às favelas em questão, potencializando seu valor turístico e consolidando esse produto cultural à cidade do Rio de Janeiro. Porém, existe um outro fator que contribui enormemente para o estabelecimento dessa nova imagem da favela carioca no imaginário coletivo: a mídia televisiva. Na última década, tanto a mídia nacional quanto a internacional começaram a abordar as favelas do Rio de Janeiro sob aspectos desvinculados aos dogmas tradicionais, ou seja, a violência e a pobreza. Evidentemente, a mídia, incluindo todos seus recursos que promovem a intensa difusão da informação, é algo que influencia, desde sempre, o imaginário coletivo. Porém, neste trabalho nos interessa analisar um aspecto dessa mídia, considerado aqui como um dos maiores responsáveis pela construção do imaginário brasileiro, desde os anos 1950, que é a televisão, mais especificamente a empresa que controla grande parte da audiência nacional: a Rede Globo. A Rede Globo pode ser definida como a maior indústria de entretenimento do Brasil, sendo, inclusive, uma das maiores do mundo. Após a falência da TV Excelsior e da TV Tupi, em 1965 é fundada a Rede Globo, com o apoio do governo militar que desejava uma empresa de comunicações com uma visão moderna e que fosse parceira da expansão da televisão por todo

o país⁴². Em pouco tempo, as inovações da empresa começaram a surgir: a grade de atrações passou a ser fixa e conhecida do público e os anúncios publicitários eram transmitidos ao longo do dia todo, em breves intervalos. Em 1969, em um contexto em que o governo se apoiava na ideia de que o país só estaria livre de ameaças estrangeiras se as fronteiras estivessem em contato com o centro, houve a disseminação de projetos megalômanos como a estrada Transamazônica e a instalação de um sistema nacional de torres de televisão, com o intuito de estabelecer as vias de comunicação desejadas. Em muitos países, esse investimento foi feito pela iniciativa privada, mas no Brasil a empreitada foi integralmente bancada pelo Estado, transformando a Globo na primeira emissora de televisão nacional. Além disso, houve uma política de facilitação de crédito para ampliar o acesso da população à compra de aparelhos televisores.

Você já parou para pensar o que um descendente de alemães do interior gaúcho, um paulistano e um ribeirinho da Amazônia têm em comum? Eles falam português, ainda que um português bem diferente, descansam nos mesmos feriados e têm uma carteira de identidade que diz: brasileiro. Até 1969, era só isso. Mas depois que a Globo se tornou uma rede nacional, todos passaram a ter um enorme universo em comum. O mesmo sonho de conhecer o Rio, os mesmos bordões como “*Não, Pedro Bó*”, o mesmo desejo de comer pizza com guaraná. ‘*A televisão igualou o imaginário de um país cuja realidade é constituída de enormes contrastes, conflitos e contradições*’, afirma Eugênio Bucci. (SUPERINTERESSANTE, 2005)⁴³

A Rede Globo, através de sinal terrestre, cobre 98,53% do território do Brasil, e 100% através de antena parabólica. Além disso, a emissora possui distribuição internacional desde 1999 através da TV Globo Internacional com 620 mil assinantes até 2012, abrangendo as Américas, a Oceania, a África, a Europa, o Oriente Médio e o Japão.

Segundo Adorno e Horkheimer, em todos os ramos da indústria cultural existem produtos adaptados ao consumo em massa, sendo essa sua finalidade principal, podendo determinar esse consumo trabalhando sobre o estado de consciência e inconsciência das pessoas. Ela pode ainda ter função no processo de acumulação de capital, de reprodução ideológica do sistema, de reorientação das massas e de imposição de um determinado comportamento, visando, sempre, à manutenção do *status quo*. Torna-se relevante, portanto, investigar como tem sido a abordagem da Globo sobre as favelas cariocas na última década, no sentido de apurar os esforços por parte da indústria de entretenimento brasileira, ou carioca, em consolidá-la como mercadoria cultural.

⁴² Informações retiradas da matéria de capa “A voz do Brasil”, escrita por Leandro Narloch, da Superinteressante de junho de 2005. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/cultura/voz-brasil-445717.shtml>>. Acesso em: fev. 2014.

⁴³ Disponível em: <http://super.abril.com.br/cultura/voz-brasil-445717.shtml>. Acesso em: jan/2014.

De acordo com Rodrigo Duarte (2010), as telenovelas e o telejornalismo são os produtos mais fortes da indústria de entretenimento da Rede Globo, constituindo as bases de sua grade de programação desde quando foi criada. No que tange ao telejornalismo, além do pioneirismo na transmissão via televisão para todo o país, a empresa ainda introduziu o uso das câmeras portáteis e das unidades móveis de transmissão, “o que permitia uma abordagem mais dinâmica dos eventos por ela cobertos, de acordo com as necessidades ideológicas e mercadológicas do momento” (DUARTE, 2010, p.115). E em relação às telenovelas, a TV Globo se apropriou, adaptando para a linguagem de televisão, de uma tradição de produções que remontava aos primórdios do rádio, na década de 1930.

A inovação introduzida pela TV Globo foi a adoção de altos padrões de profissionalismo na produção e na distribuição dos produtos, confeccionados em bases propriamente industriais e colocados no mercado de modo altamente rentável em termos de captação de verbas publicitárias, inclusive com a introdução, nas telenovelas, da técnica de merchandising, por meio da qual não se explicita que a exibição de um produto integrada no roteiro de um capítulo é publicidade comercial, quando, na verdade, o é. (DUARTE, 2010, p.115-116)

Sendo uma das maiores empresas de comunicação do mundo e com sede na cidade do Rio de Janeiro, praticamente representando uma espécie de porta-voz da cultura do lugar e fazendo dela um de seus principais produtos, é evidente o seu protagonismo, também, no processo de criação dessa cultura. E, como qualquer produto que faça parte da lógica do capitalismo global, deve ser constantemente renovado através da incorporação de novidades visando à manutenção e fortalecimento do interesse coletivo sobre aquele produto.

A Globo se mostrou, desde o contexto de implantação, uma forte aliada à política de segurança das UPPs. A cobertura jornalística do processo de implantação da primeira UPP, no Morro Santa Marta, já destacava exclusivamente seus aspectos positivos, promovendo, pouco tempo depois, uma exibição da série “Lar Doce Lar”⁴⁴, do Programa Caldeirão do Huck, na casa de uma família da comunidade, em 2009. Simulando o encontro casual entre o apresentador do programa, que se passava por um taxista, e uma moradora do Morro Santa Marta, a abordagem se deu de forma a destacar o fato de que, após a “pacificação” da comunidade, o apresentador poderia entrar no local e visitar a casa da moradora sem qualquer problema. Após a apresentação de uma trágica história de vida dessa moradora, o apresentador anuncia a decisão do programa em contemplá-la com uma reforma em sua residência. Durante o episódio, são destacadas as ocasiões das visitas do cantor americano Michael Jackson para a gravação de seu clipe, em

⁴⁴ A série “Lar Doce Lar” promove a reforma completa da casa de famílias de baixa renda por todo o Brasil mediante a contrapartida da participação de membros dessa família em algum desafio proposto pela organização do programa.

1996, e da cantora pop americana Madonna, ocorrida naquele ano. O momento da apresentação da nova casa à família, muito comovida, ocorre a comparação de imagens, nos moldes de um “antes e depois”, ficando estabelecido o símbolo de que, dentre os diversos benefícios daquela política de pacificação, havia, a partir daquele momento, a chance da “transformação” da vida daquelas pessoas que tiveram seu antigo lar destruído, por ser feio e fora dos padrões, por um novo espaço espetacularizado à imagem da emissora. No momento em que a câmera aérea mostra a nova casa implantada em meio a outras que não tiveram a mesma “sorte”, o contraste dos padrões chama mais a atenção do que, propriamente, a transformação da casa contemplada. Esse modelo se repete em todos os episódios, cujas críticas não nos cabe desenvolver aqui, mas levar o espetáculo até aquele espaço, antes impenetrável pela presença da violência cotidiana, é, sem dúvida, uma estratégia eficaz para o seu processo de transformação em produto cultural de massa. Além do Morro Santa Marta, houve episódios no Morro do Cantagalo, também logo após a pacificação, e no Morro da Mangueira. Em todas as favelas “contempladas”, as intervenções se transformaram em atrativos turísticos.



FIGURA 44 – Antes e depois da fachada da casa reformada no Morro Santa Marta pela série “Lar Doce Lar”, da Rede Globo

FONTE: Disponível em: <<https://www.rosenbaum.com.br/lar-doce-lar/35-familia-do-carmo-dona-marta-rj/>>. Acesso em: fev. 2014.

Em 22 de outubro de 2012, cinco meses após a “pacificação” do Complexo do Alemão, foi exibido o primeiro capítulo da novela “Salve Jorge”, a qual durou até maio de 2013. O enredo, escrito por Glória Perez, contou a história de uma jovem, nascida e criada no Complexo do Alemão, que se apaixona por um oficial da cavalaria do exército que atua como agente da UPP no local. Em entrevista⁴⁵, a autora define a trama como “um Romeu e Julieta moderno, um amor que nasce junto com a retomada da favela pelos moradores”, deixando explícita a tentativa de se criar um símbolo que aproxima os favelados e a polícia. O núcleo central da novela foi dividido entre a cidade de Istambul, na Turquia, e o Complexo do Alemão, onde várias cenas foram gravadas, com presença marcante do Teleférico do Alemão como pano de fundo, o que gerou um aumento do turismo de brasileiros na favela, atraídos pelo “teleférico da novela”. O teleférico, além de cenário, era elemento frequentemente citado nas falas dos personagens, num esforço em transmitir a ideia de sua forte presença no cotidiano dos moradores, além de estar sempre associado às cenas sensuais protagonizadas pelas belas moradoras da favela.

Em diversas cenas passadas na favela, os turistas estrangeiros estavam presentes, representados por figurantes, além de serem citados nas falas dos personagens como elementos frequentes naquela realidade. O tour na favela para estrangeiros, comandado por um morador que falava em inglês, era cena frequente, tomando vários minutos de um episódio. Os turistas ainda foram escalados como jurados em uma cena de um concurso de “garota da laje” no morro e o cardápio de um bar foi publicado na internet em “todas” as línguas. Havia ainda um personagem, que se tornou popular entre os telespectadores por seu caráter humorístico, que passava o dia na sacada de casa observando a vizinha pelos binóculos alegando à esposa que, na verdade, estava observando o teleférico e o movimento dos turistas na favela.

⁴⁵ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/euforia-da-pacificacao-da-o-ritmo-de-%E2%80%98salve-jorge%E2%80%99>>. Acesso em: fev. 2014.

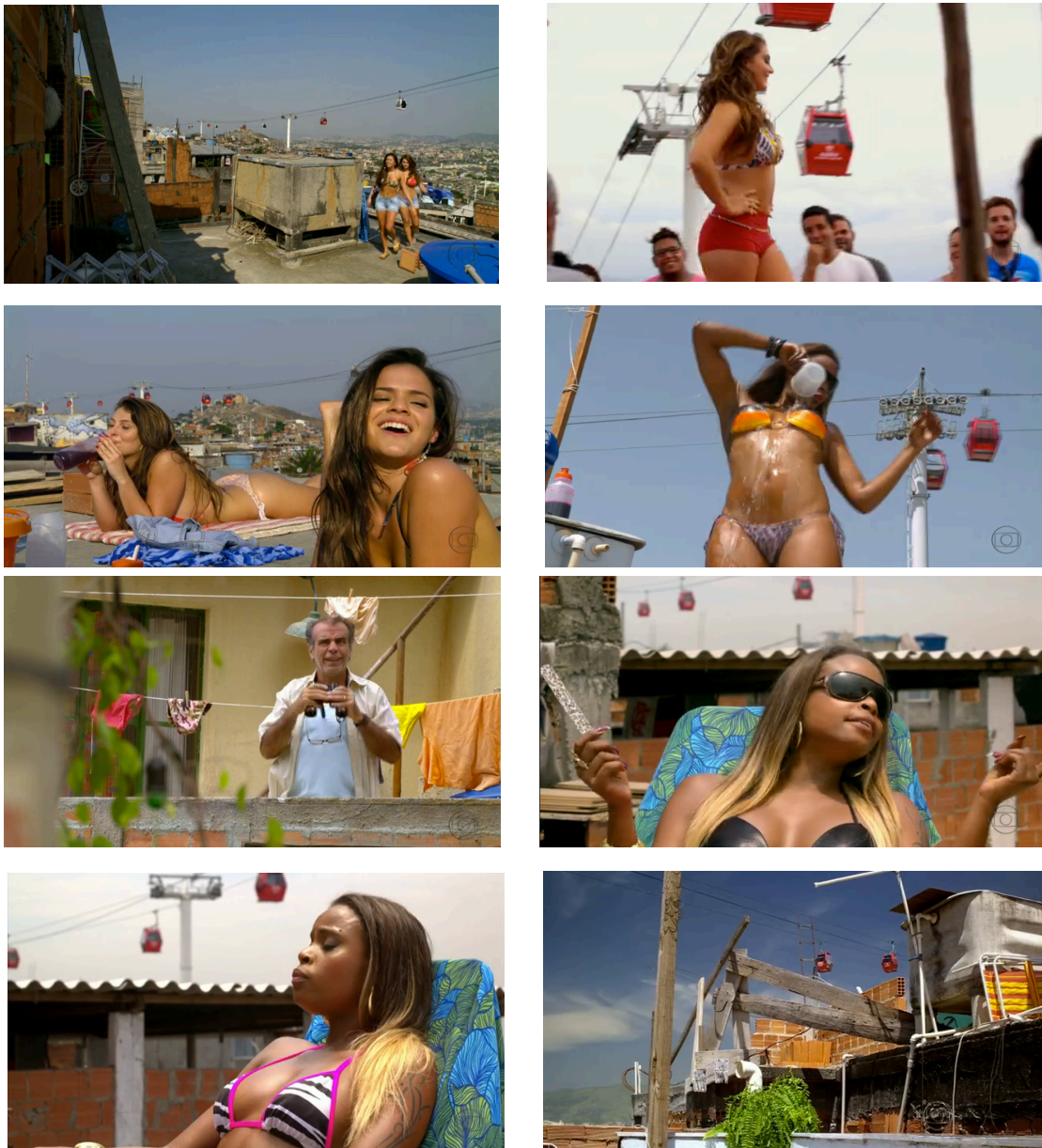


FIGURA 45 – Cenas da novela “Salve Jorge” onde o teleférico aparece como pano de fundo

FONTE: Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/salve-jorge>>. Acesso em: fev. 2014.

A novela “Lado a Lado”, exibida no período de setembro de 2012 a março de 2013, foi uma novela de época, inspirada nos primeiros anos do século XX, quando as favelas começavam a se consolidar na cidade do Rio de Janeiro. Um dos núcleos principais da trama é o Morro da Providência, a primeira favela do Brasil, “pacificada” em 2010. Com grande caráter histórico, a enredo aborda aspectos da transformação da sociedade da época; o movimento conhecido como “Revolta da Chibata” ou “Revolta dos Marinheiros”, deflagrada por um motim de

marinheiros na baía de Guanabara; o nascimento do samba e a própria formação da favela brasileira. A novela ganhou o título de melhor novela do mundo, sendo vencedora de um dos maiores prêmios internacionais de entretenimento, o Emmy, considerado o Oscar da televisão, sendo lançada no mercado global logo após a premiação. Vale destacar que um dos argumentos que faz crescer cada vez mais o turismo no Morro da Providência é o fato de ser considerada parte fundamental da história da cidade do Rio de Janeiro por ser sua primeira favela. Diferente da “Salve Jorge”, a novela “Lado a Lado” destaca o lado guerreiro e trabalhador dos moradores do morro, os quais foram protagonistas de lutas pela liberdade, opressão e miséria da época.



FIGURA 46 – Cenários da novela “Lado a Lado” que contou a história da consolidação da primeira favela do Rio de Janeiro

FONTE: Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/lado-a-lado>>. Acesso em: fev. 2014.

Vale destacar ainda a relevância do Programa “Esquenta!” no processo de consolidação da favela e da pobreza brasileira como cultura. Sua primeira exibição foi em janeiro de 2011, comandado pela apresentadora Regina Casé, e seu enredo se baseia na exaltação da cultura popular brasileira, adotando o funk, o pagode e o samba como ritmos oficiais dessa cultura. O “Esquenta!” é um programa de auditório e seus convidados são, em sua maioria, celebridades da televisão e da música, novos artistas dos gêneros musicais abordados, muitos deles negros e provenientes das favelas brasileiras. Sua proposta é colocar em evidência a cultura própria das periferias, porém, através de uma abordagem que reforça o estereótipo de que quem é da periferia é negro e pinta o cabelo de louro, usa óculos espelhados, roupas curtíssimas, escuta

funk, sabe sambar e fala um dialeto próprio recheado de gírias, fortalecendo o que é, na verdade, consequência de uma série de limitações históricas. Uma abordagem homogeneizadora da população pobre da periferia, que cria um espaço próprio, reservado para a manifestação daquele tipo de cultura, ainda apartada do que seria o padrão da cultura nacional, porém exuberante, colorida, alegre e atraente, fortalecendo, portanto, o símbolo de algo autêntico, porém, exótico, excelentes adjetivos do que é vendido como mercadoria cultural.

Destaca-se ainda seu papel de *merchandising* das políticas governamentais. Em episódio exibido em janeiro de 2013, o secretário estadual de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, foi o convidado especial do programa onde também estavam presentes, como de costume, moradores de favelas cariocas “pacificadas” e, ainda, policiais militares das UPPs. Em diversos momentos, a apresentadora exaltava o programa de “pacificação” encabeçado pelo secretário, finalizando o programa com um discurso apologético que culminou com todos cantando o rap, símbolo da favela carioca, “eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci”, como se as UPPs fossem o final feliz da canção escrita em 1995.

É curioso apontar que na semana anterior à exibição programa, houve tiroteios no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro, culminando em quatro moradores inocentes baleados, jornalistas expulsos da comunidade e lei de silêncio aos moradores. O secretário ainda incentivou os policiais, fardados, a dançarem funk no palco do programa, prática submetida a punição pela corporação, considerada não adequada e desrespeitosa. Meses depois da exibição do programa, Beltrame admitiu que foi convidado a ser candidato a vice-governador do estado nas próximas eleições, reforçando um suposto caráter eleitoral do programa da Globo, aliada do então governador Sérgio Cabral.



FIGURA 47 – Imagens da participação do secretário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame no programa “Esquentá!”, da Rede Globo

FONTE: Disponível em: <<http://rioacima1.blogspot.com.br/2013/01/beltrame-esquenta-campanha-na-globo.htm>>. Acesso em: fev. 2014.

Demonstramos, portanto, que a favela carioca é historicamente encarada como parte da cultura do país, passando atualmente por um processo de transformação desse objeto em mercadoria cultural de consumo em massa, exaustivamente explorada pela maior indústria de entretenimento do país e uma das maiores do mundo. A estratégia de abordagem da Rede Globo evidencia a cultura da favela como algo exuberante, de beleza própria e única, buscando reforçar estereótipos já presentes na sociedade brasileira e, também, fora do Brasil, criando e fortalecendo aspectos que já nascem com a predisposição de se transformarem em símbolos, como o teleférico no Complexo do Alemão. Nesse sentido, é conveniente a definição de cultura como um sistema complexo de símbolos cujos significados podem ser construídos e transmitidos historicamente.

CAPÍTULO 4

TRÊS CASOS DE CONSTRUÇÃO DA FAVELA CARIOCA COMO PRODUTO CULTURAL

Neste capítulo observamos três casos emblemáticos de favelas cariocas que têm sofrido transformações em sua imagem, principalmente após a implantação das UPPs e dos novos equipamentos públicos de mobilidade, no sentido de se fortalecerem como símbolo cultural da cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, como novos pontos turísticos: o caso do Complexo do Alemão, do Morro da Providência e do Cantagalo.

Após um breve histórico do surgimento e consolidação dessas aglomerações urbanas, apreciaremos, fundamentalmente, os elementos que compõem o contexto de transformação dessa imagem da favela carioca, representado pelas três favelas estudadas, e como eles têm sido explorados pelo mercado turístico e cultural.

O caso do Complexo do Alemão foi selecionado pelo fato de essa favela abrigar um dos equipamentos que foram mais divulgados pela mídia desde a sua inauguração, em 2011, o Teleférico do Alemão, o qual tem sido muito explorado para a consolidação da favela como ponto turístico carioca. Além disso, o Complexo do Alemão é um dos maiores aglomerados de favelas do Rio, cujos dados oficiais contabilizam mais de 60 mil habitantes vivendo no local. A UPP do Complexo do Alemão foi implantada também em 2011 e no ano seguinte se tornou cenário principal de uma novela da Rede Globo, exibida em horário nobre, a “Salve Jorge”.

O caso do Morro da Providência foi selecionado pelo fato de ser divulgada como uma favela histórica, classificada como a primeira favela urbana brasileira, cujo título contribui para que seja mais um destino turístico da cidade, além da existência do Teleférico da Providência, o qual foi concluído em maio de 2013, porém, nunca funcionou.

Finalmente, o caso do Morro do Cantagalo foi escolhido por ser um complexo de três favelas localizado na área mais nobre a cidade, a fronteira dos bairros Copacabana e Ipanema. Em 2010, foi inaugurado o Elevador do Cantagalo, também conhecido como Complexo Rubem Braga, um sistema de mobilidade que facilita o acesso à favela, além de contribuir para a

“amenização” da paisagem que antes incorporava o bairro de Ipanema e a favela, substituída pelo visual das duas torres de elevadores.

Visando contribuir com o material de análise desses três contextos, foram realizadas visitas às três favelas concebidas a partir da estrutura turística existente em cada uma delas. Os contatos dos respectivos guias internos foram conseguidos através do site “Guia das Favelas”, um portal na internet com informações sobre o turismo em diversas favelas cariocas, realizado em conjunto pela Agência de Notícias das Favelas – ANF, e a agência de comunicação Minas de Ideias. Foi realizado um contato prévio pelo telefone, através dos quais as visitas foram agendadas e os preços acertados. Nos três casos, os passeios foram realizados, devidamente, no horário combinado, tendo durado cerca de duas horas. As conversas com os guias serão utilizadas como material de análise com o objetivo de identificar os elementos que compõem e consolidam a mercadoria cultural e turística, buscando compreender a importância da polícia e dos equipamentos em questão nesse processo. Essas conversas referentes às visitas em cada uma das favelas estudadas foram transcritas na íntegra e estão disponíveis no Apêndice deste trabalho.

4.1. Teleférico do Alemão: protagonismo na paisagem da favela

O Complexo do Alemão está situado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, é oficialmente considerado um bairro e está rodeado pelos bairros de Ramos, Higienópolis, Olaria, Inhaúma e Bonsucesso. Até 2011, foram contabilizados, segundo dados do IBGE, 60.583 habitantes (CAVALLIERI & VIAL, 2012) ocupando uma área de 1.730.000m² (LOPES; AMORIM & CAVALLIERI, 2011). A região possui o pior Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, de toda a capital, de acordo com o Censo realizado em 2000.

A ocupação da região se iniciou nos primeiros anos da década de 1950 quando o antigo proprietário das terras locais, o polonês Leonard Kacsmarkiewicz, dividiu a propriedade em lotes e iniciou sua venda. Devido aos traços europeus e ao sotaque característico do polonês, ele foi apelidado de “alemão”, alcunha que foi transferida, posteriormente, ao local. A abertura da Avenida Brasil, em 1946, acabou por transformar a região no principal polo industrial da cidade. O comércio e a indústria cresceram e diversificaram-se, mas a ocupação desordenada dos

morros adjacentes se acelerou no contexto do primeiro governo de Leonel Brizola, na década de 1980. A região sempre foi conhecida como uma das mais violentas da cidade.

Em 2011, após uma operação policial envolvendo agentes da polícia militar, civil, federal e militares do Exército, foi implantada a primeira UPP na região. Atualmente, existem oito unidades servindo a área: UPP Fazendinha, UPP Nova Brasília, UPP Morro do Adeus/Morro da Baiana, UPP Morro do Alemão/Pedra do Sapo, UPP Morro do Sereno/Morro da Fé, UPP Morro da Chatuba/Morro da Caixa D'água, UPP Parque Proletário e UPP Vila Cruzeiro. Meses após a implantação da primeira UPP, a Fazendinha, foi inaugurado o Teleférico, em julho de 2011, sendo que as obras tiveram início em janeiro de 2009. No evento de inauguração estavam presentes a presidenta Dilma Rousseff e o governador do Estado Sérgio Cabral, além do prefeito Eduardo Paes. Os recursos para a construção do Teleférico foram provenientes do PAC, totalizando R\$210 milhões. O equipamento está integrado ao sistema de transporte ferroviário e tem seis estações: Bonsucesso, Adeus, Baiana, Alemão, Itararé e Palmeiras. Possui 3,5 quilômetros de extensão e 152 gôndolas, tem a capacidade de transportar dez passageiros em cada gôndola. O tempo de viagem, da primeira estação à última, é de 16 minutos.

Jorge Mario Jáuregui, autor do projeto do Teleférico, é um arquiteto argentino que vive há 30 anos no Rio de Janeiro. Em entrevista concedida ao jornal O Globo, uma das mídias de maior circulação do estado do Rio de Janeiro e do país, durante um passeio pelo teleférico em julho de 2011, deixa claro, em diversos pontos, que ali se fala de uma obra de ampla repercussão, pensada para fortalecer elementos culturais da cidade e atrair o interesse dos mais diversos públicos.

No caminho, conversa com uma família do Catete que foi conhecer a obra, reconhece uma equipe da televisão coreana que faz reportagem no local, aponta decepcionado para um espaço vazio e reclama: "Ali estava projetado um café..." No ponto final, na Fazendinha - ele insiste em chamar a estação de Fazendinha, como é conhecida a região, embora o painel indique o batismo oficial de Estação Palmeiras - , estranha a música ambiente. Ao fundo, toca um *folk* americano, música típica de qualquer metrô do mundo ou de elevadores de prédios comerciais. "A música deveria ser mais localista", conclui, revelando que o português não é sua primeira língua. Por exemplo? "Marcelo D2", responde rápido. (O GLOBO, jul. 2011⁴⁶)

⁴⁶ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/criador-do-teleferico-do-alemao-se-diz-fazedor-de-conexoes-enquanto-muda-cara-de-comunidades-do-rio-2709291>>. Acesso em: 21 jul. 2013.



FIGURA 48 – Site de empresa de turismo do Alemão criada após a construção do Teleférico

FONTE: Disponível em: <<http://www.vgta.com.br/>>. Acesso em: mar. 2014.

Uma outra notícia do jornal O Globo⁴⁷, veiculada em maio de 2013, constata que o Teleférico do Alemão tem recebido uma quantidade maior de turistas do que outros destinos turísticos clássicos do Rio de Janeiro, como o Pão-de-Açúcar e o Cristo Redentor. De acordo com a reportagem, o Pão-de-Açúcar recebe, na referida época do ano, de 5 mil e 6 mil pessoas nos fins de semana, o Cristo Redentor atrai cerca de 4,5 mil pessoas, enquanto o Teleférico do Alemão já recebe 7 mil turistas. Ao descrever a paisagem que pode ser contemplada a partir das gôndolas de Teleférico, o texto mescla elementos relativos à pobreza local, como os barracos e o lixo nas encostas, com os belos panoramas da Baía de Guanabara e da igreja no alto do morro, destacando essas contradições como o componente autêntico do passeio. Sublinha, ainda, o local que ficou conhecido pela ocasião da fuga dos traficantes no momento da ação policial para tomada do morro e implantação da UPP como parte do espetáculo turístico.

Do alto da Gôndola, vê-se um mar de casas e barracos – alguns ainda de madeira –, moradores nas lajes, lixo em encostas, uma infinidade de becos. A grandiosidade do Complexo do Alemão espanta os marinheiros de primeira viagem, que, de cima, observam também as intervenções públicas pós-pacificação, como a Praça do Conhecimento, na Nova Brasília. A paisagem ainda é composta por bairros da Zona Norte, a Serra da Misericórdia (palco da cena de fuga em massa de traficantes), a Igreja da Penha e a Baía de Guanabara ao fundo. (O GLOBO, mar. 2013)

⁴⁷ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/teleferico-do-alemao-bate-icone-do-rio-em-numero-de-visitantes-8433461>>. Acesso em: 01 mar. 2014.

Dentre as rotas turísticas oferecidas pelas empresas locais, constam a “Salve Jorge”, que aproveita a utilização do local como cenário de gravação da novela, passando em frente às lajes dos personagens Pescoço e Maria Vanúbia; o “Caminho do Príncipe”, que abrange o percurso feito pelo príncipe inglês Harry na sua visita ao local em 2012; a Nova Brasília, que inclui o comércio popular, a Praça do Conhecimento e o Cine Nova Brasília, e a Serra da Misericórdia, mais explorada por esportistas e interessados em trilhas naturais.

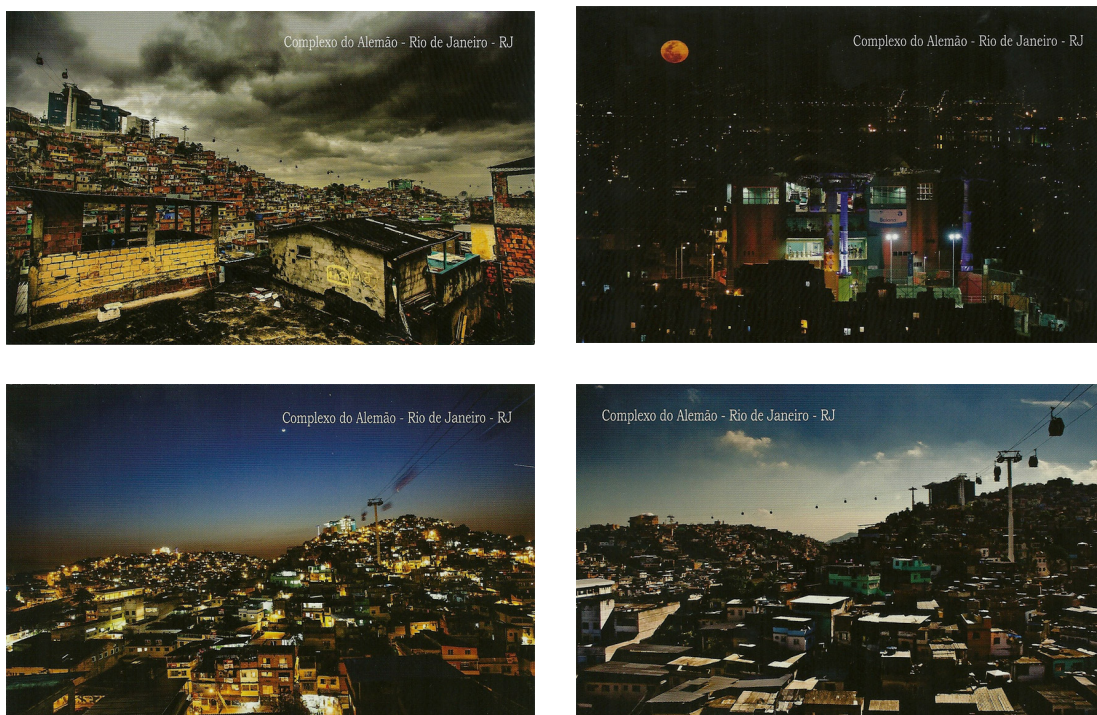


FIGURA 49 – Imagens de cartões-postais do Rio de Janeiro utilizando o Teleférico do Alemão

FONTE: Disponível em: <<http://www.jauregui.arq.br/teleferico.html>>. Acesso em: mar. 2014.

A minha visita ao Complexo do Alemão aconteceu em janeiro de 2014, no auge do período de férias e do verão carioca. O contato com a empresa de turismo, denominada “Turismo no Alemão”, foi realizado uma semana antes, com a guia e empresária Marta da Silva⁴⁸. Nessa conversa prévia, combinamos o local de encontro, a data, hora e o valor do passeio, estabelecido em R\$50 por pessoa para um passeio com duração de duas horas. Na data

⁴⁸ Foram usados nomes fictícios para identificar os guias entrevistados.

combinada, nos encontramos, pela manhã, na estação de Bonsucesso para tomar o Teleférico e seguir até a última estação, onde desceríamos e faríamos parte do passeio caminhando por uma área da favela. Já na primeira abordagem, Marta me disse que faríamos o que eles denominavam “turismo social”, ou seja, seriam duas horas para conhecer mais do que a bela paisagem disponível do alto das gôndolas, pois ela me contaria quais eram os principais problemas vividos pela comunidade diariamente e o descaso do poder público com as necessidades básicas daquela população, muito mais básicas do que o próprio Teleférico.

Marta nasceu no Complexo do Alemão e nunca viveu em outro lugar. Foi cabelereira e montou sua empresa de turismo na favela pouco tempo após a inauguração do Teleférico. Ela é sócia de sua irmã na empresa “Turismo no Alemão” e realiza passeios em grupos pequenos e em horários fixos, saindo duas vezes por dia, todos os dias, da estação de Bonsucesso. Seu marido possui uma outra empresa, a “Rio Favela Tour”, que se especializou em receber grupos maiores para visitar a favela, o que eles chamam de “grupos de incentivo”, quando, por exemplo, uma determinada empresa presenteia seus melhores funcionários com um passeio turístico na favela e, para isso, exigem a contratação de uma empresa maior, mais profissional e mais estabelecida no mercado. Além de empresária do turismo na favela, Marta participa das associações de moradores, promovendo reuniões com agentes públicos para reivindicar assuntos específicos, convocando a visita de empresas e serviços de apoio ao empreendedorismo, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, visando estimular a economia e o empresariado internos, ajudando moradores em pequenos assuntos cotidianos, dentre outras coisas.

Durante todo o trajeto, Marta mantém uma visão crítica do contexto de implantação do Teleférico. Ela conta que não houve nenhuma participação dos moradores locais no processo de decisão de inserção do equipamento na comunidade, que os presidentes das treze associações de moradores organizaram uma reunião para apresentar o projeto pronto que os agentes públicos haviam apresentado a eles. Conta ainda que, devido a alguns desvios dos recursos financeiros para a obra, muitas intervenções que constavam no projeto ficaram comprometidas e não foram realizadas.

Ela conta que existe um intenso fluxo de turistas diariamente, havendo dois passeios fixos, um pela manhã e outro no período da tarde, além dos passeios especializados com grupos menores, como era classificado o nosso, que também era mais caro. Questionada sobre o objetivo do teleférico, ela afirma que a justificativa real para a sua construção é quase que exclusivamente o

turismo, pois como transporte ele só atende a população que vive próximo às estações, no alto dos morros, o que é uma pequena minoria. Ela diz que não faz sentido o morador subir o morro para alcançar uma estação, sendo que, pagando R\$1,50, ele pode tomar uma kombi ou um moto-táxi, modalidades de transportes tradicionais em quase todas as favelas cariocas, e chegar direto ao ponto de ônibus ou à estação de Bonsucesso para tomar o trem da Supervia. Afirma ainda que algumas restrições dificultam ainda mais o uso do Teleférico pelos moradores, como, por exemplo, os volumes que podem ser transportados por pessoa que se limitam a uma bolsa pequena e outro volume pequeno que possa ser posicionado embaixo do assento, excluindo compras de supermercado, bicicletas, caixas maiores, dentre outros.

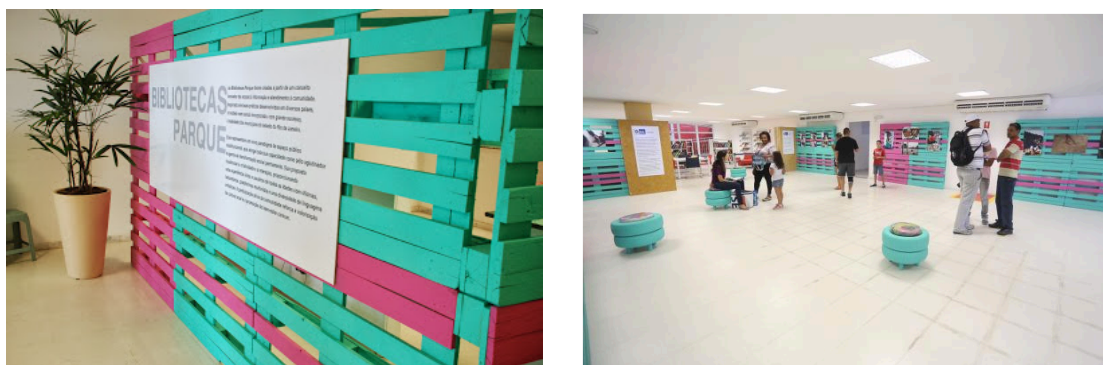


FIGURA 50 – Biblioteca-Parque localizada na estação Palmeiras, no Teleférico do Alemão

FONTE: Disponível em: <<http://grupopensarcultural.blogspot.com.br/>>. Acesso em: mar. 2014.

Quanto ao processo de “pacificação” da comunidade, ela afirma que foi mais uma ação para estimular o turismo no local, já que os traficantes foram, simplesmente, transferidos para outras favelas mais distantes e que os mais poderosos e tradicionais do local continuam lá, exercendo o tráfico exatamente como antes, com a única diferença de não portarem armas. Segundo ela, houve uma negociação entre os agentes de segurança pública e os traficantes para diminuir a “cara” de violência do local, o que, inclusive, contribuiu para os traficantes que não precisam mais investir em armas para se prepararem para os confrontos com a polícia, podendo usar esse recurso para incrementar a produção de drogas. Chegando à última estação do Teleférico, a estação Palmeiras, fui apresentada à nova Biblioteca-Parque do Complexo do Alemão,

construída aos moldes das Bibliotecas-Parque de Manguinhos e da Rocinha. Ali são realizados projetos de audiovisual, de moda, além do acervo de livros, de exposições de esculturas e fotografias e do futuro curso de programação de *games*. O projeto é da Secretaria Estadual de Cultura e, segundo Marta, foi um dos únicos projetos públicos realizados na comunidade que contaram com a efetiva participação da comunidade. O local ainda possui um auditório que é frequentemente usado para reuniões das associações de moradores.

Marta relatou, ainda, o constante problema de falta de água na comunidade. Segunda ela, a própria comunidade construiu duas caixas d'água no terreno da última estação do Teleférico, porém, a estrutura de distribuição, ou seja, os canos por onde chegaria a água da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, não estão adequados à pressão da rede e a prefeitura não atende os pedidos da comunidade para trocar esses canos. Enquanto isso, os moradores solicitam, diariamente, o carro-pipa para encher as caixas, porém, os 20 mil litros disponíveis não são suficientes para atender a quantidade de casas do morro que, de acordo com a contabilidade dos moradores, passam de cinco mil. Muitas vezes, na própria estação Palmeiras falta água nos banheiros e para a limpeza do prédio. Quando isso acontece, os guias sugerem aos turistas o uso dos banheiros da sede da UPP da Fazendinha, para a qual existe um grande reservatório de água exclusivamente disponível.



FIGURA 51 – Caixas d'água construídas pela comunidade para abastecimento das casas do morro e reservatório de água destinado exclusivamente ao abastecimento da sede da UPP Fazendinha

FONTE: Acervo pessoal da autora.

A guia relatou ainda a mudança no sistema de coleta de lixo após a chegada das UPPs. Ela conta que antes existiam diversas caçambas posicionadas em lugares estratégicos nas vias internas da comunidade para receber o descarte da população, sendo que a coleta municipal era feita uma vez por dia. Esse sistema foi idealizado pela própria comunidade e, segundo ela, funcionava adequadamente. Após a chegada da polícia, houve a retirada das caçambas que, segundo declarações oficiais, atrapalhavam a circulação das viaturas nas ruas, sendo, então, substituídas por pequenas lixeiras que não conseguem armazenar todo o lixo dos moradores, o que gera uma grande quantidade de descartes nas próprias vias.



FIGURA 52 – Área de descarte de lixo aos pés dos pilares do Teleférico

FONTE: Acervo pessoal da autora.

Após caminhar alguns minutos, depois de sair da área da estação Palmeiras, passamos próximo às casas que abrigaram as gravações dos diversos capítulos da novela “Salve Jorge”, conhecidas como as lajes do Pescoço e da Maria Vanúbia, transformadas em atração turística no morro. A guia reclama que a novela criou uma imagem dos moradores de favela como pessoas que não trabalhavam, que ficavam em casa o dia todo, tomando sol na laje, e que só havia um personagem que trabalhava em todo o núcleo do Alemão.



FIGURA 53 – A “laje do Pescoço”, cenário da novela “Salve Jorge”, da Rede Globo

FONTE: Acervo pessoal da autora.

De acordo com a guia, após a chegada do teleférico e da polícia, houve uma valorização de cerca de 1000% no valor dos aluguéis e dos imóveis dentro do Complexo. Ela estima que um aluguel que antes ficava em torno de R\$100 a R\$150, agora vale de R\$800 a R\$1000. Um imóvel que antes era vendido por R\$20 mil, hoje estão sendo vendidos por R\$200 mil. Ela conta que até aquele mês pagaria R\$730 de aluguel e que a partir de fevereiro seu aluguel passaria a valer R\$1000. Questionei se as pessoas estavam saindo para outras favelas onde a moradia ainda era mais barata e ela disse que as pessoas não queriam sair de lá e faziam de tudo para arcar com os novos valores. Nesse momento, Marta conta que o Complexo é um excelente bairro para se viver e que, ao contrário do que é divulgado, é bastante calmo em relação a outras favelas cariocas. Questionada sobre a fama de ser uma favela violenta, ela diz que essa fama é uma fantasia, uma ficção construída pela Rede Globo que contava com um informante exclusivo, morador do local, que repassava as notícias e, assim, acabou criando um alvo de polêmicas para vender matérias caras ao restante da imprensa.

Marta me relatou que faltam escolas no Complexo. Segundo ela, dentro da comunidade existem duas escolas, o CAIC Theóphilo de Souza Pinto e o Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes, essa última inaugurada em 2010, exclusivamente de ensino médio. De acordo com a guia, essas escolas são incapazes de atender a demanda interna da comunidade, sendo que as crianças e adolescentes têm que estudar nas escolas dos bairros vizinhos, que são muito distantes e de

difícil acesso. O Colégio Tim Lopes foi construído com capacidade para 1.800 alunos, porém, quatro anos depois da inauguração, só atende somente 112 alunos que correspondem a somente quatro turmas, sendo que dezesseis salas estão inutilizadas.

Marta afirma que o melhor equipamento cultural implantado no Complexo é a Praça do Conhecimento, localizada na região da Nova Brasília. Foi inaugurada pela SMH, em 23 de dezembro de 2011 e atua com a gestão da ONG CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular. Seu objetivo é promover atividades culturais e artísticas para públicos de todas as idades e cursos regulares de formação técnica e profissional em novas tecnologias da informação e comunicação, como Áudio Digital, Computação Gráfica, Design Gráfico, Fotografia, Vídeo e Web Design, destinados a jovens e adultos. Atualmente, está ligada à Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia da Prefeitura do Rio.

Nesse espaço ainda existe um cinema acessível à população onde chegam filmes inéditos toda as quintas-feiras, os quais são exibidos ali durante uma semana antes de irem aos cinemas de shoppings da capital. Além disso, há uma biblioteca física, uma biblioteca digital, espaço para jogos interativos e computadores com acesso à internet para uso dos moradores.



FIGURA 54 – Praça do Conhecimento, no Complexo do Alemão

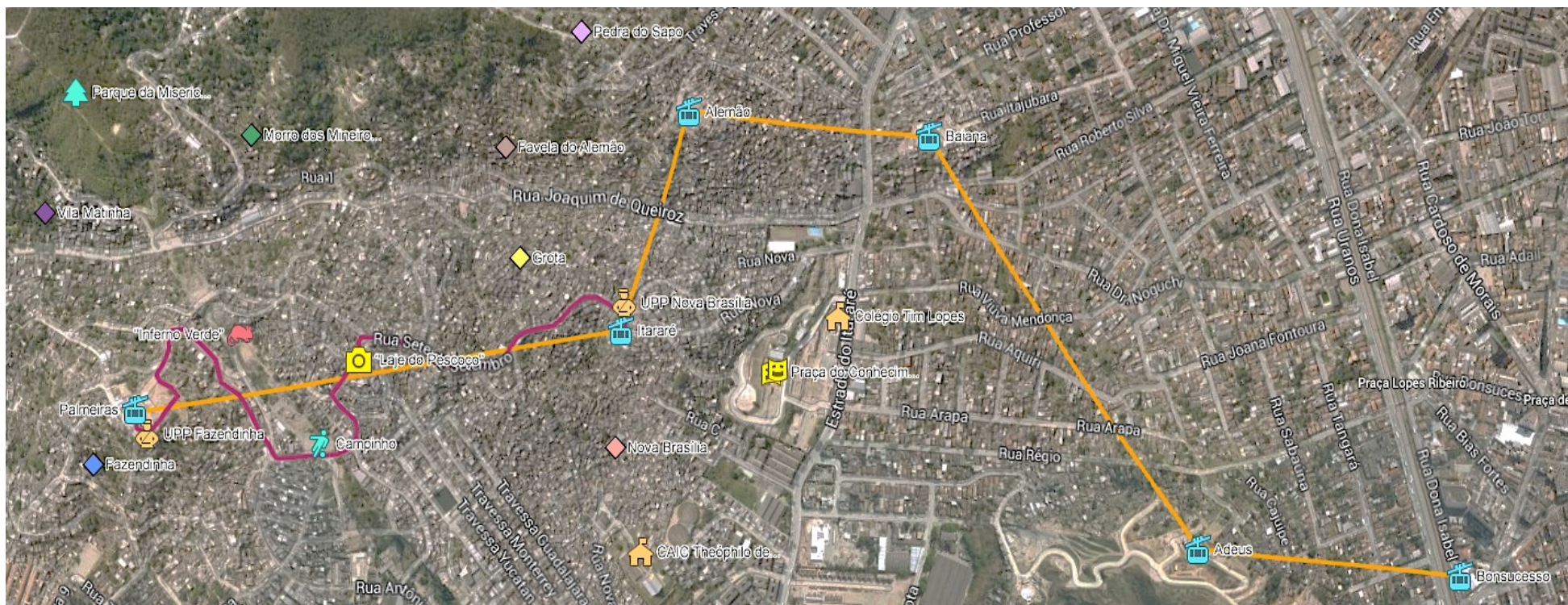
FONTE: Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=725328>>. Acesso em: mar. 2014.

Marta demonstra ter um grande conhecimento técnico do mercado de turismo e um grande interesse em expandir seus negócios. Para isso, ela, juntamente com a empresa do seu marido, buscam auxílio com o SEBRAE, acessam empresas de franquias e estimulam comerciantes e empresários locais a incrementarem seus negócios visando promover uma estrutura adequada ao crescimento do turismo na favela. Além disso, sua empresa, em conjunto com as demais empresas de turismo locais, luta para evitar a entrada de grandes grupos turísticos de fora que, segundo ela, exercem muita pressão sobre eles para estabelecer uma estrutura no morro, o que acabaria por sufocar os pequenos empresários e absorvê-los como funcionários contratados, o que tiraria a autonomia da comunidade sobre os empreendimentos turísticos.



FIGURA 55 – Cartão de visitas da guia Marta

FONTE: Acervo pessoal da autora.



MAPA 05 – Trajeto do passeio no Complexo do Alemão

FONTE: Elaborado pela autora, 2014.

4.2. Teleférico da Providência: o bonde da controvérsia

O Morro da Providência se localiza na área central portuária da cidade do Rio de Janeiro e até 2011 contabilizava 4.354 moradores (CAVALLIERI & VIAL, 2012) ocupando uma área de 102.088m² (LOPES; AMORIM & CAVALLIERI, 2011). É considerada a primeira favela brasileira, construída por veteranos da Guerra de Canudos. A história contada refere-se aos milhares de soldados que voltaram do nordeste e se reuniram no Rio após o término da guerra, em 1897, devido à promessa do governo da época que havia oferecido a eles habitação na capital. Enquanto aguardavam uma “providência” do Estado, os soldados construíram abrigos provisórios no morro central. Como a promessa nunca se concretizou, o assentamento inicial se transformou em uma comunidade permanente, primeiramente chamada de Morro da Favella (alusão à espécie da planta *Cnidoscolus quercifolius*, popularmente conhecida como favella e que encobria a região onde os soldados viviam durante as batalhas da guerra, no nordeste), vindo a ser conhecida como Morro da Providência, posteriormente, como referência à espera de ações governamentais.

Escravos libertos e seus descendentes também se mudaram para o morro, juntando-se aos moradores originais, chegando na capital em busca de empregos e moradia. Hoje em dia, a Providência se situa numa colina entre a zona portuária e a zona central, onde está a Estação Central do metrô e a avenida Presidente Vargas, e abriga 5,5 mil pessoas. A UPP da Providência foi instalada em abril de 2010, sendo a sétima unidade implantada na capital.

A Providência também está situada na área de um dos maiores projetos urbanos em vigência no Rio, o “Porto Maravilha”. Dentre as intervenções, relacionadas a esse projeto, previstas para a comunidade estão o Teleférico da Providência, cuja obra já está concluída desde maio de 2013; um bonde funicular a ser implantado ao longo da escadaria principal da comunidade, além de iluminação pública e habitação. Uma das principais finalidades do projeto “Porto Maravilha” é estimular o turismo nessa porção da cidade, nesse sentido estão sendo criados museus, centros culturais, feiras, sendo que, de acordo com os moradores da Providência, o Teleférico é uma obra que visa, exclusivamente, à criação de mais um marco turístico no centro e não melhorar o transporte na comunidade, de acordo com a justificativa pública oficial. E como parte dos projetos o “Porto Maravilha”, a Providência é a primeira favela a ter investimentos de infraestrutura financiados pela iniciativa privada.

As intervenções que estão sendo realizadas na Providência estão relacionadas ao programa Morar Carioca, rótulo que costuma estar associados com obras de melhorias nas comunidades e com certo caráter participativo. Porém, no caso em questão, as intervenções do Morar Carioca envolvem a demolição de mais de 800 casas além da única praça pública amplamente utilizada pelos moradores, a Praça Américo Brum, que deu lugar a uma estação do Teleférico, o que fortalece mais a justificativa que relaciona as ações a objetivos turísticos. Essas mais de 800 casas que estão destinadas a remoção correspondem a 1/3 das habitações do morro e foram sinalizadas com um determinado número acompanhado das iniciais SMH (Secretaria Municipal de Habitação) sem maiores explicações aos moradores que saíam para o trabalho e quando chegavam encontravam a casa marcada.



FIGURA 56 – Tentativas de resistência da população da Providência contra a demolição da Praça Américo Brum e o local cercado após a demolição da prefeitura

FONTE: Disponível em: <<http://forumcomunitariodopoorto.wordpress.com/tag/praca-americo-brum/#jp-carousel-295>>. Acesso em: mar. 2014.

Algumas obras do programa “Minha Casa Minha Vida” estão prometidas para reassentar a população removida, além do valor mensal enviado aos moradores referente ao aluguel social. Porém, até agora, somente 34 apartamentos foram construídos, sendo que somente 20 desses foram entregues, sendo que muitas das famílias removidas já não recebem mais o valor do aluguel social e estão vivendo em casas de parentes, amigos e as chamadas “cabeças-deporco”, termo usado para designar os quartos que são alugados nas casas de terceiros. Além

disso, os apartamentos do “Minha Casa Minha Vida”, no Rio de Janeiro, têm sido caracterizados pela construção de qualidade inferior às casas existentes nas favelas, com maior densidade populacional e por restringirem atividades comerciais nas casas, animais de estimação e a prática de cultos religiosos, práticas muito comuns e tradicionais nas favelas cariocas.

O Teleférico da Providência gerou bastantes controvérsias quanto a sua funcionalidade como meio de transporte para a população local. A comunidade se situa numa colina baixa, não se perde muito tempo para subir as escadarias, além de existirem estradas que dão acesso ao topo da comunidade. Do topo do morro até a estação Central do Metrô são quinze minutos de caminhada. Antes da construção, alguns moradores sugeriram que uma linha de teleférico ao longo do cume do morro, em vez de através do morro, seria mais útil, pois ligaria a Providência às outras comunidades vizinhas, atendendo, assim, a uma necessidade real. Porém, da forma como foi construído, o Teleférico dará aos turistas que passeiam entre a zona do Porto e o centro da cidade uma vista panorâmica da primeira favela do Rio de Janeiro, porém, com um grande prejuízo para a própria comunidade.

Porém, a grande controvérsia debatida pela população local é o fato de que as obras já estão concluídas desde maio de 2013 e, desde essa data, o Teleférico não funcionou nenhuma vez e, mesmo parado há tantos meses, ainda não houve uma justificativa da prefeitura para a situação. O sistema teve um custo de R\$75 milhões e foi projetado para interligar a Cidade do Samba, a Central do Brasil e a Providência. Seriam 16 gôndolas com capacidade para transportar 10 pessoas em cada uma, porém, devido ao grande atraso no funcionamento, o Teleférico recebeu os apelidos de “museu do teleférico” e “elefante branco”. Além de estar parado, o sistema ainda sofre com a total falta de manutenção: lixo, entulho e fezes de animais estão por toda parte, dando um aspecto negativo ao espaço que pretendia ser o cartão-postal do morro. O mirante da estação da Providência, que proporciona uma bela vista da Zona Portuária, está repleto de cacos de vidro e a encosta, abaixo, pouco a pouco, vai se tornando um lixão. As gôndolas estão todas empoeiradas, fortalecendo o aspecto de abandono.



FIGURA 57 – O Teleférico da Providência nunca funcionou

FONTE: Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/fotos/imagens-do-dia/2014/02/14/no-rio-teleferico-da-providencia-nao-sai-do-lugar.htm#fotoNav=9>>. Acesso em: mar. 2014.



FIGURA 58 – As estações estão abandonadas e servem como depósito de entulhos

FONTE: Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/fotos/imagens-do-dia/2014/02/14/no-rio-teleferico-da-providencia-nao-sai-do-lugar.htm#fotoNav=9>>. Acesso em: mar. 2014.

A minha visita ao Morro da Providência ocorreu em janeiro de 2014, encontrei o contato do guia que me acompanhou no passeio também no site Guia das Favelas. João Ribeiro⁴⁹ é um jovem de 22 anos que nasceu e cresceu no Morro da Providência. Nosso encontro se deu no Cais do Valongo, próximo ao Hospital dos Servidores do Estado, no centro do Rio de Janeiro e seguimos pela ladeira de Nossa Senhora do Livramento que dá acesso ao morro. Combinamos previamente o passeio que teria um valor de R\$50 por pessoa, assim como foi no Complexo do Alemão.

João iniciou o passeio contando um pouco sobre a história da Providência citando o fato de ser a favela mais antiga da América Latina, a Guerra de Canudos e outros dados relacionados. Ele afirma que ali vivem cerca de 30 mil pessoas, uma quantidade muito maior que o número oficial, e acrescenta o fato de o local ter sido denominado, recentemente, como Complexo Providência, o qual conjuga todos os morros próximos, e que essa resolução não agradou os moradores locais. Logo no começo da nossa caminhada, ele cita a polêmica obra do Teleférico que pretendia remover 900 famílias do local e que seria impossível reassentar essas famílias próximas dali, pois não existe mais espaço num local tão adensado da cidade. Ele conta que o valor pago pelo aluguel social às famílias removidas é de R\$450, porém, após as obras da zona portuária e do Teleférico, o mercado imobiliário local sofreu uma valorização e o aluguel mais barato não é menor que R\$800.

Ainda na ladeira de Nossa Senhora do Livramento, ele me apresenta a casa onde o escritor Machado de Assis viveu parte de sua infância. Essa casa, na verdade, é somente uma fachada abandonada para a qual, ele afirma, não existe nenhum projeto de restauração no sentido de mantê-la como um patrimônio local. Próximo dali fica a única quadra esportiva que restou para a prática de esportes para toda a comunidade, após a demolição da Praça Américo Brum. Quando chegamos à ladeira do Barroso, ele aponta as casas antigas do morro e afirma que aquela é a única área da comunidade que não foi afetada pelas remoções, uma vez que os moradores dali estão em dia com os impostos cobrados pela prefeitura, como IPTU, água, luz etc.

Quando questionei sobre um antigo projeto da prefeitura para o Morro da Providência, o Museu a Céu Aberto, João diz que atualmente não existe nenhuma mobilização relacionada a esse projeto, mas que, na época do programa Favela-Bairro, a prefeitura construiu diversos mirantes no morro aproveitando os elementos que já existiam, construídos pelos antigos moradores, e reformou uma praça, chamada de Largo de Nossa Senhora da Penha, onde havia um espaço que os moradores usavam para a prática de esportes, o qual foi inutilizado para a construção de

⁴⁹ Foram usados nomes fictícios para identificar os guias entrevistados.

uma cruz. Com a demolição da Praça Américo Brum para a construção do Teleférico, a comunidade carece de mais espaços de uso comum.



FIGURA 59 – Antiga praça de esportes transformada pelo programa Favela-Bairro

FONTE: Acervo pessoal da autora.

Quando chegamos próximo à escadaria que, segundo João foi construída pelos ex-escravos que viveram no morro, no fim do século XIX, ele mostra uma extensa área onde podem ser vistas várias casas demolidas, onde só restam algumas paredes. Dentre os escombros, ele aponta uma área onde havia um prédio grande onde moravam 70 famílias. O prédio foi demolido pela prefeitura para dar lugar ao que seria um ginásio esportivo que nunca chegou à comunidade. Após as manifestações e denúncias à Defensoria Pública por parte dos moradores, houve a interdição de todas as obras da prefeitura no local, havendo permissão somente para a conclusão do Teleférico, para evitar a deterioração dos equipamentos que já tinham sido investidos. João apontou sua casa, onde vivem oito pessoas, que fica do lado esquerdo da escadaria. Ele conta que foi abordado por agentes da prefeitura, à época das demolições, que lhe ofereceram R\$40 mil pela casa, porém, desistiram quando eles disseram que não sairiam de lá por menos de R\$200 mil, já que a construção equivale a três moradias e mais um terraço. Ele conta que houve uma moradora que aceitou R\$45 mil pela casa e só conseguiu comprar um terreno por esse valor em um bairro muito distante dali, na zona oeste da cidade, e que viveria na casa de uma prima até conseguir recursos para construir uma casa no terreno.

João me levou em todos os mirantes do Morro da Providência, todos eles com intervenções do programa Favela-Bairro. No primeiro mirante havia algumas mesinhas de concreto para jogos e um guarda-corpo. De acordo com o guia, aquele espaço era utilizado pela população para a realização de quadrilhas, as quais são tradicionais na comunidade. Porém, a implantação dessas mesinhas prejudicou o espaço para essa atividade, o que resultou na retirada da maioria das mesas pelos moradores para seguirem realizando as danças no local.



FIGURA 60 – Mirante do Morro da Providência com equipamentos implantados pelo programa Favela-Bairro

FONTE: Acervo pessoal da autora.

É possível perceber uma grande presença de lixo nos becos do Morro da Providência, além de emaranhados de cabos elétricos estendidos a pouco mais de 1,70 metro do piso, o que traz um risco muito grande para a população. De acordo com João, a melhor coisa trazida pelos programas de urbanização da prefeitura foi o calçamento das vias que antes eram de terra batida.

Questionado sobre a atuação das UPPs no morro, o guia afirma que a diferença, após a chegada da polícia, foi a grande diminuição do tráfico armado na comunidade, o que acabou favorecendo os traficantes que não precisam mais se armar e nem pagar vigias, assim como

concluiu Marta, no caso do Complexo do Alemão. Ele afirma que a política de “pacificação” não é nada mais, nada menos que uma estratégia do governo para dar uma nova cara às favelas cariocas e expô-las ao mundo como se houvessem acabado com a atividade do tráfico.

Na descida dos mirantes do alto do morro, rumo ao último mirante que fica na estação do Teleférico, no local da antiga praça, encontramos com a Dona Márcia na janela da sua casa, uma moradora antiga da Providência que ficou famosa na mídia por conseguir resistir às remoções e mover um processo contra a prefeitura. Dona Márcia me reconhece como “turista” e vai logo mencionando o “elefante-branco” do morro, que fica em frente à sua casa. Ela diz que espera que a prefeitura coloque, em breve, o Teleférico para funcionar, já que logo teremos Copa do Mundo e campanhas políticas, mas que acredita que esse não funcionará por muito tempo, pois a estrutura já está deteriorada e necessita de manutenção. Ela diz, bem humorada, que agora não se pode chamá-lo mais de “elefante-branco”, mas sim de “elefante-cinza”, pois já ficou sujo depois de tanto tempo parado. Do último “mirante” é possível perceber a sujeira da estação, totalmente abandonada e fechada, além das ferrugens nos pilares que sustentam os cabos e partes do cabo que já estão arrebentando.

Quanto à atividade do turismo no morro, João diz que o fluxo de turistas varia de acordo com a época do ano. O carnaval e o réveillon são as épocas mais cheias, com grande quantidade de turistas estrangeiros, sendo eles a maioria dos visitantes. Ele diz que existe uma parceria entre as grandes empresas de turismo que indicam os guias de dentro do morro para realizarem passeios com seus clientes. Ele conta que realiza diversos passeios durante todo o ano, mas que essa não é sua atividade principal. Ele é coordenador de um grupo de bateria de uma escola de samba mirim, de uma escola de balé e de uma roda de capoeira, além de sempre se apresentar em grandes escolas de samba nos carnavais do Rio de Janeiro.



FIGURA 61 – Vista do “mirante” na estação do Teleférico da Providência
FONTE: Acervo pessoal da autora.



FIGURA 62 – Detalhe do cabo danificado no Teleférico da Providência
FONTE: Acervo pessoal da autora.



FIGURA 63 – Interior vazio da estação do Teleférico da Providência
FONTE: Acervo pessoal da autora.



MAPA 06 – Trajeto do passeio no Morro da Providência

FONTE: Elaborado pela autora, 2014.

4.3. Elevador do Cantagalo: fortalecendo o turismo e as fronteiras da paisagem

As ocupações no Morro do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, mais conhecido como Morro do Cantagalo, começaram na década de 1930, quando foram construídos os primeiros barracos. O clima do morro, nesse contexto, era quase rural, havendo muitos moradores que mantinham hortas para subsistência e criações de animais. Muitos criavam galinhas e galos, o que levou à concepção do nome “Cantagalo”: “Lá onde canta o galo”. Sua ocupação foi motivada, principalmente, pela proximidade com a área mais nobre da cidade, os bairros de Copacabana e Ipanema, na zona sul do Rio de Janeiro. E o Morro do Cantagalo possui todas as características da zona sul carioca: os moradores frequentam a praia, praticam surfe e estão inseridos no badalado mercado turístico e cultural da região, além de serem alvo de diversos projetos sociais, talvez por ser uma das favelas mais visíveis da capital carioca.

O Morro do Cantagalo possui 10.338 moradores, de acordo dados do IBGE de 2011 (CAVALLIERI & VIAL, 2012) e ocupa uma área de 63.974m² (LOPES; AMORIM & CAVALLIERI, 2011). Por situar-se próximo ao mar, possui uma das vistas mais privilegiadas da cidade. Porém, apesar de estar inserida na área nobre, sempre sofreu com graves problemas sociais, como pobreza, violência e tráfico de drogas. Por possuir localização privilegiada, sempre contou com um aquecido mercado de drogas, uma vez que os compradores “do asfalto” vivem e frequentam as regiões próximas. A favela foi, portanto, uma das primeiras a receber uma unidade da polícia “pacificadora”, a qual se instalou em 23 de dezembro de 2009, contando, atualmente, com uma tropa de 189 militares.

O Complexo Rubem Braga foi inaugurado em junho de 2010 e é também conhecido como o Elevador do Cantagalo. É constituído por duas torres de elevadores, uma com acesso pela rua Teixeira de Melo, em Ipanema, com 64 metros de altura, e outra menor, de 31 metros de altura. No alto da torre mais alta, foi construído o “Mirante da Paz”, um espaço reduzido, com pé-direito baixo, vedado com vidros blindados e ilustrado com placas que contam a história de alguns pontos turísticos do Rio e da construção do elevador. Através desse mirante, é possível vislumbrar a paisagem que une o casario típico da favela aos edifícios tradicionais e o mar de

Ipanema. Em um texto publicado no jornal O Globo⁵⁰ em dezembro de 2010, a autora Ana Luiza Nobre, arquiteta e professora da PUC-Rio, descreve o espaço:

“O mirante é um espaço circular, amplo o suficiente para comportar, com folga, algumas dezenas de pessoas. Através dos vidros blindados pode-se quase tocar a favela, agora pacificada e significativamente rebatizada como “comunidade”. Mas ao invés de se sentir no centro da ação, envolvido por ela – como no sistema pictórico disseminado nos séculos XVIII e XIX – o visitante se vê estranhamente encerrado numa bolha suspensa, que o mantém à distância de tudo ao redor, e meio anestesiado.” (O GLOBO, 4 dez. 2010)

E sobre o elevador ela ainda reflete:

“É claro que a comunidade do Cantagalo – estimada em cerca de 10 mil pessoas – se beneficia do dispositivo ali instalado: é infinitamente mais cômodo e rápido subir e descer o morro com o auxílio de uma máquina que a pé, sobretudo nos dias de chuva. E além disso, o elevador oferece acesso direto ao metrô, o que por si só já facilita bastante o deslocamento pela cidade. Mas ao criar uma bolha suspensa e isolada, de estrutura truculenta e hostil à realidade em que se insere, a arquitetura mais alimenta que reduz a desigualdade, e faz com que a espetacularização da miséria se sobreponha ao enfrentamento efetivo dos problemas fundamentais da cidade. Materializada no bolha-mirante-panóptico, a incomunicabilidade permanece. E o paradoxo da paz armada, enfim, encontra na arquitetura sua perfeita tradução.” (O GLOBO, 4 dez. 2010)



FIGURA 64 – Espaço do “Mirante da Paz” e parte da vista que se tem dele

FONTE: Acervo pessoal da autora.

⁵⁰ Disponível em:

<http://3.bp.blogspot.com/_BNhqJ4odwpE/TP_ZXTZAPpI/AAAAAAAAA1k/1Qd7VLXW5xM/s1600/PROSA+.jpg>.

Acesso em: mar. 2014.

Qualquer visitante ou morador pode acessar gratuitamente o elevador, que possui conexão com a estação General Osório, do metrô e recebe, diariamente, um grande número de turistas, uma construção que representou um custo de cerca de 89 milhões de reais, financiados pelo governo estadual. Vale destacar que antes da construção do elevador, da rua Teixeira de Melo era possível acessar diretamente a escadaria que correspondia a uma das entradas da favela, além de visualizar as casas apinhadas no morro desde a praia. Após a implantação das torres, no lugar da anterior paisagem da favela agora se destacam as imponentes torres coloridas. Dessa forma, não se pode negar que o equipamento causou um grande impacto no visual de uma das regiões mais nobres e valorizadas da cidade.



FIGURA 65 – Vista da rua Teixeira de Melo antes e depois do Elevador do Cantagalo

FONTE: SILVA, 2010 e AGUIAR, 2011, respectivamente.

Próximo à sede da UPP, no morro do Cantagalo, está localizado um espaço pertencente ao projeto Criança Esperança, promovido pela Rede Globo em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO. Nesse espaço são realizadas diversas atividades, além de abrigar a sede da ONG Grupo Cultural Afro Reggae; uma escola de

surfe denominada “Favela Surf Clube”, cujo espaço foi reformado e exibido em episódio da série “Lar Doce Lar”, comandado pelo apresentador Luciano Huck, da Rede Globo, além de uma escola, uma biblioteca, um espaço com computadores e acesso à internet e estrutura para a prática de esportes. A escola local é o Centro Integrado de Educação Profissional – CIEP Presidente João Goulart, a qual, curiosamente, obteve o pior desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB entre as 970 escolas avaliadas da rede municipal do Rio, em 2010, apesar da constante presença de políticos, recursos públicos, projetos sociais e celebridades. O Cantagalo-Pavão-Pavãozinho foi uma das favelas a receber uma maior quantidade de recursos do PAC, cerca de R\$70 milhões que, aparentemente, não interferiram estruturalmente na educação local.

Em 2008, foi criado o Museu de Favela, também conhecido como Museu a Céu Aberto, no Morro do Cantagalo. O MUF é uma organização não-governamental de caráter comunitário e consiste na criação de um circuito cultural no morro, basicamente constituído por diversos grafites desenhados nos muros e casas ilustrando a história das favelas e constituindo um acervo cultural e de modos de vida envolvendo cerca de 5.300 imóveis, uma das principais atrações turísticas do local. Os fundadores do museu formam um grupo de 16 pessoas dentre artistas das artes visuais, músicos, cantores, lideranças comunitárias, radialistas, jornalistas, capoeiristas, fotógrafos, uma arquiteta e um advogado. A ideia era transformar a favela em um “monumento turístico carioca”, ou seja, “musealizar” todo o local, transformando-o em um mural vivo sobre a história da formação das favelas, das origens culturais do samba, da cultura migrante do nordestino, do negro etc.



FIGURA 66 – Espaço Criança Esperança no Morro do Cantagalo

FONTE: Acervo pessoal da autora.



FIGURA 67 – Site do Museu de Favela, criado no Morro do Cantagalo

FONTE: Disponível em: <<http://www.museufavela.org/index.php>>. Acesso em: mar. 2014.

Desde 2007, o Morro do Cantagalo tem recebido um número cada vez maior de turistas, o que já estimulou a criação de diversas pousadas, *hostels* e os chamados “*Bed and Breakfast*”. O mercado de turismo no Cantagalo começou a crescer após alguns moradores começarem a alugar suas lajes para turistas assistirem à queima de fogos do réveillon, aproveitando-se da localização privilegiada em relação à praia. Com a implantação da UPP e do elevador, o turismo cresceu muito e estimulou a criação de empresas dedicadas a realizar visitas guiadas na favela, como a da jovem Mayara Moura, concebida em 2009, uma das mais famosas do lugar⁵¹.

Procurei a empresa da Mayara Moura para contratar um passeio guiado pelo Morro do Cantagalo. Liguei para o número de telefone disponibilizado, também, no Guia das Favelas e ela me pediu que enviasse um *email* para que ela pudesse encaminhar para um dos ciceroes da empresa, já que ela não estava realizando os passeios pessoalmente. Em dois dias, recebi o *email* do Júlio⁵², guia local do Cantagalo, confirmando o passeio, a data, o horário e o valor, mais caro em relação às outras favelas: R\$65 por pessoa. No dia marcado para o passeio, cheguei alguns minutos antes da hora marcada e fiquei esperando no bar sugerido pelo Júlio. Enquanto ele não chegava, pude escutar a conversa de algumas senhoras que aguardavam a abertura de

⁵¹ Notícias sobre a empresa de turismo de Mayara Moura:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120118_favelas_projeto_cantagalo_jc.shtml. Acesso em: mai/2014.

<http://viagem.uol.com.br/noticias/bbc/2012/01/19/jovem-do-morro-do-cantagalo-cria-agencia-de-turismo-para-mostrar-comunidade.htm>. Acesso em: mai/2014.

⁵² Foram usados nomes fictícios para identificar os guias entrevistados.

um salão de beleza, ao lado do bar. Aparentemente, elas eram moradoras do morro, ou do seu entorno próximo, e tinham ouvido, na noite que havia passado, tiroteios, supostamente entre policiais e traficantes, na parte alta do morro, fato que pude confirmar posteriormente através de notícias⁵³. Enquanto elas conversavam, algumas viaturas da UPP desciam a ladeira do Pavão, que dá acesso ao Morro do Cantagalo, com vários policiais armados. Durante a conversa, elas diziam que a época de tranquilidade no morro estava acabando, pois haviam ocorrido muitos tiroteios nos últimos dias, mesmo com a presença da UPP. Pouco tempo depois, Júlio chegou e iniciamos o passeio.

O guia esboçou surpresa, já no início da caminhada, pelo fato de estar guiando brasileiros pela favela. Ele diz que turistas brasileiros são raros ali e ele está acostumado a usar seus conhecimentos de inglês para conversar com as pessoas que recebe. Ele diz que está concluindo um curso para se tornar guia de turismo no Rio de Janeiro, mas que, enquanto não adquire seu diploma, só pode fazer passeios dentro da favela. Rapidamente, em nossa conversa, ele aborda a questão do tráfico e da violência consequente da atividade, demonstrando grande insatisfação com o problema. Ele reconhece que, de certa forma, aquelas pessoas também são trabalhadores, pois aquele comércio só existe porque existem pessoas comprando, pessoas que vêm de fora do morro. Ele conta que já foi, diversas vezes, abordado pela polícia de forma hostil, apenas por ser morador do morro e mulato. Ele faz questão de dizer que não consome drogas e que sempre quis se manter longe das pessoas que compram e vendem a mercadoria. E afirma, ainda, que a presença da UPP diminuiu muito a violência no morro, melhorando a vida dos moradores, apesar de admitir, ao longo da conversa, que, na verdade, os traficantes apenas se mudaram para outras localidades da cidade, não havendo maiores transformações no problema do tráfico de drogas em si. Quando contei a ele que os guias do Complexo do Alemão e Providência tinham críticas em relação à UPP pelo fato de ainda haver uma relação hostil entre policiais e moradores, ele demonstrou surpresa e disse achar que não deve, mesmo, haver uma relação boa entre eles já que estão ali para fazer um trabalho e que os moradores não devem intervir.

Desde a primeira impressão, consigo perceber um posicionamento diferente do Júlio em relação aos guias do Complexo do Alemão e da Providência, uma vez que aquele sustenta uma postura menos crítica e mais passiva em relação às políticas públicas. Quando ele descreve as

⁵³ Informações disponíveis em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/01/novo-tiroteio-assusta-moradores-em-favela-de-copacabana-nesta-sexta.html> e <http://oglobo.globo.com/rio/tiroteios-fogos-de-artificio-preocupam-no-cantagalo-11481951>.

mudanças trazidas pela política de segurança pública, diz que “antes tinha mais tráfego e mais festa”, consentindo que a proibição dos bailes no interior da favela faz parte do trabalho da polícia. Quando ele apresenta o prédio construído com recursos do PAC para abrigar as pessoas removidas pelas obras do elevador, ele elogia a iniciativa, apesar de admitir que uma tia sua ficou prejudicada, uma vez que a casa em que ela vivia antes era maior, mais adequada ao seu estilo de vida e valia mais do que os apartamentos que ela recebeu em troca.

J.: Falar que isso aí não é bom?! Antes disso aí era bom só para 1%, que era o tráfego, agora é bom para 99%, que é a população. Não tem nem comparação! Antes era bom por quê? Porque tinha baile? Se falar que não era bom é porque o cara mesmo deve estar envolvido... Isso aqui construíram para relocar o pessoal que morava lá perto do metrô. Foram construindo lá, aí “tem que sair de lá, tem que sair de lá”, aí vieram morar nesse prédio. Foi o PAC que fez.

F.: Foi junto com o elevador?

J.: Foi, foi em 2010, mais ou menos. A minha tia mora aí, para ela não foi bom, mas para outras pessoas foi bom...

F.: Por que para ela não foi bom?

J.: Ah, porque ela tinha uma casa de quatro andares, bonitona, agora ela mora aí... para cada andar ela ganhou um apartamento, mas mesmo assim é muito longe... Para ela, a filha dela e a sobrinha dela... (Ver Apêndice, p.267)

Júlio é estudante do curso de Sistemas da Informação da UniverCidade – Centro Universitário da Cidade, uma das instituições de ensino superior que foram interditadas pelo Ministério da Educação – MEC, em 2013, por irregularidades e deficiência acadêmica. É, também, instrutor da escola de surfe do morro, o “Favela Surf Club”, além de futuro guia turístico. Ele conta que nunca imaginou em exercer a função de guia turístico em uma favela do Rio de Janeiro, mas que o turismo ali cresceu muito nos últimos tempos, após a implantação da UPP e do Elevador do Cantagalo, e que prefere fazer seus passeios com os turistas pela manhã, para evitar que eles escutem tiros ou presenciem qualquer confusão.

Próximo ao prédio onde mora sua tia estão a sede da UPP do Cantagalo e o espaço Criança Esperança, sendo que este último nos foi apresentado pelo guia, inclusive a área reformada pelo “Lar Doce Lar”, a sede do “Favela Surf Club”, onde ele trabalha. Ele contou que a Rede Globo deixou uma quantidade de dinheiro na conta da escola para sanar algumas dívidas e também que a Nike era patrocinadora do projeto, pagando, inclusive, sua bolsa de instrutor.



FIGURA 68 – Sede do “Favela Surf Clube”, no Morro do Cantagalo, reformado pelo “Lar Doce Lar”, da Rede Globo

FONTE: Acervo pessoal da autora

No dia do passeio com o Júlio, o Elevador do Cantagalo não estava funcionando. Segundo o guia, em todos os sábados é realizada a manutenção semanal no equipamento. Existe um plano inclinado, no outro extremo da favela, que também não estava funcionando no dia. De acordo com o que nos foi informado pela operadora do bondinho, ele tinha sofrido um defeito e também estava em manutenção. Tivemos que subir até o alto do morro caminhando, até alcançar um mirante com uma bela paisagem da praia de Copacabana. Como o Cantagalo é um morro íngreme, as vias internas são, em sua maioria, escadarias ou becos muito estreitos. É possível ver uma grande quantidade de lixo espalhado por essas vias, além de instalações de esgoto das casas descartando o material nas vias ou embaixo de outras casas. Segundo Júlio, a empresa de energia elétrica Light instalou redes de iluminação pública, redes elétricas e de telefonia em algumas casas. Porém, ele disse que muitas pessoas estão pagando um preço abusivo pelo serviço, sendo que alguns moradores já receberam contas com valores de R\$400, R\$500.

Júlio vive numa casa que ele mesmo construiu, com a ajuda de seu pai. A casa é uma extensão da do pai, cujo acesso é feito por um beco muito estreito, porém, com uma estrutura que aproveita um espaço estratégico, proporcionando uma bela vista de sua laje. Sua mãe vive em outra favela carioca, o Morro Santa Marta, e seu pai trabalha como entregador de jornais O Globo e na construção civil. O guia diz que sonha em sair da favela e morar em outro local, apesar de ter nascido e crescido no Morro do Cantagalo. Ao fim do passeio, ele lamenta caso tenha passado alguma informação equivocada sobre o morro, justificando que não está habituado em falar todas aquelas coisas em português.



FIGURA 69 – Vista da Lagoa Rodrigo de Freitas desde o Morro do Cantagalo

FONTE: Acervo pessoal da autora



FIGURA 70 – Vista do bairro de Copacabana desde o Morro do Cantagalo

FONTE: Acervo pessoal da autora



MAPA 07 – Trajeto do passeio no Morro do Cantagalo

FONTE: Elaborado pela autora, 2014.

CONCLUSÃO

O novo modelo de intervenção pública nas favelas do Rio de Janeiro tem se destacado frente a um histórico de ações que, pelo menos a partir da década de 1970 e 1980, se pautavam em práticas mais locais, interferências de pequena escala, visando mudar a imagem da favela e transformá-la em uma extensão paisagística da cidade formal. Os procedimentos que têm chamado maior atenção são aqueles que envolvem a instalação de grandes equipamentos, justificados como uma tentativa de solucionar problemas de mobilidade nas favelas. Equipamentos cujo investimento de recursos supera, em muito, o velho padrão público, antes limitado ao valor de pequenas obras de embelezamento, melhoria habitacional, infraestrutura urbana e edificações institucionais de médio padrão. Obras pouco visíveis mas, muitas vezes, essenciais para o funcionamento urbano básico.

O que motivou, portanto, o desenvolvimento desta pesquisa foram as grandes transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro, ajustadas a um novo modelo emergente de planejamento urbano, as quais, supostamente, haviam alcançado espaços historicamente excluídos do rol dos grandes investimentos urbanos: as favelas cariocas. Desde a inauguração do primeiro plano estratégico da cidade, em 1996, tornou-se patente a intenção de um grupo político em promover o Rio de Janeiro como a sede dos maiores megaeventos esportivos mundiais. Nesse ano, de 2014, dezoito anos após a publicação do plano “Rio Sempre Rio”, acontecerá a Copa do Mundo em diversas capitais brasileiras e, em 2016, a capital carioca será palco exclusivo de um dos maiores espetáculos globais, os Jogos Olímpicos. De acordo com o modelo estratégico, são duas oportunidades para consagrar a metrópole como uma cidade global, além de atrair visibilidade, investimentos financeiros e turistas do mundo inteiro. Mas não basta o evento acontecer, de acordo com o paradigma que rege a era dos megaeventos, é o momento áureo para que as grandes cidades mundiais revelem seus atributos especiais, sua autenticidade, suas especialidades e sua competência em reger o espetáculo e receber seus espectadores. Mas é também, em contrapartida, a oportunidade de deixarem vulneráveis os problemas, as mazelas que acabam por denunciar as adversidades de todo um país.

Como, sagazmente, definiu o sociólogo Francisco de Oliveira, o Brasil é como um ornitorrinco, uma espécie de aberração na escala do desenvolvimento – “perde-se entre a riqueza e a miséria ao ser um importante ator na economia global e, ao mesmo tempo, um dos países mais

desiguais do mundo”⁵⁴. Isso quer dizer que, mesmo sendo o sexto maior PIB do mundo, concentra uma população equivalente à da cidade de Nova Delhi, na Índia, uma das mais populosas do mundo, vivendo em favelas. O Rio de Janeiro é a cidade brasileira com o maior índice de favelados, correspondendo a cerca de 20% do total da população. Portanto, como esconder ou disfarçar algo tão grande e tão contrastante em relação à beleza da paisagem carioca e do grande espetáculo esportivo? É dessa pergunta que surge parte das justificativas para a construção de um sistema de teleférico com um custo de R\$210 milhões em um local que sofre diariamente com a falta de serviços básicos, muito mais simples de serem resolvidos, como a falta d’água ou para a remoção de cerca de 600 famílias para a implantação de outro teleférico que nunca funcionou ou para a construção de duas torres de elevador camuflando, na paisagem de Ipanema, um morro onde vivem 10 mil pessoas carentes de infraestrutura adequada de esgoto e coleta de lixo.

As favelas cariocas sempre despertaram a curiosidade e o desejo de quem frequenta o Rio de Janeiro. O mito da favela como berço do samba, do negro, do malandro, da mulata, do funk e da própria violência urbana ajudou a construir o imaginário e a personalidade do carioca. Sem dúvida, o Rio não seria o Rio sem a influência cultural do morro. Obras primas brasileiras da literatura, da música, do cinema e das artes plásticas ajudam a fortalecer essa noção da favela como patrimônio cultural nacional. Dessa forma, a conveniência se disfarça em estratégia de planejamento quando um equipamento urbano e uma política de segurança pública passam a permitir o acesso a algo tão desejado, porém intransponível; ampliam o consumo daquilo que se torna uma autêntica mercadoria cultural. E, como o que é adequado à mercadoria, promove o fetiche, o disfarce, o distanciamento e a ilusão necessárias a uma relação de consumo análoga a uma relação movida por forças extra-humanas. Em suma, como se aquilo que atrai na favela e a torna autêntica não tivesse nada a ver com um histórico político, econômico e social excludente, natural ao modelo de desenvolvimento brasileiro, mascarando, de certa forma, as relações sociais que a produziram.

A hipótese que determinou este trabalho foi a de que a instalação dos referidos equipamentos públicos de alto custo e grande visibilidade em importantes favelas do Rio, acompanhada de grande esforço de divulgação e publicidade, fortalece a concepção de um imaginário sobre a cultura da favela carioca através do aumento de seu potencial turístico, possibilitando a configuração de uma mercadoria singular vinculada à cidade, associando significados

⁵⁴ Disponível em: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/03/01/a-preguica-nao-se-importa-com-dignidade-alheia-afinal-e-feita-de-pelucia/>>. Acesso em: mar. 2014.

ambivalentes que a colocam, ao mesmo tempo, como território violento e local de autenticidades preservadas, além de representarem o imaginário de desigualdade urbana própria dos países periféricos. Tais investimentos seriam, portanto, parte das estratégias relacionadas ao projeto de “requalificação” urbana da zona portuária do Rio e da preparação da cidade para sediar os megaeventos programados.

Verificamos, no Capítulo 1, que a dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro vem sendo influenciada, pelo menos nos últimos vinte anos, por um paradigma de organização dos discursos pautado na noção de globalização. Dentre as mudanças atribuídas a esse processo, ocorreu uma maior descentralização dos poderes políticos e econômicos tanto em escala mundial quanto em escala nacional, ou seja, as potências periféricas, assim como suas grandes cidades, passaram a representar maior autonomia política e econômica frente à concorrência capitalista. Isso tem significado que essas unidades políticas têm se preocupado mais com sua competitividade num cenário de grande concorrência em nível global. Os esforços para a construção de novas infraestruturas capazes de responder à nova lógica, a participação em megaeventos de grande repercussão e a frequente aparição midiática em escala global são indícios do processo de transformação da cidade do Rio de Janeiro em uma espécie de símbolo vigoroso, abstração fortemente estratégica num contexto de intensa predominância do capital financeiro.

Dentre as reflexões sobre as determinações do modelo globalizante demonstramos que o “Porto Maravilha” é um projeto urbano de grande escala que pretende inaugurar na cidade uma infraestrutura adequada a padrões empresariais internacionais que possibilitará a instalação de sedes de diversas empresas de caráter multinacional, transformando a região numa espécie de novo centro financeiro do Rio de Janeiro. Evidentemente, apesar de ser um empreendimento apoiado num discurso de adaptação da cidade às novas demandas econômicas, trata-se de um projeto mais vinculado a uma geração de oportunidades a grandes empresários frente à nova dinâmica neoliberal.

Dentro dessa lógica, as favelas cariocas, representando os grupos urbanos desintegrados ou excluídos, configuram-se, historicamente, no processo capitalista, como parte da solução do sistema econômico vigente, tornando-se uma espécie de base para seu crescimento. Como as favelas são organizadas a partir de soluções urbanas e habitacionais improvisadas e informais, desenvolvidos por seus próprios moradores, sem o controle e os recursos do poder público, aquele capital que seria necessário para construir infraestrutura urbana e serviços para abrigar

adequadamente aquele contingente poderá ser investido em outras áreas de maior interesse. É o caso, por exemplo, de investir grande montante de recursos em equipamentos de última necessidade, mantendo insolucionadas questões básicas como a falta de abastecimento de água.

Verificamos ainda que o modelo de planejamento urbano estratégico, adequado aos anseios globalizantes, baseia-se, dentre outras coisas, no fortalecimento da identidade das cidades através de estratégias de “venda”, como o *city marketing*, pautado em ações para a criação e a divulgação de uma imagem positiva e sólida da cidade; a construção e divulgação de grandes e variadas atrações turísticas de caráter cultural, de entretenimento, monumentais etc.; a oferta de infraestrutura de qualidade tanto para os habitantes da cidade quanto para seus visitantes; e o aprimoramento e a divulgação das habilidades e hospitalidade da sua população. Consolidar a favela como destino turístico através de uma quebra das barreiras imaginárias, porém mantendo as devidas distâncias sociais, é uma ação convergente à construção e divulgação de uma imagem positiva da cidade como um todo.

No Capítulo 2, delineamos uma maior aproximação entre a ideologia do novo modelo de planejamento urbano e o contexto político da cidade do Rio de Janeiro desde a década de 1990. Foi elaborada, também, uma breve análise crítica dos modelos que serviram de inspiração à consolidação do protótipo carioca. No caso do Rio, pudemos perceber que o plano estratégico, além de ofuscar o plano diretor da cidade, pautado em diretrizes que ordenam um crescimento urbano a longo prazo, adequado à função social da cidade e da propriedade, em troca de ações imediatistas e de caráter neoliberal; se assemelhava mais a um plano de governo do que um compilado de normas sistematizadas através de uma devida e completa análise urbana de caráter técnico e imparcial.

Demonstramos que o modelo Barcelona, grande inspiração para a elaboração do plano estratégico do Rio de Janeiro, o qual, aliás, foi elaborado com o auxílio de consultores catalães, possuía grande caráter intervencionista e tecnocrático concebido exclusivamente por autoridades políticas, planejadores urbanos e arquitetos que acreditavam que seus desígnios e sua vontade ordenadora seriam suficientes para fazer desaparecer conflitos e desigualdades, intrínsecos a qualquer espaço urbano. Recordamos os processos de gentrificação e a transformação de bairros populares barceloneses, muitas vezes identificados como bairros problemáticos e indesejáveis, em espaços enobrecidos e, conseqüentemente, inacessíveis à sua população de origem; exemplos de “requalificação” urbana semelhantes ao que ocorre no

projeto “Porto Maravilha”, um caso típico com grande probabilidade de ocorrer o processo de gentrificação, beneficiando enormemente os setores financeiro e imobiliário e expulsando a população original. E apontamos, ainda, o afastamento das populações mais pobres de áreas nobres da cidade de Barcelona, para dar lugar a projetos de “renovação”, diretamente relacionado ao incremento do uso da força e da violência. O exemplo se assemelha à política das UPPs, a qual visa ao controle da violência e do tráfico de drogas em favelas próximas às áreas nobres da cidade, porém, muitas vezes com o uso de abordagens, paradoxalmente, violentas, desrespeitando direitos fundamentais dos cidadãos que vivem nesses locais.

Quanto ao modelo de Medellín, inspiração para a elaboração de propostas do concurso Morar Carioca e, principalmente, para a implantação de teleféricos em favelas, verificamos que contém diferenças profundas em relação ao que pode ser verificado na cidade do Rio de Janeiro. As soluções aplicadas em Medellín foram, aparentemente, copiadas em algumas favelas do Rio, como os teleféricos, alguns parques-biblioteca, além da própria política das UPPs, sem um devido acompanhamento de ações sociais profundas e amplo investimento em serviços públicos básicos. E, principalmente, sem a inclusão dos movimentos políticos organizados de cada favela e sem a preocupação em considerar as particularidades de cada uma delas ao elaborar as metodologias de intervenção. Isso fica claro ao analisar o conjunto de projetos vencedores do Morar Carioca, os quais se baseiam, majoritariamente, em propostas generalistas, sem a devida participação das comunidades.

Já no Capítulo 3, levantamos as abordagens culturais relacionadas à favela carioca, desde o início do século XX, e analisamos os efeitos ideológicos das recentes ações de urbanização no processo de transformação da favela em produto cultural. Examinamos a relação entre a arquitetura contemporânea e a publicidade. Vimos que a arquitetura das últimas décadas passou a se associar à geração da renda de monopólio, além da velha renda fundiária. Com a prevalência do capital fictício, o campo da arquitetura se associou ao universo publicitário, midiático, passando a produzir para a nova indústria do entretenimento. As grandes obras de arquitetura começaram a dominar a paisagem das cidades mundiais, incrementando as novas imagens que irão predominar nos circuitos de “venda” dessas cidades, ou seja, a arquitetura contemporânea se converteu em um grande sustentáculo para o planejamento urbano estratégico. A cidade do Rio de Janeiro se mostra cada vez mais de acordo com essa nova ideologia arquitetônica, investindo em monumentos como o MAR, o Museu do Amanhã e o próprio “Porto Maravilha”, não excluindo dessa lógica os novos teleféricos e outros equipamentos que adquirem grande caráter simbólico quando aplicados em favelas.

Compreendemos, também, como os novos equipamentos somados à política das UPPs configuram uma espécie de “abertura de portões” às favelas cariocas, território, antes, obscuro e inacessível, e como essas ações estão integradas à construção de uma imagem de cidade adequada a um padrão exigido pelas grandes empresas de megaeventos mundiais. Analisamos, ainda, como a atuação da Rede Globo como maior indústria de entretenimento brasileira se faz fundamental no processo de consolidação da favela como mercadoria cultural e na popularização e, inclusive, internacionalização do seu consumo.

Após a análise dos três casos abordados no Capítulo 4, confirmamos o exposto anteriormente e, ainda, concluímos que cada favela, apesar de originarem-se a partir de fatores semelhantes na estrutura de desenvolvimento do país, é um universo complexo e constituído de particularidades. O que impede com que os modelos sejam replicados de maneira superficial. Práticas que, de alguma forma, funcionaram em Barcelona ou Medellín, não necessariamente se mostrarão adequadas à realidade brasileira e a contextos tão complexos e específicos como a cidade do Rio de Janeiro e cada uma de suas favelas. Nesse sentido, uma política que funciona para uma favela como o Complexo do Alemão, com suas particularidades geográficas, populacionais, econômicas, dentre outras, pode se mostrar inadequada a um contexto completamente diverso como é identificado no Morro do Cantagalo ou mesmo no Morro da Providência. De acordo com essa lógica, nos aproximamos do fato de que as intervenções estudadas aqui não foram pautadas e nem buscaram desenvolver aspectos particulares de cada uma daquelas localidades, o que, aliás, vai de encontro à ideologia que rege o novo modelo vigente de planejamento urbano estratégico.

Apesar das inegáveis vantagens proporcionadas às comunidades analisadas, pelo menos ao que se refere ao Complexo do Alemão e ao Morro do Cantagalo, onde os equipamentos funcionam adequadamente, observamos que, muitas vezes, falta infraestrutura urbana e serviços públicos básicos, os quais poderiam ser adequadamente solucionados com um aporte de recursos semelhante, ou mesmo menor, ao montante empregado para a construção dos equipamentos.

Das vantagens proporcionadas pelos novos sistemas de mobilidade, verifica-se maior facilidade e rapidez no deslocamento urbano da porção da população que vive na parte alta das seis colinas onde foram construídas as estações do Teleférico do Alemão, além do forte desenvolvimento do mercado turístico no local, o que, aparentemente, beneficia os comerciantes locais e os novos empresários do ramo, moradores da favela. Porém, vale destacar que o

empreendedorismo no Complexo do Alemão se desenvolveu por iniciativa de alguns moradores do local, consequência da implantação do Teleférico e sua intensa divulgação na mídia, e que esse benefício atinge uma pequena minoria diligente e dinâmica. No caso do Morro do Cantagalo, o Elevador surgiu para consolidar um mercado turístico já estabelecido no local, além de facilitar o acesso ao morro daqueles que precisavam subir, diariamente, os lances da grande escadaria que havia anteriormente. No entanto, o Morro do Cantagalo possui dois acessos, um pela rua Teixeira de Melo, em Ipanema, onde foi implantado o Elevador, e outro pela rua Sá Ferreira, no outro extremo da comunidade, em Copacabana, que não foi tão beneficiado pela implantação do equipamento.

Porém, em todos os três casos analisados, não houve a participação da população nos processos de decisão, configurando-se como políticas arbitrárias que, no caso do Morro da Providência, até agora só levou prejuízo aos moradores que perderam o único espaço de lazer da comunidade, sofreram um número relevante de remoções e ainda não foram contemplados com qualquer melhoria de mobilidade, uma vez que o equipamento nunca funcionou.

Em 9 de março de 2012, foi publicada pela BBC Brasil uma entrevista concedida pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, em que ele afirmava que as Olimpíadas são uma “desculpa fantástica” para mudar o Rio e que a valorização imobiliária é algo muito positivo para a cidade, sendo que as suas supostas consequências negativas poderão, facilmente, ser ajustadas e ajeitadas pelo mercado. Portanto, vemos que o mesmo mercado que produziu as favelas e contribui, a cada dia, com seu crescimento, paradoxalmente, tem sido considerado pelo representante do executivo da cidade do Rio de Janeiro, fonte da suposta solução de seus problemas. E no fim, tudo termina exatamente como começou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; **HORKHEIMER**, Max. (2006) *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 2006.

AGUIAR, Douglas Vieira. (2011) *Urbanidade Cantagalo: Complexo Rubem Braga, elevador e espaço público a serviço da favela*. Revista Eletrônica Minha Cidade, Rio de Janeiro: Ano 11, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.129/3843>>. Acesso mar. 2014.

AMÊNDOLA, Mônica. (2011) *Uma avaliação do ordenamento territorial no processo de planejamento governamental: estudo do Rio de Janeiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011. [Tese de Doutorado]

ARANTES, Otília; **VAINER**, Carlos; **MARICATO**, Ermínia. (2000) *A cidade do pensamento único*. 3. ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000.

ARANTES, Pedro Fiori. (2010) *Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2010. [Tese de Doutorado]

_____. (2004) *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004. [Dissertação de Mestrado]

BAUDRILLARD, Jean. (1991) *Simulacros e Simulação*. Lisboa, Relógio d'Água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. (2009) *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BIENENSTEIN, Glauco. (2000) *Espaços metropolitanos em tempos de globalização: um estudo de caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2000. [Tese de Doutorado]

BORJA, Jordi.; **CASTELLS**, Manuel; **BELIL**, Mireia; **BENNER**, Chris.; United Nations Centre for Human Settlements. (1996) *Local and global: the management of cities in the information age*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 1996.

_____. (1997) *Planes estratégicos y proyectos metropolitanos*. Cadernos IPPUR, v.11, n.1/2, Rio de Janeiro, jan./dez. 1997, pp. 207-231.

BOURDIEU, Pierre; **KERN**, Daniela; **TEIXEIRA**, Guilherme J.F. (2007) *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: EDUSP, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 28/06/2013.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. (2010) *Mega Eventos: o futuro do planejamento ou o planejamento como futuro?*. Revista Eletrônica e-Metropolis, Rio de Janeiro: Ano 1, n.03, dez 2010. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/edicoes/n03_dez2010/e-metropolis_n03.pdf> Acesso em: jan. 2014. ISSN 2177-2312.

_____. (2011) *Imagens do poder: arquiteturas do espetáculo integrado na olimpíada de Pequim*. Revista Novos Estudos n.89, mar. 2011, pp. 39-56. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100003>. Acesso em: jan. 2014.

CANCLINI, Néstor García. (2003) *A globalização imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

CASTELLS, Manuel. (1983) *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *A sociedade em rede*. (2008) 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. *A mídia de massas individual*. (2006) Palestra proferida no seminário sobre o tema “A mídia entre os cidadãos e o poder”, organizado pelo World Political Forum e a província de Veneza em San Servolo, Itália, nos dias 23 e 24 de junho de 2006.

_____. *Comunicación y Poder*. (2009) Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CAVALLIERI, Fernando; **VIAL**, Adriana. (2012) *Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010*. Coleção de Estudos Cariocas, v. 20120501, 2012.

COMPANS, Rose.; **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (BRASIL)**. (2005) *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: UNESP, 2005.

DAVIS, Mike. (1990) *Cidade de Quartzos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1993.

_____. (2006) *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEBORD, Guy; **ABREU**, Estela dos Santos. (1967) *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELGADO, Manuel. (2007) *La ciudad mentirosa: fraude y miseria del “modelo Barcelona”*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2007.

DE SOTO, Hernando. (2001) *O Mistério do Capital*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DUARTE, Cristiane Rose; **SILVA**, Osvaldo Luiz; **BRASILEIRO**, Alice. (1996) *Favela, um bairro: propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade: UFRJ: Grupo Habitat: Ed. Pro-Editores, 1996.

- DUARTE**, Rodrigo. (2010) *Indústria Cultural: uma introdução*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- FERREIRA**, João Sette Whitaker. (2003) *São Paulo: o mito da cidade global*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2003. [Tese de Doutorado]
- _____. (2007) *O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.
- FOSTER**, Hal. (2003) *Design and crime: and other diatribes*. Londres: Verso, 2003.
- FREIRE-MEDEIROS**, Bianca. (2006) *A construção da favela como atração turística*. In: 2006 Canadian Association for Latin American and Caribbean Studies Conference, 2006, Calgary, Al, Canadá. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4138>> Acesso em: 20 jul. 2013.
- _____. *Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística*. (2009) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- HARVEY**, David. (1992) *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- _____. (2006) *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. (2009) *Espaços de esperança*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- _____. (2013) *Para entender O Capital – Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL; RIO DE JANEIRO (RJ). SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**. (2011) Concurso Morar Carioca: plano municipal de integração de assentamentos precários informais: catálogo de propostas metodológicas. Rio de Janeiro: IAB/RJ, 2011.
- KAPP**, Silke et al. (2012) *Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação*. In: Congresso Brasileira e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia “Inovação e Responsabilidade” – CTHab’2012. 12 a 15 de novembro de 2012, Florianópolis.
- LAPYDA**, Ilan. (2011) *A “financeirização” do capitalismo contemporâneo: uma discussão das teoria de François Chesnais e David Harvey*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011. [Dissertação de Mestrado]
- LEFEBVRE**, Henri. (2004) *A revolução urbana*. 2. reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- LEITÃO**, Gerônimo; **DELECAVE**, Jonas. (2013) *O programa Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas?*. In: O Social em Questão – Ano XVI – n. 29 – 2013, pp. 265-284. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2013.
- LIMA JÚNIOR**, Pedro de Novais. (2010) *Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- LOPES**, Gustavo; **AMORIM**, Vânia & **CAVALLIERI**, Fernando. (2011) *Favelas Cariocas: comparação das áreas ocupadas 2004-2011*. Coleção de Estudos Cariocas, v. 20111202, 2011.

LOPES, Rodrigo. (1998) *A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MAGALHÃES, Alexandre. (2012) *A gramática da ordem na cidade: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Revista Eletrônica e-Metropolis, Rio de Janeiro: Ano 3, n.08, mar 2012. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n08.pdf> Acesso em: jan. 2014. ISSN 2177-2312.

MARX, Karl. (1867) *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Trabalho assalariado e capital*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

MELO, Erick Silva Omena de.; **GAFFNEY**, Christopher. (2010) *Mega-eventos esportivos no Brasil: uma perspectiva sobre futuras transformações e conflitos urbanos*. Proposta (Rio de Janeiro), v. 121, p. 32-51, 2010. Disponível em: <http://www.academia.edu/648607/Mega-eventos_esportivos_para_quem>. Acesso em: out. 2013.

MENDES, Izabel Cristina Reis. (2006) *Programa Favela-Bairro: uma inovação estratégica? Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado: FAUUSP. Orientadora: Maria Cristina da Silva Leme. FAUUSP, 2006.

MENDES, Luís. (2010) *O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação*. E-metropolis. Rio de Janeiro, ano 1, nº 01, pp.21-33.

MOREIRA, Pedro da Luz. (2011) *Viagem a Medellín*. Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <<http://www.iabrij.org.br/morarcarioca/wp-content/uploads/2011/04/Viagem-a-Medellin.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. (2004) *O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2004)

OLIVEIRA, Jane Souto de; **MARCIER**, Maria Hortense. (1998) *A Palavra é: Favela*. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). (1998) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

OSBORN, Catherine. (2013) *A História das Urbanizações nas Favelas Parte II: Favela-Bairro (1988-2008)*. Texto escrito em 07/03/2013. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=5042>>. Acesso em: 30/06/2013.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. (1996) *Relatório Final do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio*. Documento de trabalho, Editora Imprensa da Cidade, Rio de Janeiro: PCRJ/ACRJ/FIRJAN, janeiro/1996.

_____. (2009) *Pós 2016: O Rio mais integrado e competitivo - Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012*. Documento de trabalho. Disponível em: <<http://www.conselhodacidade.com/>> Acesso em: 30/06/2013.

_____. (2013) *Pós 2016: O Rio mais integrado e competitivo - Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013-2016*. Documento de trabalho. Disponível em: <<http://www.conselhodacidade.com/>> Acesso em: 30/06/2013.

RAVENTÓS, Francesc. (2000) *La Colaboración público-privada*. Barcelona: Aula Barcelona, 2000. Disponível em: < http://www.elmuro.es/articulos/pol_cult/colaborapublicoprivada.pdf> . Acesso em: 28/06/2013.

RIO DE JANEIRO (RJ); INSTITUTO HERBERT LEVY. (1995) *Diagnóstico da cidade do Rio de Janeiro: síntese: plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Herbert Levy, 1995.

SANTOS, José Luiz dos. (2006) *O que é cultura?* São Paulo: Brasiliense, 2006.

SASSEN, Saskia. (1998) *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SENNETT, Richard. (1988) *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SILVA, Marta do Nascimento. (2010) *A favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da zona sul carioca*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Departamento de Geografia, 2010. [Dissertação de Mestrado]

SMITH, Neil. (1988) *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. (2006) “A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global”. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. (1979) *Toward a Theory of Gentrification: a back to the city movement by capital, not people*. Journal of the American Planning Association, 1979, 45, pp. 538-548.

SOJA, Edward W. (2008) *Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones*. 1. ed. Tradução: Verónica Hendel y Mónica Cifuentes. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SOUSA, Adriano Amaro de. (2007) *O processo de industrialização em São Paulo e seu desdobramento no Oeste Paulista: o caso das indústrias de Marília/SP e Presidente Prudente/SP*. São Paulo: UNESP, 2007.

SOUZA E SILVA, Jailson (2010) *As Unidades de Polícia Pacificadora e os novos desafios para a favela carioca*. Disponível em: <http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Aspectos-humanos-das-favelas-cariocas.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

URÁN, Omar Alonso. (2012) *Participación Ciudadana y Espacio popular urbano en Medellín: entre ciudadanía insurgente e programa de planeación participativa y urbanismo social – Comuna 1 y Comuna 13 – una reflexión comparativa*. Revista Eletrônica e-Metropolis, Rio de Janeiro: Ano 3, n.08, mar 2012. Disponível em:

<http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n08.pdf> Acesso em: jan. 2014.
ISSN 2177-2312.

VALLADARES, Licia do Prado. (2005) *A invenção da favela: mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

APÊNDICE

Visita ao Complexo o Alemão

Dia 21/01/2014

Guia: Marta de Souza⁵⁵

Visitante: Francielle Mendes-Gomes

(Tomando o teleférico na estação Bonsucesso)

Marta: O teleférico tem o custo de R\$5, antigamente era o preço de R\$1, qualquer pessoa que viesse, turista ou não, pagava R\$1.

Francielle: É, a gente veio em novembro de 2012 e a gente pagou R\$1, aí pouco depois eu vi que tinha aumentado.

M.: É, eu vou te explicar o por quê. Antes essas catracas aqui você vinha do trem, saía por aqui e a pessoa podia embarcar no teleférico de graça, tinha uma integração trem-teleférico. Quando eles descobriram, porque a gente divulgou pra todo mundo que a pessoa poderia fazer isso, porque pro turista não faz diferença, mas pro morador carioca que traz a família, R\$5 faz diferença. Os R\$5, eles aumentaram de R\$1 pra R\$5, justificando que era pra fazer eventos culturais dentro da comunidade pra segurar o turista um pouco mais lá dentro. Mas realmente aconteceram os eventos, mas não foi para promoção dos moradores locais, trouxeram a cultura de fora para implantar na comunidade, aí como não deu certo, eles paralisaram essa atividade das estações culturais e solicitaram o mapeamento cultural, coisa que já tinha sido feita pelo SEBRAE, porque a gente criou um estudo de potencialidades junto com o SEBRAE, né?

F.: Vocês mesmo, moradores da favela?

M.: No caso foi a minha empresa, foi a “Turismo no Alemão” e nesse estudo a gente apontou quais eram as culturas locais e quem eram os responsáveis, né, os promotores. E com isso eles começaram a ver que o erro estava em promover um evento dizendo que a cultura era local mas a cultura era de fora. Então ficou uma coisa assim, desconfortável tanto pra favela quanto pra Supervia porque os artistas de lá de dentro não tinham vez. Aí essas estações culturais pararam, agora a gente criou uma proposta de samba e funk para colocar os atores locais, né? Essa é a primeira de duas propostas, depois a gente forma outros ritmos, outros estilos musicais. E fora as outras coisas, porque não é só música, tem outros tipos de cultura que estão sendo

⁵⁵ Nome fictício.

empregadas também, né? E após esse estudo todo que se você quiser... esse estudo é uma coisa particular entre o SEBRAE e a nossa empresa, mas se você quiser eu posso até te passar porque isso pode servir de base na pesquisa, porque ali tem resultados dos impacto, o que que pode dar certo, o que que pode dar errado, quais são as probabilidades, tempo de maturação do turismo aqui dentro... O SEBRAE é um sistema onde ele capacita micro e pequenos empreendedores, vem um recurso federal junto com empresas privadas que fazem essa capacitação, independente de governo do estado, independente de prefeitura. Então deixa eu mostrar a vista pra você. Aqui atrás fica o Engenhão, ali ó, à sua direita. Ali o Cristo, que eu não sei como é que estava no dia que você veio, estava aberto?

F.: Eu não vi o Cristo ainda!

M.: Ali ó, o Cristo está aqui em cima daquela pedra. E aqui fica o Pão-de-Açúcar, mais um pouquinho para cá, para a esquerda, você vê um pedacinho do Pão-de-Açúcar. Aqui fica a ponte Rio-Niterói, o único lugar do Rio de Janeiro que dá pra ver ela de frente, em todos os outros locais você ela de lado, você não consegue ver de frente. E ali é o Aeroporto Internacional do Galeão. Essa estação aqui é a estação Adeus, ela ganha esse nome porque quando as pessoas vinham de outros estados em busca de emprego elas começaram a se instalar nesse morro, faziam os barracos e desciam pra trabalhar. Quando voltavam não tinha mais nada, então eles deram “adeus” às casas.

F.: Então as estações têm os nomes dos morros?

M.: Isso, é, as estações têm os nomes do local, só que, no caso de Itararé eles mudaram o nome do local. A estação é Itararé e a UPP Nova Brasília e o nome do local lá é Morro do Coqueiro, não tem nada a ver. Aí são coisas que eles mesmo que colocaram... a gente ficou chateado na época, mas...

F.: Na época que estavam construindo, ou mesmo antes, teve alguma conversa com o pessoal da comunidade para a saber se ia funcionar ou não o teleférico?

M.: Não, a conversa foi desse modo: existia um líder local, presidente da associação específica da Grotta, e esse presidente era o que é o presidente dos presidentes, são treze associações de moradores, são treze favelas cada uma com sua associação. Então, quando ele teve essa conversa com os presidentes, ele foi simplesmente para dizer isso: “olha, o governo tá chegando aí com um teleférico, é federal, porém com concessão privada, mas o governo do estado vai nos ajudar com outras coisas, outros equipamentos, obras e tal e tal e tal. Ele mapeou, praticamente,

assim: o mapa veio pronto e ele apontou onde seriam as intervenções, ou seja, beneficiar o lado que ele queria e outros não. Os presidentes que fecharam com ele pra deixar, né, porque o cara tinha que ter carta branca pra... os presidentes que fecharam com ele, ele deixou fazer a intervenção e os que não assinaram para ele poder tirar por fora, ele não deixou ter intervenção. Aí, a maioria dos presidentes não permitiu. Só que ele deu um jeitinho lá, falsificou assinatura, fez alguma coisa que ele conseguiu. E quando a obra do PAC chegou, ela já chegou assim: mediu a casa, numerou e falou: “reunião pra saber o dinheiro que você vai receber, ou a compra assistida ou a indenização ou o apartamento”. Se a casa fosse uma casa de um andar, um barraco de madeira, um andar com quintal grande, a pessoa que estava responsável por fazer aquele mapeamento falava: “ó, hoje a sua casa é de alvenaria, são duas casas, você vai receber um valor de uma casa de alvenaria e você vai me repassara outra metade”. Então, quer dizer, uma casa já ficava com essa pessoa e a metade daquilo que a pessoa recebeu ela ainda repassava para essa pessoa. E aí foi fugindo o dinheiro da obra, foi fugindo, fugindo e a obra foi feita pela metade, ou menos da metade, porque, na verdade a obra do PAC que deu foi apenas o teleférico, porque a gente não consegue visualizar outra ação do governo aqui dentro a não ser isso. Porque aqui dentro existem duas ações, uma de acessibilidade, que é o teleférico, e outra de segurança pública, que são as UPPs. As outras políticas públicas: saúde, educação... nada disso chegou, entendeu? Só chegou mesmo segurança e acessibilidade.

F.: A UPP chegou mais ou menos junto com o teleférico?

M.: O teleférico veio em 2009, com o mapeamento, e depois veio a obra em 2010, ficou pronto em 2011 e a UPP chegou aqui no final de 2011 após a inauguração e teste do teleférico. Mas na cabeça de quem não acompanhou, pensa que foi tudo junto, que o teleférico veio com a pacificação porque foram muito próximas as datas. O teleférico foi inaugurado 7 de julho, não, 11 de julho de 2011 e a UPP entrou em novembro de 2011, então foi em datas muito próximas.

F.: E teve a novela também, né?

M.: É, a “Salve Jorge”, a gente vai passar lá próximo da laje do Pescoço...

F.: Então foi tudo meio que junto: teve o teleférico, a “pacificação” e teve a novela pra divulgar. Eu imagino que deve ter muito turista aqui!

M.: Muito!

F.: Porque a gente estava vendo lá, nós chegamos um pouco tarde, às 9h30, o movimento maior já deve ter...

M.: Não! Olha só: o movimento dos grupos fechados que foi esse grupo que eu ia encaixar vocês, começa às 9h, então nossos cicerones, que são as pessoas que trabalham com a gente, essa hora eles já entraram e já estão, provavelmente, quase saindo com eles porque esse passeio é um passeio rápido, a gente tem o horário marcado. Quando chega 11h, meio dia, 15h, 16h é o fluxo de turista, ou seja, turista gringo, de outros estados. Quando é final de semana, sábado e domingo, qualquer hora tem visitante do Rio de Janeiro, morador do Rio, e turista mesmo vem nesses dois horários, entre 10h e meio dia ou entre 15h e 17h da tarde.

F.: Mas o morador usa mais depois das 18h30 até às 20h...

M.: Isso, é, para trabalho. É porque, assim, o morador tem duas gratuidades, uma ida e uma volta e após esse bilhete único eles pagam R\$1 cada passagem, independente se ele precisar de ir dez vezes, ele vai pagar R\$1. Sendo que o teleférico ele só serve para a parte alta, quem mora na parte baixa não tem lógica a pessoa subir para pegar o teleférico porque pra ela é mais fácil ela descer e pegar um ônibus na pista. E se ela descer de teleférico, o ônibus dela for como um, vou dar um exemplo, Baixada Fluminense, ela vai conseguir pegar ali em Bonsucesso, mas se ela quiser pegar um ônibus, por exemplo, para Madureira, para um outro local do Rio de Janeiro, é mais fácil ela pegar aqui do que pegar em Bonsucesso, porque Bonsucesso com essas obras que estão tendo no Rio estão dando muita volta, é muito trânsito, muita coisa. Então, essa rua aqui é a que divide mesmo o Complexo do Alemão. Ele começa daqui pra dentro, Adeus e Baiana não é Complexo do Alemão, passou a ser com o teleférico. Lá é Terceiro Comando e aqui era Comando Vermelho. Eu morava do lado de cá e não podia andar na pista de lá, na calçada de lá, eu podia no máximo atravessar em frente ao ponto de ônibus, mas não andar porque as pessoas entendiam que eu estava vindo do morro de lá, entendeu? E vice versa, quem estava lá também era a mesma coisa. Essa estação aqui não tinha poder do tráfico porque ali as ruas são muito abertas, não tem muito beco, o morro é pequenininho, mas elas foram integradas como Complexo do Alemão após a obra do teleférico. Então, dali dessa pista para dentro, o exército foi em todas as casas, contou todas as casas e multiplicou por três e falou que somos 400 mil moradores. Aí é fácil porque pai, mãe e um filho?! Mas aí a gente queria políticas públicas de 400 mil moradores. O IBGE, quando veio em 2011, ele só veio no entorno, ele não subiu o morro e contou 69 mil moradores. O PAC veio e, para disfarçar os números contou a gente como 150 mil moradores. Só que a política pública aplicada no local era

a do IBGE, de 69 mil. Então a gente não tem estrutura logística para lixo, você vai ver o nosso sistema de coleta de lixo é organizado, por mais que fosse deficiente pela parte da logística da prefeitura, mas a gente tinha uma forma de descartar o lixo com uma organização entre as associações de moradores que não deixava acumular, hoje em dia eles desarticularam tudo isso, desorganizaram o nosso sistema e implementaram o deles com aquela lixeirinha pequenininha, o caminhão sobe três vezes por dia, o tratorzinho sobe duas e não dá conta. Então tem lixo constantemente. O cara recolhe e daqui há algumas horas as pessoas já passaram pelo local e já jogaram mais lixo. Então sempre vai ter lixo, sempre vai ter lixo. E aqui dentro não tem uma educação ambiental, entendeu, uma campanha para a pessoa reduzir o lixo, com um patrocínio enorme desse da Kibon em todas as gôndolas a única coisa que a Kibon está patrocinando agora é um projeto, um tal de “Deu na Telha” que estica uma lona nas lajes e diz que vai grafitar as lajes, mas com a logo da Kibon, ela vai usar mais uma vez a publicidade...

F.: ... para as pessoas de teleférico verem...

M.: ... é, que está patrocinando os projetos, como ela fez isso com as gôndolas, né, ela comprou uma cota de patrocínio que colocou toda essa publicidade para o inglês achar que, né, que a Kibon é a Kibon! Mas a gente que mora a gente sabe que não é.

F.: E têm outros patrocínios, né?

M.: É, as estações todas elas têm nome. A Bonsucesso é TIM; o Adeus era Banco do Brasil, não é mais; aqui era a estação Kibon; essa aqui era a estação Natura, só que a Natura saiu, e a última estação é Itaipava. Mas a Itaipava ela ajuda realmente a favela. Ela, na verdade, vai entrar com uma obra que os órgão governamentais não querem fazer a parte deles e ela vai bancar a obra toda, que é fazer todos os quiosques dos comerciantes lá da última estação da Palmeiras para os comerciantes poderem usar uma coisa mais padronizada que hoje em dia são barracos igual barraco mesmo, de madeira. Então, assim, o turista não se sente bem, seguro, para consumir num lugar assim, por mais que ele veja que a pessoa está limpa, mas ele não está se sentindo segurança. Então eles vão entrar com esse patrocínio, uma obra de mais de R\$600 mil, o projeto foi uma arquiteta amiga nossa que desenhou, durante um tempão ela teve que negociar, negociar e negociar porque as articulações entre as lideranças que acham que são os donos do morro, no caso os presidentes da associação e outras pessoas mais, mas não têm nada a ver com o tráfico, eles acham que eles têm que morder alguma coisa, sempre têm que morder alguma coisa. Então, quem fica prejudicado não é o patrocinador, porque para o patrocinador isso não é nada, isso aí ele despeja no INSS dele lá e acabou, mas a comunidade

fica prejudicada porque ele embolsa um dinheiro que poderia ser investido em outra coisa. E essa arquiteta ela não quis assinar o projeto de jeito nenhum porque eles queriam R\$900 mil, que ela assinasse um projeto executivo com custo, de um orçamento de R\$900 mil e ela falou: “não, não vou assinar”. Ela assinou o levantamento que ela fez, ela sabe o preço de mercado da obra, então não adiantou eles tentarem passar ela para trás. E isso a gente faz assim, como empresa de turismo a gente parte, articulando e as pessoas até falam: “Ah, vocês têm interesse, vocês estão ganhando alguma coisa”. A gente não está ganhando agora, mas quando tiver pronto a gente vai ter pra oferecer para o nosso turista. Por isso que a gente vai lá fora buscar as parcerias, trazer instituições aqui dentro, ou organizações ou empresas que possam fomentar, que possam ajudar isso aqui a ter um desenvolvimento maior, e não só depender do governo, do governo, do governo porque o governo faz uma parte, a maioria das vezes ele até faz o papel dele, ele pode não fazer bem feito, mas faz. Mas também depende da gente que está aqui no local para continuar fazendo para melhorar e chamar a atenção deles porque se o turista não vier aqui, isso aqui vai virar um elefante branco, não vai servir para nada, isso aqui vai ser um custo muito alto para ficar rodando o dia inteiro, né, e sem ninguém para andar no teleférico ele vai acabar fechando.

F.: Então você acha que o negócio é mais para o turista?

M.: Sim! Isso aqui é um transporte de massa mas com foco no turismo. O foco aqui não é o morador, se o foco fosse o morador, eles criariam um sistema, alguma coisa, que integrasse as outras partes da comunidade à estação, porque quem mora naquele lado de lá, nos “Mineiros”, na “Matinha”, quem mora nessa parte baixa da “Fazendinha”, não tem acesso ao teleférico. Para ele vir para o teleférico ele tem que sair para Bonsucesso direto ou ele tem que pegar uma kombi, pagar R\$1,50, subir a estação. Então fica inviável a pessoa subir para depois ela descer, é mais fácil descer direto e pegar um ônibus só.

F.: O transporte aqui dentro são as kombis?

M.: É só kombi e moto-táxi. Não existem ônibus. Existia há muito tempo uma linha de ônibus local, que eles chamavam de “cata-mendigo” porque ele ia “catando” todo mundo, mas aí com o tempo a estrutura ficou fragilizada porque era um ônibus só, um motorista só, então quebrava, tinha que ter manutenção, mas isso há muitos anos atrás. Aí eles criaram essa questão da kombi. Começou com o “rural”, aquelas caminhonetes de fazenda e aí foi melhorando, foram comprando kombi, kombi, kombi, hoje tem kombi “saindo pelo ladrão”. Mas é o que ajuda a

gente porque para subir com peso, eu não posso trazer nada aqui. Aqui no máximo é uma bolsa que cabe no meu colo e uma que fica debaixo da minha perna.

F.: É, eu estava lendo as regras lá na estação e vi que não pode...

M.: É, as regras são bem específicas mesmo.

F.: Mas não dá nem para trazer compras de supermercado?

M.: Compras não, no máximo uma coisa que caiba no meu colo ou no espaço em que eu estou sentada (...) então é mais para turismo mesmo.

(Após descer de teleférico na última estação)

M.: Aqui a gente tem aquela pedreira ali que é explorada por um grupo chamado Lafarge, sendo que ela faz parte do Parque da Misericórdia, segunda maior área verde do Rio de Janeiro, só perde para a Floresta da Tijuca. Só que eles já exploraram outras partes, agora passaram para cá, ganharam uma concessão de 18 anos do governo estado de que toda obra do Rio de Janeiro... o material estava saindo daqui, então, eles têm o subsídio, né? E está acabando com a serra, antes da “pacificação”, aquele morro ali onde está hoje em dia tudo “comido” era um morro, era um morro, hoje em dia eles já “comeram” tudo. Não tem mais nada, ali tinha um lago lindo, maravilhoso, melhor do que o Piscinão de Ramos. Aqui em cima tem um bosque maravilhoso, dá para se passear, e a gente como morador não pode utilizar por questão de segurança, porque como é uma área privada pela pedreira, a gente não tem acesso. A gente pode até ir, mas o segurança pede a gente para sair, tem que sair, não pode, não pode, não pode e agora se não sair eles chamam a polícia. Aí não tem como.

F.: E chegaram a remover pessoas da área?

M.: Não, casas, não. Mas tudo aqui já está sendo impactado. Eu morava desse lado aqui, que é os “Mineiros”, na última casa do morro, bem dentro da mata mesmo. Quando eles explodiam do outro lado da pedreira, ainda estava do outro lado, quando eles explodiam...

F.: Causava poeira...

M.: Não, as pedras caíam, porque era explosão, agora é implosão, agora eles estão explorando debaixo da pedra. Antigamente era de explosão, há 15 anos atrás, e várias casas já foram derrubadas, afetadas por causa dessas explosões. A pedreira já está muito próxima dessa parte aqui, sendo que me momento nenhum ela vai querer tirar todo mundo dali, ela não querer tirar.

Ela vai “comer” o máximo que for possível e depois ela vai para o outro lado. As casas já estão todos desestruturadas, igual com essa obra do teleférico. Quando foram feitas as estações, teve um impacto muito forte quando eles perfuraram. Essa estação aqui mesmo, quando eles furaram o solo, as casas aqui todas tremiam, tremiam muito, como se fosse terremoto, e agora com a última chuva que teve, mais uma vez se provou que isso aqui afetou, caiu um prédio de três andares, puxou a casa do lado, caiu em cima da casa de baixo e afetou mais 32 casas. A Defesa Civil veio, fez as intervenções só na área que desabou e nas demais que estavam em risco eles mandaram para cá, fizeram do teleférico um abrigo, eu fui uma das pessoas que ajudou a organizar, eu fiz a listagem sozinha porque a assistente social não queriam assistir ninguém, fazer listagem, ajudar a gente a organizar. E a Defesa Civil só quis dar laudo para as casas que já estavam no chão, as que estavam em risco ele falava para interditar, mas “não vou te dar laudo”. Como que a pessoa vai correr atrás do direito dela se ela não tiver documentado.

F.: Por que isso?

M.: Por que é uma questão de política. Assim, se você apoia o presidente da associação de moradores, ele te facilita as coisas, se você não apoia, ele não te facilita. E a gente é amigo de todo mundo, mas quando está errado, a gente desce o cacete mesmo porque está errado. Por que? Às vezes por causa de R\$10 de uma taxa de água que a pessoa não quer pagar, porque a água a CEDAE não cobra da gente, porém, a associação dos moradores é responsável por fazer a manutenção. Esses R\$10 dá para fazer essa manutenção, mas se está me faltando água todo dia, eu não sou obrigada a pagar eles, entendeu? Então é assim que as pessoas estão pensando e elas estão certas, são eles é que têm que tomar uma providência, buscar um outro meio, uma outra alternativa, para não ficar dependendo só dos R\$10 do morador, né? Mesmo que a CEDAE não cobre nada da gente, mas a água é um direito, e como direito o governo entrou com tudo quanto é tipo de estrutura, a água é essencial, você imagina você chegar numa estação dessa, como a gente vai começar a chegar com mil, dois mil turistas, e o banheiro está fechado porque não tem água. Aí você vai ali na UPP e duas caixas d’água do mesmo tamanho das caixas que distribuem água para a comunidade inteira só para a UPP. Então fica uma coisa que na cabeça da gente não encaixa. Então são muitas coisas assim que eles colocam como regra básica que tem que ter no local, mas eles não fazem. Eles construíram, vou mostrar para vocês lá fora, uma caixa d’água enorme, quem chega ali não imagina que é uma caixa d’água, é enorme, e não tem uma gota d’água dentro. A bomba está lá embaixo instalada, a caixa está aqui em cima, não trocaram os tubos e não mandaram a chave da bomba. Como que, mesmo que mandassem a chave, a gente vai ligar se os tubos têm mais de 30 anos, tão todos rompidos

e se ligar vai acabar com as casas e vai matar um monte de gente. Então a gente tem que escolher, ter a água ou manter a vida das pessoas, manter a casa das pessoas. Aquela trilha que tem ali é onde passou aquela filmagem na TV com os meninos que vieram para a Vila Cruzeiro, você chegou a ver? (...) No dia da pacificação, então, aquela trilha ali foi para onde eles correram. Quem vem da Vila Cruzeiro e conhece o território ele vem por aqui, tem atalho, mas eles não conheciam, onde eles deram volta na pedreira toda pra sair ali, pra sair aqui. Coisa que eles poderiam ter feito isso. E aqueles rapazes todos que estavam correndo não eram daqui, eram de outras favelas pacificadas que estavam abrigados aqui reconhecendo o território.

F.: Eu já li algumas coisas que dizem que na data marcada para a operação da polícia, para a pacificação, a própria polícia avisava os traficantes para que eles pudessem sair, é verdade?

M.: É! Teve um traficante aqui que pagou R\$5 milhões de reais e saiu de “caveirão”, seguro, não tinha risco porque ele estava num carro blindado. Olha, se eu for falar com vocês que não tem (tráfico), é mentira, porque os que são daqui estão todos aqui, o que não tem mais é arma e até eles gostaram da pacificação.

F.: Então o que houve foi uma espécie de negociação mesmo entre o traficantes e os policiais para tirar essa “cara” de violência da favela.

M.: Isso. Mas digo que, assim, a polícia chegou e afastou a comunidade do processo de pacificação, o exército veio e aproximou, fez um trabalho maravilhoso. A polícia já chegou e a primeira ordem que eles recebem é: “hoje você está aqui, é seu primeiro dia, todo mundo que está lá dentro é seu inimigo, não pode sorrir, não pode cumprimentar, não pode ajudar. Então eles mesmo se afastam do pessoal da comunidade, entendeu? E o próprio traficante ele gostou, por que? Tinha um líder aqui antes (de fora da favela) que tentou administrar, mas ninguém respeitava porque ele não tinha família aqui! E o dono da favela não tinha controle sobre a coisa, então depois que pacificou os traficantes de fora foram embora e só ficaram os daqui, então, assim, não pode é mexer com o morador, porque quando a polícia mexe com o morador dá briga. E isso acontece muito, é di-re-to. Hoje em dia é mais fácil a gente negociar para não ter guerra do que eles se enfrentarem. Para a gente é muito melhor, para o morador, e para eles também.

(Chegando na Biblioteca-Parque da estação Palmeiras)

F.: Quando eu vim da última vez, não tinha isso aqui.

M.: Não tinha! Antes de você chegar aqui da outra vez, aqui existia uma barreira, isso aqui era blindado, tinha os seguranças, não esses aqui, esses daqui são da Biblioteca-Parque, e eles ficavam aqui e daqui para dentro ninguém passava, nem as pessoas da comunidade podiam ter acesso. Eu já tinha entrado porque eu “meto as cara”, mas quem é, assim, uma pessoa daqui, para conhecer, saber o que que tem aqui dentro, quantas salas tem, para que é utilizado, não tem acesso, não tem informação nenhuma. Então depois, agora no final do ano, Secretaria Estadual de Cultura veio, pegou esse local aqui e começou a abrigar dentro desse espaço uma Biblioteca-Parque como já tem em Manguinhos, tem na Rocinha. Eles aqui vão ter vários projetos de audiovisual, de moda, a própria biblioteca, vai ter projetos de games, de programação de games e outras coisas mais. São muitas propostas que eles têm pra colocar nesse espaço. A única secretaria que chamou o morador para uma conversa para saber o que o morador quer, porque as demais, ela chega e faz! Não deu certo, não faz mais. Essa é a Secretaria Estadual de Cultura, tem a municipal e a estadual, essa é a estadual. As demais secretaria chegam e pegam e fazem, elas não querem saber se vai dar certo e se você vai querer. Essa daqui não, ela primeiro ouviu, viu que a gente precisava, entendeu, nossos questionamentos, mesmo assim: “Você vai botar isso, mas vai servir para quem, é para o turista ou é para gente? Porque para a gente a gente quer isso”, então a gente conseguiu negociar com eles o que a gente queria. E eles abrem esse espaço aqui para exposições, aquela parte ali é uma biblioteca infantil com livros infantis e a parte de cima tem auditório, tem várias outras salas que vão ser utilizadas para projetos de capacitação, que é o que a gente precisa aqui. A gente precisa, primeiro, além da cultura, a educação para apoderar a gente para ir atrás de alguma coisa, porque trazer simplesmente uma biblioteca, não vai resolver nosso problema, mesmo porque a maioria dos moradores não tem o hábito de leitura, e para eles subir aqui só para ler, vai ser difícil! Você tem que trazer, tem que atrair ele até aqui, entendeu? A gente começa pelas crianças? Sim, a gente tem que começar o trabalho de educação pelas crianças, mas mesmo papagaio velho não aprendendo a falar, mas ele vai aprender a imitar alguém fazendo alguma coisa, né? E a gente tem sempre que bater nessa tecla, não adianta dar pra gente o que a gente não precisa, o que a gente não quer, não vai dar certo. Pode até dar o que gente não quer, o que a gente precisa mas não sabe que quer ainda, mas dá alguma coisa que a gente necessita agora, dá junto, e eles ouvirem. Ó, hoje tem abrigado aqui uma exposição de um fotógrafo que é daqui, Alexandre Correa, ele fotografa só o cotidiano. Aqui nessa outra parte tem as fotografias

do Grupo Pensar. (...) Aí, hoje em dia, se a gente precisar de um espaço daqui para utilizar para fazer reunião, conferência, evento, tudo isso eles deixam a gente utilizar, não cobra.

F.: Sem burocracia, nada?

M.: Não, a única burocracia que tem é enviar pra eles uma solicitação, né, um ofício dizendo o dia, a hora, o responsável, quando termina e contato, só isso. Não tem aquela coisa toda de documentação, eles estão flexíveis nessa área. Quando você veio aqui, veio no final de semana?

F.: Vim numa sexta-feira a tarde, era uma 16h...

M.: Tinha muita criança, vendendo água?

F.: Sim! Vendendo água, doce...

M.: Então, isso ainda não acabou, muito pelo contrário, piorou. Hoje não porque, dia de semana, ou eles estão dormindo até tarde porque ontem foi feriado, ou foram para a praia, mas daqui a pouco eles estão por aqui. Sendo que, essa própria secretaria, ela já está conversando com a gente para tentar arrumar um meio de tirar eles da perdição, para não ser um pedinte, e nem ficar deixando as crianças vender água porque a maioria das mães que botam as crianças para vender água, pega o dinheiro para beber, para usar droga, entendeu? Não é porque precisa para comer, mesmo porque elas estão todas apoderadas de Bolsa-Família, Bolsa-Carioca, tudo... Essa é a caixa d'água, que não tem uma gota d'água dentro. A água aqui ela vem através de carro-pipa que joga água para uma outra caixa-d'água de fibra que tem lá atrás, não é a caixa-d'água que eles construíram, é a caixa-d'água que a associação de moradores foi atrás e conseguiu, entendeu? Então, assim, nessa questão da água o poder público não fez nada, muito pelo contrário, ele destruiu uma caixa que existia, boa, que a população aguentava a pressão da água subir, botou uma bomba potente, uma caixa d'água enorme mas que não serve para nada, que não tem utilidade. E essas crianças, hoje em dia, como eu estava falando, a gente está conversando para tentar arrumar uma ação para tirar eles daqui, entendeu? Ou botar eles para contar história ou dar aula da percussão para eles fazerem uma apresentação, mas não ficar pedindo e nem ser um trabalho, a criança trabalhar vendendo alguma coisa, tem que ser alguma coisa que estimule o turista vir e deixar a contribuição dele sem precisar ficar ando esmola. Olha, deixa eu te falar a verdade: aqui no Rio de Janeiro, ninguém passa fome. Passa fome quem quer, depois do Lula então é que não passa mesmo, porque tem bolsa de tudo, tem bolsa até celular. Agora, você imagina, você que vai oferecer vaga de emprego, como a gente já cansou de fazer

aqui, muitas e muitas empresas pedindo pessoas para fazerem capacitação, porque eles dão treinamento e tudo, e você chega lá e pessoa fala assim: “ah, mas é para trabalhar onde?” “Botafogo” “Que horas?” “Você tem que sair daqui 6h, 7h da manhã para você estar chegando lá às 9h” “Ah, mas para fazer o quê?” “Ah, para trabalhar numa empresa de produção, alguma coisa.” “Ah, mas depois eu vou sair de lá cansada, vou pegar um ônibus lotado para chegar em casa, o trânsito, eu já ganho R\$700 e pouco, R\$800 de Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Brasil Carinhoso, Bolsa-Carioca...”, fala todas as bolsas, “Ah, não quero, não.” Aí você vai ter voz para correr atrás de emprego para essas pessoas, claro que não. (...) Aqui no final de semana ficam várias barracas montadas, né, dos artesãos locais, essas aí que a Itaipava vai modificar tudo e fazer padrão para todo mundo. Hoje era para ter mais ou menos três, quatro barraqueiros, mas como foi final de semana e feriado, ninguém deve ter produção suficiente, tem essa barraca montada aqui, que essas coisas aí que uma mulher aí, doida, pinta...

F.: É mesmo?

M.: É, eu! (risos). É, eu ajudo na questão social, faço o passeio, organizo os grupos, pinto... faço um pouquinho de tudo, dá tempo para tudo. Eu não sei, acho que é deus mesmo que estica o meu tempo, não tem só 24 horas, não, tem mais! E aí final de semana fica, provavelmente, quando vocês vieram, não tinha como está tendo hoje, muito som, muita barraca, muitas coisas. Final de semana isso aqui fica lotado, tem som, tem apresentação.

F.: Vem o pessoal da comunidade também?

M.: Não, o pessoal da comunidade o fluxo é bem menor do que o de turista, o de turista é muito grande, é tão grande que, ó, final de semana todo mundo trabalhou, deve ter vendido tudo e hoje não veio trabalhar. E também questão de estrutura, né? O pessoal não tem um estoque para trabalhar e aí fica difícil, mas a Supervia já está conversando isso com a gente para organizar essa questão do artesanato e o produtor ficar em casa produzindo, ou seja, o artesão ficar produzindo e a gente ter um local para vender, porque o próprio que produz é o que sobe para vender, então o cara fica deficiente. Vamos dar uma volta aqui...

F.: Você falou que o exército veio antes da UPP?

M.: Muito antes. Assim que pacificou, que entrou primeiro foi o BOPE para matar todos os que sobraram, porque o BOPE não anda com algema, ele só anda com arma de fogo, depois veio o exército para pacificar mesmo, mas aí a polícia veio... Então, essas são as duas caixas d'água que a associação de moradores se organizou, o pessoal da cooperativa que conseguiu para

distribuir água para a favela inteira, essa parte desse morro todo aqui. E esse elefantinho branco aqui não funciona para nada, o carro-pipa vem, em média, uma, duas vezes por dia, no máximo, no máximo, quando a gente consegue convencer eles, três vezes, bota e abastece a caixa (...), engata a mangueira no carro-pipa lá e joga para dentro da caixa e essa caixa distribui para essa e onde ela desce para os moradores. Então falta água direto, é muita, muita falta d'água. Não adianta porque, ó, são 20 mil litros d'água para distribuir... Ô Guta (moradora local), você sabe mais ou menos quantas casas tem aqui? Só as dependentes dessas caixas? Não tem como saber, é muita casa.

Guta (moradora): Aqui onde? No morro todo? Não é só em volta, não, no morro todo?

M.: É muita! Pode contar que é para mais de 5 mil casas.

G.: Ih, dá muito mais de 5 mil, eu estou com 5 mil cadastros!

M.: Mais de 5 mil casas! Você imagina, não nem, praticamente, 4 litros para cada casa.

G.: O morro tá tudo sem água, filha, tá uma “brigaiada” só.

M.: E aí quem sofre é o pessoal que fica aqui...

G.: É eu!

M.: É a Guta que vai cobrar, porque ela entrega as cartas e faz a cobrança da água, como eu falei para vocês, tem que ter a manutenção, porque a CEDAE não está presente, então a associação tem que tomar uma providência. E não adianta, cara, por quê? Ele tentam fazer de tudo para melhorar, mas o governo não entra com a estrutura básica que precisa, tem que trocar os tubos, eles estão querendo agora, a CEDAE, está vindo com tubo de má qualidade e eles estão abrindo buraco para trocar tudo, mas quando liga, estoura tudo. Se não for uma cano que a gente aqui, o cara da água já conhece, ele sabe qual é a medida, qual vai ser, porque tem que aguentar a pressão “X”, só não for aquele cano ali, não vai adiantar, eles vão colocar um cano de $\frac{1}{2}$ no lugar de $\frac{1}{4}$, não vai dar! E aqui, ó, a UPP, eles furaram para disfarçar, mas as duas caixas são do mesmo tamanho dessa, só para a UPP. Quando o turista quer utilizar o banheiro ali quando está fechado, a gente manda tudo para lá, vai lá dentro da UPP porque lá o banheiro é bom, limpinho, tem água à vontade, entendeu? Porque a gente não pode deixar também, as pessoas que já pagaram os R\$5 reais serem prejudicadas por causa do governo, a Supervia ela tem que dar um jeito de botar a água dela ali, por mais que ela seja uma parceira nossa, está ajudando e tal, a gente que trabalha trazendo turismo para o teleférico, mas a gente tem que

também falar onde está o erro para a coisa não continuar, porque senão continua, continua, continua e daqui a pouco se torna normal.

F.: Só me fala de novo: essas caixas são iniciativa da CEDAE ou da comunidade?

M.: Essa aqui foi da comunidade, da associação de moradores e da cooperativa que tem aqui, de reciclagem. Se dependesse da CEDAE e do governo de estado, todo mundo já tinha morrido de sede.

F.: Qual o argumento deles para não ter água aqui?

M.: Antes, o argumento era que a tubulação estava fragilizada e eles não podiam mandar a chave da bomba, agora eles mandaram a chave da bomba e a tubulação continua fragilizada. Só que eles dizem que a culpa de não estar pronto ainda é porque as pessoas daqui que são responsáveis pela água não estão aceitando o material que eles estão mandando. Claro que não, a gente sabe que não vai dar, que não vai funcionar, que vai botar e vai estourar tudo, vai ter óbito porque vai derrubar casas, então não adianta. Ou eles mandam na medida que está sendo solicitado ou então não vai adiantar. Aí fica essa briga de empurra, eles querem empurrar tudo para cima da gente, como aconteceu com os desabrigados, ficaram várias pessoas aí dentro, alojadas, porque lá em cima tem auditório, é muito grande, tu não tem noção de como é grande, e essas pessoas que ficaram abrigadas, o poder público não ficou presente no local, eles queriam que nós, que estávamos organizando o abrigo, a associação de moradores e a empresa de turismo, falassem para as pessoas: “volta para casa que está seguro”, sem laudo, sem ninguém vir falar para gente assim, sem nenhum engenheiro visitar, então a gente não concordou e eles tiveram que vir a própria defesa civil teve que falar para os moradores que estava seguro e dar o jeito de eles de ir, entendeu? A maioria voltou para casa, mesmo inseguro, porque a gente sabe que não está seguro, entendeu? Tem casas que estão descendo aqui, mesmo sem chuva, e eles continuam fingindo que não estão vendo. Mas porque é ano eleitoral... aí já viu como vai ser, né? Eles vão querer barganhar com a gente, mas os moradores já têm um acordo, vamos aceitar tudo que eles derem para a gente, mas vamos votar em quem a gente quiser, a gente não vai votar neles porque ele quem fez, não, ele está fazendo só porque está no poder, o cara que está no poder ele não vai fazer, ele já está lá mesmo, ele quer se manter, se botar sempre o mesmo cacique, a coisa vai ficar sempre igual.

(...)

M.: Então, o lixo aqui, o que que acontece, eles vêm, colocam as caçambinhas só nos locais onde tem estação, aqueles carrinhos ali, essas caçambas com carrinho, ficam nos pontos onde a gente tinha o sistema de coleta feito pela gente e acabaram com a maior lixeira que era onde a gente descartava material grande, tipo assim, móveis, entulhos, essas coisas, e a prefeitura já sabia que, como aqui dentro a gente tinha um sistema nosso, então mandava pegar na lixeira só esse material grande, tinha um caminhão só para isso e outro para ir fazendo as coletas pequenas e o tratorzinho passava toda hora, várias vezes por dia, se tivesse que subir 50, ele subia 50 vezes, mas agora não pode mais, por quê? O carro da polícia ele tem que ter a rua aberta para ele circular à vontade, esse é o argumento que eles usam. “Se o trator estiver coletando lixo, como é que a gente vai passar?”, tá botando em risco o policial. Não é questão de se acontecer, está acontecendo e tem que se deslocar rápido para um lugar que está acontecendo um problema, não, o problema é que eles ficam com medo de ficar presos no trânsito e correr risco. Só que eles também não estão aqui para ficar circulando dentro de carro, eles podem ficar andando à pé. Mas a pé eles só querem andar assim: vai ali na esquina, volta, entra para a UPP e fica no ar condicionado, entra para o carro e fica no ar condicionado, e isso tudo é com o nosso dinheiro, não é pago com o dinheiro de ninguém, é pago como o nosso dinheiro, com os nossos impostos. Final de semana, toda hora tem policial aqui fora, porque eles têm que fazer uma média, faz um revezamento lá dentro, toda hora sai cinco, sai dez, ali mesmo virou um estacionamento privado deles, se você quiser vir no Alemão de carro hoje, você vai ter que parar lá em baixo, porque na rua inteira, a maioria dos carros são deles. O morador não pode parar para descarregar uma mudança, para descer com um material de construção, o único veículo que para aqui com autorização deles é o carro-pipa da CEDAE porque tem que parar, porque o restante tem que dar um jeito, tem que descarregar lá em baixo e trazer, nas costas. Então, adiantou para quê para gente? Essa rua não existia antes, agora existe, mas adianta praticamente para nada.

F.: O pessoal aqui costuma ter carro?

M.: Tem bastante gente que tem carro, mas o que acontece: como não tem locais para estacionar, as pessoas estacionam lá fora, nos estacionamentos lá debaixo e sobe de kombi ou de moto-táxi, isso aí já é normal, sempre foi assim.

F.: Da outra vez que vim aqui no Alemão, não tinha passado daqui.

M.: Foi? Agora a gente vai descer, aí vamos passar por um campinho que tem ali perto daquela torre, subir até a rua daquela igreja ali, que é onde tem a “laje do Pescoço” e depois a gente vai

andando até aquela outra estação. Parece ser muito longe, mas é pertinho. Essa parte aqui todinha onde tem esse campo aqui se chama “Fazendinha”, subiu até aqui, onde está aquela carro vermelho ali, já é “Inferno Verde”. É chamado de “Inferno Verde” não é porque ninguém morria ali não, é porque ali onde está aquela área ali no mato, uns buracos, era a nossa lixeira, era ali onde a gente descartava móveis, entulho, e depois que veio a Obra do PAC eles removeram a lixeira, não criaram outro local para ser feito isso, nem a implementação de um sistema que a gente pudesse utilizar, deixou o lugar assim, mesmo assim, o morador não joga saco de lixo mas joga lixo pequeno...

F.: Tem uns buracos ali?

M.: É que eles vão plantar umas árvores ali agora, não sei para quê, porque aquele solo ali não presta para nada. Embaixo tem um espaço reto e eles fizeram um campinho que não deu certo, por quê? Mina muita água, então dá muita lama, não adianta. E ali, o solo daquilo ali está degradado, gente, foi muito lixo durante 30 anos, então é muito chorume, muita coisa tóxica ali que não vai adiantar nada, vai plantar o quê ali? Eu quero descobrir qual é o tipo de árvore, porque eu já perguntei e eles não me falam que não sabem qual é o tipo de vegetação que vem para ali, mas a gente precisa saber, por que vai mandar mais uma coisa que não vai servir para nada? Ali, o máximo que eles podiam fazer é fazer um outro solo por cima daquele solo, porque ali aquele solo não serve mais para nada. Ali eles poderiam criar uma horta vertical mas que fosse dentro de recipientes e não direto no solo... dar um jeito, mas não fazer o que eles estão fazendo. Por que ali eles estão dando justificativa para mais algum dinheiro que sumiu, é justificativa, e a gente sabe que é isso. Como aqui, nessa área, existem várias casas precisando ser removidas e eles não removem, mas eles criam um monte de outras coisas aqui dentro que não tem necessidade.

F.: E o Morar Carioca, Marta, está tendo alguma coisa dele aqui dentro agora ou não?

M.: Olha, aqui dentro não tem não, o que tem aqui é só “Minha Casa Minha Vida” que são os apartamentos que ficam lá embaixo que foram os que alocaram as pessoas que foram removidas dessas áreas onde foram feitas as torres do teleférico e as estações. Tem locais que a pessoas foi removida por área de risco, obrigatoriamente ela foi para o apartamento, outros locais que não eram área de risco, era por causa da obra, eles tinham que indenizar ou fazer a compra assistida. Vamos descer?

F.: Vamos.

M.: Ó, tem uma área aqui que a gente fala para o turista para não fotografar, que é o “Inferno Verde”, mas não é por nada, ninguém proibiu, ninguém pediu, é uma questão nossa de privacidade das pessoas que moram lá porque a gente passa perto das casas, as pessoas estão acostumadas a dormir, porta aberta, cabelo para o alto e você vem com um grupo de seis chineses, os caras tiram foto de tudo, eles olham as coisas pela câmera, então é impossível você falar para o chinês assim: “Olha, aqui não pode não, daqui até aquela igreja é sem fotografia, quem fotografar vai ter que voltar para a estação andando”, aí eles não fotografam, mas é difícil controlar, porque quando é grupo grande, é um guia e seis ou sete cicerones, os guias locais, então não tem condições do cara tirar foto sem ninguém ver.

F.: Vem muito estrangeiro?

M.: Vem, bastante. Não vem para ficar, vem só para olhar mesmo. A descida ainda está precária por quê? A nossa empresa ela tinha uma limitação, a gente não podia levar um fluxo que vem de navio, um navio trás 3.500 passageiros, a gente não pode chegar com 3.500 passageiros para consumir no comércio lá embaixo porque não tem estrutura para atender, então a gente tinha uma limitação. E quando você leva um número muito grande de pessoas num local, fica degradado, porque é muito lixo produzido, vão ser pessoas que vão se sentir desconfortáveis dentro da comunidade, por estar passando aquele monte de gente de uma vez na porta delas, entendeu, por mais que ela queira cumprimentar ela não vai cumprimentar todos, então até para desenvolver uma atividade para ela empreender, vender alguma coisa, vai ser complicado. Então, quando a gente desce com o turista, a gente faz assim: se for um cicerone, que é o guia local, ele desce, no máximo, com seis, ele não pode descer com mais de seis. Num grupo de 10 a gente só bota um guia e um cicerone, se for um grupo, como a gente pega, grupo de incentivo, que são empresas que dão de presente para os melhores funcionários aquele passeio, a gente pega grupos de 100, 200 pessoas, a gente divide esses grupos em vários roteiros. A gente não costuma levar todos eles para o mesmo local por causa mesmo da estrutura no local, eles podem até, assim, passar os 100 com o mesmo roteiro, mas sendo que desses 100, vai de 10 em 10, com intervalo, para não degradar, entendeu? Mesmo porque o comerciante ele tem lá, vamos supor que ele bote um engradado de água para vender, 12 águas, se ele vendeu 10, tem que ter tempo para ele vender as outras 10, para botar para gelar. Porque aqui as pessoas não estão habituadas ainda a ter estoque, entendeu? Não estão habituadas a receber tanta gente, por mais que a gente fale, por mais que o SEBRAE venha aqui e fale: “Olha, você tem que se

preparar”, mas eles não querem se preparar desse jeito, entendeu, eles acham assim: “Ah, estão passando 12 mil turistas todo dia, todo final de semana na nossa cabeça, nenhum vem aqui, para que que eu vou fazer investimento? Eu vou esperar primeiro é o turista vir, quando o turista vier, aí sim eu vou botar as coisas para vender”, só que o turista não avisa que ele vem, ele pega e vem, né? Como tem alguns locais, algumas redes que a gente criou, a gente tem empreendimentos que não abrem durante o dia, porque aqui, a parte alta do morro é mais dormitório, todo mundo trabalha, vem mais para dormir, né, final de semana estão em casa. A parte baixa é mais comercial. Nessa parte baixa, os estabelecimentos abrem, só que tem alguns que só abrem na parte da tarde por causa do fluxo de moradores que estão entrando e na outra parte a maioria dos moradores sobe de carro. Só que, como a gente criou a rede, a gente fez o quê? Um acordo com o dono, “olha, quando eu tiver um grupo ‘x’, eu vou estar avisando que eu vou estar passando que é para você não perder a oportunidade de estar vendendo”, e a gente não faz como as outras empresas que é cobrar 10% da consumação do cliente total, não, a gente não cobra isso, a gente já cobrou o bilhete, para que que eu quero 10% de uma pessoa daqui de dentro, do comerciante, então não tem o porquê da gente cobrar deles também. A gente cobra do visitante porque estamos fazendo o nosso trabalho e o comerciante local ele está nos ajudando. Então tem algumas empresas que estão tentando implementar um sistema, uma loucura aí de uma empresa que veio de fora, tentar fazer o procedimento, só que se o cara não for daqui ele não vai conseguir fazer. É, isso aí foi mais uma jogada do governo para tentar fazer a gente desistir, só que a gente não desiste, não tem jeito. Assim, mando um gigante para engolir a gente, né, porque os caras vem com capital, vem com dinheiro, aí compra três, quatro moradores para fazer o passeio, só que esses três, quatro moradores eles não sabem como fazer para oferecer o que o cliente quer, ou seja, se o cara chega hoje aqui, com uma empresa de fora, vem, contrata um morador e o turista fala: “te dou R\$50 para tu me levar no Bistrô”, ele vai levar e vai chegar lá e vai estar fechado. Por que o Bistrô foi aberto a pedido da gente, foi um amigo nosso que tinha um dinheiro para investir e ele falou: “O que que eu vou fazer? Eu vou fazer um Bistrô”, eu falei: “Então faz aqui dentro que vai dar certo”, o cara pegou e fez. A casa de massa do “Brasileto” foi a mesma coisa, é igual o “Spoletto”, “o que que eu vou fazer para estar ganhando dinheiro?”, “Tu tem dinheiro?”, “Não”, então a gente arruma um sócio pra ele investir junto com esse morador para abrir essa casa de massas. A “Delícias” é um restaurante que oferece comida como se fosse no Hotel Palace, porque o chef de lá é do Palace, também foi a mesma coisa, ela era só uma lojinha de doce, fazia almoço para pessoas que estavam ali no entorno, né, para o moradores, comerciantes dali. Quando ela viu o potencial, começou a chegar

muitos turistas, ela falou: “Como é que eu faço para me organizar de um jeito que eu possa crescer mais?”, aí a gente apresentou o SEBRAE para ela: “Ó, agora eles vão te ensinar.”

F.: São vocês mesmos que se organizam e montam toda uma estrutura de turismo, né?

M.: É porque, para a gente, isso é melhor do que não ter, porque se a gente não tiver, eu vou oferecer o quê para vocês?

F.: Pois então, eu fico imaginando que o teleférico, o que ele trouxe de bom para a comunidade foi justamente isso, ou seja, potencializar o comércio aqui dentro, trazer atividades novas para os moradores. Porque o teleférico em si, é aquilo que você estava falando, para mobilidade mesmo, não tem muita utilidade.

M.: Tem alguma utilidade, mas não é para todos. Olha, aqui era a tal da lixeira, aqui é onde eles iam criar um micro-campinho, já tem esse campo aqui que tem aquele rapaz que passou lá de muleta é que organiza umas partidas aqui com as crianças, aí ele tem uma rede, botou esses postes aqui, porque a Light trocou todos os postes, eu vou explicar isso para vocês, pegou os postes, fincou ali e esticou uma rede, porque lá embaixo é um precipício, se a bola rolar, a gente só vai encontrar dois dias depois, e para cá a gente ainda dá jeito, as crianças correm atrás e dá tempo de pegar, mas lá não dá, então quando eles fizeram o campinho ali, a gente pediu: “Poxa, ajeta esse campinho aqui. Em vez de fazer alguma coisa ali, bota só uma grade, não precisa mexer nem no chão, bota só uma grade daquele lado de lá, uma grade o lado de cá, uma tela, alguma coisa para as crianças poderem jogar bola. A gente só toma não. Aí tiraram a lixeira dali e botaram do lado de cá, mas não dá vazão, não dá, porque é muita gente! Só nesse morro são mais de 5 mil casas, só nesse morro, ele é muito grande, não dá nem para a gente ver daqui, só um pedacinho. Mas só que tem mais de 5 mil casas e tem esse aqui, ainda tem pessoas do lado de lá que vem jogar lixo aqui, como é que vai fazer? Não dá.

F.: Quantos habitantes você acha que tem aqui, no Complexo inteiro?

M.: Olha, deixa eu ver... Para falar a verdade, eu ainda estou mapeando, mas tem muito mais de 800 mil, porque ninguém tem só um filho, ninguém, tem muito mais de um filho. Só na casa da minha mãe, moram 11 pessoas, você imagina, uma família que tem o pai, a mãe, três filhos, dão cinco pessoas, ainda moram com a avó, aí geralmente aquela casa são duas casas divididas, tem os primos, os tios... agora a gente não pode nem mais fazer um puxadinho, tem que fazer o “compridinho”, é só para cima, porque não tem mais espaço. Então, isso é uma coisa que não

tem lógica falarem que é “x” número de pessoas, porque as políticas públicas que vem são as mínimas, entendeu? Escola a gente só tem uma.

F.: Uma, para o Complexo inteiro?

M.: Uma, dentro da favela é só uma, as outras são todas no entorno, nos bairros próximos. E não é nem perto, são nos bairros próximos.

F.: Tem muitas crianças fora da escola então?

M.: Muita! Só que o que acontece: depois que botaram essa lei de que a criança é obrigada a estudar, a mãe tem que se lascar para levar, tem que dar o jeito. Se ela tem, por exemplo, duas passagens de teleférico, vamos supor que a criança estude lá em Bonsucesso, ela gasta uma para ir e uma para voltar, já acabou a gratuidade dela, ela vai buscar esse filho e vai levar outro, ela vai gastar outra para ir e outra para voltar, de tarde ela vai buscar esse outro que estuda de tarde, outra passagem para ir e outra para voltar. Só do morador, já tirou R\$4. Você imagina quanto isso pesa no orçamento mensal de cada família?

F.: Considerando o tempo dessa mãe que ainda tem que trabalhar, fazer as outras coisas...

M.: Pois é, eu ainda nem estou pensando no trabalho dela, só no deslocamento. Se tivesse uma escola, um centro educacional, porque não pode ser uma escola só, tem que ser uma coisa grande, aqui dentro, que pudesse, assim, ou ser dividido em várias áreas, um polo em cada lugar, ia resolver uma parte do problema, mas não ia resolver tudo. Não adianta eles virem com escola de ensino fundamental, porque ensino fundamental a gente tem nos bairro próximos, ensino médio a gente só tem uma, que é a Tim Lopes, que é lá na pista, longe para caramba. Hoje meu filho vai estudar nessa de ensino médio lá, que é do tempo do Brizola ainda, se eu não conseguisse vaga para ele aqui, ele ia ter que estudar num bairro que fica a mais ou menos uma hora daqui, isso porque eu moro na saída do morro já, eu não moro aqui em cima, se eu morasse aqui em cima, ia demorar uma hora e meia, duas horas.

F.: Mas então o que acontece de fato? Os meninos desistem da escola?

M.: Não desistem, mas ficam desanimados, porque você imagina descer esse morro todo para estudar no sol, na chuva, voltar para casa cansado, vai porque tem que ir. Olha, eu morava aqui, a gente vai passar próximo de onde eu morava, eu tomei uma decisão que para mim é difícil, ter que morar na saída do morro, pagar um aluguel muito caro, mas para poder dar um conforto para o meu filho gostar de estudar, porque é nele que está a minha esperança, eu estou

investindo nele para depois ele cuidar de mim, eu vou ficar velha um dia! Aqui nessa área aqui ainda tem a kombi para facilitar, mas lá nos “Mineiros”, na “Pedro da Sapo”, na “Matinha”, outros locais, não tem kombi, a criançada sobe e desce andando e é muito morro. Nos “Mineiros” não tem escada, é barranco; na “Matinha” não tem rua, aqui já tem rua larga, esse é o melhor lugar do morro para se morar porque tem tudo, tem teleférico, tem moto-táxi, tem comércio perto.

F.: E me fala uma coisa: você acha que valor de aluguel, essas coisas, aumentou depois do teleférico?

M.: Ah, muito, minha filha, claro! Porque quando a obra veio, removeu muita casa, a maioria das pessoas não querem ir embora daqui, querem continuar aqui, aí para comprar casa, a casa aumentou absurdo, uma casa que era R\$10 mil agora custa R\$100 mil, uma casa que era R\$20 mil, agora é R\$200 mil, então aumentou muito. E o aluguel, por sua vez, não ficou para trás, o que era R\$100, R\$150, tá R\$800. Eu pago R\$730, nesse mês que passou agora, janeiro, fevereiro eu já vou pagar R\$1000 de aluguel!

F.: E as pessoas estão saindo, indo para outras favelas?

M.: Nada, ninguém quer sair daqui não! Porque aqui é muito bom para morar, com todas as dificuldades que tem, aqui é bom para morar, é um bairro seguro, sempre foi!

F.: É mesmo? Mas me explica essa fama do “Complexo do Alemão”, porque quando a gente fala que vem ao Complexo do Alemão, todo mundo acha que somos doidos!

M.: Eu imagino! Estou acostumada com isso! Deixa eu mostrar para vocês, aqui é onde foi gravada a novela, o Pescoço ficava ali e a Maria Vanúbia nessa laje aqui e aqui era a laje da Lurdinha. Aí eles vinham, num dia eles alugavam a casa, mesmo com a pessoa dentro, aí subiam, faziam as filmagens, mas a pessoa não precisava sair. Ah, agora você pode fotografar, tá! Era só até ali onde eu falei com aquele senhor. Então, você estava me perguntando desse negócio da ficção, né? É tudo fantasia, menina, porque a Globo sempre fez disso aqui o “ó” da matéria deles, tudo que saía do Alemão “bombava”, a Globo vendia para todas as outras emissoras, mas porque a Globo tinha uma pessoa aqui dentro que era o porta-voz dela, que era o Neneu, do Voz da Comunidade, ele passava as informações pra eles, porque eles tinham essas informações o tempo todo, e eles vendiam para as outras emissoras as informações, então, quanto mais eles instigassem, quanto mais eles botassem lenha na fogueira, ia dar mais matéria, a matéria ia ficar mais cara, porque era exclusiva deles e eles ganhavam da gente em cima disso. Depois que construíram o teleférico, eles fizeram a novela, por quê? Por que o

Alemão, querendo ou não, é uma vitrine, entendeu? É uma vitrine, muita gente vindo para cá e antes da novela já tinha muita gente vindo.

F.: E eu acho que a própria favela, por ser favela, as pessoas querem saber o que é, como funciona, querem entrar para ver...

M.: ... só que a novela não mostrou isso não!

F.: Não, não mostrou, lógico, mostram o que rende dinheiro, a vista bonita, o teleférico, a atriz bonita...

M.: Mostrou foi um monte de gente a toa, porque ninguém estudava naquela novela, muito mal tinha a mãe da Morena que trabalhava, mas ninguém trabalhava naquela novela, você chegou aqui e por mais que tenha gente por cima da laje, mas durante a semana não fica ninguém aqui não, está todo mundo trabalhando. É como se ninguém fizesse nada para ninguém, entendeu? Mas não é assim que funciona.

(...)

M.: Aqui dá para ver que o caminhão (de lixo) já passou, mas daqui a pouco vai estar lotado de lixo de novo (...). Essa é a rua principal, sabe por quê? Porque é a única! (risos). As máquinas que eram para fazer as obras passavam era aqui, trator, guindaste, tudo. Só que no dia que eles iam subir, o que que acontecia? Eles avisavam, colocavam avisos nos carros que no outro dia ia ter uma máquina subindo, então eles não estacionavam nada, aí vinha um caminhão na frente que ficava levantando os fios para ele passar, tipo uma plataforma. Minha filha, mas quando eles foram esticar esse cabo aí (...), porque teve um cabo que ele escorregou e ele é muito pesado, é feito de um material que não tem como, o sistema que eles usam lá é, assim, impecável, mas se um cabo desse bate numa casa, na mesma hora cai. As pessoas que estavam na linha do cabo nem ficavam dentro de casa. Era um rolo grandão, aí eles vieram e esticaram o cabo por cima das casas, suspenderam e escorregou, mas tinham vários guindastes em volta que seguraram, então... O sistema deles lá tem um sensor de leitura, quando o cabo passa por esse sensor, ele lê tudo que está no cabo, aí quando tem uma linha de pipa, ele para, o teleférico para e fica em média um, dois, no máximo três minutos parado, porque como ele é um cabo todo cheio de fiozinhos, o leitor entende que a linha de pipa é um fiozinho desse cabo que está arrebentando, então por segurança ele trava, aí faz o raio x e vê que não é do cabo aí ele libera.

F.: Eu vi lá no posto de informações da estação Bonsucesso um flyer com advertências sobre soltar pipa perto do teleférico...

M.: É! Porque a gente tinha medo de quando parava, falava: “Ai, meu deus, vai cair!”, hoje em dia a gente já entende, assim, a gente que está no turismo, os moradores, a maioria, ainda não sabe, a gente vai falando, porque ninguém fez uma campanha de divulgação para explicar para o povo que o certo era eles mesmos explicarem.

F.: Você ficou sabendo que o bondinho do Pão-de-Açúcar parou esses dias? Acho que 120 pessoas ficaram presas e saíram já era de noite e não tinha luz, nada para iluminar...

M.: Esses dias deu problema também lá no trezinho do Cristo, minha filha, mas também aqueles trens já tem mais de 70 anos e não tem mecânico suficiente pra manutenção, mas a gente agradece, porque quanto mais quebrar o Cristo, mais gente vem para o teleférico! (risos) Só que deve ser frustrante, né, para a pessoa vir de longe, comprar o passeio, querer visitar e chega lá... Tá R\$62 no Pão-de-Açúcar e acho que é R\$52 no Cristo Redentor e , detalhe, são quatro horas de espera! Essas casa que estão aqui quebradas são resultados da obra (do teleférico) que não foi acabada, vocês vão ver um montão agora, a gente já passou por um monte, mas estão todas para baixo, não dá para a gente ver daqui de cima, aqui embaixo é que tem um montão que dá para ver, então como o dinheiro foi desviado, né, não como concluir. Aqui, olha, tem várias casas quebradas, várias, e essas casas, por mais incrível que pareça, você olha assim e não diz que é uma casa, e tem gente morando dentro. Por quê? Você botar uma casa vazia hoje, por mais que ela esteja interdita, no Rio de Janeiro é você estar oferecendo um prato de comida para alguém que está com fome, a pessoa entra, cara, não tem jeito. Até eu que moro de aluguel, se eu achasse uma casa vazia, eu ia entrar! Até eu! Quem é que não quer ter uma casa? Essa área aqui também, as casas, a maioria, estão todas rachadas por causa desse pilar aqui, porque quando foi perfurar esse solo aqui, ele era muito seguro, muito duro, só que não era pedra, eles precisavam achar pedra, aí eles furaram, furaram, furaram e as casas foram todas ficando abaladas. Esse terreno aqui a gente pediu, na época , que a gente não foi pedir a pessoa certa, né, a gente pediu para a EMOP, a EMOP falou “constrói”, mas não deu documento e a Supervia veio e derrubou. A gente ia construir um centro cultural, já tinha patrocínio, já tinha projeto de arquitetura, já tinha tudo, e eles embargaram, quando começou a obra eles mandaram parar, aí agora a gente vai construir numa casa que tem lá embaixo. Mas a gente queria aqui, né, é mais visibilidade, é mais perto para o turista vir, mais perto até para quem mora aqui dentro, porque lá embaixo é muito inviável, a pessoa depois para

depois subir. (...) Minha filha, ou vai vir alguma celebridade aqui ou alguém do poder público porque tem muito pouco lixo hoje, sempre tem muito lixo, sempre e a essa hora ainda não deu tempo deles coletarem tudo, com certeza vai ter alguma coisa diferente, está muito limpinho, tudo muito limpinho, é estranho, quando ele limpam assim é porque alguma coisa vai acontecer de repente. Ontem, eu achei que ia estar limpinho também porque ontem quem veio aqui foi o presidente da fundação do Messi, é o pai do Messi, porque ele está entrando para ajudar a gente a fazer algumas coisas com a escola de samba, construir um centro cultural, eles vão botar uma empresa para construir uns projetos sociais, projetos para incentivar, porque é necessário, porque, assim, por mais que a gente tenha outras prioridades, mas com o centro cultural a gente consegue gerar renda, entendeu? Fazer algumas coisas, algumas atividades (...) que gerem renda (...).

F.: Como vocês fazem para guiar os turistas estrangeiros?

M.: Ah, a gente tem guia bilíngue, trilingue, poliglota, tem guia que fala até mandarim!

F.: É mesmo? E esses guias são daqui mesmo, da comunidade?

M.: Não, esses guias que têm vários idiomas a gente tem que trazer de fora, aí a gente coloca o guia de fora com o guia de dentro, tanto para aprender quanto por questão de segurança também para quem está vindo porque ele não está vindo com um desconhecido, ele vem com uma pessoa daqui. Não é nem pela questão de segurança física, não, é por segurança mesmo no local, para não se perder, para poder cumprimentar, o cara parar, perguntar alguma coisa e ter o dado certo, não é uma coisa fictícia... Porque senão vira uma coisa fictícia, eu estou indo te levar em um lugar que eu não conheço? Olha, aqueles triângulos lá são a única escola, está vendo que não é no alto do morro, é lá embaixo já.

F.: Ah, e essa é de ensino médio e fundamental, tudo?

M.: Ela é ensino regular, integral. Ela tanto tem ensino fundamental como o ensino médio. Lá do teleférico vai dar para a gente ver ela de novo.

F.: Como é que ela chama mesmo?

M.: É CAIC (...).

F.: E seu filho estuda onde?

M.: Agora ele vai estudar nela, mas ele sempre estudou em outro bairro.

F.: É?

M.: Sério!

F.: E ele tem quantos anos?

M.: Ele tem 15.

F.: Vem muita gente de fora para morar aqui ainda?

M.: Olha, quando, no começo, quando inaugurou o teleférico, muita gente veio procurar casa para vender, comércio para comprar loja para colocar alguma coisa. (...) Mas aqui a gente tem um hábito que pode ser até um defeito mesmo daqui de dentro, de eu só consumo de quem eu conheço, eu só paro onde eu conheço, entendeu? A pessoa fica recatada com quem ela não conhece, ainda mais depois do teleférico e depois que pacificou (...), tá todo mundo com medo de fazer amizade com a pessoa errada, aí, as pessoa foram se sentindo mal, então quem estava a fim de comprar, estava numa casa alugada e a fim de comprar casa (...), pegou e foi embora, quem comprou teve que revender, porque não tem jeito. E quem botou um comércio, viu que não deu certo e faliu (...). Porque quem bebe no Bar do Edmar, é só no Bar do Edmar, quem bebe no Bar da Cabeluda, é só Bar da Cabeluda, quem compra no Mercado do Seu Maurício, só vai no Mercado do Seu Maurício.

F.: É , e isso funciona desse jeito até fora daqui, né? A gente só vai nos lugares que a gente conhece mesmo...

M.: É, porque não tem muita lógica você ficar comprado com um desconhecido, porque você está sem dinheiro, é no cara que você vai pedir fiado, então, assim, para aqui, não adianta trazer uma franquia do Mc Donalds para aqui, porque o pessoal vai pegar o teleférico, vai descer e vai lá em Bonsucesso comer mas não vai comer na franquia daqui. Não vai! Quando a Associação Brasileira de Franquias veio aqui, a gente que trouxe eles aqui para fazer uma reunião, mas a gente deixou bem claro, para vocês (...), para o franqueado de vocês colocarem uma franquia, tem que ser com os moradores, tem que ser sociedade justa, porque se você botar uma franquia, não vai dar certo, porque o morador não tem R\$200 mil para botar numa franquia, mas aí eles: “Não, mas a gente vai fazer, que não sei o quê lá” e eles não vieram, só fizeram a reunião mesmo. Porque a gente trouxe para não dizer assim: “ah, leva quem quer”, a gente traz todo mundo, mas quando eles começaram a fazer a reunião, o pessoal começou a questionar: “Tá, quer dizer que se tiver uma banana estragando, eu não posso fazer uma promoção de vitamina?”

Vou jogar a banana fora?”, porque é a própria rede da franquia que vem recolher o produto que sobrou, se você comprar 50 bananas e você fez 30 vitaminas, ela vai vir trazer 20 bananas para você de volta, mas as 20 ruins ela tem que levar outra vez. Aí a pessoa não aceita um negócio desses, né? Vocês querem ir no banheiro?

F.: Não, não precisa.

M.: Naquela estação da Palmeiras, você viu o quanto a gente desceu para chegar lá embaixo? São três andares, o elevador de descida funciona o tempo todo e o de subida eles param, eles deixam parado, só para o pessoal não utilizar, são três andares, aqui é só um. Quando vem uma pessoa deficiente ou algum senhor de idade, com dificuldade, a pessoa passa na roleta, aí eles abrem a porta, a outra porta e mandam subir pelo elevador de descida, mas eles não botam o elevador de subida para funcionar.

F.: Mas então o morador não pode usar?

M.: Não! Para ninguém usar, nem o turista, nem o morador, ninguém. Era melhor nem ter o elevador de subida. Eles estão usando só o de descida para subir todo mundo. Aí eles falam: “Ah, está quebrado, está em manutenção”, mas o de descida quebrou essa semana e eles já endireitaram, e o de subida eles não querem endireitar. (...) E a Supervia, querendo ou não, ela é nossa parceira, a gente depende deles para trazer o nosso turista, aí eles reclamam direto: “Ah, mas vocês (...) que degradam a nossa imagem, a gente aqui trabalhando tanto para ter ganho de imagem e vocês destruindo a nossa imagem?”, mas está errado, a gente vai ficar puxando saco? Ali é a escola, a CAIC, onde eu te falei, é a única escola com ensino regular, aqui embaixo tem uma outra escola, que é a Tim Lopes, mas ela é só para segundo grau, só que ela atende só 112 alunos. Uma escola que só aceita 112 alunos? E ela não é integral, é dividida em dois turnos, são quatro salas que funcionam e dezesseis não funcionam.

F.: Dezesseis?!

M.: Por isso que quando a gente fala que a gente tem escola a gente fala: “Só tem uma”, a gente não conta a Tim Lopes como escola.

F.: Mas por que isso? Falta professor?

M.: Faltar professor não é justificativa, falta é vontade do governo para colocar para funcionar, para montar as turmas, entendeu? Enquanto a gente está procurando escola de segundo grau em todos os bairros e aqui uma escola pertinho que só tem quatro turmas funcionando. Vem

aqui que eu quero mostrar uma coisa para você. Aqui embaixo você está vendo um lugar onde tem uma lona? Tem uma quadra e uma lona. Então, ali é a Nova Brasília, aquele prédio ali se chama Praça do Conhecimento, é um centro de tecnologia digital e de cultura digital e ali tem cursos de web design, design gráfico, aulas de vídeo e fotografia, aula de programação digital (...). Foi a melhor obra que eles fizeram aqui. Foi feito pela Secretaria Municipal de Habitação, mas agora é administrado pela, o recurso vem da Ciência e Tecnologia e a gestão é de uma ONG chamada CECIP, que é Centro de Criação de Imagem Popular. É a melhor obra que tem aqui, melhor do que o teleférico, porque o morro todo usa aquele espaço lá, (...), você chega lá, faz um cadastro, uma hora de internet de graça, se não tiver ninguém, você pode ficar mais uma hora, tem um espaço de jogos interativos, tem biblioteca digital, tem biblioteca normal, física também, tem um auditório que a gente utiliza, tem um estúdio para fazer gravação musical, tem tudo, tudo o que você possa imaginar da área digital tem ali.

F.: Tem quanto tempo que foi inaugurada?

M.: Tem dois anos, mais ou menos. Só que lá foi feito com o modelo que a gente pediu, a gente queria um centro para capacitar. E lá tem um cinema 3D também, no cinema o ingresso é R\$4,50 e todos os filmes que vão para os shoppings daqui do Rio são lançados aqui primeiro, aí toda quinta-feira chegam, em média, quatro ou cinco filmes para serem lançados e ficam até a próxima quinta, quando saem esses e entram outros. (...)

F.: Todos os dias tem passeio?

M.: Olha, passeio tem todo dia, mas eu não consigo fazer todo dia porque eu pinto, faço um monte de coisas, aí eu boto outras pessoas para irem no meu lugar. Geralmente, passeio exclusivo assim quem faz sou eu ou aquele rapaz que estava lá embaixo na barraca, o Anderson, ou o Daniel que é um sócio do meu marido ou a minha irmã que é minha sócia. Então sempre somos nós, porque o passeio exclusivo, geralmente, são perguntas específicas, entendeu, assim, dados, corretamente, dados históricos, essas coisas todas, os cicerones sabem passar, mas se ele te perguntar, por exemplo, sobre política, sobre como que funciona, eles não sabem e a gente não vai ficar falando para os cicerones tudo, que aí ele se irrita, aí soltam os cachorros, aí falam que os presidentes são culpados, que isso, que isso, que isso, aí os presidentes putos, aí começa a dar confusão para o lado da empresa. Então a gente fala porque a gente fala quem é que está perto ouvindo, entendeu? A gente fala na hora certa. Já tem alguns cicerones, porque a gente trabalha com uma faixa etária dos 18 a 60 anos, a gente não dá oportunidade só para jovem não, o morador antigo ele tem muito mais histórias para contar. Então, às vezes o cara

está brigado com o pessoal da Associação de Moradores, aí a gente prefere ficar limitando isso, entendeu?

(Entrando novamente no teleférico, na Estação Itararé)

F.: Quanto tempo tem a sua empresa?

M.: A minha empresa tem três anos, desde quando começou a construir o teleférico eu abri a empresa, mas eu não trabalhava com a minha empresa porque não tinha estrutura, né? E de dois anos para cá foi que eu comecei atuar na empresa e depois o meu marido criou a empresa dele, que tem um ano. Porque para atender o mercado de turismo grande, ou o receptivo, que a gente fala que são os grupos de incentivo, eles pedem empresas grandes, eles não aceitam microempresas, eles só querem empresas que são de porte.

F.: E você fazia o que antes?

M.: Antes eu era cabelereira.

F.: É mesmo? Aqui, no Alemão?

M.: É, só que aí enfraqueceu o movimento, né, foi todo mundo embora, foram todas as mulheres atrás, então, cadê as mulheres para fazer o cabelo e as unhas, não tinha mais. Então eu tive que fechar o salão e aí eu resolvi estudar como é que funcionava o mercado, porque estudar turismo é uma coisa e você entender como o mercado funciona, é outra coisa. E aí a gente descobriu que o mercado, ele é uma máfia fechada, entendeu? Só as grandes empresas, dos grandes executivos do turismo que ganham dinheiro com turismo, eles chegam num lugar, compram tudo, exploram, exploram igual como se fosse Serra Pelada, eles exploram e quando não tem mais nada eles partem para outro lugar, então aqui a gente não queria deixar isso acontecer, aqui a gente foi buscar duas pessoas do mercado, que entendessem de turismo e que não quisessem fazer a mesma coisa, como esses grandes empresários, esses dois caras eles eram guias, mas trabalhavam com operação de navios, e eles entendiam como é que funcionava o fluxo, como que faz a logística, tudo isso. E eles passaram para a gente a experiência deles para a gente poder passar para eles o que a gente sabe, porque a gente não entregar nada para eles para eles fazerem a gente de escravo, né? E a gente não quer deixar as empresas grandes entrarem porque se elas entrarem elas vão escravizar todo mundo.

F.: Elas iriam acabar com as empresas pequenas e aí não teria espaço para ninguém, né?

M.: Mas aqui eles não entram, não tem como, porque para eles entrarem, eles têm que ter garantias, e essa garantia o morador sozinho não vai dar para eles. E eles já tentaram, mandaram muitos guias aqui para fazer reconhecimento do território para poder estar vendendo, só que o guia vinha a primeira vez, a segunda vez, e os nossos grupos, quando vem muito grandes, todos eles usam uma camisa vermelha, igual a logo do cartão que eu te dei, todos, não tem um que vem sem a camisa vermelha. E quando o guia passava com um grupo de 15, 20, sem camisa vermelha, os outros já me ligavam: “olha, tem um grupo descendo aqui sem camisa, é seu?”, “está com alguém da favela, tem alguém conhecido? “, “não”, “então não é meu grupo”. E eles botavam para subir de volta, chegavam ali no “Inferno Verde” e “volta!”. E aí as empresas não vão querer vender alguma coisa que não possa ser utilizado e quando as empresas chegam aqui, também não pode vender só o teleférico, porque se ele chegar aqui com um grupo de turista, apresentando do alto, igual safari, aí a pessoa fala assim: “ah, eu quero descer, eu pago para descer”, “ah, mas não pode”, “não pode por quê? Então porque você me trouxe aqui, não está seguro, então por que tu me trouxe?”. Eles não vão se queimar a esse ponto, vender uma coisa que eles não podem oferecer, entendeu? Então, querendo ou não, para eles fazerem ,eles vão ter que fazer com o morador. Eles não vão conseguir fazer igual eles fazem na Rocinha que o Jeep Tour passa lá e faz aquele “safarizinho” e não deixa R\$1 lá dentro.

F.: O Jeep Tour não é de dentro da Rocinha?

M.: O Jeep Tour não é, ele ajuda uma instituição, quer dizer assim, dá uma esmola para um projeto e quantos milhões eles não ganham com os turistas? Porque o turista só consome onde eles levam e onde eles levam eles coram 10%. Ele já cobrou do turista e ainda está cobrando do empresário, do comerciante local, ele ganha 10% em cima da consumação de todos os turistas, você imagina, desses 10% ele tira 5%, fica com 5% para ele e 5% ele dá para o projeto, o que que ele deu da empresa dele? Ele não deu nada! Ele deu foi da comissão que ele pegou do comerciante, entendeu? São coisas, assim, que se a gente for explicar para alguém do mercado de turismo eles até matam a gente, porque não aceitam, porque é praxe de mercado você atuar com comissão, mas é uma comissão que a gente não quer receber, a gente já vai receber de outra forma, a gente não precisa ganhar duas vezes. Porque, no turismo, só quem pode ganhar é o dono do hotel, o dono da pousada, o dono do grande restaurante, que já é o dono do hotel que hospedou o cara e o cara vai comer no restaurante dele. E aí, o cara que é o dono do hotel é amigo do cara do transporte, então é uma máfia fechada, entendeu? Onde ninguém penetra. E

para a gente penetrar nisso, foi muito difícil, porque eles têm uma resistência com a gente, porque o medo deles é a gente entrar e descobrir como que eles funcionam e achara assim, a gente é muito linguarudo, então a gente fala o que a gente sabe, só que não é porque é segredo de empresariado, é segredo que a gente não vai contar para as pessoas, a gente vai contar os nossos segredos que não são mais segredos, como a gente opera a gente conta para todo mundo, a gente faz questão, porque é um modelo que pode ser replicado em outras comunidades, entendeu? Que é o que o meu marido está fazendo, ele viaja para Recife e ele dá consultoria em Recife, porque lá as pessoas são escravizadas, o produtor de artesanato produz, a prefeitura manda recolher e bota em um centro de artesanatos para vender. O cara virou escravo do centro de artesanato. O outro bota uma barraquinha do lado de fora do centro de artesanato, o turista passa mas o guia que fala: “Olha, você não vai comprar esse artesanato, você vai comprar lá dentro, porque o lá de dentro já está vendido para o turista. O cara já vendeu para o turista que aquele artesanato lá dentro vai ajudar quem está na roça, mas vai ajudar quem está na roça e vai ajudar o empresário que é o dono do espaço. O que está do lado de fora não vai ter a oportunidade. Mas esses são o tipo de coisa que acontecem lá fora e a gente não vai deixar acontecer aqui, porque para a Copa do Mundo, eles acharam que eles iam fazer um escarcéu aqui dentro, que eles iam ganhar um mundo de dinheiro, tinham umas empresas aí que elas estavam loucas, desesperadas para entrar, eles estavam dando tudo que pedissem, tudo, tudo, tudo, podia pedir qualquer coisa, e eles falaram para a gente que todo mundo tem um preço, e a gente: “é, mas no nosso caso a gente não tem preço, não, porque você vai embora e eu fico. Você, um dia, você vai embora, quem vai ficar sou eu”, entendeu? Isso aqui, querendo ou não, quem manda não é a polícia, a polícia nunca vai mandar nisso tudo.

F.: É, só se tivesse a mesma quantidade de polícia da que tem de morador...

M.: Não, e mesmo assim, ainda vai ser complicado. Então, não adianta o cara vir e falar: “Ah, um dia vocês vão se vender e tal”, não vende, cara. Política, aqui dentro, as pessoas pensam assim: “ah, eu estou na associação de moradores, eu vou ganhar um monte de votos para o cara”. Ele vai ganhar sim, ele vai ganhar o dinheiro, vai ter fazer a campanha para o cara, vai se expor, vai se queimar e o morador vai fazer o quê? Igual fizemos agora, votamos em outros! O cara vai lá, pega os R\$50 que o cara está dando na boca de urna, pega os R\$50, mas votou em outro! E aí? Ele só vai ter acesso aos números depois que fechar tudo, o cara já vai ter perdido R\$50, então, já era, não adianta, aí manda meia dúzia de cestas básicas para uma associação de moradores, meia dúzia de cestas básicas para outras, que não chegam a quem precisa e no final das contas, o trabalho mesmo que é bom, ninguém faz. Seria muito mais fácil eles chegarem aqui, os tais

políticos que querem esses votos, e falar assim: “Olha vou organizar a papelada de vocês, vou dar um título de utilidade pública para cada associação de moradores e botar um projeto incentivado para vocês serem independentes, aí vocês arrumam voto para mim”, aí ele ia conseguir. Porque aí a gente ia ajudar essas pessoas, as associações de moradores e as pessoas que estavam trabalhando para esse candidato para esse candidato entrar, porque ele está dando independência, agora você pegar e “ah, eu vou te dar um dinheiro”, você está dependente, você está morando dentro do morro e você vê o cara sempre, no dia que ele parar de te dar, tu está lascado! Então, é isso que algumas pessoas não entendem. “Por que que vocês não fecham com o filho do Cabral?”, o filho do Cabral era candidato estadual, eu falei: “Para quê? Eu vou dar um tiro no pé”. Eu bato, bato, bato, bato no cara, estou há seis anos batendo no cara, para o filho vir e eu apoiar o filho dele?

F.: Ele está tentando entrar então?

M.: Está, o pai já roubou tudo o que tinha para roubar, o pai é sócio da Odebrecht, a Odebrecht e dona da Supervia. Então, o pai não precisa mais ser governador, mas o filho tem que continuar, tem que passar e escapar do problema. E ele entrou com o discurso do idoso e pelo idoso ele não fez nada. (...) A gente fica até na dúvida, assim, em quem votar. A campanha que a gente queria fazer é até uma campanha perigosa é “ninguém vota”, todo mundo paga R\$3 e eles ficam inelegíveis e entram outros. É só R\$3, gente! No dia de todo mundo votar, todo mundo faz festa, deixa eles lá achando que eles vão ganhar, aí eles ficam inelegíveis. Porque se 51% da população não votar, eles ficam inelegíveis, eles têm que sair, têm que ficar quatro anos sem se candidatar e entra outro para se candidatar no lugar deles. Aí, os que estão chegando estão sem vício de roubar ainda, não conhecem as malícias, os caminhos, entendeu? Só que o povo é medroso. A gente botou isso esses dias no “face”, menina, mas quase bateram na gente, “vocês não podem fazer isso, porque isso desarticula, todo mundo precisa da política, a gente não está contra a política, a gente está contra os partidos...”. A gente não se libertou da ditadura, eles só criaram um título de democracia, mas tudo é ditadura ainda, tudo é ditadura. Você não é independente totalmente. A gente, do local, é que teve que tomar uma atitude de querer fazer alguma coisa para melhorar, porque se a gente não montasse, já teria ido uma empresa. Eles tentaram parar a gente de todos os modos. Sabe ali naquele canto? Ali tem o balcão do artesanato, seria para todos os artesãos botarem as coisas ali e na Palmeiras, ia ter um balcão desse lá, e do lado do Bradesco tinha um stand do visita guiada, que era uma empresa que vem de fora. Essa empresa ela tentava engolir a gente, e eles tinham estrutura, eles tinham lá um *lounge* bonito, com balcão, tela de LCD, panfleto da melhor qualidade, tinham três guias da

comunidade, tinham os guias que falavam vários idiomas, eles mandavam buscar em carro de luxo. A pessoa via a propaganda deles no site e ligava e vinha um carro para buscar a pessoa. Sabe para quê? Para o cara pagar todos os serviços por fora, mas aqui ele tinha que pagar R\$50 para andar com o guia na gôndola, não podia descer, para quê que eu quero um guia dentro da gôndola? Aí, quando chegava lá na barraca do artesanato, não podia entrar. Por quê? Porque era meia hora de passeio, 15 (minutos) para ir, que é o tempo (do teleférico) e 15 para voltar. Chegava lá, tirava uma foto e tinha que voltar de novo. Aí o turista falava assim: “Não, eu vou comprar”, “Ah, mas a gente tem que voltar”. Aí a pessoa arrancava a pulseira e ia embora dizendo “daqui eu sei ir!”. Não tem lógica um guia para andar só dentro da gôndola. Aí, meu amor, eles tentaram pegar a gente e botar a gente como se fosse empregados deles, “ah, a gente vai sublocar o serviço de vocês”, não, nós somos empresa, nós vamos atuar direto no mercado, não precisa de um atravessador. Quando eles viram que não tinha jeito, aí a gente começou a pedir o Ministério Público para investigar, porque se eles estão ali, alguém botou, alguém botou. Para que que eles estão ali? Porque o custo dali estava muito alto para o lucro deles, eles não tinham passeio todo dia, quando tinha passeio era alta temporada, o que aconteceu só na Jornada (Mundial da Juventude, ocorrida em julho de 2013), então como é que eles iam pagar os custos, pagar funcionário, pagar imposto, pagar tudo? Não tinha! Aí a gente pediu investigação do Ministério Público, mas, eles zarparam! Quando eles viram que a gente estava pegando no pé deles, eles meteram o pé! Mas mesmo assim a investigação vai continuar, porque a gente quer descobrir quem foi que colocou eles ali, só que a gente já sabe quem foi, a gente só quer saber isso por escrito.

(...)

M.: Vocês vão para qual lado?

F.: Flamengo.

M.: Flamengo? Então vamos, eu levo vocês, tem um ônibus bom, com ar condicionado... Vocês gostaram do passeio?

F.: Muito, você falou muita coisa que eu queria saber! Tudo que eu falava, de fora, lá de Belo Horizonte, que eu imaginava que era, você falou.

M.: Mas sabe o que que é? É porque algumas pessoas têm essa percepção de “poxa, botaram uma coisa que não vai dar certo, que não vai ser bom, ou vai levar tempo para ser bom”. Só que tem gente que vem aqui para ver e não vê, porque vai só no teleférico. Acham lindo, que está

tudo lindo, como o governo ajudou! Mas quando eles chegam na última estação, quem espera eles de braços abertos na barraca é meu marido, aí a pessoa chega lá e ele: “Sejam bem vindos, estão gostando do passeio? Já conhecem a favela?”, “Não”, “Vocês querem conhecer a favela?”, “Ah, mas a gente não pode descer”, “Mas eu contou para vocês como a favela é!”! Aí a pessoa: “Ah, mas eu não sabia que era assim!” (risos).

(Fim do passeio)

Visita ao Morro da Providência

Dia 23/01/2014

Guia: João Ribeiro⁵⁶

Visitante: Francielle Mendes-Gomes

(Subindo a ladeira do Morro da Providência, a partir do Cais do Valongo)

J.: O Morro da Providência é a favela mais antiga da América Latina, considerada a primeira. Tem origens no sertão de Pernambuco, quando acabou a Guerra de Canudos, as tropas de Antônio Conselheiro vieram refugiados para o Rio de Janeiro em busca de apoio, por causa que os militantes do sertão pernambucano iam massacrar eles e as famílias deles, então vieram refugiados para o Rio, capital da época. Chegando aqui no Rio de Janeiro, em busca de providência das autoridades locais, eles acabaram se abrigando no alto desse morro que ficava muito perto aqui do cais, aonde chegavam as autoridades da época, do império, essa coisa toda, e aqui no alto do morro, eles encontraram uma planta, que era muito cultivada no sertão nordestino, chamada “favela”, daí veio o primeiro nome do povo da Providência, que é Morro da Favela. Com o passar do tempo, esperando as providências do governo que nunca foram tomadas, eles mudaram o nome de Morro da Favela para Morro da Providência. Deixaram aqui a primeira construção feita por esses ex-combatentes da Guerra de Canudos que era a capela do escravos, que vocês vão ver lá no alto do morro, sendo que, antes disso, quando eles chegaram, tem a escadaria da Providência, que é denominada também Escadaria de Nossa Senhora da Penha que tem traços escravos, e eu vou deixar bem claro que a habitação do Morro da Providência vem bem antes dessa época, sendo que historiadores só reconhecem da ocupação dos ex-combatentes para hoje, daí vem os 128 anos de favela, que é o que comemoram hoje, mas tem indícios de bem antes.

F.: Eu já li mesmo que a ocupação é de bem antes, mas que a ocupação foi reforçada depois da Guerra de Canudos.

J.: Foi, depois da Guerra de Canudos. Porque a única prova que eles têm, que habitaram escravos no alto do morro, são as escadarias. Agora, não tem nenhum vestígio de quando, ano,

⁵⁶ Nome fictício.

ninguém sabe. Porque os escravos da época vinham refugiados dos navios negreiros para a Pedra do Sal, alguns conseguiam fugir. Esses que fugiam, vinham para o morro.

F.: Você nasceu e cresceu aqui no morro?

J.: Sim, nascido e criado, 22 anos de Providência. Calma que é só essa ladeira que assusta, as outras são mais baixas. Aqui, começa a se dar início de um mini-complexo, por quê? Essa área daqui do Morro da Providência é uma área que ela “envolta” a Igreja de Nossa Senhora do Livramento, então tudo aqui é referente à Nossa Senhora do Livramento. Aqui, é a Ladeira de Nossa Senhora do Livramento, tem a Rua do Livramento ali do lado e tem a Escadaria do Livramento que é bem um pouco embaixo. Então todo esse complexo aqui é referente à Igreja que vocês vão ver também quando a gente passar, está do lado de uma torre que está ali.

F.: Você sabe, mais ou menos, quantos moradores que tem aqui, J.?

J.: São cerca de 30 mil habitantes.

F.: É equivalente a uma pequena cidade, né?

J.: Porque agora, só aqui na Providência são 30 mil, mas foi determinado agora pelo governo que aqui virou Complexo Providência. Antigamente, era o Morro da Providência, o Morro da Conceição aqui do lado e o Morro do Pinto do outro lado. Agora no novo mapa da cidade aparece tudo junto, Complexo Providência. Nós somos contra isso, né, mas...

F.: Então é no Complexo que tem 30 mil?

J.: Não, no Complexo tem mais de 30 mil, 30 mil é só na Providência. Eu sei que cada morro desse tem uma história completamente diferente uma da outra, não dá para misturar, é uma coisa de louco, mas, também, o nosso prefeito o que que ele não faz de maluquice? Essa área aqui não foi atingida pelas remoções do teleférico, isso é uma grande polêmica que tem no morro por causa que eles tiraram, eles queriam tirar, certa de 900 famílias de cima do morro com a promessa de habitar aqui perto, sendo que não tem local para habitar 900 famílias próximo daqui, não tem.

F.: Eu vi que fizeram um Minha Casa, Minha Vida por aqui mas foi, tipo assim, 34 apartamentos.

J.: É isso! Ainda tem pessoa que está vivendo de aluguel, tem gente que já nem recebe mais aluguel social e já desistiu também de receber, saiu da casa própria para pagar aluguel normalmente...

F.: E vamos combinar, né, o aluguel nessa cidade está muito difícil...

J.: O aluguel social deles é R\$450, a área está tão valorizada que o imóvel mais barato é R\$800.

F.: Sério? Aqui na Providência?

J.: O mais ba-ra-to é R\$800.

F.: E a média do aluguel aqui é quanto? R\$1000?

J.: Por aí, mais de R\$1000. E quem tem a sua casa, não quer deixar.

F.: Lógico que não! Vai fazer o quê? Para achar uma coisa nesse preço, mais ou menos, você acaba tendo que ir para muito longe, né? No Alemão, a Marta estava falando que o aluguel dela, que era R\$730 até agora em janeiro, em fevereiro vai passar para R\$1000, lá no Complexo do Alemão!

J.: Imagina! Aqui você encontra muito assim, terreno vendendo, está vendo? Isso você encontra muito! Aqui, como eu disse, já é a parte de baixo do morro, né, a Rua do Livramento. Hoje, aqui está fechado, mas depois que destruíram a praça, é a única quadra de futebol que o morro inteiro tem, a única, aqui nesse portãozinho ali. Então, para quem mora no alto do morro, e você vão ver que é uma distância considerável, precisa descer isso tudo para poder jogar um futebol com as crianças, eles acabaram com a quadra dizendo que iam construir outra e até agora não construíram.

F.: Aqui, inclusive, deve ser difícil achar terreno para essa finalidade, né, por causa da declividade.

J.: Nós tentamos avisar né! Mas eles não queriam ouvir! Estamos chegando aqui agora, é o que restou da casa onde Machado de Assis passou a infância. Essa fachada aqui, toda branca, parte dela virou invasão, as pessoas invadindo para morar, entendeu? E o que restou de pé foi só essa fachada, por que o resto derrubaram lá atrás. Tem uma construção lá atrás, é. Mas foi

nessa área aqui que Machado de Assis passou parte de sua infância, depois ele se mudou para a Rua do Livramento, ficou lá até a adolescência. Já fizemos vários pedidos para a prefeitura poder recuperar isso...

F.: Mas mesmo nesse contexto de obras para o turismo não vai acontecer nada?

J.: Nem isso, porque daqui a pouco, nem fachada vai existir mais! Vocês não trouxeram máquina fotográfica?! Ah, sim, já ia perguntar, não é possível!

F.: Trouxemos sim! (risos)

J.: E ali atrás é um campo que está cheio de planta agora, nem para isso eles cuidam também isso é que é o problema.

F.: Não existem ações da prefeitura, né?

J.: Não existe, nunca existiu! O problema é que eles só entram na comunidade para nos dar trabalho, seja com o exército, com as confusões que houve duas vezes. O exército entrou a primeira vez, foi em 2005, 2006, essa foi a primeira vez. Ocuparam com a desculpa de que tinham roubado armas, furaram a caixa d'água dos moradores todos, no alto do morro, ficavam com um teatro de botar um grupo na praça central e um grupo no alto do morro. Quando o grupo do alto do morro dava tiro, o da praça respondia para dizer que era tiroteio, entendeu? Depois de 22h tinha toque de recolher para todo mundo, não poderia. Em 2008, eles voltaram, voltaram, eu só não estou lembrando, mais ou menos, qual foi a causa, mas aconteceu um incidente com três jovens que eles sequestraram daqui e levaram para o Morro da Mineira para vender, dizendo que os três jovens eram traficantes daqui. Para o azar deles, os jovens não eram. Isso daí, quando acontece dentro do morro, deles pegarem pessoas inocentes e matarem, causa um revolta geral na comunidade, é que nem um ninho de formiga quando você mexe, sai gente de tudo quanto é canto. Aí causou aquele caos na cidade, quase tentaram invadir (...). Aqui, gente, é a torre da Embratel, uma rede da Embratel, é uma área da Embratel que está desativada, já há cinco anos que está desativada.

F.: E é um prédio bom, heim?

J.: Mas é um prédio da Embratel, a Embratel comprou toda essa área e colocou essa torre aqui, olha. Essa torre não funciona mais para nada, só como para-raios do morro, aí está aqui, desde que eu nasci, isso está aí.

F.: Ali é a prefeitura? Não, é a Central do Brasil, né?

J.: Ali é a Central do Brasil. Daqui você começa a ter as primeiras vistas aqui da cidade... E estamos entrando na ladeira principal do morro, que é a Ladeira do Barroso. Agora vamos travessar aqui a rua para você ver a Igreja de Nossa Senhora do Livramento. Agora ela foi reformada.

F.: E é de quando?

J.: Essa igreja, ela está datada em 1897 e essa reforma faz mais ou menos uns 10 anos. (...) Aqui já é a Ladeira do Barroso, o serviço de transporte do morro passa por aqui.

F.: Que é de...

J.: Que são kombis, kombis e moto-táxis. Aqui na Ladeira vocês já vão conseguir observar que as construções, elas já têm alguns perfis da época do império, devido a seu tamanho, o material utilizado para construir elas, essa área aqui também não foi afetada pela remoção. Por quê? Essa área está em dia com a prefeitura, essa coisa toda, com IPTU, água, luz, com os impostos, né?

F.: Então eles cobram IPTU aqui?

J.: Sim, no alto do morro que eles não cobram, porque todo serviço de luz e água foram os próprios moradores que tiveram de dar um jeito de puxar e como eles mesmos que colocaram, eles não acham justo pagar por isso! Até porque água no morro, lá em cima, no alto do morro, é dia sim, dia não, então... Como é uma caixa d'água só e essa distribuição de água serve para essa parte do morro e o outro lado do morro também, a gente tem esse acordo, um dia a água está toda voltada para o lado de lá, o outro dia a água está toda voltada para o lado de lá, por isso que tem água dia sim, dia não. Essa aqui é a única construção espírita ainda de pé no alto do morro, templo de Candomblé.

F.: Tinham muitos por aqui?

J.: Tinham, tinham muitos, mas acabaram, porque o que prevalecem aqui hoje são igrejas católicas e evangélicas. Tinham muitos templos aqui, umbandistas, candomblecistas... Típico de morro, né?

F.: O que é influência da ocupação dos escravos, né? Eles traziam essa cultura e implantavam aqui.

J.: Sim, apesar de que os escravos que habitaram aqui eram mais católicos, né, eram mais cristãos. (risos) Aqui a gente já começa a ver de longe o grande elefante-branco da Providência: o teleférico que não funciona!

F.: É, eu vi umas notícias de quase um ano atrás de que isso aqui já estava pronto e nunca funcionou!

J.: Mas é verdade! É muito boato, muito boato, e nenhum deles é verdadeiro, porque os próprios secretários lá da prefeitura, e o prefeito, se embolam um com o outro a informação, uns dizem que é porque não tem nenhuma empresa para administrar o teleférico, outros dizem que os bondinhos eram importados dos Estados Unidos e a prefeitura não quitou a dívida e levaram de volta! Então é muita informação paralela, sabe? Outros dizem que não, que ele só está parado, que só vai funcionar na Copa e depois para de novo!

F.: E pelo que você está falando, ninguém aqui tem envolvimento com essa história do teleférico?

J.: Não, de jeito nenhum. Isso aqui nunca funcionou, nenhuma viagenzinha. Para não dizer que não teve nenhuma viagenzinha, botaram um papai-noel de gesso (...). Sério, que foi quando o prefeito veio para ver o bondinho com esse papai-noel de gesso dentro! (risos) Para não dizer que nunca teve passageiro!

F.: Então nem o próprio prefeito andou?

J.: Nem ele!

F.: Eu li que existe um projeto, da própria prefeitura, que se chama Museu a Céu Aberto. Eles investem nisso ainda ou pararam?

J.: Eles pararam de investir. O Museu a Céu Aberto foi alguns mirantes que construíram no alto do morro, nada mais do que isso. Por quê? Não é a prefeitura que criou a história do morro, segundo, as casas das pessoas são as atrações do morro, a vista do morro são as atrações do morro, então, o que que acontece? Eles só implantaram o mirantes, porque as construções históricas já tinham, isso realmente é um museu vivo, aí eles colocaram o nome desse projeto, mais nada, nem pra reformar!

F.: E como tem funcionado o turismo aqui?

J.: Olha, são épocas e épocas, tem época que realmente tem muito turista, mas aqui no morro é muito dividida essa situação aqui, existem muitas pessoas que trabalham com isso, eu sou uma delas, o que acontece é que geralmente é, que nem eu perguntei para você no telefone, cada um tem algo a oferecer. Eu, por exemplo, aqui eu administro a bateria de uma escola de samba mirim, uma escola de balé e uma roda de capoeira, isso tudo com o pessoal que trabalha comigo. Então, geralmente, quando o grupo é grande, eles querem tudo, né, são pacotes à parte, mas o pessoal me procura mais. Aí tem grupo mais fechado que escolhe almoço, aí eu fecho meu terraço, falo com a minha vó e preparo um almoço.

(Chegando próximo ao teleférico)

F.: Essa aqui é a primeira estação?

J.: Essa aqui é a última, mas só tem uma! Ela sai da central, tem uma intermediária e uma final. Aqui é a casa da Dona Dodô da Portela, segunda porta-bandeira do Brasil! E a estação está fechada, abandonada.

(...)

J.: Está vendo toda essa área, esse espaço aberto aqui, foi toda essa área que eles queriam remover esse prédio, sendo que tem uma moradora aí que soube correr atrás, está aí até hoje. Aqui, antigamente, era a praça principal do morro, na praça tinham shows, festas...

F.: Aqui onde?

J.: Aqui onde está o teleférico. Aqui é a caixa d'água do morro. Aqui tem algumas esculturas feitas à mão, esculpidas na pedra, porque aqui eram casas que foram removidas, entendeu, e as pessoas fizeram esculturas à mão com rosto dos moradores dessas casas.

F.: Qual é o nome desse artista?

J.: Não sei, o nome dele a gente não sabe porque foram artistas de rua, veio um grupo.

F.: Essa que é a escadaria...

J.: É, essa é a escadaria que eu avisei. Esses três primeiros grupos de degraus não puderam ser reformados como os últimos por causa que foi tombado, são os vestígios da construção escrava.

F.: Nós vamos passar na área onde têm as casas marcadas com o SMH?

J.: Todas essas... esse lado aqui, quase todo, foi removido. Ali embaixo tinha uma construção que abrigava, mais ou menos, cerca de 70 famílias, eles destruíram o prédio, disseram que era para construir um ginásio esportivo... é enorme! E não construíram nada, tem pessoas que não conseguiram casa ainda!

F.: E mexeram com a sua casa também?

J.: tentaram mexer. Ofereceram R\$40 mil na minha casa, sendo que eu vou te mostrar agora o tamanho da minha casa para você ver se tem cabimento R\$40 mil! A gente falou que por menos de R\$200 mil a gente não sai daqui. E aí, eles não quiseram. A minha casa é essa aqui.

F.: Todas essas remoções foram em função do teleférico?

J.: Aqui eles queriam fazer um plano inclinado, ia dar daqui até o alto da escadaria, primeiro queriam construir do lado de cá, mas não puderam por causa desses canos aqui, aí depois eles passaram para o lado de cá. E ainda não construíram nada, como vocês estão vendo! Tiraram as casas e nada! Ao certo, todo esse lado esquerdo está marcado para sair, sendo que eles não têm argumento para tirar as pessoas, entendeu? Plano inclinado é uma coisa tão pequena... por que vai tirar o povo, né? Eles querem deixar bem claro que é porque atrapalha a vista! (risos)

F.: A sua é aqui?

J.: A minha é, ela tem uma entrada por cima e uma entrada por baixo.

F.: Quantas pessoas moram lá?

J.: Lá em casa são eu, mais três, seis, mais sete pessoas. São três casas mais um terraço.

F.: R\$40 mil não dá, né?

J.: Ah, pois é, R\$40 mil! É uma casa gigante, enorme, vivem três famílias aqui! Sem condições!

(Passando próximo aos policiais da UPP)

F.: Depois eu queria te perguntar sobre a pacificação...

J.: É... é pacificado entre aspas, né! A gente sabe que não tem essa condição... Aqui é o Largo da Nossa Senhora da Penha, que é outra polêmica...

F.: Por quê?

J.: Porque aqui, antigamente, era um campo de futebol, onde está essa cruz de madeira aí. Esse foi o prefeito César Maia, com obra do Favela-Bairro, acabou com o campo para construir essa cruz.

F.: E essa igreja já tinha?

J.: Essa igreja já tinha. Aqui é Casa Amarela. Veio a embaixada francesa aqui no Brasil e um fotógrafo francês, meu xará, J., iniciou um trabalho aqui na comunidade, ele tirava fotos de pessoas, ampliava do tamanho da fachada das casas e colava em toda fachada da casa. Essa casa estava à venda, de presente, ele comprou e deu, com o intuito de fazer cursos de fotografia, aderecista, uma série de coisas, coisas que não funcionam.

F.: Não está rolando nada aí?

J.: Não está rolando nada aqui.

F.: Isso foi quando?

J.: Isso foi em 2011...

F.: Aqui teve um Favela-Bairro, né?

J.: Foi Favela-Bairro. Isso daqui era um quadrado que nem os outros, mas como aqui tem festa junina e a quadrilha que dança aqui no alto do morro é muito grande... é um trabalho mais ou menos igual aquele ali, olha, o J. tirava a foto, ampliava e colava... aí, o rapaz da quadrilha resolveu quebrar isso porque estava ocupando muito espaço e a quadrilha não estava conseguindo entrar para dançar (risos).

F.: Você acha que teve alguma intervenção da prefeitura que realmente foi boa?

J.: Bem, boa mesmo é isso aqui que eles fizeram, calçar, apenas. Isso foi bom, com sistema de escoamento também, porque o resto...

F.: Tem serviço de coleta de lixo?

J.: É, vocês estão vendo, né... (risos. Tinha muito lixo na rua nesse momento) A Providência é um morro que ele só tem a história, infelizmente, é o que tem a primeira favela da América Latina, apenas história... A prefeitura podia enxergar isso muito bem, mas não enxerga...

(Passando sob os cabos elétricos a uma altura de 1,70m do piso, no máximo)

F.: Isso aqui não é perigoso?

J.: É, obviamente! (risos) Para você ver como é que os moradores fizeram para trazer isso para aqui...

F.: Isso aqui foram os moradores que trouxeram?

J.: Foi! (...) Sem dizer a disputa por território, né... Esse aqui é um dos poucos barracos de zinco que ainda existem no morro, é o único, para dizer a verdade. Daqui a pouco não vai mais existir nem beco.

F.: Fala um pouco para a gente sobre a pacificação...

J.: Ah tá! A PM no alto do morro só serviu para acabar com o tráfico armado, só isso. A BOPE é o único tipo de policiamento que é temido no morro, o pessoal tem medo mesmo, todos têm medo da BOPE, eles são covardes, eles chegam e matam mesmo, aí o povo tem medo. Eles vêm uma vez na vida e outra na morte, mas quando vêm... Aqui é uma caixa d'água... Aqui é a igreja dos escravos, como eu disse. Foi a primeira construção que os ex-combatentes fizeram assim que chegaram. É uma capelinha, né? Ela é administrada pelos próprios moradores, porque a arquidiocese não reconhece a igreja, a arquidiocese só reconhece construções feitas por ela, e para isso eles construíram aquela igreja lá na frente, essa daqui eles não reconhecem. É tão pequenininha essa capela... quer dizer, é tão bonitinha! Literalmente aqui é o ponto mais alto do morro. Ali é a Feira de São Cristóvão, o Engenho está mais lá atrás... Aqui foi uma casa demolida, agora me responde: para quê? Eles vêm e saem marcando a casa da pessoa, eles nem marcam e chegam já oferecendo um dinheiro, se a pessoa não aceitar eles falam que é obrigado a sair, fazem aquela pressão psicológica, entendeu? E os menos entendidos acabam caindo nessa pressão, entendeu? Um daqui saiu para poder morar lá em Triagem!

F.: E a pessoa muda a vida inteira, né? A pessoa tem um emprego aqui perto, tem tudo aqui...

J.: Aqui é tudo perto. Aqui o hospital é ali embaixo, a farmácia é só ligar que eles sobem para entregar, temos dois supermercados, um do lado e outro do outro, entendeu? (...) Tem quase tudo aqui nessa área! Aqui é o primeiro mirante. Aqui é Favela-Bairro, mas como eu disse, eles só construíram, isso aqui, mas o espaço já era vazio. Entendeu, aqui a gente já consegue ver o Cristo, o Pão-de-Açúcar, o Sambódromo, a linha do Trem, Maracanã, Feira de São Cristóvão, o

Engenhão está lá embaixo, lá atrás, e ali é o Porto do Rio, o finalzinho do Porto do Rio, né? Aqui onde tem aquelas árvores aqui todas, que é campo de futebol, ali já é o Morro do Pinto, eles reformaram aquela área e transformaram em área de lazer e chamaram de Parque Machado de Assis. Ali o campo é uma maravilha, a gente amou esse campo lá, pena que é longe, né. E lá tem o Morro da Mangueira... Tem esse elevado da Perimetral que vai ser demolida daqui a pouco e a gente não sabe no que vai se transformar ainda, vai fazer túnel e túnel, isso não existe, gente! Ali é o outro complexo de favelas, é o Complexo de São Carlos, lá no alto tem o Morro dos Prazeres, aí vem o Morro do Fallet e Fogueteiro. Isso ali, quando não era pacificado, era um inferno, era tiroteio de um morro para o outro, de cima para baixo... Era uma mistura de facção aí... Aqui na Providência eles (a UPP) entraram sem nenhum constrangimento, por quê? A gente considera que o tráfico aqui foi inteligente, eles entraram sem dar um tiro, e para o tráfico aqui, isso favoreceu, por quê? É uma segurança a mais dentro da comunidade contra a invasão de outra facção e economia de dinheiro. Por que economia de dinheiro? Porque não precisa ficar pagando os vigias nem ficar mais comprando armas, entendeu? Eles se resumem apenas à função deles que é o tráfico de drogas, mas continua do mesmo jeito. Eles não se metem em nada, apenas vendem para quem quer comprar e arrecadam o dinheiro deles. Então, a pacificação foi uma jogada inteligente do governo para poder expor para o mundo fora que não tem mais tráfico de drogas armado dentro das comunidades.

F.: Porque do jeito que é divulgado, aparece que não tem mais tráfico de drogas, né?

J.: Isso! E o que acaba deixando a prefeitura em maus lençóis, às vezes, é a própria imprensa, quando pegam essas cracolândias aí... Como pode um morro “pacificado” ter isso...

F.: Eu estava lendo que, após as pacificações, aumentou a quantidade de pessoas em situação de rua, cracolândias em todo lugar, pequenos assaltos...

J.: Porque eles acabaram produzindo mais número de drogas com o dinheiro que ele economizaram de outros setores, entendeu? Mas aqui na Providência nunca foi um morro muito violento, comparado com outros, nunca foi. Eu moro aqui há 22 anos e não vejo muitos antecedentes de mortes por bala perdida, essas coisas, não vou dizer que nunca teve, teve, um número, tipo, comparado, vamos usar lá o Complexo do Alemão, quase duas mil mortes, se aqui foi quinze ou vinte, é muito.

F.: Entendi. Mas também tem uma diferença de tamanho considerável...

J.: É verdade. Até porque a Providência é um morro isolado, se a gente for ver lá... igual ali, ali é um do lado do outro, como você vê, é um grudado no outro, aqui. não, aqui é isolado, então, não teria tanto perigo assim, entendeu?

F.: E me fala: escola tem por aqui?

J.: Tem, nós temos umas, duas, três, quatro... temos seis escolas de ensino fundamental e uma escola de ensino médio.

(...)

F.: Aqui é bom de morar?

J.: Sinceramente, eu não troco a minha casa não. Não troco não, para morar em outro lugar. Eu estou satisfeito aqui, de morar na Providência... Como eu disse, aqui é acessível a tudo, para qualquer lugar do Rio de Janeiro que eu vá, é só pegar um ônibus para a Central que eu saltei na minha casa.

(...)

J.: Vamos agora para o segundo mirante. Tem muita gente aqui que trabalha com grafiteagem... Se vocês nunca andaram em beco e viela, vocês estão numa agora!

(Chegando no segundo mirante)

F.: E aqui também foi Favela-Bairro?

J.: Foi Favela-Bairro, "Museu a Céu Aberto"! (risos). Pode dizer que isso é um museu suspenso, para quem tem medo de altura é uma beleza! Geralmente, a associação de moradores tem um convênio com essa empresa de ônibus para quando tiver um evento, liberar ônibus, eventos esses: festas juninas, torneios fora, festividades fora, enterros, tudo isso. E a São Silvestre é meio carrancuda e não libera, às vezes, o ônibus. Aí quando não libera os moradores tem a maior facilidade de chegar aqui com paralelepípedos e só fazer isso, ó! (risos) É um bom argumento, né? É só falar: "ah, caiu, foi coisa de deus!".

F.: Aquelas casinhas ali embaixo são o quê?

J.: Ah, ali é o bairro da Pedra Lisa, é a área mais pobre do Rio.

F.: Mas é Morro da Providência também?

J.: É Morro da Providência. É a área mais carente do morro, porque isso tudo vai dar embaixo do morro, eles vivem embaixo de uma pedra, se essa pedra cair um dia, vai matar muita gente. Eu tenho 22 anos e não sei andar na Pedra Lisa! Eu sei que lá tem campo! O povo do morro não precisa ir para Sambódromo ver desfile, tendo um binóculos a gente tem tudo!

F.: Aqui no carnaval fica muito cheio?

J.: Fica! É botar uma churrasqueira no canto, uns isoporzinhos e o povo fica todo aqui, uma maravilha!

F.: E vem muitos turistas aqui no carnaval?

J.: Vem, vem!

F.: E ficam hospedados?

J.: Para hospedar, geralmente, não. Só o pessoal que tem convênio com a casa amarela, aí consegue hospedaria lá.

F.: E fora isso não tem hospedagem aqui?

J.: Fora isso, não tem nenhum tipo de hotel em cima do morro. É essa a mina de ouro da prefeitura, porque a Providência está no ponto estratégico para turista, perto de tudo, perto de todos, por isso que eles querem tirar as casas, para a construção de hotéis.

(Caminhando até o terceiro mirante)

F.: Isso aqui era o quê?

J.: Isso era um bar, mas fechou.

F.: Por quê?

J.: Porque o dono morreu. (...) Esse é o terceiro mirante, com a vista de toda a área da Gamboa, Cidade do Samba, Vila Olímpica, e nesse galpão aqui o meu bloco ele faz ensaios toda a quarta-feira, se vocês quiserem vir, estão convidados!

F.: Ah, obrigada! E como é? São jovens, crianças?

J.: É, a bateria é mais composta por jovens e crianças, pessoal daqui da comunidade mesmo. Vou dizer que é a única coisa que funciona aqui para o povo, é essa Vila Olímpica, ela foi construída para o Pan, está funcionando até hoje. É uma Vila Olímpica muito pequena, comparada com a Vila Olímpica de outras comunidades. Eu acho que a Vila Olímpica da Mangueira é uma coisa muito grande, a do Complexo (do Alemão) é uma coisa muito grande... Eu, mais tarde, estou na cidade do samba, eu estou desfilando no abre-alas do Unidos da Tijuca.

F.: Que legal! Vou te ver lá então!

J.: É! Teve ensaio ontem, anteontem e hoje... Já estou há três anos, no primeiro ano eu desfilei no último carro, no segundo ano eu desfilei no quarto carro, esse ano eu estou no abre-alas! Primeiro ano de abre-alas, nossa! Não sei se meu coração suporta, não!

F.: Nossa, melhor do que abre-alas é só comissão de frente e mestre sala!

J.: É!

(Caminhando de volta. Encontramos com a Dona Márcia, antiga moradora da Providência, na janela da casa dela)

J.: Aí, Márcia, eles vieram conhecer o elefante-branco!

F.: É!

D.M.: Ah, virou cinza! (risos) Mas com certeza, com certeza, ele vai ter que colocar isso para funcionar porque foi o nosso dinheiro que foi empregado nessa porcaria aí, então... Olha, esse ano, em junho começa a Copa, não é isso? Depois da Copa, vem a campanha política, ele não vai querer sair mal do cargo de prefeito daqui há dois anos, porque o povo não é maluco de eleger uma peste dessa de novo! Então, aí ele vai ter que fazer o quê? Botar o brinquedinho para funcionar...

(moradora que conversava com a Dona Márcia): Ah, mas vai funcionar, no máximo, (por) seis meses...

D.M.: Ah, eu dou menos, dou uns três meses, porque está tudo enferrujado!

F.: Vai ter que construir de novo, daqui a pouco, para fazer funcionar esse negócio!

D.M.: Isso é uma vergonha!

(moradora): É uma vergonha! Dinheiro para eles não falta, falta é para nós, mas para eles... Vai tudo preso depois, porque, antigamente, cadeia era para pobre, agora não...

D.M.: Mas o bagulho agora está doido porque o gigante acordou! (risos) Eu faço parte desse gigante, vou para a rua manifestar sim!

F.: Quero ver o que vai acontecer na Copa!

D.M.: “Não vai ter Copa!”, aí a Dilma: “Vai ter sim!”

F.: Mexeram com a senhora aí?

D.M.: Aqui com esse prédio aqui? Eles queriam botar esse prédio no chão! Briguei e ainda estou brigando na justiça.

F.: E ainda insistem em tirar a senhora daí?

D.M.: Agora eles disseram que não, vão fazer a “revitalização”, depois de muita briga! (...) Mas gente, olha só, espero que quando começar a funcionar, vocês façam uma visita, tá? Vamos marcar da data de hoje quanto tempo vai ficar no “auge”!

J.: Mas tem que ser rápido, né, porque aqui vai ser abriu-fechou!

D.M.: Abriu-fechou! (risos)

J.: Esse é o último mirante, debaixo do elefante-cinza agora, né? Não é mais branco! (risos). Ali é estação do teleférico do Gamboa.

F.: Aquela é a primeira estação?

J.: Ali é a estação da Gamboa, do outro lado tem a da Central, ele está interligado a duas estações.

F.: Ah, então é por isso que eu tinha lido que eram três... Então tem a da Central, tem essa e tem a da Gamboa?

J.: Isso! Olha lá, os cabos já estão desfiando!

F.: É mesmo! Olha ali! Se bobear, vai ter que trocar isso! (...) Você já andou em algum teleférico? Já foi no teleférico do Complexo do Alemão?

J.: Ainda não, o único bonde que eu já andei foi no de Santa Teresa e no do Pão-de-Açúcar, mas era quando tinha excursão de graça que eu não precisei pagar! (risos) Esse daqui é o

prédio da Rádio Tupi e aqui é a área da Gamboa, toda a área da Gamboa, famosa Gamboa da época dos escravos. (...) Esse é o mirante mais fresquinho que tem, porque tem sombra! Olha as ferrugens que tem na escada! (...) Aqui nessa área costumava ter um cultivo de porco...

F.: Vem muito estrangeiro aqui?

J.: Mais na época de fim de ano. Eles aproveitam que vêm aqui para a queima de fogos e já pegam o pacote inteiro.

F.: Tem empresa de turismo que faz isso?

J.: Tem empresa de turismo que indica...

F.: Que indica, mas eles fazem o passeio ou indicam vocês?

J.: Não, eles não fazem, eles indicam o pessoal de dentro do morro, porque eles próprios não têm como andar dentro do morro fazendo um tour, entendeu?

F.: Mas, então, tem uma parceria entre vocês e as empresas de turismo?

J.: Tem, tem...

(...)

J.: ...pressionaram tanto que eles entregaram 20 apartamentos. E as outras 50 famílias?

F.: Isso é sobre o Minha Casa, Minha Vida?

J.: Lá na Rua da Nabuco, do outro lado.

F.: O que foi inaugurado recentemente?

J.: É.

F.: É mesmo? 20? Porque eu achava que eram 34...

J.: 20. Faltam 50 famílias desalojadas...

F.: Que estão onde?

J.: Estão por aí! Na casa de amigo, pagando aluguel social em cabeça-de-porco...

(Fim do passeio)

Visita ao Cantagalo

Dia 25/01/2014

Guia: Júlio⁵⁷

Visitante: Francielle Mendes-Gomes

(Iniciando o passeio. Subindo a Ladeira do Pavão)

Júlio: Sabe o que é engraçado? É que eu faço mais... tem mais turista estrangeiro, que fala uma outra língua, do que povo brasileiro.

Francielle: E é você quem guia o pessoal aqui?

J.: É, só aqui. Eu sou guia... eu não posso ir em nenhum outro lugar, entendeu? Eu não posso divulgar porque eu estou fazendo curso ainda, aí só quando terminar...

F.: E como é o curso?

J.: Curso de guia de turismo.

F.: E quem promove esse curso?

J.: Ah, tem um monte de escola técnica que dá, tem que pagar, né, não tem jeito.

F.: Você é da empresa da Mayara, não é, Júlio?

J.: É, eu sou amigo dela, aí ela só me manda os passeios. Aqui, o problema aqui, cara... ah, não é nem problema, né... não, é problema sim, é o tráfico. É chato, saca?

F.: Mas mesmo com a UPP ainda tem muito?

J.: Tem!

F.: Igual era antes?

J.: Igual era antes? Não, agora é muito melhor, antes era aqui, ó, o cara na cara... o pessoal aí de Ipanema, a *playboyzada* vinha e comprava mesmo. Não tem como mentir, né? Olho azul, cabelo louro, falar para mim que é carioca? Pode até ser carioca, mas a gente sabe que não são

⁵⁷ Nome fictício.

daqui. Tenho nada contra essa erva em si, sacou? Não tenho nada contra. Eu não fumo, mas não tenho nada contra. Mas foi muito melhor agora, para todo mundo, essa UPP.

(...)

J.: Eu prefiro ir lá no “Galo” (Cantagalo) primeiro, tem o Cantagalo, mas tem três partes principais: Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. É mais conhecido nos outros lugares como Cantagalo, mas tem três partes. Antes tinha a maior guerra, de uma parte com a outra, e eram dois comandos diferentes, Comando Vermelho lá no “Galo”, e aqui era ADA (Amigos dos Amigos). Aqui era horrível, era tiro para lá e para cá, a gente ali no meio, porque eu moro ali no Pavão, bem no meio, aí meu pai saía para trabalhar, para entregar jornal, né? O Globo, e não voltava cedo, né, e eu ficava tremendo lá em casa, chorando...

F.: Mas ainda deve rolar isso, né?

J.: Ah, ainda tem uns “pipocos” (tiros), mas só lá em cima, bem afastado daqui, só à noite mesmo. Por isso que eu trago o pessoal de manhã. De 9h ao meio-dia, até porque à tarde é horrível também, porque à tarde é muito quente, né? É mais por causa do sol, mas não é por causa de nada, não... Os caras acham que mandam no morro aí, né, aí mandam a “molecada” para trabalhar, moleque novo, né? Eu nasci aqui aí eu conheço todo mundo, mas eu não posso parar para conversar com eles (...)

F.: Você sabe quantos habitantes que tem aqui?

J.: Olha, o cara lá, o presidente da associação... tem duas associações aqui, a do Pavão e a do Cantagalo, ele diz que tem 10 mil pessoas.

F.: 10 mil?

J.: É, é o que ele diz. O IBGE mede isso, não mede?

F.: Mede, mas eu não olhei os dados daqui.

J.: Esse aqui é o Solar Meninos de Luz, uma ONG, vai ter até uma reunião agora às 10 horas, mas eu não vou poder ir, porque através daqui eles conseguiram bolsa para a gente, né? Para faculdade, aí deu esse problema aí, né, com a UniverCidade, aí agora eles estão fazendo de tudo para tentar transferência para UniRio (...).

F.: E o que você faz?

J.: Eu estou no 3º Período de Sistemas, mas eu não estou gostando não, a gente faz muita conta...

F.: Sistemas da Informação?

J.: É, isso mesmo, é muito cálculo! (...) Mas aí agora mudou, antes tinha mais tráfico e mais festa no morro.

F.: Mais festa?

J.: É.

F.: E agora não tem mais?

J.: Agora quase não tem, eles enchem o saco.

F.: E onde é a base deles aqui?

J.: É lá em cima a base, lá no Cantagalo.

F.: Aqui eu fui no Complexo do Alemão e na Providência, lá o povo não curte muito as UPPs, não...

J.: É... deve ser porque o resto do pessoal que fala isso, entendeu?

F.: É, eu só conversei com os guias de lá...

J.: Ah, e eles falaram isso? Falaram que não gostam?

F.: Os dois falaram que, pelo menos, você não vê mais tráfico na rua...

J.: Pô, e isso é ruim?

F.: ... é, mas que o lado ruim é que não existe uma relação boa entre eles e a comunidade.

J.: É, não tem como ter também, nem é bom ter. Passa direto, dá bom dia que é melhor. Porque vai que acaba isso aí depois das Olimpíadas? Ninguém sabe.

F.: Vem muita gente aqui, Júlio?

J.: Vem! Até que está legal aqui, mas vem mais estrangeiro que brasileiro, brasileiro parece que tem medo...

F.: ... e não deve ter interesse também, né?

J.: É, também não. Tem uma agência aqui “maneira”, tem uma trilha, mas eu nem estou pensando em levar ninguém na trilha agora não...

F.: Por quê?

J.: Ah, porque, às vezes, tem dado uns tiroteios à noite... aí eu não vou levar para lá... E lá, se fizerem alguma coisa, vai ficar por lá mesmo, ninguém quer saber de nada. (...) Eu nem pensava em fazer isso aqui antes.

F.: É? Foi depois do elevador?

J.: Da polícia e do elevador. Quem iria querer vir aqui?! Todo mundo com medo! Está certo mesmo! (...)

F.: Tem hotéis aqui?

J.: Tem, lá no 160, lá embaixo, mas não tem muito não... Lá na rua tem uns dois, muito bons, aqui tem um muito bom também, o outro é ali no Cantagalo, tem “Cama e Café”... Aqui é a base da UPP...

F.: Ah é! Só tem essa aqui?

J.: Só.

F.: E como foi? Esse prédio já existia ou eles construíram ele do zero?

J.: Construíram! Falar que isso aí não é bom?! Antes disso aí era bom só para 1%, que era o tráfico, agora é bom para 99%, que é a população. Não tem nem comparação! Antes era bom por quê? Porque tinha baile? Se falar que não era bom é porque o cara mesmo deve estar envolvido... Isso aqui construíram para relocar o pessoal que morava lá perto do metrô. Foram construindo lá, aí “tem que sair de lá, tem que sair de lá”, aí vieram morar nesse prédio. Foi o PAC que fez.

F.: Foi junto com o elevador?

J.: Foi, foi em 2010, mais ou menos. A minha tia mora aí, para ela não foi bom, mas para outras pessoas foi bom...

F.: Por que para ela não foi bom?

J.: Ah, porque ela tinha uma casa de quatro andares, bonita, agora ela mora aí... para cada andar ela ganhou um apartamento, mas mesmo assim é muito longe... Para ela, a filha dela e a sobrinha dela...

F.: Pode tirar foto aqui, Júlio?

J.: Pode, pode, aqui é tranquilo! Tem lugares que não é bom tirar, mas aqui é tranquilo. Aqui no Cantagalo é tudo bem tranquilo, se vocês quiserem vir sozinhos, vem só no Cantagalo, pega a ladeira ali, vem até aqui... (...) Ali, ó, é o “Quebra-Braço”, tudo aqui é Cantagalo, mas tem umas outras partes, ali é “Quebra-Braço” também, ali era muito ruim antes, antes da polícia, ali era horrível, tinha tráfico, era uma zona. Agora ficou bom, agora ficou um lugar bom para morar.

F.: Onde está o elevador parece que tinha uma escada?

J.: É, e o pessoal vendia droga na escada. Ali é a Lagoa, o Cristo, aí tem os projetos sociais, né. Tem o ano inteiro, não pode falar que não tem esporte, tem boxe, surfe, que eu trabalho, tem o Favela Surf Clube. E tem o Criança Esperança.

(Dentro do Criança Esperança)

F.: Isso aqui é de quando?

J.: Isso aí, quando eu nasci, já tinha.

F.: E tem movimento todos os dias?

J.: Ah, só quando começarem as aulas.

F.: Tem aula aqui nesse prédio?

J.: Tem, aula de ensino fundamental, médio não.

F.: Você estudou aqui?

J.: Não, eu estudei lá no Solar Meninos de Luz, aquela ONG lá. Lá é bom mesmo, tem todos os esportes.

F.: E lá tem médio?

J.: Tem! E depois, se der, tu consegue bolsa, consegue até intercâmbio!

(Vendo a Rocinha na paisagem)

J.: Tem muito turista morando lá, é barato, é barato morar lá, se comparar com a rua?! É muito mais barato! Deve ser R\$500, que nem aqui, assim, R\$500, R\$600 , R\$700, no máximo. Na rua é R\$2000, pô!

F.: Depois da polícia aumentou?

J.: Aumentou! Olha os *hostels* aí, tem um monte!

F.: Não, eu digo preço de aluguel, para comprar...

J.: Aumentou também, melhorar que é bom, os quartos, nada, só está mais caro... ano de Copa, acabou a bandidagem... acabou, não, né, diminuiu...

F.: É, os traficantes devem ter ido para outro lugar, na verdade, né?

J.: É! Foram para a Zona Norte! Lá dá até pena. Vocês conhecem lá?

F.: A gente conhece o Alemão...

J.: Mas eles foram mais para outras favelas, Nova Holanda... Eu fui lá uma vez na minha vida, só, num baile que teve, nunca mais, está louco! Eu não conheço nada lá, vou correr para onde se acontecer alguma coisa?

(Sobre uma pintura na parede do prédio do Criança Esperança)

J.: Essa obra retrata a cultura daqui: capoeira, o samba, o pessoal soltando pipa na laje, a polícia ali atirando, como era antes... É de um artista daqui, nunca vi esse cara na minha vida, parece que o cara fez e foi embora! Eu conheço todos os caras aqui que pintam, mas esse aí... Tudo que tem aqui, tem na favela.

F.: Tem escola de samba aqui?

J.: Ah, tem uma escola de samba daqui, mas não ganha nada, é a "Alegria da Zona Sul", mas não ganha nada.

(Entrando no Favela Surf Club)

J.: O Luciano Huck veio aqui, reformou tudo. Era uma bagunça aqui, o pessoal só queria ganhar dinheiro em cima de campeonato de surfe, porque é um projeto, né, e traz recurso, aí o pessoal

ganhou dinheiro em cima do projeto, deixou uma dívida, aí o Luciano Huck reformou, deixou até dinheiro na conta. A Nike patrocina agora, ela paga seis instrutores, eu sou instrutor, e três coordenadores para coordenar a escolinha. É mais para a escola e surfe, é focado no surfe, o pessoal aqui gosta de surfar.

F.: Ah, teve um “Lar Doce Lar” aqui?

J.: É, “Lar Doce Lar”, foi isso mesmo. Passou na televisão, eles tiveram que fazer aquela prova na Lagoa, aí ganharam...

F.: E você lembra quando foi isso?

J.: Ah, foi 2010, eu acho.

(Júlio apresentou toda a sede do Favela Surf Club)

J.: Aqui, como a gente mora perto da praia, todo mundo gosta de esporte, às vezes deixa até de estudar para fazer esporte. É bom, pelo menos tem saúde! (...) Aqui dá para ver a Lagoa.

(...)

J.: Como é que você conheceu esse site, o Guia das Favelas?

F.: Pesquisando no google sobre “turismo em favelas”, apareceu esse site. E é um site bem completo, tem informações sobre várias favelas.

J.: É, a moça ficou aqui uma semana mapeando as coisas para colocar lá...

F.: E quem é essa moça?

J.: É uma amiga minha, eu tenho contato dela, é (...), uma coisa assim. Ela estava colocando lá vários lugares que dá para o turista chegar e ir sozinho...

F.: É, ela colocou os telefones de vários contatos de várias favelas lá, eu achei o contato da Mayara lá...

J.: É, tem o meu também...

F.: É, eu liguei direto para a Mayara porque eu tinha visto umas reportagens sobre ela, que ela tinha montado uma empresa de turismo aqui...

(...)

J.: Vocês são de Belo Horizonte?

F.: Sim.

J.: E é bom morar lá?

F.: Lá é mais fresco! (risos) Mas lá não tem praia, lá é mais cidade, não tem muita coisa legal... Você nunca foi lá?

J.: Não... Aí essa aqui, eu não falei, é a estrada do Cantagalo, tem aquela San Roman, né? Vocês viram aquele postinho? Um postinho de saúde que tem ali, atende mais criança e quando é adulto, coisa mais séria assim, eles encaminham para o hospital municipal. Aí ali começa a estrada do Cantagalo, aí correspondência a gente pega nas duas associações que tem lá. Tem que ir lá buscar, tem que ir lá para ver se tem correspondência... Como se a gente morasse lá. Mas as ruas aqui têm nome, a maioria é rua de passarinho, Rua Sabiá, Avenida Pavãozinho...

(...)

J.: Não vai dar para a gente ir no elevador porque ele parou de funcionar, não sei o problema que deu lá...

F.: É mesmo?

J.: É, mas eu acho que eles fazem manutenção, duas vezes por semana, no sábado...

F.: É muita gente que usa o elevador?

J.: Todo mundo, até eu uso às vezes, é bom!

(Júlio nos levou na laje da casa dele)

F.: Essa vista aqui não é má, hein?!

J.: Não é nada! Por isso que eles falam que pobre é feliz, a vista ajuda, pouco né?! Mas ajuda! A maioria do pessoal aqui, mais velho, tem a mão-de-obra mais barata porque não teve oportunidade de estudar, meu pai, minha mãe, um monte... Normal, né?

F.: Sua mãe mora aqui também?

J.: Minha mãe mora lá no Santa Marta. Lá é bom, mas eu acho aqui muito mais fácil de acesso e não é tão inclinado, lá é "inclinadão". Só sobe se tiver bondinho, se não tiver... ou você morre ou

fica muito mal! (...) Tem policial que não dá mole para você, tem policial que é abusada, saca? Já botaram arma na minha cara um dia, pô! Mas eu sou calmo, né, eu não falei muito, era até o comandante daí, eu acho...

F.: Mas o que eles estavam procurando?

J.: Ah, porque eles são abusados mesmo, né, cara? Eles querem botar terror, acham que todo mundo é drogado... É isso aí que estraga, por isso que ninguém fala com eles. Tem que deixar eles fazerem o trabalho deles, não tem que ficar falando não, sabe?

(...)

J.: Pavão e Pavãozinho é maioria de nordestino, entendeu? Quando passar do bondinho é Pavãozinho, lá no Cantagalo, ali é descendente de escravos, está até escrito lá, num papelzinho na entrada lá perto do elevador...

F.: Você mora no Pavão?

J.: É, lá é Pavão, do bondinho para lá é Pavãozinho.

F.: Não tem um museu aqui no Cantagalo?

J.: É, tem, mas eu não gosto de levar muito nesses lugares, sabe, ONGs... porque eles pedem para marcar antes, sabe, maior burocracia, então eu não acho necessário isso, não sei para quê ficar marcando coisa antes, entendeu? Tem gente que não dá para marcar antes. Mas é legal... resumindo, acontecem uns projetos bons no morro... um, que eu conheço, que foi o que eu estudei, que é o Solar Meninos de Luz. Tirando esse problema aí de diploma, mas o resto está tudo bem... Minha vó é que vivia reclamando que... porque ela é branca, né, minha vó, aí os negros, né, no passado, mandavam, sabe, em tudo... lá no Cantagalo, a maioria das mulheres negras, iam pegar água, e ela ficava lá atrás da fila. Se ela brigasse com uma, vinha um monte e pegava ela! Hoje em dia nem tem tanto, todo mundo fala com todo mundo, branco, negro, pardo... não tem preconceito, não.

F.: E vem muita gente nova para cá ainda, Júlio?

J.: Para morar? Vem pouca porque não tem muito lugar, não acha muito lugar, não... O pessoal que mora aqui fica para o resto da vida, ou então até fazer um dinheiro e ir embora.

F.: E a sua casa é sua mesmo, né?

J.: É, meu pai fez lá tudo, mas a minha fui em que fiz, é, com meu dinheiro, meu pai me emprestou R\$500, mas é dinheiro de pai, né? Fica guardado no coração... eu ajudo ele para caramba também...

F.: Ele trabalha com construção?

J.: É, e ele aluga lá uns três, quatro quartinhos, ele aluga... e tem o dinheiro da praia também, que é um salário mínimo e uns extras... porque a aula de surfe é cara, não tem tanto cliente, mas se vier um ou dois já é um dinheirinho bom! Acho que dá uns R\$300 ou mais, meu pai nem tem custo de vida caro, tem que saber pechinchar, né, tem supermercado que é caro, o Mundial lá é mais barato...

(Chegando ao bondinho. Ele estava parado para manutenção. Tivemos que subir até o topo do morro, onde havia um mirante, à pé.)

(Chegando no mirante.)

J.: A melhor vista que eu acho é aqui... Copacabana... Pão-de-Açúcar ali... A torre ali do Rio-Sul...

F.: Bem legal! Podiam fazer uma coisa aqui em cima, Júlio! Um bar, uma lanchonete... la dar um bom movimento!

J.: Aqui ia dar mesmo!

(...)

F.: No Santa Marta dá para a gente entrar sozinho, tranquilo?

J.: Ah, lá em cima é muito mais beco do que aqui, mas tem um elevador, tem por trás também, dá para ir lá por trás de carro, ônibus... Mas lá para subir, por dentro, para conhecer legal... tem uns guias lá! Lá tem a estátua do Michael Jackson, tem tudo, por isso que lá tem bastante gente!

F.: Quem veio aqui foi a Lady Gaga, né?

J.: É, essa moça esteve aqui. Eu passei direto, se fosse a Beyonce... Ela é bonita? Nem sei... Ela é meio doida, né? Vocês já foram lá no Pão-de-Açúcar?

F.: Não...

J.: Eu tenho medo de ir lá... Se for para ir de guia, eu vou lá, levo, mas não tenho vontade nenhuma de andar de bondinho nenhum...

(...)

J.: A Light chegou aqui também, mas eles estão cobrando muito caro os negócios aqui... A gente acha que está errado. Tem gente que está pagando R\$400, R\$500 por mês de luz... Sério mesmo! Aí o pessoal fez as contas, viu o preço do quilowatt-hora, aí viu que estava muito caro, era para pagar R\$80, que nem é muito, né? E nem tinha ar condicionado na casa dele... Está sendo abusivo, né?

F.: O pessoal paga?

J.: Eles pagam, é obrigado a pagar, se não pagar eles cortam.

(...)

J.: Para lá ainda tem mais morro, lá, naquela reta lá... mas lá não tem nada de interessante, é só beco, o legal é mais a vista, falar um pouco da história.

F.: Quanto tempo tem a comunidade?

J.: Então, está escrito lá no papel que tem cem anos... tem cem anos que vieram o pessoal lá de Minas, os descendentes de escravos... Engraçado, porque eu estou acostumado a falar isso em inglês, sabe? Muito raro eu falar em português... Aí eu esqueço tudo! (risos)

F.: Vem muita gente que fala espanhol?

J.: Espanhol? Não... a maioria que vem fala só inglês, são alemães, americanos...

(Júlio nos levou até a estação de metrô mais próxima. Fim do passeio)

DIAGRAMA – CRONOLOGIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO RIO DE JANEIRO E INFLUÊNCIAS

